



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**MENSAGEM DO  
GOVERNADOR DO ESTADO  
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO RIO GRANDE DO SUL**

**1984**



O RIO GRANDE SOMOS NÓS.  
FAÇA A SUA PARTE.

GOVERNO JAIR SOARES

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO  
Jair Soares

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO  
Cláudio Strassburger

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA  
ASSUNTOS DA CASA CIVIL  
Adylson Martins Motta  
CHEFE DA CASA MILITAR  
Ubirajara de Sá Gomes

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA  
ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE  
Mauro Maranzana

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA  
Jarbas de Melo e Lima

SECRETÁRIO DA FAZENDA  
Clovis Jacobi

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO  
AMBIENTE

Germano Mostardeiro Bonow

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA

João Salvador de Souza Jardim

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Francisco Salzano Vieira da Cunha

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

Colorinda Emília Sordi

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA

Augusto Borges Berthier

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Ney Sá

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Romeu Martinelli

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Luiz Adams

SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Alceu Francisco Martins da Rosa

SECRETÁRIO DO INTERIOR,

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E

OBRAS PÚBLICAS

Luiz Gonzaga de Souza Fagundes

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Telmo José Kirst

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E

COMUNICAÇÕES

Loris Reali

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E

PLANEJAMENTO

José Diogo Cyrillo de Silva

SECRETÁRIO DO TURISMO

Horst Volk



## SUMÁRIO

I —	MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA .....	XI
II —	ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO .....	I
	— SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEC) .....	5
	Administração e Planejamento do Sistema de Ensino .....	6
	Ensino de 1.º Grau .....	11
	Ensino de 2.º Grau .....	14
	Ensino Superior .....	16
	Ensino Supletivo .....	19
	Assistência a Educandos .....	21
	Cultura .....	22
	Educação Física e Desporto .....	26
	— FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA .....	28
	Ensino de 2.º Grau .....	28
	— FUNDAÇÃO TELEVISÃO EDUCATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (TVE/RS) .....	29
	Cultura .....	29
	— FUNDAÇÃO RIO-GRANDENSE DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL (FAERGS) .....	31
	Educação Especial .....	32
	— FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA) .....	36
	Cultura .....	36
	— FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (FIGTF) .....	38
	Cultura .....	38
	— FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO .....	41
	Cultura .....	41
	— SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE .....	47
	Saúde .....	48
	Proteção ao Meio Ambiente .....	54
	— SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (STAS) .....	63
	Planejamento Governamental .....	65
	Assistência .....	67
	Relações do Trabalho .....	67
	— FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SENADOR TARSO DUTRA (FUNDASUL) .....	68
	Assistência e Desenvolvimento Comunitário .....	70
	— COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL (COHAB) .....	74
	Habitação .....	74

— FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM) . . .	75
Assistência ao Menor . . . . .	76
— FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT) . . . . .	78
Trabalho . . . . .	80
Desenvolvimento de Comunidades . . . . .	81
— SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE) . . . . .	82
Informações sobre o Mercado de Trabalho . . . . .	82
— SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP) . . . . .	87
Segurança Pública . . . . .	88
— SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ) . . . . .	95
Processo Judiciário . . . . .	96
Administração . . . . .	98
Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial . . . . .	98
Custódia e Reintegração Social . . . . .	99
— SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC) . .	103
— COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE) . . . . .	105
Energia Elétrica . . . . .	106
— COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT) . . . .	107
Telecomunicações . . . . .	108
— COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM) . . . . .	109
Recursos Minerais . . . . .	111
Carvão Mineral . . . . .	111
— COMPANHIA RIOGRANDENSE DE NITROGENADOS (CRN) . . . . .	113
Carvão Mineral . . . . .	113
— SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST) . . . . .	119
— DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER) . . . . .	119
Transporte Rodoviário . . . . .	120
— COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA) . . . . .	122
Transporte Rodoviário . . . . .	123
— DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC) . . . . .	123
Transporte Hidroviário . . . . .	124
— DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO (DAE) . . . . .	125
Transporte Aéreo . . . . .	125
— SECRETARIA DA AGRICULTURA (SA) . . . . .	131
Planejamento Governamental . . . . .	132
Organização Agrária . . . . .	136
Produção Vegetal . . . . .	137
Produção Animal . . . . .	141
Preservação dos Recursos Naturais Renováveis . . . . .	145
Pesquisa . . . . .	146
Irrigação . . . . .	149
— INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA) . . . . .	151
Promoção à Orizicultura . . . . .	152
— INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES (ISRC) . . . . .	154
Produção Animal . . . . .	154
— COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA) . . . . .	155
Abastecimento e Armazenagem . . . . .	156
— FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB) . . . .	156
Preservação dos Recursos Naturais Renováveis . . . . .	157
— ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS) . . . .	163
Promoção e Extensão Rural . . . . .	164
— SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC) . . . . .	173

Indústria .....	175
Comércio .....	180
— COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL (CEDIC) .....	181
Indústria .....	182
— AÇÚCAR GAÚCHO S.A. (AGASA) .....	185
Indústria .....	185
— PRODUTOS GAÚCHOS S.A. (PROGASA) .....	187
Indústria .....	188
— COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC) .....	188
Indústria .....	189
— CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL (VINOSUL) .....	190
Indústria .....	191
— FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC) .....	191
Ciência e Tecnologia .....	192
— BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BADESUL) .....	199
Planejamento Governamental .....	201
— BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE) .....	202
Planejamento Governamental .....	203
— SECRETARIA DO TURISMO (STUR) .....	207
Turismo .....	208
— COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO (CRTUR) .....	210
Turismo .....	211
— SECRETARIA DA FAZENDA (SF) .....	215
Administração .....	218
Administração Financeira .....	220
Planejamento Governamental .....	221
— COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS) .....	226
Administração .....	227
— CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE/RS) .....	230
— BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BANRISUL) .....	231
Serviços Financeiros .....	232
— SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SEA) .....	239
Administração .....	240
— SUPERINTENDÊNCIA DOS TRANSPORTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SUTERGS) .....	244
Administração .....	245
— INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS) .....	246
Administração Financeira .....	247
Assistência .....	247
Previdência .....	247
— COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG) .....	249
Administração .....	249
— FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH) .....	249
Ensino Supletivo .....	251
— SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS (SDO) .....	255
Administração .....	256

Planejamento Governamental .....	257
<i>Proteção Ambiental</i> .....	258
Programas Integrados .....	259
Urbanismo .....	259
— COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN) ....	262
Saneamento .....	263
— FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN) .....	264
<i>Regiões Metropolitanas</i> .....	265
— GABINETE DO GOVERNADOR .....	273
— SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP) ....	277
Planejamento Governamental .....	281
— FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE) .....	286
Planejamento Governamental .....	289
— FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS) .....	291
Ciência e Tecnologia .....	292
— SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE (SEAGP) .....	301
Assistência .....	302
— PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE) .....	306
Processo Judiciário .....	307
— PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA (PGJ) .....	309
Processo Judiciário .....	310

**I — MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO  
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**



Senhor Presidente:

Conforme preceitua a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, encaminho à consideração de Vossa Excelência e de seus Eminentíssimos Pares esta mensagem de prestação de contas relativas a 1983, primeiro ano do meu Governo.

Escolhido pela decisão livre e soberana do povo sul-rio-grandense, não poderia fazer-me ausente do diálogo governante/governados, a própria essência da democracia que pretendemos ver aperfeiçoada. Fiel a esse princípio, eis-me presente junto à população do Rio Grande do Sul, através de seus legítimos representantes na Assembléia Legislativa.

A missão de gerir um Estado que apresenta significativo estágio de desenvolvimento, com sua economia fortemente entrelaçada à economia nacional — e com razoável coeficiente de abertura em relação à internacional — constitui empreendimento que exige austeridade — “*prius*” ético — e um conjunto de ações administrativas conseqüentes voltadas a assegurar progresso, justiça social e o bem-estar de toda a população.

### **DESEMPENHO DA ECONOMIA**

É inegável que o ano de 1983 assinalou uma das mais intensas crises vividas pela economia brasileira, em sua história recente. Os efeitos de uma recessão prolongada e as conseqüências de altíssima taxa inflacionária combinaram-se e tiveram como resultado o agravamento de tensões sociais, com reflexos em todos os setores da economia nacional.

Se as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficaram abaixo do desejado; se os problemas sociais se agudizaram em decorrência deste fato, onde ressalta o desemprego, não se poderia esperar qualquer manifestação contrária na tendência de expansão global da economia do Rio Grande do Sul. Como fator de agravamento dessas condições, é de ser mencionado o centralismo econômico-financeiro, que tem obstado a que investimentos autônomos sejam capazes de alterar, em nível regional, o quadro recessivo que se projeta em termos nacionais.

As safras agrícolas locais, conquanto expressivas, não foram suficientes para contrabalançar os percalços existentes.

Mil novecentos e oitenta e três foi o terceiro ano consecutivo de taxas negativas de crescimento, associado com a mais elevada taxa de inflação da história brasileira, o que determina não apenas a subutilização do complexo produtivo rio-grandense e a re-

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa



dução do consumo, mas revela, também, que a cogente necessidade de novos empregos ainda não está sendo atendida. É lícito afirmar perante essa Egrégia Assembléia Legislativa que os limites de aceitação do retraimento da economia estão no limiar e que a retomada do crescimento, num primeiro estágio, e do desenvolvimento pleno, a seguir, não podem ser postergados.

A recuperação da economia regional não se fará isoladamente, sendo dependente da reativação da economia nacional como um todo. Sob essa perspectiva, serão fundamentais as negociações que levem à rolagem da Dívida Externa e à captação de recursos novos, no plano internacional, tanto quanto uma nova ordem no plano do endividamento interno.

De particular importância, no contexto de um rearranjo, figura a imperiosidade de nova estrutura fiscal-tributária no País. Com efeito, e esta tem sido minha profissão de fé, ou o sistema tributário é reformulado — a partir de critérios que levem em conta, de um lado, o engajamento no esforço nacional de produção e de exportação — como fatores condicionantes do nível de Receita — e de outro, o nível de encargos suportados pelas unidades federadas e pelos municípios, ou o atual modelo federativo tornar-se-á inexecutável.

Nucleando-se a apreciação sobre o segmento agrícola — prioridade do meu governo — tem-se que o setor foi, em termos de crescimento, o único a apresentar comportamento razoável, ostentando taxa positiva de 16,7% em relação a 1982, impedindo, com isso, que se expandisse, negativamente, a taxa de crescimento global da economia.

De relevar que condições climáticas adversas — duas enchentes em 60 dias (maio e julho), restrições creditícias, supressão de subsídios e dificuldades de financiamentos, operaram como fatores de constrangimento, contrabalançados, no entanto, pelos ganhos médios de produtividade e pelos compensadores preços relativos alcançados nos mercados de “comodities”.

Os indicadores de desempenho da indústria sul-rio-grandense, em 1983, apontam o aprofundamento da recessão, fato esperado diante da crise que afeta a economia nacional. Reflexo disso, foi que a Renda Interna gerada pela indústria, no ano findo, se aproximou, em termos percentuais, à renda global, aos níveis de 1970 e 1971, o que está a demonstrar, mais uma vez, a urgência na retomada dos processos de crescimento e de desenvolvimento, no País.

No que diz com o Setor Serviços, pelo terceiro ano, tem sua renda interna real reduzida, acompanhando o desempenho específico em termos nacionais (-5,72%). Conquanto esse setor não possa ser considerado centro dinâmico da economia por excelência, sua participação cifra-se em 60% da renda gerada no Estado. No contexto respectivo, particular destaque assume o subsector Comércio, responsável por 15% da renda global do Estado, apresentando, por igual, crescimento negativo (-4,5%).

Em que pese a crueza dos percentuais, não hão de ser, todavia, dados negativos no sentido econômico — crescimento negativo global de (-3,21%) — que alterarão a postura confiante do povo rio-grandense e de seus dirigentes.

Assim, se o ano não foi bom em resultados econômicos globais para um Rio Grande do Sul que, como unidade federada, acompanha e sofre os efeitos de uma crise nacional e mundial; se uma escassez de recursos conjuntural e estrutural coarta mesmo programas inadiáveis, induzindo a ação governamental à estratégia de otimizar, na redução de gastos, no aprimoramento de métodos e na concentração de prioridades, os recursos com que poderia contar — mesmo assim, para além de números negativos, ressaí expressivo rol de realizações.

E decorre, essa face positiva da conjuntura crítica, essencialmente dos fatores que jamais faltaram a nossa gente: autoconfiança e trabalho. Do campo às cidades, essas condicionantes realizaram ao longo do tempo, com tenacidade e orgulho, o Rio Grande do Sul. E seguem conduzindo-o na senda do desenvolvimento, com e apesar de momentos de crise ou de facilidades. Aqui sempre há de se construir futuro dentro dos melhores padrões de equilíbrio social e distributivo.

Sinto, como governante, como condutor político agindo dentro de um regime democrático, que cumpro o meu dever na justa medida em que possa, também como cidadão, refletir as aspirações de meus co-estaduanos, servindo-os, desde o planejar ao executar, como membro indelével da comunidade. É dentro desta e por ela que tenho — e todo o Governo — trabalhado, compensando a escassez de meios com a resposta do realizar conjunto, para abrir os caminhos que avançam pelo futuro, com novas responsabilidades e também novas perspectivas, direcionando o desenvolvimento para toda a população, sob a égide de valores assecuratórios de paz e de justiça social.

Se há crise, há ânimo. Junto à esperança, a ação. E esta — expressão no anexo relatório de minha administração — mostrará que em todas as áreas da responsabilidade governamental, a crise não abateu o ânimo, a confiança. Antes, deu têmpera nova à tenacidade presente em cada agente do serviço público, possibilitando que a dinâmica exigida da Administração pelo próprio ritmo do desenvolvimento, não sofresse soluções de continuidade, ajustando-se à realidade conjuntural para enfrentar com sucesso seus aspectos negativos.

## ÁREA SOCIAL

Na área social, repositório maior das preocupações do meu Governo, pois onde as ações administrativas atingem diretamente a vida, a saúde, a formação de cada membro da nossa comunidade, foi expressiva a gama de tarefas desdobradas, em 1983, pelo Estado.

### Saúde

Por todos os rincões, a proteção à saúde pública assegurou aqueles padrões que têm sido razão de orgulho do rio-grandense: a menor taxa de mortalidade infantil do país — 33,17 a cada mil nascimentos — e a mais elevada expectativa de vida 68,8 anos. Já não há município sem médico. Articulações Estado — INAMPS — Município, através de planos integrados, proporcionaram 2,5 consultas/habitantes/ano, índice que supera em muito a média nacional. Só a rede estadual de agora, 767 unidades sanitárias, realizou mais de 3,5 milhões de consultas médicas e 600 mil odontológicas, possibilitando a aplicação de 4,5 milhões de vacinas, a atenção nutricional a 300 mil gestantes, nutrízes e crianças até 6 anos. Saneamento às vilas populares foi levado e se amplia através do Programa de Saneamento Comunitário. 90 milhões de unidades de medicamentos foram produzidas e distribuídas gratuitamente à população, enquanto a vigilância sanitária assegurava alimentação sadia no seu fabrico e na comercialização. Doenças críticas para a saúde pública, como a diarreia, a tuberculose e outras, diminuíram sua incidência de forma notável. Novos programas para atacar moléstias respiratórias, para reidratação oral, participam marcadamente no quadro das expressivas ações realizadas em prol da saúde de nossa gente em 1983.

E a estas devem ser aditadas as produzidas na defesa do meio ambiente e na extensão do saneamento básico — ações que também dizem de perto com o estágio sanitário da população e contribuem para a melhoria dos índices elevados de saúde dos habitantes do Rio Grande do Sul.

## Saneamento

Apesar de dificuldades de monta no suporte financeiro de seus programas de abastecimento de água tratada e de coleta de esgotos, o Governo pôde crescer em 8% o número de beneficiários desses serviços, levando água a mais 250 mil pessoas e coleta de esgotos a mais 20 mil, em 1983. Hoje, 87% dos habitantes das cidades contam com *água tratada*. Em fase final estão os trabalhos do sistema de abastecimento do Distrito Industrial de Rio Grande e do tratamento do efluente industrial e cloacal do Pólo Petroquímico. Continuam as obras de implantação do Projeto Rio Guaíba, que recuperará e assegurará a preservação da qualidade da água do estuário.

## Meio Ambiente

O permanente exame e possível controle de dejetos industriais, como atividade de defesa das condições do ar e das águas, tem levado a comunidade aquela consciência *avançada de que o bem-estar do homem está em primeiro lugar de todas as prioridades e que o progresso pode e deve ser realizado no respeito a esse princípio*.

A busca de uma racional utilização de nossos recursos naturais renováveis, defendendo o solo, a flora e a fauna, bens fundamentais que têm sofrido a constante agressão de discutível progresso, acionou uma série de programas de preservação, em 37.600 hectares de parques florestais, na produção de mais de um milhão de mudas, no reflorestamento de pequenos e médios imóveis rurais, na recuperação de áreas desérticas, na melhoria de pastagens e outras ações de vigilância e de reposição de nossas terras às condições de fertilidade que devem apresentar.

## Educação

No âmbito da educação, também firmada como área prioritária de meu Governo, busca-se colaborar na redução das desigualdades sociais, otimizando o atendimento às populações de baixa renda, assegurando a todos em idade escolar matrícula na rede estadual, desde o pré-escolar até o 1º e 2º Graus. Dos 1 milhão e 700 mil estudantes primários e secundários matriculados em 1983, 985.000 realizaram seus estudos em escolas e vagas atendidas pelo Estado. A esta população escolar foi, paralelamente, assegurada assistência médica, odontológica, psicológica e social — mais de 1 milhão de atendimentos — e alimentação — 113 milhões de refeições.

Outrossim, a par de um tratamento remuneratório, justo e condigno ao Magistério — quicá de padrões os mais elevados do país — os alunos da rede estadual beneficiaram-se de uma qualidade de ensino do melhor nível, graças aos investimentos feitos no preparo e na valorização do professorado em exercício no Sistema Estadual de Ensino, na distribuição de 600 mil livros escolares a alunos carentes, na integração das atividades de desporto escolar com municípios e associações.

Uma programação cultural voltada para estudantes de todos os níveis e para a população em geral, onde se destacam as atividades de uma museologia dinâmica no campo das ciências, das artes plásticas, da história, da comunicação social, ao lado das promoções musicais e didáticas de nossas orquestras e de valorização do nosso folclore e tradições, completam esse quadro positivo de realizações educacionais de 1983 — que ganham instrumentos fundamentais na televisão educativa e na recuperação do Teatro São Pedro.

## Ação Social

As ações assistenciais e promocionais de âmbito social, realizada direta e indiretamente pelo Governo do Estado, encontraram dois fatores conjunturais negativos: o

desempenho e a perda de poder de consumo. Alia-se também a ele a situação de calamidade enfrentada pelo Estado em razão das enchentes e vendavais, com suas operações de resgate, alojamento, alimentação e retorno ao lar — que originaram a “Comissão de Reconstrução do Estado”. Todas as campanhas e movimentos de expressão de solidariedade, partidas das iniciativas privadas ou pública, foram de algum modo fortalecidas pela ação do Governo, visando soluções de curto e médio prazos aos problemas enfrentados principalmente pelas camadas mais pobres da população.

### **Habitação**

Conquanto a redução gradativa da atividade econômica haja afetado drasticamente o ritmo da realização de obras notadamente, em 1983, no âmbito da construção civil — 14.557 unidades habitacionais populares foram concluídas pelo Estado, estando em andamento pleno a construção de mais 30.666 moradias de natureza social.

### **Assistência**

Dentro da meta de contornar a escassez de recursos com soluções administrativas, firma-se como exitosa a fusão em um só organismo das fundações assistenciais do Governo do Estado. Da meta global de 52 Centros Sociais Urbanos, 51 já se encontram em plena atividade, atendendo os estratos mais carentes nas áreas de saúde, trabalho, previdência, desporto, recreação e cultura, com cifras, que, em 1983, atingiram a quase 2 milhões de atendimentos. Estenderam-se estes, também, a 68 comunidades vileiras urbanas e 21 rurais, assistindo a cerca de 25.000 famílias de baixa renda. Migrantes que demandam a Região Metropolitana receberam atendimento, pernoites, alimentação, documentação, encaminhamento a emprego, e, diante das dificuldades que encontram no grande centro, facilitou-se-lhes o retorno a seus municípios de origem, auxiliando a inversão do fluxo migratório.

### **Menor**

Os problemas do menor em nosso Estado, e dentro da realidade da urbanização acelerada e até desordenada, implicam em grave responsabilidade social, tanto do Governo como da comunidade em geral e das famílias em particular. Dentre os 3,2 milhões de menores que temos, quase um milhão deles provêm de famílias com renda mensal de até 2 salários-mínimos e que necessitam de alguma assistência. Daí a implementação de um processo de planejamento participativo, cuja ação — integrando as instituições estatais com as de âmbito social e educativo da comunidade, e que, felizmente, são muitas e eficientes em nosso Estado — abarca o menor, sua família, o seu universo social. Para além de aspectos didático-assistenciais, a programação cuidou de ocupá-los adequadamente, em valorizar o seu trabalho, em buscar o seu primeiro emprego, em abrir-lhes perspectivas reais e sadias de futuro digno.

Convênios celebrados com diversas entidades abriram 57.190 vagas para atendimento de menores e 2.793 em Lares Substitutos. Também foram realizados 528 cursos e treinamentos de menores, abrangendo 10.278 beneficiários, capacitando-os à vida profissional.

### **Trabalho**

Na sua tarefa supletiva e relevante de assistir ao trabalhador da cidade e da zona rural, na difícil conjuntura de desaquecimento da economia e do escasseamento de novas oportunidades, desdobrou-se o Governo, em 1983, em atividades de treinamento intensivo direcionado preferencialmente para setores mais ativos do mercado de trabalho, assim como para o setor informal de prestadores autônomos de serviços. Promoveu assistência técnico-financeira a trabalhadores rurais de baixa renda, em bolsões de

pobreza, acionando microunidades de produção, para economias de subsistência. Conscientizando o rural de baixa renda da necessidade de usar adequadamente os escassos recursos de que dispõe, promoveu também o Estado as suas atividades de artesanato e de comercialização de seus produtos, o que lhes proporcionou diretamente mais de 150 milhões de cruzeiros. A relevância desse programa levou à implantação, ora em andamento, de 5 centrais de equipamentos e uma de artesanato, para apoio permanente aos que enriquecem nossa arte popular, em todas as regiões do Rio Grande do Sul, ricas em características culturais locais. É de ressaltar que os atendimentos governamentais, nessa área de desenvolvimento das comunidades rurais, ultrapassaram as metas iniciais, atingindo a 135% da clientela prevista.

Na complexidade do momento econômico, que penaliza empresariado, trabalhadores e Governo, e visando conferir novas forças, pela congregação de idéias e de esforços, no sentido de conjurar fatores adversos, situados essencialmente no fato do desemprego, resolvi criar o Conselho Estadual de Política de Emprego. Nele, as principais lideranças empresariais e dos trabalhadores, juntamente com setores do Governo, vêm acompanhando as flutuações do mercado da mão-de-obra, avaliando os níveis de desemprego e motivando setores para a operacionalização de alternativas capazes de conjurar ao máximo o estado de crise. Mostra-se, embora, nova, experiência de grandes perspectivas de êxito no congraçamento de partes, que por vezes, se distanciam, à falta de instrumentos de diálogo e de produção franca de soluções.

## ÁREA ECONÔMICA

### Agropecuária

Base tradicional, real e atual da economia rio-grandense, pioneira no país em culturas e técnicas, desempenhando papel de importância fundamental tanto no abastecimento interno quanto como gerador de divisas, de rendas e de empregos, a agropecuária do nosso Estado constitui área prioritária de meu Governo, e, como tal, foi tratada em 1983. Enfrentando dificuldades de toda ordem — naturais e burocráticas essencialmente — mesmo assim apresentou o setor comportamento positivo de elevada significação para o desempenho econômico do Rio Grande do Sul.

Da lavoura empresarial à colonial — com seus percalços estruturais e também climáticos, mas com adequado suporte de armazenamento e transporte hidro-rodoviário e portuário — os resultados mostram que, se não foram ganhas todas as batalhas que nesse complexo “front” são vividas a cada ano, vitoriou-se afinal o trabalho árduo dos campos, a confiança dos homens que têm mãos nas coisas da terra e alma de amplos horizontes, vendo na agropecuária o esteio central do desenvolvimento, no estágio atual de nossa economia.

O Governo do Estado viveu com agricultores e pecuaristas, grandes e pequenos, em 1983, o seu dia-a-dia lutador. Solidarizou-se tanto com a angústia dos “sem-terra” como com a dos que, dela dispendo e a terra trabalhando de sol-a-sol, dependiam de orientações de outro grau, que muitas vezes tardavam ou frustravam expectativas justas. Mercados, preços, insumos, licenças, “confiscos”, créditos, subsídios, custos, preços, escoamento, organização agrária, novas técnicas, novas culturas, solos cansados, qualidade, produtividade, estrutura, esperança — facetas todas que estimulavam a ação do Governo, em todos os momentos de decisão, presente, solidário, aliado dos homens da terra.

Nas áreas de pesquisa e experimentação, juntou-se ao produtor rural, orientando-o para a produtividade, e, conforme o caso, para a produção de culturas que, dentro de boa técnica, acresceriam o resultado de seu trabalho. O impulso, em regiões estraté-

gicas, ao cultivo de horti-fruti-granjeiros, às culturas do milho e de sorgo, à produção de leite, à pesca industrial e artesanal, obtiveram resultados realmente animadores. Também o incremento, às vezes duro, da política do uso racional de agrotóxicos, somados positivos à ação governamental, que, ainda a curto prazo, há de conquistar as consciências de todos os que trabalham na lavoura, na batalha da defesa da vida.

Grandes esforços desdobrou meu Governo na promoção do acesso à terra aos segmentos mais necessitados dos pequenos agricultores, através de assentamentos agrários, quer adquirindo 1.768 hectares para 158 famílias dos "sem-terra" de Ronda Alta, quer legalizando a posse de 1.865 pequenos agricultores sobre 10.383 hectares de terras públicas, quer dando assistência a 296 famílias assentadas nas Fazendas Macáli, Brilhante, Bom Retiro e Cemapa. Reativou, no mesmo desiderato, junto ao Governo Federal e ao Banco Mundial, projeto pioneiro de relevância, com integração de ações sociais, técnicas e administrativas, em benefício de agricultores de baixa renda da região de Iraí.

O apoio ao pequeno produtor agrícola encontrará, ainda em meu Governo, instrumentos ágeis como o Fundo de Terras e o Conselho Estadual de Abastecimento, recém instituído e que, aliados a outros, permanentes ou conjunturais, como as Granjas Solidárias, os Mercadões do Produtor, o Provárzeas, o Profir, o Proagro, o extensivismo rural e outros, hão de prover sobre a elevação da qualidade de vida do homem do campo.

No sentido de incorporar, pela irrigação, áreas não ou subutilizadas pelos agricultores, usando crédito dirigido e tecnologia adequada a cultivos não convencionais, foi promovida a drenagem de 25,8 mil hectares, preparando 141 km de canais e 13,5 mil metros de poços tubulares.

Face à crescente demanda de frigorificação de produtos perecíveis, providenciou o Governo fosse triplicada, em 1983, a capacidade da unidade de Caxias, que, hoje com 32.000 m<sup>3</sup>, dá suporte à rica produção serrana. Do mesmo modo, a Zona Sul, grande produtora de alimentos, passa a contar com uma unidade de frigorificação polivalente, para carnes e vegetais, com 34.000 m<sup>3</sup>, seis câmaras de estocagem e túnel de congelamento, dentro da melhor técnica. Acrescente-se a capacidade estática e dinâmica que a rede governamental ora oferece à produção rio-grandense, assegurando armazenamento moderno e confiável e deslocamento nos períodos mais oportunos quanto à comercialização.

No desenvolvimento da produção animal, por via de ações de fomento zootécnico e de assistência aos produtores, os efeitos favoráveis estendem-se sobre os diferentes segmentos da economia pecuária, em ganhos sanitários, de produtividade e de qualidade dos rebanhos. As 28 exposições realizadas no Estado, em 1983, evidenciam os resultados do fomento, do combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias, especialmente pela vacinação de bovinos, ovinos, suínos e bufalinos — 5 novas Inspetorias Veterinárias foram instaladas no período — e pelo treinamento de técnicos e conscientização dos produtores sobre métodos de prevenção e combate às enfermidades.

## **Indústria e Comércio**

Na preocupação de apoio pleno ao desenvolvimento industrial do Estado, um dos pontos de atenção maior foi a desconcentração das atividades fabris. O Programa de Desenvolvimento por Microrregião — PROMIR, junto a Prefeituras e Associações de Classe, desdobrou ações conjugadas, buscando formas de atração de investimentos, elaborando planos-diretores de ocupação de áreas industriais e implantação de infraestrutura básica.

Comissão Intersecretarial (SF-SIC-SCP) definiu 63 setores prioritários para a consolidação industrial do Estado, indicando instrumentos de estímulo, valorizando o produto gaúcho, a substituição de importações externa e do país e a identificação de espaços vazios. Visualizadas novas frentes para as exportações de nossos produtos (Leste europeu, Austrália, Países Árabes, Índia, Sudoeste asiático) no II Seminário sobre Exportações, e, objetivando agregar esforços da iniciativa privada e do Governo do Estado, para crescente assessoramento capaz de detectar entraves que venham a comprometer o nosso desempenho industrial, foram criados "Comitês Setoriais", os quais já abarcam os subsetores Metal-Mecânica, Micro e Pequena Empresa, Couro e Calçados e Vestuário.

Foi organizado o cadastramento das Indústrias de 3ª Geração em Plástico e levantamento da estrutura organizacional da COPELUL e do CONPETRO, buscando apoios necessários à plena operação do complexo Petroquímico do Estado, centrado no Pólo.

A integração do Estado ao Programa Nacional do Alcool passa a prever a implantação de destilarias, em nosso território, com capacidade entre 10.000 e 120.000 litros/dia, e a sua incrementação libertará o Rio Grande da dependência de outras Unidades da Federação e incentivará o cultivo de cana, a geração de empregos em áreas carentes e o desenvolvimento de tecnologias avançadas no setor. Na região canavieira, o apoio governamental impulsionou o acréscimo das áreas de plantio, inclusive com o subsídio do adubo para os hectares acrescidos e, malgrado dificuldades enfrentadas e já superadas administrativamente, mais de 4 milhões de quilos de melão, 151.000 sacos de açúcar e 690.000 litros de álcool foram produzidos pela unidade estatal em Osório, em 1983, dando escoamento a 105.000 toneladas de cana dos pequenos plantadores litorâneos.

A fim de fomentar a diversificação das atividades agrícolas regionais do litoral, especialmente na área ainda dependente da cebola, riqueza vegetal que merece do Estado atenções específicas, como a sua desidratação "in natura" (19.700kg) e sua comercialização (1.440.000kg) — através de lavouras variadas e seleção de sementes, o Estado tem introduzido ali o cultivo de hortigranjeiros, prestando também assistência técnica aos agricultores litorâneos, que já começam a diversificar e racionalizar a sua produção. Aproveitando esses produtos locais, promove o Estado a sua industrialização, através de linhas de desidratados, de sopas e concentrados, produtos que coloca junto à Legião Brasileira de Assistência, à COBAL, à Defesa Civil, às Prefeituras, participando de concorrências e servindo como ativo elemento de comercialização e de nivelamento de preços.

No setor de laticínios, incentivou o Governo a criação de gado leiteiro, construindo Postos de Captação e Resfriamento em novas áreas do Estado, inclusive em espaços vazios, melhorando também a infra-estrutura e o apoio ao produtor. Exemplos são os Postos de Alegrete, Lagoa Vermelha, Marau e Jaguari, que aliados aos demais estabelecimentos estatais, levam assistência técnica, orientação para boas pastagens no sentido de aumentar a produtividade e a qualidade do leite a ser distribuído à população.

A uva e seus produtos, nossa riqueza serrana, encontraram no Governo, em 1983, respaldo objetivo de cunho social e econômico, quanto à colocação da uva no mercado a preço oficial e quanto ao contorno de problemas surgidos na industrialização. O colono tem, ainda, na concentração do mosto, melhores respostas para o aproveitamento pleno da sua produção.

## **Tecnologia**

O apoio tecnológico permanente, essencial à nossa indústria e à qualidade respeitada dos seus produtos, no país e no exterior, encontra nos programas de pesquisa e desenvolvimento e da assistência realizada pelo Estado, instrumento que lhes acrescenta segurança e eficiência. Testes de materiais, determinação de características físicas, químicas e mecânicas de materiais importados, com vistas a sua produção no país, racionalização de métodos industriais, desempenho de equipamentos, ensaios e estudos especializados e outras atividades, são constantemente realizados, provendo sobre a eficiência crescente do nosso parque fabril. Na busca de racional aproveitamento do nosso carvão, já entra em fase final o projeto CIGÁS, para gaseificação autotérmica do minério, na geração de gás de médio poder calorífico.

## **Pólo**

Com o funcionamento da unidade central do Pólo Petroquímico do Sul, firma-se melhor a sua plena viabilidade entre a comunidade empresarial brasileira e estrangeira, corroborada por sua estrutura básica apta a abrigar grandes projetos. O recolhimento, pelo Tesouro Estadual, de cerca de 12 bilhões de cruzeiros de ICM, nos dez primeiros meses de sua atividade industrial, mostram bem a relevância do empreendimento e o acerto dos investimentos ali feitos pelo Governo. Com programas de incentivos às indústrias de 2ª Geração e de química fina e também às de 3ª Geração, que venham a se localizar no Estado, a expectativa é no sentido de que se consolide, apesar das dificuldades financeiras atuais, o plano global para a área do Pólo e para todo o setor.

## **Pequena Empresa**

No universo empresarial do Estado, assumem papel destacado sob os prismas social e econômico, as chamadas médias, pequenas e microempresas, que asseguram respeitável parcela do desenvolvimento de nossa comunidade. Dentre outras ações de apoio, algumas ainda em exame e outras em execução, o Governo repassou a estas empresas, através de suas entidades financeiras voltadas ao desenvolvimento, vultosa parte dos 230 bilhões de cruzeiros que por elas foram investidos no Estado, em todos os setores da economia.

## **Turismo**

Conquanto análise administrativa tenha indicado a conveniência de alteração organizacional na área de incentivo ao turismo, há pouco realizada, a presença do Governo na aglutinação de ações no sentido de firmar a infra-estrutura de serviço essencial à atração de fluxos permanentes a nosso Estado — com variegada gama de aspectos atraentes, da natureza aos costumes, às cores regionais — fez-se marcante no estímulo prestado, a coordenação e criação de 8 associações, congregando 90 Municípios com ampla vocação para a atividade. Bem, assim, no preparo da programação que, com a colaboração de organismos a ela voltados, públicos e privados, inclusive dos outros Estados da Região Sul, atraia tanto o turismo interno como o conduzido por programas internacionais.

## **INFRA-ESTRUTURA**

### **Sistema Viário**

Sendo essencial ao desenvolvimento estadual, por sua função pioneira de garantir a livre circulação da riqueza de nossos campos e indústrias e a realização de serviços em



geral, o complexo viário da responsabilidade do Estado mereceu permanente atenção, tanto nos 10.532km de rodovias que tiveram sua conservação assegurada dentro de boa técnica, quanto na construção de 151km de estradas pavimentadas de ligação das sedes municipais às troncais, 60km de pavimentação de leitos que só contavam com revestimento primário. 148km de novas estradas foram terraplenados e construídos 186 metros de pontes.

No apoio direto à produção agrícola e no seu escoamento tempestivo, a rede de estradas vicinais, por desempenhar papel de capital importância, foi acrescida de 206km e 186 metros de obras-de-arte.

Inserido na mesma grande função de escoamento de safras e produtos industrializados do Estado, o complexo portuário atuou de modo plenamente satisfatório, movimentando um total de 16.400.000 toneladas de cargas, das quais 9 milhões escoadas pelo porto marítimo de Rio Grande e 7 milhões pelo de Porto Alegre.

## **Energia**

Apesar da situação de dificuldade econômica atual, a demanda de energia elétrica cresceu a uma taxa de 10,6% no Estado, circunstância que pôde ser atendida face à execução de obras ampliadoras dos sistemas de geração, transmissão, transformação e distribuição, realizadas pelo Estado. Foi possível assegurar a continuidade de construção da termoelétrica de Candiota, fase B, com duas unidades de 160MW, a par da implantação de mais 575km de redes de alta-tensão, 250km de alimentadoras e 455km de redes de distribuição, significativa atuação estatal esteiando o progresso rio-grandense, urbano e rural. Quanto a este último aspecto, a preocupação governamental em assegurar ao homem interiorano crescente melhoria em suas condições de vida, em seu trabalho, propiciou a mais 9.136 estabelecimentos em esforço conjunto das Administrações Federal, Estadual e das comunidades rurais — através da construção de 3.440km de redes, os benefícios da energia elétrica e da redução do consumo de derivados de petróleo.

## **Telecomunicações**

O sistema de telecomunicações, conjurando dificuldades comuns às estatais, foi acrescido em 1983 de mais 19.615 terminais automáticos, ganhou 11 novas modernas centrais e viu ampliados outros 9 Projetos e ora executa a instalação de 375 Postos de Serviços para a área rural, dos quais 125 serão ativados neste exercício, auxiliando a meta da interiorização do desenvolvimento.

# **ADMINISTRAÇÃO**

## **Pessoal**

Aliada à eficiência do Servidor Público está a sua valorização profissional e a digna retribuição pelo desempenho de suas funções. A complexidade dos regimes de pagamento e de trabalho dos diferentes quadros e categorias dos servidores do Estado, na Administração Direta e Indireta, preocupou meu Governo no sentido de desfazer injustiças e privilégios. Para tanto, estudos realizados já conduziram a soluções parciais mas significantes, e a continuidade deles fará com que, ainda durante o meu mandato, haja clareza, justiça e também celeridade na concessão de vantagens que legalmente beneficiem os servidores. Cadastramento completo e a movimentação do pessoal entre os diversos órgãos da Administração hão — de ser acompanhados permanentemente, no sentido de uma distribuição racional a evitar carências e excessos, conhecimento básico para o recrutamento e seleção públicos de novos servidores.

Em 125 municípios foram realizadas provas de seleção para 77 categorias profissionais — única forma que meu Governo admitirá para o acesso ao Serviço Público. Nomeados 37.204 novos professores concursados, capacitando melhor a rede estadual de ensino dos recursos humanos exigidos para a educação da juventude urbana e rural. Movimentaram-se, vertical e horizontalmente, através de promoções nos quadros Geral, Policial e do Magistério, 17.618 servidores. Foi estendido o regime de 44 horas aos integrantes de nível superior do quadro geral.

Dei configuração legal ao acordo celebrado com o Magistério, para vigência neste exercício de 1984, ao estabelecer o piso salarial equivalente a 2,5 SM vigente em novembro passado. Instituí a décima-terceira remuneração, plena até o padrão 4 e parcial aos demais, dentro das possibilidades do Erário. Promovi um reposicionamento remuneratório aos serviços policiais civis e militares e aos que labutam no setor penitenciário. E, como corolário dessa política de justiça ao servidor, e apesar das enormes dificuldades de todos conhecidas, concedi, a partir de janeiro de 1984, um reajuste geral de 45% sobre a remuneração vigente em 31 de dezembro de 1983.

Desses atos — todos eles realizados com a colaboração e aprovação dessa Egrégia Assembléia Legislativa — tem a Administração, em auspiciosa contrapartida, recebido de seus servidores ganhos em eficiência e qualidade no trabalho que lhes incumbe funcionalmente realizar, no integral cumprimento de suas obrigações.

### **Previdência**

Na área previdenciária dos servidores estaduais, o alargamento dos benefícios aos de menor renda propiciou serviços à que antes tinham difícil acesso. Reformulada a assistência médica e hospitalar, houve expressivo ganho em qualidades e número de atendimentos. Para aquisição da casa própria, são proporcionados ao servidor financiamentos de terrenos e apartamentos até 2.500 UPC, consumindo recursos da ordem de 800 milhões de cruzeiros. E o reajuste das pensões, possibilitando pela aprovação por essa Casa Legislativa da Lei nº 7810/83, eliminou pungentes situações de injustiça, ao prever que nenhum pensionista receberá menos do que o valor atribuído ao padrão básico inicial do Quadro Geral.

### **Transporte**

As determinações baixadas quanto ao transporte oficial, a par de coibir privilégios e uso abusivo do veículo público, segundo princípios de austeridade que devem presidir as ações do servidor do Estado, propiciaram a desativação de 715 veículos e uma conseqüente economia de 18,5 milhões de litros de combustível, sem prejuízos para a realização das tarefas afetas à Administração.

### **Consumidor**

A criação, em 1983, de um instrumento auxiliar nas ações da comunidade em defesa do consumidor, tem se mostrado experiência válida, apesar da complexibilidade dos relacionamentos de um órgão de tal objetivo, com o Ministério Público, a Segurança, Fiscalização de Alimentos e Serviços, controles de qualidade, fabricantes, fornecedores, vendedores, Fisco, associações afins nacionais e locais, Juizado de Pequenas Causas e com o povo em geral

### **Segurança**

Conferir aos homens que, trabalhando em prol da segurança da população, devem prevenir e combater a contravenção penal e o crime, além da prestação de serviços de socorro e de assistência urgentes, de identificação civil e criminal, de fiscalização do

trânsito e registro de veículos, "status" condigno e qualificação profissional apurada, foi objeto de preocupação do meu Governo, determinativas da expedição de variados atos legais e regulamentares. Um reposicionamento remuneratório que se impunha foi realizado a contento, na área civil, militar e do pessoal que lida com o setor penitenciário. *Reforçado o policiamento ostensivo, na prevenção ao delito, especialmente nas áreas problema de alta densidade populacional, foram os serviços estendidos ao interior do Estado, sendo ali construídos ou em construção 61 novos prédios, adequados a acolher Delegacia de Polícia e aquartelar a Polícia Militar. As escolas de preparo e aperfeiçoamento policial, com o elevado nível de instrução que oferecem, seguem proporcionando às corporações da Segurança Pública agentes de alta qualificação profissional. Os serviços de combate ao fogo, de salvamento, estendem-se, capacitados, ao interior, levando assistência e calma às cidades a que já atendem. 11 embarcações e 2 helicópteros passaram a auxiliar essa tarefa, onde sejam elas exigidas.*

### **Ressocialização**

A preocupação com a reeducação do apenado, ante as ainda deficientes instalações prisionais com que conta o Estado, determinou que a necessidade urgente de ampliação e melhoria dos estabelecimentos da rede, aliada à valorização, ao preparo e à remuneração do pessoal que trabalha na área, fosse atacada de modo objetivo, com o auxílio de todas as forças disponíveis na Comunidade e na Administração. Assim, foi instituída sociedade civil, incumbida da construção da Casa de Detenção de Porto Alegre, exitosa iniciativa a implementar tão relevante projeto dentro da estrutura carcerária. Novos pavilhões foram construídos na Colônia Penal Agrícola, onde a pena se pretende mais humanizada, bem como foi aperfeiçoado todo o sistema de saúde do apenado, assim também que promove a sua assistência jurídica. Convênios com a UNISINOS e com o MOBREAL asseguram sensível melhoria ao preparo dos administradores de presídio e de agentes penitenciários, e a alfabetização de detentos, a fim de abrir-lhes maiores possibilidades de empregos e convívio em seu processo de ressocialização.

## **FINANÇAS PÚBLICAS**

No âmbito estadual, a atividade fazendária recorreu à iniciativa e à criatividade; assim, como demonstração marcante desse espírito, lançou-se na implantação e execução do Programa de Educação Tributária — **BOLÃO DO ICM**, de ampla abrangência popular e dotado de características inovadoras, que lhe emprestaram surpreendente ritmo, eficiência e flexibilidade.

Deram os órgãos fazendários decisivo apoio técnico à elaboração de proposta de reformulação do sistema nacional de distribuição de rendas tributárias, resultando do conjunto das propostas apresentadas, a Emenda Constitucional nº 23, responsável pelo carreamento de mais 144 bilhões de cruzeiros do Tesouro do Estado.

De sucessivas reuniões do Conselho de Política Fazendária — **CONFAZ**, foram obtidos resultados tangíveis pela delegação do Rio Grande do Sul, com a tributação parcial das saídas de aves, dos leites especiais, a tributação gradual dos insumos para rações, a redução dos créditos simbólicos relativos a suínos e maçãs; prevê-se, para 1984, a obtenção de receita suplementar, decorrente dessas decisões, no montante de 33 bilhões de cruzeiros.

De revelar, como fator positivo no plano da receita de ICM, com reflexo nas finanças municipais, o que foi arrecadado sob esse título, em 1983. Assim, a Lei de Meios consignava a previsão de Cr\$ 432,5 milhões de ICM e, ao final do exercício, foram atingidos Cr\$ 509 bilhões à conta do tributo básico, preponderantemente devido

ao Programa de Promoção e Educação Tributárias "BOLÃO DO ICM", à fiscalização presencial, dinâmica e intensiva sobre os contribuintes do ICM e à cobrança administrativa do crédito tributário.

Em relação a incentivos fiscais: dilatação do recolhimento de ICM às indústrias de equipamentos e montagem de motocicletas, dando-lhes condições de competitividade com similares produzidas na Zona Franca de Manaus, esperando-se a comercialização já no decorrer de 1984.

No comportamento global das finanças públicas, a decisão administrativa vinculada ao retorno das funções de elaboração da proposta orçamentária à Pasta da Fazenda, dentro de uma perspectiva de que a Lei de Meios viesse a ser preparada de conformidade com as efetivas disponibilidades financeiras, assim como a execução contingenciada às flutuações do fluxo de caixa, apresentou resultados satisfatórios. Demais disso, foi exercido severo controle sobre o nível dos gastos públicos, pelo contingenciamento de dotações orçamentárias e pelo adiamento de gastos, não necessariamente incluídos dentro das prioridades governamentais.

Em relação ao Pólo Petroquímico do Sul, foram criados incentivos para ampliação, diversificação e atração de novas unidades produtivas de segunda e terceira gerações, bem como de química fina afim do Pólo, traduzidas nas seguintes medidas:

— dilatação do prazo de recolhimento do ICM, nas condições estabelecidas pelo Decreto nº 31.327, de 07 de novembro de 1983;

— financiamento do ICM devido pelas empresas de terceira geração, nas condições clausuladas em protocolo celebrado, àquela mesma data, entre a Secretaria da Fazenda e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

### **Financeiras Estatais**

Na administração das instituições financeiras do Estado, a ativação de seus principais programas e a criação de nova dinâmica nas condições operacionais, com redução de custos e ganhos em qualidade, foram políticas gerenciais que mostraram efetivos resultados. A missão de sanear financeiramente o principal estabelecimento creditício oficial foi cumprida com uma soma de medidas administrativas exitosas, inclusive nos setores de cobranças de créditos vencidos, reconstituindo de pleno a confiança que o BANRISUL desfruta na comunidade. Linhas específicas de crédito voltadas às empresas de porte reduzido, através de Contas Empresariais, do Programa de Crédito-pró-Emprego, minoraram-lhes as dificuldades que encontram, estimulando o surgimento de empresários e a criação de novos empregos, reduzindo a pressão migratória para os grandes centros. Com seu capital aumentado, em 1983, de 7,7 para 25,5 bilhões de cruzeiros, com depósitos à vista acrescidos em 57,5% e os com correção monetária 182%, nosso banco oficial cumpre sua missão, com apoio provindo de modernização de processos, com o tele-saldo, a consulta direta por clientes, no telex, sobre contas correntes, o cartão magnetizado.

Na mesma linha de modernização agressiva de métodos operativos, a Caixa Econômica Estadual obteve um incremento médio de 1.500 novas contas por dia, a partir de agosto de 1983, possuindo hoje, 2,94 milhões de contas abertas, fazendo os seus depósitos crescerem em 18,54% e permitindo aplicar 348 bilhões de cruzeiros. 60 mil estudantes beneficiaram-se com o Empréstimo Universitário, em movimentação que alcança 4,6 bilhões de cruzeiros. 8 novas agências contam agora também com suas Carteiras Rurais, em apoio ao homem do campo.

A ação integrada do banco com sua Financeira e Corretora promovem o acréscimo do volume de suas operações, da sua rentabilidade e liquidez. Os financiamentos apresentaram um crescimento nominal de 278% e a orientação de aplicações no mercado de ações, através da congregação das poupanças de sua clientela, já constituem patrimônio da ordem de 250 milhões de cruzeiros, chegando a receita operacional líquida com operações de renda fixa aos 3,22 bilhões de cruzeiros.

### **Material**

Os procedimentos de seleção, aquisição e distribuição do material permanente e de consumo, exigido pela atividade administrativa do Governo, obedecendo política de economia e de controle de padronização, centralizaram-se administrativamente em órgão de compras, sob a orientação da Fazenda — por isso que movimentam recursos de monta na formação do gasto público. Os resultados evidenciam a conveniência desse processo, à medida que, pela concentração de itens, são obtidos melhores preços, orientadas as aquisições, sempre que possível, para o apoio ao complexo industrial do Estado.

### **Informática**

Na cuidadosa elaboração de uma política de informática para o Estado, congregando órgãos de informação, de análise estatística, na constituição de um banco de dados que — pelo sistema de processamento eletrônico — esclareçam a decisão, enriqueçam o estudo e o conhecimento das nossas realidades setoriais e da conjuntura global, no imediatismo da tecnologia eletrônica, o Governo empreende ações que mostram a relevância do setor e já dele vem tirando benefícios de monta. O Sistema de Processamento Eletrônico de Dados, ativado de pleno em 1983, indica a conveniência ou não da instalação, em órgãos estatais, de equipamentos e programas de processamento, tendo obtido economia de meios e compatibilizado serviços antes isolados e custosos. O Sistema de Acompanhamento de Projetos (SAFFI) já servirá o Governo neste exercício, dentro de nova configuração (IV), com o imediatismo e a riqueza de informes oportunos e tempestivos, dentro da técnica "on-line". A empresa de processamento do Estado tem sido elemento dinamizador da atividade administrativa, técnica e financeira do Governo, na implementação de uma série de programas, cuja automação e confiabilidade em muito beneficiam a qualidade e a operacionalização dos mais variados serviços. A ampliação de seus equipamentos, ora em negociação, acrescentará o apoio que confere à Administração em geral, incluso na elaboração dos mais variados programas e na compatibilização destes com os métodos tradicionais ainda não absorvíveis pela moderna tecnologia.

### **Controle sobre Estatais**

A atividade de avaliação racional e necessária do desempenho dos entes estatais, teve sua estruturação administrativa em 1983, apresentando trabalhos de utilidade para toda uma série de medidas que determinei fossem tomadas, visando à correção de desvios administrativos e salariais, e à imposição do dever de austeridade nos atos de gestão. O aperfeiçoamento dos indicadores analíticos e da sistemática de trabalho do órgão, conjugado com atividades complementares já em uso na Administração, há de ser de grande valor ao controle e aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de trabalho da máquina estatal, assegurando-lhe economia, eficiência e eficácia.

### **Planejamento**

A Sistemática de Planejamento da Administração, conquanto ainda carente de instrumentos de coleta e análise de dados com a profundidade desejável a um Estado que, como o Rio Grande do Sul, possui capacidade própria para o desenvolvimento ra-

zoável, sem dependência total da programação do Governo Federal, desdobrou vários trabalhos analíticos nos campos social, econômico e administrativo.

Todavia, o acervo de dados estatísticos, científicos e técnicos com que conta o Sistema, a par da colaboração permanente dos agentes que, em todos os setores da Administração, coletando dados setoriais, alimentam o processo, propiciou a confecção de trabalhos de real valia para a formulação de meu Plano de Governo, 1983-87.

A racionalização do Sistema Estadual de Planejamento, elemento essencial ao conhecimento dos fatos sociais e à lucidez das decisões político-administrativas, há de ser alcançada plenamente, com o auxílio e a confiança que merece do meu Governo.

Considerando a situação de crise por que passa a economia nacional, reflexo de uma crise maior a nível internacional, cresce em importância o papel do planejamento do setor público. Consciente de que só será possível sustar e reverter as conseqüências frustrantes da atual conjuntura e recolocar o Rio Grande do Sul na senda do desenvolvimento, determinei a reestruturação e refortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento, de forma a permitir maior agilidade para a tomada de decisões governamentais.

Senhor Presidente

Embora os problemas conjunturais referidos, sobretudo de natureza econômica, com inevitáveis reflexos na Administração Estadual, o Rio Grande trabalha, produz e exporta. A eletrificação e a telefonia foram estendidas à zona rural. Pavimentaram-se estradas e construíram-se pontes. Pequenas povoações foram contempladas com unidades sanitárias. Há escolas para todos.

O Estado investiu no homem, proporcionando-lhe meios de satisfazer suas necessidades básicas. Inegavelmente, há mais segurança. Dá-se proteção ao menor, amparo ao apenado, buscando-se combater as causas da criminalidade.

Tenho certeza de que as metas consignadas no Plano de Governo serão alcançadas ao término desta gestão. Creio nas potencialidades do nosso Estado, no dinamismo e a criatividade de nossa gente, no espírito empreendedor do nosso empresariado, na perseverança dos nossos agricultores.

Dentro de uma perspectiva realista, sem extremos de ufanismo ou de considerações marcadamente pessimistas, superados os fatores críticos momentâneos, o Rio Grande do Sul há de continuar na senda do progresso, fortalecendo com seu crescimento a unidade nacional.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência minhas atenciosas saudações.

**JAIR SOARES**  
Governador do Estado

## **II — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO**



**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**



## **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SEC)**

O transcurso de 1983, marcando o início de uma nova gestão, oportunizou o desenvolvimento de ações voltadas para a reorganização e dinamização da área educacional, além de manter em foco prioridades derivadas de problemas que persistem, apesar da concentração de recursos e de esforços para seu atendimento.

A educação básica, compreendendo o pré-escolar, o 1º e o 2º graus regular e supletivo, incluindo modalidades formais e não formais de ensino, é área de atuação prioritária, tendo como compromisso colaborar na redução das desigualdades sociais através da assistência às populações de baixa renda.

Integrando esforços, a Secretaria da Educação e Cultura (SEC), investiu recursos no preparo e valorização do profissional da educação, na redução dos índices de evasão e repetência, na melhoria da rede física, no desenvolvimento da educação pré-escolar e na intensificação da assistência ao educando.

Ocorre que a complexidade dos problemas educacionais e dos fatores que interferem em seu equacionamento leva à ampliação das responsabilidades do Sistema de Ensino, delineando novas áreas de atuação, exigindo novos objetivos e formas de ação que propiciem melhores resultados.

Seguindo a linha do planejamento participativo, oportunizou-se, através do diálogo, do estudo em conjunto e da consulta, a presença das Delegacias de Educação, das escolas e da comunidade nas decisões quanto a alternativas de soluções a propor e a seguir.

Nesse sentido, a SEC instituiu, no decorrer do período, 10 Grupos Operacionais, integrados por técnicos de diversas Secretarias, entidades de classes, instituições da comunidade e de estudantes, que analisaram os seguintes temas: Pré-Escolar e Creche Escolar; Compatibilização de Currículos; Gratuidade do Ensino; Quadro de Pessoal por Escola; Recrutamento e Promoção de Professores; Assistência ao Aluno no Período de Férias; Livro Didático; Calendário Escolar; Ensino Profissionalizante; e Projeto Padrão Prédio-Escolar.

As conclusões apresentadas serviram de base à definição das ações prioritárias para 1984, propondo-se a SEC a desenvolvê-las através de seus diversos órgãos.

Em 1983, o Sistema Estadual de Ensino, apresentou, do ponto de vista quantitativo, a seguinte configuração:

- matrícula total inicial de 1.668.035 alunos, distribuídos pelas quatro redes de ensino e abrangendo clientela de pré-escolar, 1º e 2º graus;
- 14.851 estabelecimentos de ensino, sendo 20 da rede federal; 3.123 da rede estadual; 10.887 da rede municipal e 821 da rede particular.

Através da Subsecretaria do Desporto, a SEC programou, no período, ações referentes às áreas da Educação Física, Desporto e Recreação, atendendo aos princípios de:

- descentralização, para melhor atingimento das metas a que se propõe, integrando-se com as Associações de Classe, Conselhos Municipais de Desporto e outras entidades, em especial, as Delegacias de Educação;
- planejamento participativo, para atender às necessidades detectadas a nível regional e à utilização dos recursos existentes na comunidade.

A Área Cultural do Estado sofreu, em 1983, transformações administrativas de vulto. Desse modo, a operacionalização das metas da área contou com o apoio logístico das Delegacias de Educação e com a colaboração das Universidades. A clientela estudantil foi motivada diretamente em seu meio de estudo, correspondendo significativamente às ofertas culturais do Estado, tanto comparecendo em grande número aos locais das realizações, como questionando os vários aspectos dessas atividades e ainda se expressando mediante formas culturais.

Com vistas ao atendimento das necessidades culturais da comunidade gaúcha, a política de atuação do Setor deu especial atenção aos aspectos de preservação dos bens considerados de importância cultural.

## **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Administração e Planejamento do Sistema de Ensino**

### **OBJETIVO**

*Dirigir, supervisionar e controlar a política de educação, cultura e desporto, com vistas ao atendimento das necessidades e diversidades regionais e locais, à concentração de esforços e economia de recursos.*

### **REALIZAÇÕES:**

- realização de Encontros de Coordenadores Regionais e Delegados de Educação; 7 encontros
- realização de Encontros para Orientação a Coordenadores das Assessorias Técnicas (AT), do Grupo Funcional de Avaliação e Ativação (GFAA) e Orientadores Educacionais nas 38 Delegacias de Educação; 1 encontro
- realização de Encontros com 58 Supervisores do Ensino Religioso;
- atendimento a solicitações: Palestras — Diretrizes Curriculares; Currículo por Atividades e Currículo por Área; Especialistas em Educação; Habilitação Magistério; Prioridades da Diretoria de Ensino;

955 participantes

- realização de Encontros para preparar, representantes da COMOCI/RS, junto às 38 Delegacias de Educação (DE), para implantar Centros Cívicos Escolares;
- realização de Ciclos de Estudos de Educação Moral e Cívica; 6 ciclos
- realização do IV Concurso Maratona Cívica/84, em que participaram 12.000 alunos. 1 concurso

## **OBJETIVO**

*Incrementar o planejamento e a orçamentação, a organização e a modernização administrativa, as informações geográficas e estatísticas, bem como incentivar a realização de experiências e a divulgação de resultados de estudos e pesquisas de interesse da educação, cultura e desporto.*

## **REALIZAÇÕES:**

- visitas de orientação às DE e às escolas que realizam a testagem das diretrizes curriculares; 12 escolas
- orientação e preparação de supervisores de DE e de escolas, e de professores de 2.<sup>a</sup> a 7.<sup>a</sup> séries que realizam testagem das diretrizes curriculares; 645 participantes
- provimento de materiais de ensino aprendizagem, nas escolas que realizam testagem das diretrizes curriculares; 920 alunos
- elaboração, com a participação do Departamento de Ensino Fundamental (DEF) e do Departamento de Ensino Médio (DEM), do documento "Elaboração de Regimentos Escolares"; 5.000 exemplares
- divulgação de assuntos técnicos pedagógicos e informativos relativos à Educação; 2 boletins
- professores enquadrados na Carreira do Magistério; 160 professores
- implantação de terminal para operação do Banco de Dados, processando dados e informações de 14.851 estabelecimentos de ensino. 1 terminal

## **OBJETIVO**

*Prestar assistência a órgãos públicos e entidades privadas para que desenvolvam serviços educacionais, culturais, desportivos e assistenciais de qualidade.*

**REALIZAÇÕES:**

- assistência técnica e financeira às Delegacias de Educação na atualização do acervo de Bibliotecas Escolares de Escolas de 1º grau, atingindo 1.677 escolas;  
Cr\$ 69,189 milhões
- orientação a Bibliotecas Escolares, em 29 DE;  
1.664 professores
- assistência técnica e financeira às 38 Delegacias de Educação relativa às Feiras de Ciências;  
Cr\$ 10,249 milhões
- assistência técnica às 38 Delegacias de Educação, relativa ao Projeto Natureza;

**OBJETIVO**

*Auxiliar, financeiramente, entidades privadas no desenvolvimento de programas específicos de interesse para a educação, a cultura e o desporto.*

**REALIZAÇÃO**

- auxílio financeiro a 10 entidades educacionais, assistenciais e culturais.  
Cr\$ 38 milhões

**OBJETIVO**

*Apoiar, técnica e financeiramente, Prefeituras Municipais para que assumam, gradativamente, o ensino de 1º grau, na zona rural e periferias urbanas, atendendo à política de municipalização.*

**REALIZAÇÕES:**

- auxílio ao transporte escolar em 188 municípios contemplados com veículos e passagens;  
Cr\$ 354,479 milhões
- custeio de obras e/ou equipamentos em 243 municípios do Estado;  
Cr\$ 1,088 bilhão
- treinamento de recursos humanos em Organização e Metodologia de Ensino de Escolas Unidocentes, em quatro Delegacias de Educação, atingindo 83 municípios;  
101 supervisores
- treinamento de recursos humanos em Planejamento e Supervisão, atingindo cinco Delegacias de Educação e 12 municípios;  
36 supervisores
- treinamento de recursos humanos em Orientação Curricular de 2ª a 4ª série do Ensino de 1º Grau, atingindo três Delegacias de Educação, e 42 Municípios;  
48 supervisores

- treinamento de recursos humanos em Técnicas de Avaliação, (9 Delegacias de Educação e 40 municípios) e em Processos e Técnicas de Avaliação (11 Delegacias de Educação e 50 municípios);  
134 supervisores
- treinamento de recursos humanos em Estratégias de Ensino para escolas de zona periférica, atingindo três Delegacias de Educação e 10 municípios;  
14 supervisores
- apoio técnico e financeiro aos treinamentos de recursos humanos realizados por 109 municípios sobre organização e funcionamento de bibliotecas escolares;  
Cr\$ 110,054 milhões
- apoio técnico e financeiro aos treinamentos de recursos humanos realizados por 24 municípios sobre organização e atividades de ensino/trabalho em hortas escolares;  
Cr\$ 48,201 milhões
- apoio técnico e financeiro aos treinamentos de recursos humanos realizados por 15 municípios sobre aquisição, elaboração e emprego de material de apoio ao currículo;  
Cr\$ 20,835 milhões
- custeio de treinamento de professores do ensino municipal em 240 municípios;  
Cr\$ 80,255 milhões
- custeio de curso de Capacitação de Docentes Leigos (resolução 159/Conselho Estadual de Educação) em 3 municípios;  
Cr\$ 30,291 milhões
- apoio a ações comunitárias nas áreas de saúde, lazer, cultura e/ou trabalho produtivo, cursos de aprendizagem e atividades de iniciação à produtividade em escolas municipais, em 70 municípios;  
Cr\$ 115,057 milhões
- assessoramento aos Municípios na elaboração do Plano Operativo de Educação Municipal e no planejamento e execução de interesse local;  
967 pessoas
- assessoramento de Planejamento e Avaliação das Ações Conjuntas da SEC e Prefeituras Municipais no que concerne ao desenvolvimento do ensino de 1.º grau;  
279 participantes
- visitas a 40 órgãos municipais de educação e 56 escolas municipais para acompanhamento da execução dos projetos da Unidade de Municipalização do Ensino em nível regional;  
96 visitas



## **OBJETIVO**

*Assegurar às populações rurais as mesmas oportunidades que têm as urbanas, resguardadas as diferenças regionais e de padrões culturais.*

## **REALIZAÇÕES:**

- reuniões e seminários com 56 representantes das 14 instituições que compõem o Programa Integrado para a Promoção do Desenvolvimento do Meio Rural e elaboração de Documento Básico;  
16 reuniões  
2 seminários
- seminários nos municípios de Encruzilhada do Sul, Alegrete, Jaguari com vistas à implantação do Programa.  
189 participantes

## **OBJETIVO**

*Acionar um sistema de acompanhamento e controle da execução e de avaliação de resultados dos programas-fim e dos programas-meio face aos resultados e benefícios esperados.*

## **REALIZAÇÕES:**

- visitas de supervisão a oito Delegacias de Educação;  
8 visitas
- repasse de recursos financeiros a 36 Delegacias de Educação, com vistas à supervisão;  
Cr\$ 99,461 milhões
- avaliação de professores do Quadro de Carreira.  
75.000 professores

## **OBJETIVO**

*Aumentar a rentabilidade interna e externa do sistema.*

## **REALIZAÇÕES:**

- atendimento, em caráter emergencial, a 433 unidades escolares do Ensino de 1.º Grau e Delegacias de Educação, atingindo 183 municípios;  
Cr\$ 429 milhões
- execução de pequenos reparos e serviços de conservação em 3.044 Unidades Escolares, beneficiando 38 Delegacias de Educação  
Cr\$ 96 milhões
- conclusão de 36 prédios, dos 49 contratos firmados com Prefeituras Municipais e Circulos de Pais e Mestres, totalizando a construção de 123 salas de aula, 33 conjuntos sanitários, 15 blocos administrativos, 7 quadras de esporte e 51 outras dependências.  
12.698,10m<sup>2</sup>

**Programa: Ensino de Primeiro Grau**

**OBJETIVO**

*Prover condições de atendimento satisfatório à demanda do ensino pré-escolar, por meios alternativos, levando em conta as características individuais e sócio-econômico-culturais das comunidades.*

**REALIZAÇÕES:**

- atendimento a 10.363 crianças carentes de 5/6 anos, em classes de educação pré-escolar não formal;
 

438 classes
- atendimento, através de Secretarias Municipais de Educação e Órgãos Municipais de Educação, a 15.951 crianças carentes de 5/6 anos em classes de Educação Pré-Escolar não formal, bem como preparação de 83 professores para atuar junto às mesmas;
 

22 municípios
- atendimento a 920 crianças na faixa etária de 5/6 anos através de convênios com Prefeituras Municipais, Fundações da Educação Social e Comunitária, Instituto Espírita Amigo Germano e Campanha Nacional de Escolarização da Comunidade;
 

31 classes
- fornecimento, a classes de educação pré-escolar em 230 escolas de 1º Grau, de material de consumo com vistas à realização de atividades pedagógicas para atendimento a 7.273 crianças carentes;
 

301 classes
- controle da autorização de funcionamento de jardim de infância e/ou escola maternal;
 

11 unidades
- controle da autorização de funcionamento de classes de jardim e/ou maternal em escolas que mantêm o 1º Grau, oportunizando atendimento a 850 crianças;
 

32 classes
- treinamento de supervisores e de professores da Pré-Escola pelo Programa de Educação Pré-Escolar (PROEPRE).
 

39 pessoas

**OBJETIVO**

*Prover condições de atendimento satisfatório à demanda do ensino regular de 1º grau, na faixa da obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos.*

**REALIZAÇÕES:**

- aquisição de imóveis para a instalação e funcionamento de escolas de 1º grau;
 

9 imóveis

- abastecimento de escolas de 1º grau de 233 municípios com material de consumo básico necessário a seu pleno funcionamento, beneficiando 715.112 crianças;
 

2.761 escolas
- assistência técnica e financeira a 36 Delegacias de Educação visando a orientação a professores e especialistas que atuam no Ensino de 1º grau;
- escolas equipadas para o Ensino de 1º Grau, beneficiando 183.187 alunos em 243 municípios;
 

910 escolas
- realização de encontros de orientação e de estudo com especialistas e professores que atuam em nível de Delegacias de Educação, bem como visitas às sedes de DE, núcleos sediados em municípios sob sua jurisdição e escolas que mantêm 1º grau;
 

128 eventos
- atendimento a escolas, beneficiando, 834 alunos de 1ª série, em dois anos de estudos contínuos, sem promoção formal ao término do primeiro ano de escolarização;
 

18 escolas
- atendimento a escolas, beneficiando 144.000 alunos de 1ª a 6ª séries de escolas estaduais com desenvolvimento de atividades artístico-culturais, em conformidade com as características e recursos da comunidade;
 

646 escolas
- complementação da merenda escolar em estabelecimentos de ensino que mantêm o 1º grau, atendendo 35.000 alunos;
 

1.500 escolas
- apoio à realização de cursos e atividades visando à qualificação para o trabalho e/ou exercício de uma atividade rendosa, atingindo 2.000 pessoas;
 

50 eventos
- apoio à efetivação de cursos de suprimento, ou similares, com vistas à capacitação do pessoal envolvido com educação comunitária, atingindo 1.000 pessoas;
 

10 cursos
- apoio financeiro e técnico-pedagógico a 10 instituições e/ou serviço no desenvolvimento de programas de assistência comunitária;
 

Cr\$ 83,268 milhões
- instituições e/ou serviços apoiados no desenvolvimento de programas de difusão cultural;
 

3 instituições
- apoio à efetivação de cursos de aprendizagem-Educação para o Trabalho (156 participantes) e de cursos de suprimento-Educação para o Lazer, Educação para a Cidadania;
 

17 cursos



- escolas de 1.º Grau de 50 municípios beneficiadas com material didático, jogos, brinquedos, aparelhos pedagógicos e outros materiais permanentes, beneficiando 20.000 alunos;
 

600 escolas
- preparação, para a alfabetização antes da escolarização propriamente dita, de crianças matriculadas em 1.ª série, desenvolvendo programação pedagógica e atendimento assistencial em 150 escolas de 34 DE;
 

5.618 alunos
- recuperação, em período de férias, de crianças não aprovadas na 1.ª série, desenvolvendo reforço pedagógico e atendimento assistencial em 150 escolas de 34 DE;
 

4.025 alunos
- assistência técnica e financeira a 36 Delegacias de Educação para a efetivação de atividades de orientação a professores e especialistas que atuam no Ensino de 1.º Grau, atingindo 227 municípios, 5.425 professores e 2.060 especialistas
 

Cr\$ 110,138 milhões
- agilização do funcionamento do Centro Regional de Educação Comunitária (CREC/RS), através de reuniões sistemáticas e sessões de estudo envolvendo 21 instituições e/ou órgãos diversos e 740 participantes;
 

60 encontros
- controle da criação e autorização de funcionamento de Escolas Públicas Estaduais para o Ensino Regular de 1.º Grau, oportunizando escolarização a 20.693 alunos;
 

41 escolas
- controle de autorização de funcionamento de Escolas Públicas Estaduais de Ensino Regular de 1.º Grau, resultantes de regularização (Parecer 286/82, CEE), beneficiando 17.835 alunos;
 

121 escolas
- controle de autorização de funcionamento de Escolas Públicas Municipais de 1.º Grau, oportunizando escolarização a 1.293 novos alunos em 1983, e a mais 980 em 1984;
 

22 escolas
- controle de autorização de funcionamento de Escolas Particulares de 1.º Grau, oportunizando escolarização a 309 novos alunos em 1984;
 

2 escolas
- controle de autorização de funcionamento de Escolas Particulares para Educação Especial;
 

8 escolas
- controle de autorização de funcionamento de Classes de Educação Especial, em escolas estaduais e municipais;
 

37 escolas

- controle de autorização de funcionamento de séries do Ensino de 1º Grau, beneficiando 9.049 alunos; 219 séries
- acompanhamento de cursos da Fundação Gaúcha do Trabalho sobre prevenção de acidentes, voltados para o Ensino de 1º Grau, atingindo 10 Delegacias de Educação e 300 professores; 5 cursos
- orientação na promoção do Encontro de Centros Interescolares, realizado em Torres — 13 Delegacias de Educação e 110 participantes; 1 encontro
- orientação na participação do Encontro de Escolas Agrícolas realizado em São Lourenço — seis Delegacias de Educação e 38 participantes; 1 encontro
- assessores treinados de 15 Delegacias de Educação e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porto Alegre sobre o recebimento e distribuição dos Livros/PLIDEF-83/84; 16 assessores
- desenvolvimento de atividades comemorativas do Dia Internacional de Alfabetização, através de sessões de estudos, encontros, palestras e debates sobre alfabetização nas 38 DE, envolvendo escolas estaduais, municipais e particulares de 1º grau — escolas atingidas; 14.123 escolas

#### Programa: Ensino de 2º Grau

#### OBJETIVO

Prover condições alternativas de ofertas de terminalidades parciais e polivalentes que venham a atender às necessidades do desenvolvimento local, regional e estadual, sem perda da unidade nacional.

#### REALIZAÇÕES:

- concessão de auxílio financeiro para a manutenção de cinco escolas de 2º Grau da rede estadual; Cr\$ 2 milhões
- concessão de auxílio financeiro para a manutenção de 88 escolas de 2º Grau da rede estadual; Cr\$ 224,95 milhões
- provimento de recurso para a ampliação, adaptação e reforma de uma escola estadual de 2º Grau; Cr\$ 23,91 milhões
- construção, equipamento e mobiliário de 22 prédios escolares para o Ensino de 2º Grau; Cr\$ 67,576 milhões
- provimento da Escola Estadual de 2º Grau de Uruguaiana, com conjunto de equipamento necessário ao desenvolvimento da Formação Profissionalizante Básica em Saúde; Cr\$ 1,5 milhões

- provimento da Escola Estadual de 2.º Grau Santos Dumont, de Gramado, com conjuntos de equipamentos necessários ao desenvolvimento da Formação Profissionalizante Básica, em Comunicação e Artes; Cr\$ 500 mil
- desenvolvimento de projetos agropecuários em 10 escolas que possuem ensino profissionalizante: cultura da soja e arroz irrigado, produção de frangos, leite e milho. Cr\$ 19,523 milhões

## OBJETIVO

Prover condições alternativas de oferta de habilitações plenas para atender à demanda de técnicos nas diferentes regiões do Estado.

## REALIZAÇÕES:

- provimento de sete escolas estaduais de 2.º Grau, com cinco escritórios-modelo e dois equipamentos para prótese odontológica para o desenvolvimento do currículo da parte da Formação Especial; Cr\$ 23,49 milhões
- provimento de duas escolas estaduais de 2.º Grau, com Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas e/ou equipamentos para complementar seus laboratórios. Cr\$ 7,08 milhões

## OBJETIVO

Prover condições de preparação adequada de recursos humanos para o exercício do magistério no ensino de 1.º Grau.

## REALIZAÇÕES:

- realização de curso com supervisores, orientadores educacionais, diretores de escolas e professores sobre: metodologia do currículo por atividades do meio rural; fundamentos da alfabetização; perfil do profissional da Habilitação Magistério; 113 participantes
- realização da 2.ª fase do curso para a titulação de professores que atuam na Formação Especial do currículo do Ensino de 2.º Grau, na área de Mecânica; 36 participantes
- realização da 2.ª fase do curso para a titulação de professores que atuam na Formação Especial do currículo do Ensino de 2.º Grau, na área de Eletricidade; 38 participantes
- realização da 2.ª fase do curso para a titulação de professores que atuam na Formação Especial do currículo de 2.º Grau, na área de Agropecuária; 79 participantes
- treinamento de Supervisores Escolares de 2.º Grau na elaboração e utilização de materiais e recursos instrucionais; 24 participantes

- treinamento de professores de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na elaboração e utilização de materiais e recursos institucionais;  
18 participantes
- treinamento de professores de Matemática na elaboração de materiais e recursos institucionais;  
18 participantes
- treinamento de professores de Ciências Físicas e Biológicas na elaboração e utilização de materiais e recursos institucionais.  
18 participantes

**Programa: Ensino Superior**

### **OBJETIVO**

*Prover condições para a oferta de cursos de graduação, de curta duração, de pós-graduação, bem como ações de suprimento e treinamento a nível de 3º grau, de recursos humanos destinados ao Sistema Estadual de Ensino.*

### **REALIZAÇÕES:**

- concessão de Bolsas de Estudo a membros do Magistério Público Estadual que realizam cursos de habilitação para disciplinas profissionalizantes do Ensino de 2º Grau e licenciatura em áreas prioritárias do Sistema Estadual de Ensino;  
497 bolsas
- concessão de Licenças para Qualificação Profissional a membros do Magistério Público Estadual que realizam cursos de licenciatura em áreas prioritárias do Sistema Estadual de Ensino;  
66 licenças
- concessão de bolsas a estudantes de currículo Superior, economicamente carentes, que realizam cursos nas áreas da Educação, Saúde e Tecnologia;  
789 bolsas
- concessão de Bolsas de Estudo a Concluintes de Curso Superior, para a realização de estudos em nível de pós-graduação no país e no exterior;  
23 bolsas
- conclusão do Curso de Licenciatura de 1º Grau em Ciências;  
40 professores
- conclusão dos Estudos Adicionais pós-2º Grau: Especialização em: Alfabetização, Educação Especial, Setor Deficiente Mental, Unidocência para Classes Plurisseriadas;  
120 professores
- promoção da 1ª etapa do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Habilitação em Supervisão Escolar no Meio Rural, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar;  
120 professores

- promoção das 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> etapas do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia — Habilitação em Supervisão Escolar; 1 curso
- promoção da 1.<sup>a</sup> etapa do Curso de Licenciatura de 1.<sup>o</sup> Grau em: Ciências, Educação Artística, Técnicas Agrícolas, Educação para o Lar, Técnicas Comerciais e Artes Industriais; 310 professores
- Promoção das 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> etapas do Curso de Licenciatura de 1.<sup>o</sup> Grau em Educação Artística; 45 professores
- promoção da 1.<sup>a</sup> etapa de Estudos Adicionais Pós-2.<sup>o</sup> Grau: Especialização em Alfabetização e Secretaria de Escola, Habilitação Magistério de Especialização em Educação Especial, Setor Deficiente Mental, e Currículo por Atividades; 240 professores
- promoção da 2.<sup>a</sup> etapa de Estudos Adicionais Pós-2.<sup>o</sup> Grau: Especializações em Educação Pré-Escolar e Alfabetização; 85 professores
- atualização de professores em cursos de 40 horas em Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Planejamento da Educação; 280 professores
- promoção de cursos de atualização de 40 horas para professores em exercício no Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau, em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Estudos Sociais; 170 professores
- promoção de um curso de atualização de 40 horas, em Metodologia da Educação de Adultos, para professores em exercício nos níveis 3 e 4 do Ensino Supletivo; 40 professores
- promoção de um curso de atualização, de 80 horas, em Metodologia das Ciências, para Professores em exercício nas 4.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> séries do Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau; 40 professores
- promoção de um curso de atualização, de 40 horas, para Professores em exercício em secretarias das escolas estaduais de 1.<sup>o</sup> Grau; 80 professores
- promoção de seis cursos de atualização, de 20, 40, 100 e 120 horas, em Metodologia para o Currículo por Atividades, para professores em exercício nas primeiras séries do Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau; 270 professores

- promoção de dois cursos de atualização, de 40 horas, para Inspectores de Ensino, em exercício nos GFAA, da 1.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 24.<sup>a</sup>, 26.<sup>a</sup>, 35.<sup>a</sup> e 37.<sup>a</sup> DE;  
30 professores
- promoção de um curso de atualização, de 40 horas, em Métodos e Processos de Avaliação, para professores;  
60 professores
- promoção de um curso de atualização de 80 horas, em Metodologia da Alfabetização para professores em exercício nas 1.<sup>as</sup> Séries do Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau;  
50 professores

## OBJETIVO

Oportunizar um maior grau de participação das instituições de ensino superior na busca de soluções para os problemas do 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> Graus de ensino, através da promoção de ações conjuntas SEC/IES.

## REALIZAÇÕES:

- elaboração e divulgação do 10.<sup>o</sup> número da publicação "Estatísticas Básicas do Ensino Superior — RS", dados de 1982;  
250 exemplares
- apoio técnico e financeiro à realização de Encontros Educacionais promovidos pela Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino (AESUFOPE) sobre formação de Professores de Educação Artística, Licenciaturas e a formação do Professor, Formação de Professores de História, Formação de Professores de Estudos Sociais, Encontro Regional de Pesquisadores em Educação, envolvendo 642 participantes;  
Cr\$ 600 mil
- apoio técnico e financeiro à realização do I Encontro de Integração entre Instituições de Ensino Superior do Distrito Geoeeducacional 38 e Agências Oficiais de Educação e Cultura, promovido pela Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES), em Erechim, com 54 participantes;  
Cr\$ 600 mil
- apoio técnico e financeiro à realização de Encontro sobre Alfabetização, promovido pela fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai (FESAU) e 33.<sup>a</sup> DE, em Frederico Westphalen, com 27 participantes;  
Cr\$ 296,6 mil
- realização do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários, em Santa Rosa, com 600 participantes;  
1 simpósio
- apresentação da política de integração da SEC em Encontros Educacionais realizados em Santa Maria, Passo Fundo, Novo Hamburgo, Santo Ângelo;  
9 encontros

- apreciação de Programas Regionais de Ação Integrada DE/IES e acompanhamento da sua execução;
 

19 programas
- apoio técnico e financeiro a seis projetos previstos em Programas Regionais de Ação Integrada:
  - atualização para Professores de Língua Portuguesa-Fundação do Ensino Superior da Região Centro-Sul (FUNDASUL)/34ª DE;
 

60 professores
  - atualização de professores em Língua Portuguesa e Estudos Sociais — Faculdade de Ciências e Letras de Osório/11ª DE;
 

82 professores
  - Aperfeiçoamento para Professores da Pré-Escola — Fac. de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco/17ª DE;
 

40 professores
  - atendimento às Escolas de 2º Grau com habilitação Magistério — 2ª fase FEEVALE/2ª DE;
 

49 professores
  - seminário de Estudo sobre o Processo Ensino-Aprendizagem — UNISINOS/2ª DE, para professores e supervisores, com 842 participantes;
 

1 seminário
  - celebração de Acordos e Convênios de Cooperação Mútua entre 45 Instituições de Ensino Superior, e o Estado do Rio Grande do Sul, relativos à cedência de recursos humanos e à ação integrada na área de Educação.
 

42 acordos  
3 convênios

#### Programa: Ensino Supletivo

##### OBJETIVO

Prover condições para a oferta de cursos e exames de suplência e qualificação, cursos de suprimento e aprendizagem, bem como de treinamento de recursos humanos.

##### REALIZAÇÕES:

- atualização de recursos humanos envolvidos nas diversas modalidades de atendimentos do Ensino Supletivo, através de treinamentos, atingindo 584 participantes;
 

9 treinamentos
- aquisição de equipamentos e material permanente para cinco Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRES) e dois Centros de Estudos Supletivo (CES), beneficiando 1.532 alunos;

Cr\$ 36,230 milhões

- aquisição de equipamentos e material permanente para dois Centros de Habilitação de Docentes Leigos, beneficiando 240 alunos;  
Cr\$ 5,600 milhões
- aquisição de equipamento para 55 Cursos Supletivos que funcionam em escolas regulares (Res. CEE/RS 137/78);  
Cr\$ 21,319 milhões
- aquisição de equipamento e material permanente para 44 Núcleos de Orientação do Ensino Supletivo (NOES), beneficiando 2.215 alunos;  
Cr\$ 48,200 milhões
- realização de Exames Supletivos de Educação Geral — 1º Grau, para 6.436 candidatos;  
7 exames
- realização de Exames Profissionalizantes de 2º Grau em 5 modalidades, para 1.217 candidatos;  
5 habilitações

#### OBJETIVO

Promover condições de capacitação e habilitação, via supletivo, de recursos humanos para o desenvolvimento da educação, cultura e desporto, visando a diminuir o contingente de professores leigos.

#### REALIZAÇÕES:

- aquisição de equipamento e material permanente para os Cursos Supletivos de Habilitação de Docentes Leigos de Santa Cruz do Sul e Osório (2 cursos);  
Cr\$ 5,600 milhões
- professores participantes de 11 Cursos para Habilitar Docentes Leigos, segundo a Res. CEE/RS nº 104/73, em Pelotas, Palmeira das Missões, Erechim, Soledade, Cachoeira do Sul, Alegrete, Passo Fundo, Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Ijuí e Júlio de Castilhos;  
1.229 professores
- professores que realizaram as 1ª e 2ª etapas do Curso para Habilitar Docentes Leigos, pela Res. CEE/RS nº 104/73, em Iraí;  
120 professores
- professores que concluíram a 1ª etapa do curso para habilitar Docentes Leigos, pela Res. CEE/RS nº 104/73, em Estrela, Santa Cruz do Sul e Osório;  
360 professores
- professores que concluíram a 1ª etapa do curso para habilitar Docentes Leigos, pela Res. CEE/RS nº 105/73 em Júlio de Castilhos.  
120 professores

#### OBJETIVO

Colocar à disposição da clientela tecnologia adequada ao ensino supletivo, de custo compatível com a realidade econômico-financeira do Estado.



**REALIZAÇÕES:**

- realização e veiculação de Programas Radiofônicos para o Ensino Supletivo pelo Rádio: 130 programas
- distribuição aos CES, NOES, CRES e Cursos regidos pela Res. 137/78, CEE do Ensino Supletivo, de material de apoio atualizado (módulos de ensino para 1º Grau): 2.848 coleções
- reprodução de material instrucional para o Ensino Supletivo de 2º Grau. 5.600 coleções

Programa: Assistência a Educandos

**OBJETIVO**

Prover condições de atendimento às necessidades dos escolares em termos de saúde, bem-estar social e nutrição, realizando ações integradas para aumentar o tempo de permanência do aluno na escola e reduzir as taxas de evasão e repetência.

**REALIZAÇÕES:**

- prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, de enfermagem, reeducação de linguagem e de ação social aos alunos de 1º Grau: 1.026.754 atendimentos
- prestação de assistência básica integral em saúde e ação social a escolares carentes de 1ª série do ensino de 1º Grau, atingindo 97 escolas em 13 Delegacias de Educação: 7.500 escolares
- equipamento de Consultórios Odontológicos beneficiando 16.000 escolares; 16 consultórios
- provimento de escolas estaduais de 1º Grau com material de cantina para a preparação de merenda escolar para 154.000 alunos. 350 escolas

**OBJETIVO**

Promover a melhoria do padrão de nutrição dos escolares, especialmente do pré-escolar e do aluno de 1º Grau.

**REALIZAÇÕES:**

- fornecimento de alimentação balanceada a 873.878 alunos de 1º Grau e pré-escolares de escolas municipais, estaduais e federais. 113.819.076 refeições

**OBJETIVO**

Suprir as necessidades materiais básicas dos alunos carentes de recursos, pela distribuição de material de consumo básico e livro didático, com vistas a aumentar sua rentabilidade no processo ensino-aprendizagem.

S. C. F.  
BIBLIOTECA  
Nº 1094  
Data: 25/10/02

**REALIZAÇÃO:**

- distribuição de livros didáticos a 241.373 alunos de 1.º a 4.º série do 1.º Grau de 3.030 escolas públicas municipais e estaduais.

559.320 Livros

**OBJETIVO**

Criar oportunidades de acesso e permanência de alunos excedentes do Sistema Estadual de Ensino, em especial os de baixa renda, pela compra de vagas em escolas particulares e distribuição de bolsas de estudo.

**REALIZAÇÕES:**

- aquisição de vagas, em estabelecimentos particulares de ensino de 1.º e 2.º Graus, para alunos excedentes de escolas públicas;

64.710 vagas

- concessão de auxílios financeiros e técnico-financeiros por cedência de professores a estabelecimentos particulares de ensino de 1.º e 2.º graus.

32.129 alunos

**SUBSECRETARIA DA CULTURA****Programa: Cultura****OBJETIVO**

Oportunizar o crescimento cultural da comunidade gaúcha, pela difusão dos bens culturais existentes e pela valorização e incentivo às criações culturais.

**REALIZAÇÕES:**

- apresentações artístico-culturais:

- música popular, atingindo 20.695 pessoas;

23 apresentações

- música erudita, atingindo 2.452 pessoas;

8 apresentações

- dança, atingindo 28.235 pessoas;

7 apresentações

- dança folk, atingindo 21.722 pessoas;

3 apresentações

- Festival de Dança, atingindo 859 pessoas;

6 apresentações

- teatro adulto, atingindo 4.335 pessoas;

37 apresentações

- teatro infantil, atingindo 344 pessoas;

4 apresentações

- cinema, atingindo 530 pessoas;

4 apresentações

- atendimento ao público em bibliotecas públicas do Estado, inclusive Infantil e Infanto-Juvenis;
 

178.754 pessoas
- serviço de extensão Carro-biblioteca:
  - estacionamento e apresentações em vilas e instituições assistenciais, atingindo 10.716 pessoas;
 

56 apresentações
  - atividades de lazer em enfermarias, beneficiando 280 pacientes;
 

8 atividades
- consultas no arquivo histórico;
 

2.900 consultas
- atividades com estagiários: Projeto FORMAR/PRÓ-MEMÓRIA/MEC;
 

9 estagiários
- realização de cursos através de Instituições da SUSEC sobre: entalhes, madeira, serigrafia, desenho, tapeçaria, escultura, arte contemporânea, técnica vocal, coro falado, criatividade em tecelagem, atingindo 513 pessoas;
 

36 cursos
- realização de pesquisas arqueológicas;
 

2.241 pesquisas
- patrocínio de cursos sobre: técnica vocal, artesanato, dança contemporânea e moderna, cerâmica, artes plásticas, violão, improvisação e interpretação teatral, atingindo 622 pessoas;
 

14 cursos
- promoção de cursos pela Subsecretaria da Cultura sobre: técnica vocal, tapeçaria, coro falado, coral, sensibilização, música do currículo de 1º e 2º graus, criatividade em tecelagem e aperfeiçoamento vocal, atingindo 595 pessoas;
 

10 promoções
- apoio às Delegacias de Educação para a divulgação de concursos, exposições, integração artística e seminário através de 38 Delegacias de Educação, envolvendo 13.510 pessoas.
 

38 delegacias

## OBJETIVO

Preservar o patrimônio cultural do Estado, de valor histórico, artístico e ecológico.

## REALIZAÇÕES:

- apoio às Delegacias de Ensino para realização de curso, palestra, exposição e de projeto: "Conhecer para Preservar", atingindo 69.595 pessoas;
 

31 delegacias
- promoção de cursos e exposições através de DE, atingindo 12.235 pessoas;
 

21 promoções

- aquisição da casa da cultura "Mario Quintana"; 1 prédio
- restaurações em prédios de Instituições Culturais; 7 prédios
- restauração de documentos históricos; 645 restaurações
- realização de exposições, seminários e encontro, atingindo 5.443 pessoas; 4 eventos

### OBJETIVO

Fortalecer as condições de funcionamento das unidades que compõem o Sistema Estadual de Cultura pela implantação de uma nova sistemática de ação cultural, através das Delegacias de Educação.

### REALIZAÇÕES:

— apresentações artístico-culturais:

- folclore, atingindo 4.830 pessoas; 7 apresentações
- dança, atingindo 11.836 pessoas; 36 apresentações
- festival de teatro, atingindo 1.338 pessoas; 6 apresentações
- teatro infantil, atingindo 139.400 crianças; 205 participações
- música erudita, atingindo 15.728 pessoas; 41 apresentações
- música popular, atingindo 59.388 pessoas; 44 participações
- promoções especiais nas Instituições Culturais: audições, recitais e encontros, atingindo 1.916 pessoas; 39 promoções

### OBJETIVO

Apoiar agentes culturais do Rio Grande do Sul.

### REALIZAÇÕES:

— apresentações artístico-culturais:

- música popular, atingindo 27.064 pessoas; 27 apresentações

- atividades culturais no Centro de Desenvolvimento da Expressão, Escolas de Artes e Discoteca Pública, atingindo 7.417 pessoas (palestras, cursos, audições, concertos, teatro);  
93 atividades
- atividades culturais nos Museus, atingindo 3.054 pessoas (palestras, simpósio, recreação, apresentações artístico-culturais);  
9 atividades
- divulgação de concursos nas Delegacias de Educação, atingindo 5.000 pantes;  
3 concursos
- patrocínio a cursos de interpretação pianística, com 55 participantes;  
2 cursos
- promoção de curso de Atualização Cultural na 6.<sup>a</sup> DE, com 312 participantes;  
1 curso
- promoção de palestra sobre Atualização Cultural para 105 pessoas, na 35.<sup>a</sup> DE;  
1 palestra
- apoio à Mostra Afro-Luso-Brasileira, através da remessa de obras à 24.<sup>a</sup> DE e realização de palestra;  
1 exposição
- participação, através de seis Delegacias de Educação, na IV Multifeira, atingindo 3.526 pessoas  
1 participação
- execução do Projeto "Trem da Cultura" em três Delegacias de Educação, atingindo 81.120 pessoas.  
1 projeto

#### OBJETIVO

Estimular a pesquisa e a criatividade entre os estudantes, técnicos, cientistas e artistas do Rio Grande do Sul.

#### REALIZAÇÕES:

publicação de Anais;

2 publicações

- realização de encontro sobre arquivo, atingindo 100 professores;  
1 encontro
- espetáculos de: dança (21 apresentações), teatro adulto (83 apresentações), teatro infantil (77 apresentações), folclore (12 apresentações), nativismo (2 apresentações), cinema (19 apresentações), atingindo 77.431 pessoas;  
214 espetáculos



- realização de exposição e debate, atingindo 100 pessoas; 1 exposição
- exposição de 18 livros de autores gaúchos em vitrine; 1 exposição
- execução do projeto "Autor — Presente", com a participação de 23 escritores sul-rio-grandenses. 1 projeto

## SUBSECRETARIA DE DESPORTO

Programa: Educação Física e Desporto

### OBJETIVO

*Intensificar a prática da Educação Física, como meio de contribuir para a diminuição das taxas de evasão e repetência escolar, integrando-a ao processo de educação básica.*

### REALIZAÇÕES:

- realização de encontros regionais, reunindo 80 professores que atuam na supervisão de Educação Física na Delegacia de Educação; 7 encontros
- realização de Encontro Estadual, reunindo um supervisor por DE; 1 encontro
- treinamento em serviço de professores de 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> série de 396 escolas de 1.<sup>o</sup> Grau e de professores da Pré-Escola, envolvendo as 12 escolas superiores de educação física e 13 Delegacias de Educação, beneficiando 30.540 alunos; 1.018 professores
- atualização de professores de educação física, beneficiando 240.000 alunos. 2.400 professores

### OBJETIVO

*Apoiar o desporto estudantil e comunitário como estímulo para a conscientização de toda a população quanto aos benefícios decorrentes da aptidão física.*

### REALIZAÇÕES:

- atividades do Centro Escolar de Treinamento Esportivo, com modalidades desportivas e alojamento de atletas para a realização de jogos, torneios e campeonatos, beneficiando 60.000 pessoas; 92 eventos
- realização de modalidades de competições esportivas regionais e final estadual do ensino supletivo, beneficiando 620 alunos; 3 modalidades
- auxílio financeiro a 20 Federações que colaboram e participam do programa; Cr\$ 5 milhões

- realização do Campeonato Escolar Gaúcho, envolvendo os 244 municípios nas modalidades: ginástica rítmica desportiva, ginástica olímpica, natação, judô, xadrez, atletismo, basquetebol, handebol, voleibol e futebol, beneficiando 56.079 alunos;  
1 campeonato
- participação nos Jogos Estudantis Brasileiros, com 2.ª classificação em atletismo, ginástica olímpica e handebol, beneficiando 160 alunos;
- encontro de recursos humanos, beneficiando 60 participantes;  
1 encontro
- organização e implementação de clubes escolares de desporto, beneficiando 6.000 alunos.  
20 clubes

## OBJETIVO

*Propiciar situações para a participação em atividades recreativas não-formais, necessárias à educação e saúde do indivíduo em particular e da população em geral, revitalizando ações programadas e pré-escola, 1.º e 2.º graus regulares e supletivos.*

## REALIZAÇÕES:

- realização de colônias de férias de serra e praia, beneficiando 3.206 alunos de todo o RS, nos meses de Jan/Fev/83;  
9 colônias
- realização de colônias de sustentação em escolas, beneficiando 1.500 escolares de todo Estado, em fins de semana e feriados;  
50 escolas
- realização de atividades em períodos de férias escolares: Lazer nas Escolas, beneficiando 3.249 alunos;  
33 escolas
- realização de atividades recreativas, abrangendo, aproximadamente 100.000 pessoas da comunidade, independente de idade e classe social, e envolvendo todos os órgãos da comunidade;  
150 eventos
- realização de treinamento de recursos humanos, para a formação de 52 Comissões Municipais de EPT, com 1.461 participantes;  
96 treinamentos
- realização do Congresso Sulbrasileiro de Esporte para Todos, com apresentação de 38 trabalhos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em Caxias do Sul, com 1.461 participantes;  
1 Congresso
- realização de Festivais de Jogos no Centro Escolar de Treinamento Esportivo, em Caxias do Sul, em Estrela, na MULTIFEIRA e no 3.º Regimento de Cavalaria, com 20.000 participantes;  
6 festivais

## FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, em consonância com a política educacional do Governo do Estado relativa ao ensino profissionalizante, durante o ano de 1983, empenhou-se no atendimento ao maior número possível de alunos através da oferta de habilitações plenas do setor secundário, nas áreas de Química, Eletrotécnica e Mecânica, atendendo às necessidades de auto-realização do aluno como agente de transformação e crescimento, bem como às necessidades do desenvolvimento local e regional.

Foram atendidos, em 1983, 1.116 alunos e foram habilitados, neste período, 46 técnicos em Química, 38 técnicos em Mecânica e 40 técnicos em Eletrotécnica, para atendimento ao mercado de trabalho.

Como decorrência da preocupação com a melhoria da qualidade do ensino profissionalizante foi seguida uma política de integração com as empresas e com a comunidade, através de sistemáticas visitas de estudos de alunos e professores, promoção de palestras e seminários, por contatos com lideranças e empresários da comunidade e pela realização de cursos complementares para alunos concluintes e ex-alunos. Também foi ensejada a atualização do corpo docente, através da participação em cursos, congressos, seminários e encontros.

O desenvolvimento da pesquisa, análise e produção foi levado a efeito como meio de oportunizar aos alunos atividades de complementação curricular, aproveitando, ao mesmo tempo, equipamentos de alta precisão e racionalizando os recursos materiais e humanos disponíveis. Assim, foram realizados desenhos e projetos industriais, testes de laboratório e usinagem de peças em geral, favorecendo a troca de experiências e tecnologia entre a Escola e as Empresas.

A ampliação e melhoria das instalações físicas da Fundação foi efetivada pela construção do Módulo Desportivo-Cultural e da plataforma cívica, bem como pela conservação e recuperação do prédio e instalações. Equipamentos foram modernizados e repostos nos diversos laboratórios e oficinas dos cursos técnicos, bem como procedeu-se à implantação do acervo bibliográfico da Escola.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Ensino de 2º Grau

#### OBJETIVO

Prover condições alternativas de oferta de habilitações plenas para atender à demanda de técnicos nas diferentes regiões do Estado.

#### REALIZAÇÕES:

- aprovação de alunos (índice) nos cursos: Básico (73,8%) Técnico em Química (83,2%), Técnico em Eletrotécnica (82,8%), Técnico em Mecânica (95,0%);

1.056 matrículas

- continuidade nas obras de construção do Módulo Desportivo-Cultural;

1 módulo



- cursos assistemáticos nas áreas de cromatografia, espectrografia e eletrônica para alunos concluintes de curso e ex-alunos;
- aquisição de uma fresadora AZERF;
- restauração do sistema de iluminação das áreas de circulação.

1 equipamento

1 sistema

## FUNDAÇÃO TELEVISÃO EDUCATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (TVE/RS)

A Fundação Televisão Educativa, Canal 7-RS, buscou, em 1983, retomar a sua função básica, qual seja, o atendimento às carências educacionais do Estado, em consonância com o que estabelecem as "Diretrizes de Ação" da atual administração que enfatizam o binômio Saúde-Educação, e com as prioridades determinadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Para o efetivo alcance de seus objetivos, em nível de Programação, a TVE preocupou-se em produzir e/ou veicular programas destinados à população da periferia urbana e da zona rural, tentando contribuir para a fixação do homem à terra; realizar campanhas comunitárias, procurando sensibilizar e estimular a população a colaborar espontaneamente na solução de problemas da própria comunidade; produzir programas que propiciam questionamentos da população com os responsáveis pelos diversos órgãos do poder público; promover a integração com outros Órgãos que atuam na área da Tecnologia Educacional para intercâmbio, aprimoramento e realização conjunta de tarefas; utilizar espaços que favoreçam o conhecimento do trabalho desenvolvido pelo Parlamento em nível Federal, Estadual e Municipal. Preocupou-se ainda em manter entrosamento com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais que têm suas atividades dirigidas à educação ou não, mas que desenvolvem atividades voltadas para o atendimento à comunidade, bem como realizar trabalho sistemático de integração com diferentes departamentos da Secretaria da Educação e Cultura, através do desenvolvimento de projetos e programas de ação conjunta.

No que tange à área técnico-administrativa a atuação da Televisão Educativa, caracterizou-se pela realização de ações que efetivaram uma racionalização no uso dos recursos disponíveis; operacionalização de mecanismos de controle dos gastos e da execução e acompanhamento de projetos; busca de outras alternativas de receitas, que não públicas, procurando ativar e operacionalizar atividades e funções que a TVE possa desenvolver; capacitação de mão-de-obra, visando a uma melhor utilização dos recursos materiais, com vistas à otimização da qualidade do produto final; racionalização no uso dos equipamentos existentes na emissora; regularização de aspectos referentes a situações funcionais específicas, condições físicas do prédio, revisão da estrutura de pessoal e reorganização do quadro funcional; reestudo da TVE como um todo do ponto de vista das instalações físicas e como instituição, numa tentativa de retomar o espaço prejudicado pelo incêndio ocorrido em abril de 1983; elaboração do Projeto de "Interiorização do Sinal do Canal 7", através da instalação de repetidoras e retransmissoras envolvendo Prefeituras e Universidades do interior do Estado.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Cultura

**OBJETIVO**

Produzir e transmitir programas educativos, culturais e informativos em consonância com as necessidades da Secretaria da Educação e Cultura e com as prioridades do MEC.

**REALIZAÇÕES:**

- estruturação de telepostos de recepção organizada, dotando-os de equipamentos necessários para a utilização do Telecurso de 1º Grau (SPG), na área de abrangência da TVE-RS-Canal 7;
 

37 telepostos
- montagem de uma estrutura de utilização dos programas do Telecurso do Ensino Supletivo de 1º Grau, pela TV-SPG, nos telepostos de recepção organizada na Capital e nos municípios que recebem o sinal da TVE-RS/Canal 7;
 

37 postos
- treinamento de orientadores de aprendizagem — dois para cada Teleposto — para orientar e coordenar as atividades de utilização do Telecurso de Ensino Supletivo de 1º Grau pela TV, na Capital e interior do Estado;
 

109 orientadores
- transmissão de programas integrantes do Telecurso de Ensino Supletivo de 1º Grau pela TV-SPG para os telepostos de recepção organizada;
 

285 programas
- elaboração e aplicação de instrumentos para acompanhamento, controle e avaliação das atividades dos telealunos, nos telepostos de recepção organizada, na Capital e interior do Estado;
 

585 materiais
- produção e transmissão de programas sobre Psicologia, Religião, Política, Economia e temas de governo;
 

128 programas
- produção e veiculação de programas que tratam dos diferentes aspectos das tradições do Rio Grande do Sul, visando à valorização e à preservação das manifestações nativas regionais;
 

21 programas
- produção e veiculação de programas instrucionais e educativos;
 

1.116 programas
- produção e veiculação de programas culturais;
 

3.708 programas
- produção e veiculação de programas informativos.
 

1.838 programas

**OBJETIVO**

Suprir a Televisão Educativa/RS com equipamentos capazes de permitir o restabelecimento das atividades normais de produção e transmissão da emissora.

**REALIZAÇÕES:**

- aquisição de equipamentos de reprodução de som e imagem;  
4 equipamentos
- aquisição de componentes para aparelhos do tipo UMATIC.  
82 fitas de VT  
387 componentes

**OBJETIVO**

Estender o sinal da TVE/RS — canal 7 ao interior do Estado do Rio Grande do Sul.

**REALIZAÇÕES:**

- celebração de Termo de Intenções para efetivar a implantação de uma das cinco rotas de retransmissoras — Rota Sul;  
1 rota
- celebração de contrato com a Prefeitura de Sapiranga, dentro de um plano global das emissoras de Porto Alegre.  
1 projeto

**OBJETIVO**

Melhorar o padrão técnico de operação e transmissão, ampliando o alcance do sinal do canal 7.

**REALIZAÇÃO:**

- aquisição de equipamentos de produção em estúdio.  
1 módulo

**FUNDAÇÃO RIO-GRANDENSE DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL (FAERS)**

A Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERS), instituída pela Lei nº 6.616, de 23 de outubro de 1973, é um órgão de direito privado, sendo destinado à promoção, coordenação e execução de programas e serviços de atendimento ao excepcional no Estado do Rio Grande do Sul. A FAERS caracteriza-se por uma atuação de pesquisa, profilaxia e de atendimento ao problema do excepcional nas áreas da Saúde, Educação, Trabalho e Previdência Social.

Ao ser fixado como meta prioritária de governo o binômio Saúde — Educação para o período 1983-87, a FAERS buscou de forma objetiva, ainda em 1983, alcançar, através de meios apropriados, resultados concretos que concorressem para o alcance da meta estabelecida.

Integrada ao Plano Setorial de Educação e Cultura como responsável pelo Programa Educação Especial, desenvolveu um conjunto de Projetos e Atividades voltados ao problema do excepcional.

A expansão da oferta de Educação Especial a alunos de diferentes categorias de excepcionalidade foi desenvolvida através da implantação de Classes Especiais e Salas de Recursos, visando a propiciar educação aos deficientes mentais, auditivos e visuais, beneficiando um total de 215 alunos do ensino de 1.º e 2.º graus.

Através do programa de Prevenção à Excepcionalidade, a FAERS, em conjunto com o Gabinete da Primeira Dama do Estado, desencadeou ampla campanha publicitária utilizando veículos de comunicação de massa como a televisão, o rádio e o jornal, apoiada com a distribuição de folhetos e cartazes, combatendo os principais vetores que provocam excepcionalidade. A campanha de Prevenção à Excepcionalidade estendeu-se, também, às escolas de 1.º e 2.º graus, através da realização de palestras proferidas por especialistas aos alunos, familiares e corpo docente das escolas.

A integração do deficiente na força produtiva de trabalho, promovida através da utilização de mecanismos institucionais como o Sistema Nacional de Emprego — Núcleo de Atendimento aos Deficientes, alcançou, em 1983, um total de 616 deficientes encaminhados ao mercado de trabalho. Com o programa Bolsa de Trabalho, proporcionou-se atendimento a 16 alunos deficientes mentais como forma de estágio em diversas empresas que participam na integração do deficiente. A reabilitação do deficiente visual, realizada em convênio com o Centro de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Previdência Social, beneficiou um total de 56 deficientes visuais.

Promoveu-se o aperfeiçoamento dos recursos humanos que atuam em Educação Especial, através da realização de cursos de habilitação e treinamento, formando-se 87 docentes para atuar em Educação Especial, treinando-se 42 professores e técnicos para a área da educação precoce e proporcionando-se curso específico para 16 atendentes de instituições especializadas que atendem deficientes mentais profundos.

Em termos de rede física, destaca-se a construção do Ginásio de Esportes para Deficientes, obra iniciada e concluída em 1983, e que será utilizada como área especial de prática esportiva, em diferentes modalidades pelos excepcionais.

O fortalecimento de entidades que atendem excepcionais de diferentes categorias vem se constituindo em programa substancial da FAERS em termos de apoio à iniciativa privada. Através do desenvolvimento da atividade Subvenções e Auxílios foi atendido um total de 113 entidades com subvenções sociais e de 13 entidades com auxílios para despesas de capital, beneficiando-se um total de 7.737 excepcionais com o repasse total de 135 milhões de cruzeiros.

## **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Educação Especial**

### **OBJETIVO**

*Prevenir a excepcionalidade, prioritariamente, nas camadas populacionais de baixa renda.*

### **REALIZAÇÃO:**

- desenvolvimento da programação, constando de Missa de Ação de Graças, Feira da Bondade, Ato Solene no Palácio Piratini, Sessão Solene na Câmara Municipal, Tarde de Arte, Painel sobre Profissionalização do Deficiente, Sessão Solene na Assembléia Legislativa e Tarde Esportiva.

8 eventos

### **OBJETIVO**

*Implantar a melhoria do atendimento ao excepcional, de modo geral.*

**REALIZAÇÕES:**

- implantação de sala de recursos para a educação pré-escolar do deficiente auditivo, nos municípios de Santa Maria e Caxias do Sul, atendendo 14 alunos;  
2 salas
- implantação de classe especial para deficientes mentais nos municípios de Porto Alegre, Butiá, Cachoeira do Sul e Cachoeirinha, atendendo 128 alunos;  
4 classes
- implantação de classe especial para deficientes auditivos, nos municípios de São Leopoldo e Lagoa Vermelha, atendendo 32 alunos;  
2 classes
- implantação de classe especial para deficientes visuais nos municípios de Montenegro, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Canoas, atendendo 40 alunos;  
4 classes
- reforma de uma sala de recursos de 2º grau, para deficientes visuais, no município de Porto Alegre, atendendo 15 alunos;  
1 sala
- reabilitação de excepcionais, através de serviços especializados de diagnóstico e tratamento;  
146 clientes
- realização de avaliação, diagnóstico e acompanhamento do cliente, através de equipe itinerante;  
171 crianças
- elaboração e encaminhamento do Projeto "Arco-Íris" para identificação e atendimento de crianças superdotadas;  
1 projeto
- desenvolvimento de atividades de recreação, lazer e esporte, atingindo 2.281 crianças deficientes;  
16 atividades
- atendimento especializado a deficientes mentais, auditivos e visuais;  
491 deficientes
- implantação de seis classes especiais para deficientes mentais, três classes especiais para deficientes auditivos e uma sala de recursos para deficientes visuais, atendendo 250 deficientes;  
10 classes
- aquisição de material didático-pedagógico para reforçar sete classes especiais de deficientes auditivos, cinco classes especiais de deficientes mentais e cinco classes especiais de deficientes visuais, atendendo 332 deficientes;  
17 classes

- reimpressão de exemplares da proposta curricular para deficientes mentais treináveis;
 

591 exemplares
- adaptação de uma sala, incluindo reforma e execução de pequenos reparos para adequar um ambiente destinado à educação pré-escolar e educação precoce, para atendimento de 15 deficientes;
 

1 sala
- aquisição de mobiliário escolar e materiais específicos para atender 15 crianças;
 

1 conjunto
- adaptação, reforma e execução de pequenos reparos para preparar um ambiente destinado à educação pré-escolar de crianças portadoras de deficiência visual, para atender 10 deficientes;
 

1 ambiente
- aquisição de mobiliário escolar específico à educação pré-escolar;
 

1 conjunto
- recuperação de uma sala de aula para possibilitar a instalação de uma sala de recursos para 11 alunos portadores de deficiência visual que frequentam o ensino regular de 2º grau;
 

1 sala
- aquisição de equipamento, materiais e utensílios necessários ao atendimento de alunos portadores de deficiência visual.
 

1 sala

## OBJETIVO

*Incrementar o atendimento sistemático da criança em idade pré-escolar portadora de problemas na área da educação especial.*

## REALIZAÇÕES:

- repasse de recursos financeiros a 113 instituições, utilizados em subvenções sociais;
 

Cr\$ 99,997 milhões
- concessão de auxílio financeiro a 13 instituições, para despesas de capital;
 

Cr\$ 32,80 milhões
- professores de educação especial que frequentaram curso de estudos adicionais ao nível de 2º grau, abrangendo 42 municípios;
 

87 professores
- realização do Encontro Estadual de Delegados de Educação e Coordenação de Assessoria Técnica, atingindo as 38 Delegacias de Educação;
 

1 encontro
- realização de Encontros Regionais de Profissionais envolvidos na Educação Especial, em 14 municípios;
 

14 encontros

- realização de Visitas de Supervisão a Delegacias de Educação; 60 visitas
- atualização de profissionais de educação especial que atuarão especificamente no atendimento aos deficientes na área da educação pré-escolar, atingindo 11 municípios; 42 profissionais
- escolas em que foi elaborado o perfil técnico-administrativo; 5 escolas
- registro das entidades que atendem excepcionais em 86 municípios; 146 entidades
- construção da quadra de esportes, arquibancadas, lavabos e aramado em torno da quadra de esportes; 1 quadra
- elaboração de projeto para Orientação Técnico-Administrativa das Escolas das APAE; 1 projeto
- convênios com sete entidades especializadas para o atendimento de excepcionais. 7 convênios

## OBJETIVO

*Integrar o excepcional na forma produtiva de trabalho, acionando medidas para o desenvolvimento de iniciação para o trabalho, pré-profissionalização e colocação no mercado de trabalho a partir de 14 anos.*

## REALIZAÇÕES:

- avaliação, realização e atendimento reabilitatório ao deficiente visual em convênio com o Centro de Reabilitação Profissional (CRP/INPS); 56 clientes
- encaminhamento de deficientes para estágio em emprego, nos municípios de Porto Alegre, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, Passo Fundo, Guaporé, Canoas e Esteio; 16 deficientes
- atendimentos, encaminhamentos e aproveitamento de deficientes no mercado de trabalho; 616 deficientes
- encaminhamento de deficientes para estágio remunerado em empresas, nos municípios de Guaporé, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre e Sapucaia do Sul. 28 deficientes

## FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA)

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre deu continuidade, em 1983, às suas realizações artísticas procurando ampliar o público que se beneficia com suas apresentações.

Os Encontros com o Barroco, abrangendo 30 obras executadas por 32 solistas, constituem-se em ciclo dedicado a J.S. Bach. Os Encontros Sinfônicos de Outono foram dedicados, primordialmente, à Música Brasileira, tendo a participação dos Regentes e Compositores Francisco Mignone, Camargo Guarnieri, Marlos Nobre, Celso Loureiro Chaves, Ricardo Tacuchian e Almeida Prado. Também nestes encontros foi realizado o ciclo das Sinfonias de Tchaikowski.

O II Festival Internacional de Música de Gramado foi o mais importante evento cultural realizado no País, durante o mês de julho de 1983, contando com o apoio da TRANSBRASIL, MEC, RBS, Empresas de Petróleo Ipiranga, Organizações Renner, Grupo Gerdau, CCE, assim como várias outras pessoas físicas e jurídicas, em menor proporção.

Os Encontros Sinfônicos de Primavera visaram a homenagear os aniversários de J. Brahms, Rachmaninoff, Prokofieff, Schoenberg, Alban Berg, Weber e Wagner.

A OSPA realizou, também, apresentações fora de suas séries normais, levando a mensagem musical aos mais diferentes recantos da cidade e do Estado, onde se encontravam condições mínimas necessárias para tal.

A Orquestra de Câmara realizou, como tarefa prioritária, apresentações nas escolas de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre, em concertos comentados, levando ao conhecimento dos alunos de 1.º e 2.º Graus a mensagem da cultura, sendo a grande maioria de escolas estaduais. A série "Música no Museu", criou um horário alternativo para a apreciação da música (18:30 horas), proporcionando concertos em local de fácil acesso no centro da cidade.

A Orquestra de Câmara efetuou, também, concertos especiais por solicitação específica de entidades ou setores da sociedade, interessados em tais eventos, tendo viajado ao interior do Estado, onde foram oferecidas as condições imprescindíveis para a realização de concertos desta natureza.

Estas realizações dos conjuntos orquestrais da Fundação, em 1983, atingiram um público total estimado em 77.500 assistentes, através da realização de 104 concertos.

A Escola de Música da OSPA realizou 852 horas-aula teóricas de matérias complementares, 388 horas-aula de Canto, 286 horas-aula de Repasse, 130 horas de prática orquestral e 2.403 horas-aula de instrumentos, a saber: violino, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta, oboé, clarineta, fagote, trompa, trompete, trombone, harpa, percussão e instrumentos de teclado, num total de 4.059 horas-aula, ministradas por um Corpo Docente de 20 professores, a um contingente de 220 alunos.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Cultura



**OBJETIVO**

*Apoiar toda atividade artística e de preservação da cultura, tanto as que dependam diretamente de instituições públicas como as exercidas por grupos e instituições privadas.*

**REALIZAÇÕES:**

- concertos realizados pela Orquestra Sinfônica:
  - Encontros com o Barroco; 8 eventos
  - Encontros Sinfônicos de Outono; 5 eventos
  - Encontros Sinfônicos de Primavera; 14 eventos
  - Concertos especiais da Orquestra Sinfônica; 11 eventos
  - Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Sul; 1 evento
  - Música no Museu; 1 evento
  - Ensino geral aberto ao público; 1 evento
  - II Festival Internacional de Música de Gramado; 5 eventos
- concertos realizados pela Orquestra de Câmara:
  - Orquestra de Câmara nas escolas; 21 eventos
  - Concertos especiais da Orquestra de Câmara; 5 eventos
  - Orquestra de Câmara do Rio Grande do Sul; 2 eventos
  - Música no Museu; 5 eventos
- apresentações realizadas pela Escola de Música da OSPA:
  - audições internas dos estudantes de instrumentos; 2 eventos
  - audições internas dos estudantes de canto; 1 evento
  - apresentação da Orquestra de Estudantes. 1 evento

## **FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (FIGTF)**

A partir de sua criação, em 1974 o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore tomou a seu cargo a reunião de esforços no sentido de realizar levantamentos culturais das diferentes zonas do Estado, divulgar o folclore, orientar, organizar e incentivar promoções, visando a ampliar os conhecimentos a respeito das manifestações populares e proporcionar uma participação maior da população em eventos específicos.

Além da atuação da Fundação, registram-se na realidade sul-rio-grandense inúmeras promoções, de caráter público e/ou privado — festivais, rodeios, encontros, congressos, cursos e outros — os quais evidenciam uma crescente conscientização da coletividade para com os temas do folclore regional e seu aproveitamento artístico, didático e turístico.

No campo da arte, observa-se um melhor aproveitamento, identificação e divulgação de nossa tipicidade. Como resultado desta valorização do regionalismo, promoveu-se a divulgação de nossa fisionomia regional, alcançando-se com isto, novos atrativos e chamamento, tanto para o turismo nacional, como para o internacional.

Por essas evidências, pode-se concluir que os objetivos e metas traçadas pela Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore estão sendo alcançados, contribuindo para o processo de identidade cultural do homem sul-rio-grandense e para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

É importante ressaltar que a FIGTF vem tendo participação efetiva e constante no processo acima analisado, dando prioridade, no que se refere a promoções de caráter popular, a solicitações de entidades públicas e/ou privadas, objetivando a aproximação com as mesmas e colaboração mútua.

Na área do planejamento e pesquisa destaca-se, por sua importância, a elaboração de um projeto de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Etnomusicologia e Folclore para "Estudo da Décima, Pajada e Trova no Sudoeste Brasileiro". Este projeto terá o apoio técnico e financeiro da OEA e deverá ser efetivado em 84/85. Como apoio complementar a esta pesquisa estão sendo mantidos entendimentos com o Instituto Nacional de Folclore (FUNARTE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes — Departamento de Música — Gabinete de Pesquisas Folclóricas.

Ao longo de 1983, deu-se apoio constante às solicitações do Movimento Tradicionalista Gaúcho, numa conjunção de esforços para alcançar os objetivos comuns e específicos de cada entidade.

Nesta área de intercâmbio cultural entre entidades afins foram, também, realizados contatos com a Fundação TV Educativa, canal 7, com vistas à elaboração de um acordo para a execução de um projeto especial de documentação audiovisual do folclore sul-rio-grandense, em suas diferentes manifestações, como forma de divulgar estas peculiaridades ao grande público.

### **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Cultura**

**OBJETIVO**

Promover estudos, pesquisas e divulgação da cultura gaúcha e dos valores que lhe são inerentes, especialmente no que concerne ao folclore, tradição, arte, história, civismo e sociologia.

**REALIZAÇÕES:**

- comemorações "Terno de Reis" — uma promoção FIGTF e Sindicato dos Lojistas, com apresentações do "CTG 35" e Ribalta Promoções em bairros de Porto Alegre, atingindo 50.000 pessoas;
 

10 apresentações
- lançamento de Obras e Tarde de Autógrafos;
 

120 pessoas
- comemorações da Semana Estadual de Folclore com concursos, espetáculos, conferências em diversos locais, destacando-se o Parque Farroupilha e Assembleia Legislativa, atingindo 15.000 pessoas;
 

1 comemoração
- realização do I Concurso de Brinquedos Folclóricos na Sede do FIGTF e Casa de Cultura Mário Quintana, com a participação de 400 concorrentes;
 

1 concurso
- promoção FIGTF/Prefeitura de São Gabriel na Semana do Carreteiro e III Encontro de Literatura Oral;
 

2 eventos
- promoção FIGTF/Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha no Baile do Masquê;
 

1 evento
- promoção FIGTF/EPATUR na III Festa Junina de Porto Alegre, atingindo 20.000 pessoas;
 

1 evento
- promoção FIGTF/Café Paris — Centro Comercial Azenha, no lançamento do Álbum a Bico de Pena Sobre Motivos Regionais Gaúchos;
 

1 evento
- promoção, em convênio com vários restaurantes e churrascaria de Porto Alegre, da Semana da Gastronomia Gaúcha/FIGTF e CR-TUR;
 

1 evento
- promoção FIGTF/Prefeitura Municipal de Palmares com desfile e espetáculo artístico na Semana Farroupilha de Palmares do Sul;
 

1 evento
- promoção FIGTF/Movimento Tradicionalista Gaúcho/Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da I Semana de Arte Nativa do Rio Grande do Sul, atingindo 600 pessoas;
 

1 evento

- *promoção Subsecretaria de Cultura/FIGTF, da Semana da Criança Gaúcha — Projeto “Criança, Arte e Cultura” — Casa de Cultura Mario Quintana, atingindo 10.000 pessoas;*  
1 evento
- *promoção Seara da Canção Gaúcha no município de Carazinho, atingindo 15.000 pessoas;*  
1 evento
- *participação do MOBREAL/RS nos municípios de Santiago, Santa Cruz do Sul, Sananduva, Osório, Restinga Seca e Carazinho no VII Festival de Arte Popular, atingindo 18.000 pessoas;*  
1 evento
- *promoção FIGTF/MIG/SORVES em Cursos de Danças Gaúchas nos municípios de Canoas, Panambi, Porto Alegre e Caxias do Sul, beneficiando 320 alunos;*  
6 cursos
- *participação FIGTF/SENAC no Curso de Culinária Gaúcha, beneficiando 40 alunos;*  
1 curso
- *participação em eventos tradicionalistas e assessoramento técnico: 28º Congresso Tradicionalista, Cruz Alta; Humor e Tradição, Carazinho; I Mostra do Livro Regionalista, Porto Alegre; Semana Farroupilha, Porto Alegre; Venha Pintar e Bordar na Praça; Espetáculo Folclórico, Comemorações de Aniversário do Parque Farroupilha, Porto Alegre; Feira do Livro, Porto Alegre; Promoção mês do Folclore BAMERINDUS; Promoção Semana Farroupilha BANRISUL; Lançamento de Obras de Autores Gaúchos; 1ª Gauderiada da Canção Gaúcha; 2ª Ronda da Canção Nativa; Rodeio Crioulo de Osório; Exposição Artesanato Folclórico; Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul; Revista Campeira; Revista Auxiliar de São Paulo; Concurso 1ª Prênda da 9ª região;*  
18 eventos
- *conclusão da 4ª etapa das seguintes pesquisas: “Humaitá — Cultura Espontânea de Sua Gente”; “Carretas e Carreteiros”; “Causos” — Concurso São Gabriel;*  
3 pesquisas
- *desenvolvimento parcial das seguintes pesquisas; Gêneros musicais; Gaita, Danças Gaúchas — Blocos I, II, III e IV; Cavalhadas; Rei do Tiro, Jogos Infantis I, Abecedário Mirim;*  
10 pesquisas
- *seleção e publicação de obras, considerando-se seu valor e repercussão cultural, criatividade, ineditismo ou necessidade de reedição;*  
3 publicações
- *organização e manutenção de Biblioteca especializada em Cultura Popular do Rio Grande do Sul e atendimento às solicitações do público interessado;*  
1 biblioteca

- orientação a pesquisadores e interessados em geral; 1.500 pessoas
- gravações de fitas; 240 fitas
- catalogação de álbuns de fotografias e slides; 10 álbuns
- sonorização de eventos: Projeto Terno de Reis, Festival do MOBREAL, Encontro de Literatura Oral; 3 eventos
- filmagens: Baile Masqué, Danças Gaúchas II, Mini Rodeio de Vacaria; 3 pesquisas
- projeções dos filmes Super 8 e slides, atingindo 3.183 espectadores;
- inventário de edificações das áreas de imigração alemã e italiana em 32 municípios do Rio Grande do Sul, em Convênio com SHAN/Pró-Memória — SDO — SEC; FIGTF — SETUR e colaboração de técnico da República Federal da Alemanha através de cooperação técnica alemã/CNDU/MINTER; 2 inventários
- debates com comunidades apresentando resultados da pesquisa sobre edificações das áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul e formas de preservação de prédios tradicionais;
- realização de palestras solicitadas, atingindo 3.785 pessoas. 22 palestras

### FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO

A Fundação Teatro São Pedro ao longo de 1983 esteve voltada às atividades atinentes ao desenvolvimento do projeto de reconstrução de sua própria sede.

O detalhamento das atividades desenvolvidas se cingem às obras, executadas mediante contratos diretos da Fundação ou com a interlocução da Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO).

#### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Cultura

#### OBJETIVO

Desenvolver o projeto de reconstrução do prédio de Teatro São Pedro.

#### REALIZAÇÕES:

- contratos com a CEDRO para obras na boca-de-cena do Teatro; organização do "dossier" fotográfico; fornecimento de mão-de-obra e equipamento para os serviços da obra; serviços especializados de marcenaria; elaboração dos projetos arquitetônicos e assessoria técnica aos projetos de arquitetura; assessoria técnica aos projetos arquitetônicos de reconstrução; execução da



rede de dutos de ar-condicionado; execução das esculturas artísticas do forro da platéia; pintura artística; execução da interligação da rede pluvial; execução do barroteamento e piso da platéia; serviços de pintura e acabamento do teto do bar; execução das escadas (em número de seis) nas galerias (em madeira Ipê); execução de molduras, rodapés e rodafornos; restauração da franja da cortina do palco; recuperação, limpeza e montagem de 260 poltronas na platéia; colocação de granitos nos sanitários; fornecimento de mão-de-obra especializada para serviços de instalações elétricas e hidrossanitárias; fornecimento de material complementar dos lustres;

19 contratos

- contratos diretos da Fundação Teatro São Pedro para a execução de molduras nas portas dos Foyers e escadas laterais; elaboração do detalhamento de projetos arquitetônicos complementares; elaboração de detalhamento dos projetos arquitetônicos e de iluminação cênica; serviços de assessoria jurídica; pintura e acabamento a ouro-folha das peças que compõem o teto da platéia; execução do barroteamento e forro das galerias; pintura decorativa da boca-de-cena do palco; pesquisa histórica do Teatro; assessoria técnica aos serviços de instalação elétrica; fornecimento de mão-de-obra e equipamentos para as obras de construção civil; fornecimento de mão-de-obra para serviços de instalações elétricas e hidrossanitárias; acompanhamento fotográfico das obras de reconstrução; serviços de desenho técnico dos projetos para reconstrução; execução dos gradis de ferro; execução da moldura circular do vão do lustre; execução da escada hexagonal do palco; pintura decorativa dos tetos dos Foyers; alteração da estrutura metálica do palco; execução dos forros dos camarins; piso de circulação e capeamento do vão do lustre; arremates finais da franja da cortina do palco; execução das molduras da boca-de-cena e pecinas; execução dos móveis do bar e da chapelaria.

22 contratos

### **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)**

O Conselho Estadual de Educação, órgão normativo, consultivo, fiscalizador e contencioso do Sistema Estadual de Ensino, exerce as atribuições conferidas pelas Leis federais 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 5.692, de 11 de agosto de 1971, com vistas à expansão e ao aperfeiçoamento do referido sistema.

No decorrer do ano de 1983, deu-se ênfase às seguintes matérias: preparação para o trabalho — sobre o que foram apontados empreendimentos a serem seguidos pelos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, a fim de operacionalizar modificações introduzidas na Lei 5.692/71 pela Lei 7.044/82 (Parecer CEE 444/83 e Parecer CEE 744/83); autorização para funcionamento de curso supletivo de ensino de 2º grau e de cursos supletivos de qualificação ao nível de 2º grau (Parecer CEE 713/83); pronunciamento sobre estratégia de ação relativa à formação de atendimento, como auxiliares de enfermagem, em caráter emergencial (Parecer CEE 536/83); normas para a organização e funcionamento de bancas permanentes de exames supletivos do ensino de 1º e 2º graus (Resolução CEE 166/83); funcionamento de séries com demanda reduzida, considerando a expectativa do Sistema Estadual de Ensino de oferecer o ensino de 1º grau pelo menos até a 6ª série (Parecer CEE 737/83); autorização de funcionamento de séries do ensino de 1º grau, em horário vespertino, nos termos do Plano Estadual de Educação 1982/1985 (Parecer CEE 736/83).

No período de janeiro a dezembro de 1983, tendo em vista os objetivos específicos deste Conselho, desenvolveram-se ações técnicas que resultaram em 754 pareceres e seis resoluções, aprovados no decorrer das sessões plenárias.

O Conselho Estadual de Educação emitiu atos relativos a: autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino, de séries, de habilitações profissionais do ensino regular e supletivo, pertencentes à rede pública e privada; reconhecimento de estabelecimentos de ensino; criação de escolas da rede estadual; extinção de escolas estaduais e emissão de atos declaratórios de cessação de atividades de escolas municipais ou particulares; planos educacionais: Plano Anual da SEC e Planos de Aplicação de recursos financeiros; delegação de atribuições a Conselhos Municipais de Educação; declaração de equivalência de estudos realizados ou concluídos no exterior e de outros regidos por lei especial, realizados no País; planos de curso supletivos e outros atos sobre assuntos diversos, decorrentes da natureza das funções do Colegiado.

Este Conselho, além das atividades de rotina, favoreceu a realização de estágios, no referido órgão, por parte de Conselheiros e Assessores de Conselhos Municipais de Educação. Participou, também, de encontros promovidos pelo Conselho Federal de Educação, Conselhos Municipais de Educação e outras instituições educacionais.

Cabe destacar, ainda, a promoção das Jornadas de Estudo sobre Preparação para o Trabalho, para o que contou com a participação do Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação e Cultura e do professorado em geral.

### **CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (CEC)**

No âmbito das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 29.936, de 10 de dezembro de 1980, o Conselho Estadual de Cultura se fez presente, em 1983, nas atividades culturais, tanto atendendo solicitações como apresentando proposições ou sugestões.

Obediente ao critério político de que ao Estado não cabe imprimir rumos ideológicos à cultura, mas dar apoio a todos quantos se disponham seriamente a preservar e criar bens culturais e a difundí-los, o Conselho procurou atuar com fidelidade ao referido postulado axiológico.

Assim, manifestações adequadas no sentido da preservação do patrimônio natural e paisagístico e do passado histórico do Rio Grande do Sul não apenas mereceram apoio, como o Colegiado realizou estudos e tomou posições no sentido de defender a incolumidade de monumentos naturais e de proteger o nosso acervo histórico e artístico. Nesse sentido, merecem destaque as proposições formuladas para a publicação dos volumes 6, 7 e 8 dos "Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul", para a localização de um museu de arte sacra na Catedral de Caxias do Sul, e para coleta do material didático existente no Estado que constituirá o acervo do Museu Pedagógico, a ser criado.

Também as iniciativas de criação de bens culturais, em todas as áreas, merecem o incentivo do Conselho.

Todavia, o fato mais relevante foi a colheita, em 1983, dos resultados do trabalho dos anos anteriores, posto que no curso deste ano foram constituídos Conselhos Municipais de Cultura em diversas regiões do Estado.

Para 1984 o Conselho projeta reunir os Conselhos Estaduais de todo o país para debater as linhas fundamentais da política que deve orientar o Estado no campo da cultura, e fixar diretrizes que possam dar aos Conselhos uma presença mais efetiva e atuante. A rigor, órgãos como os Conselhos de Cultura, que são compostos, segundo a linguagem legal, "por personalidades eminentes e atuantes no meio cultural", devem ser instrumentos eficazes, e aos governantes cabe acioná-los em sua faixa de competência, aproveitando o saber e a experiência de seus membros, a fim de que o poder público possa desempenhar, respaldado, sua missão em campo tão significativo para a realização integral do homem.

### **CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS (CRD)**

O Conselho Regional de Desportos, no exercício de 1983, funcionou em sintonia com a ação governamental e em colaboração com o Conselho Nacional de Desporto, na consecução de suas finalidades.

Basicamente, o Conselho realizou, em 1983, 66 sessões plenárias e nove reuniões das comissões especiais constituídas para o exame de problemas surgidos na área esportiva do Estado, com encaminhamento de proposições ao Conselho Nacional de Desporto; concedeu 854 alvarás a federações, ligas e associações integrantes do Sistema Desportivo Nacional e registrou contratos de atletas profissionais e técnicos especializados em número de 988, emitindo ainda 17 pareceres técnicos.

Gestões foram desenvolvidas junto às Secretarias de Segurança Pública e Saúde e Meio Ambiente no sentido de que autorizações para competições esportivas sejam condicionadas à competente licença das federações amadoristas.

O Conselho de Educação Física e Desporto formulou também vários pedidos à Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério de Educação e Cultura para auxílios às federações hípcas, xadrez e motociclismo.

Cabe mencionar que o funcionamento das várias comissões proporcionará a confecção de proposições e teses que serão remetidas à Comissão de Esportes e Turismo da Câmara dos Deputados, em Brasília, visando à adoção de medidas que auxiliem e dotem de recursos humanos, técnicos e financeiros, o desporto nacional.

Em atendimento a pedido do CRD/RS, a SEED/MEC liberou, em 1983, recursos da ordem de Cr\$ 1,5 milhão para obras e reforma na Casa do Desporto;



**SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE**



## **SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)**

Os indicadores clássicos de saúde, no ano de 1983, mostraram evolução favorável apesar das adversidades sentidas pelo Setor Público, como a carência de recursos e as situações de calamidade ocorridas no Estado. O Rio Grande do Sul apresenta a menor mortalidade infantil entre os estados brasileiros — 33,17 por mil nascidos-vivos — e a mais alta expectativa de vida — 68,8 anos para ambos os sexos. Tem sido particularmente notável a diminuição da mortalidade por diarreia, por tuberculose e por outras doenças mais comuns. Cerca de 90% dos partos são realizados em hospital e igual percentagem dos recém-nascidos apresenta o peso adequado. Não há Município sem médico, sendo que o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) e a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) proporcionam, juntos, cerca de 2,5 consultas/habitante/ano, o que supera em muito a média nacional.

Todos esses indicadores refletem, em maior ou menor grau, a ação da SSMA, que vem mantendo a sua programação, ampliando-a sempre que possível e necessário, e introduzindo novos programas, como é o caso do programa de doenças respiratórias e reidratação oral. Particularmente expressivo foi o êxito obtido nos Dias Nacionais de Vacinação.

A saúde pública passou por um duro teste quando das catástrofes naturais que abalaram o Estado. Contudo, as repercussões destas sobre os níveis de saúde foram mínimos, demonstrando que os serviços estavam preparados para enfrentar o desafio. Por outro lado, agravou-se a problemática da assistência médica, demonstrando a necessidade da introdução de mecanismos racionalizadores e de uma visão humanista nesta área. A SSMA tem assumido seu papel nesta conjuntura, atuando de acordo com as prioridades clássicas de saúde pública.

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, atendendo o seu objetivo maior de promover, proteger e recuperar a saúde da população do Rio Grande do Sul, desenvolveu ações-meio e finalísticas de Saúde e Saneamento Comunitário e de Proteção ao Meio Ambiente.

Além das ações de rotina desenvolvidas pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, cabe salientar que o ano de 1983, constituiu o marco inicial de um trabalho articulado entre diversas instituições. Assim, o Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN), aliando esforços com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e com a Secretaria Especial para Assuntos da Região Metropolitana, conseguiu desenvolver um projeto pioneiro de saneamento das vilas da periferia urbana.

Na área da Assistência Médica, a articulação com o INAMPS rendeu como fruto o Plano Integrado de Atenção à População do Rio Grande do Sul, que se encontra em desenvolvimento em Caxias do Sul.

Na área de Assistência Hospitalar, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente deverá contar, ainda no início de 1984, com a conclusão de duas Unidades Integrantes de Saúde — Hospitais de Alvorada e Cachoeirinha.

Para o final de 1983 e início de 1984 está previsto o desenvolvimento dos seguintes projetos que, em sua primeira fase, beneficiarão 93 municípios.

- Projeto Reconstrução do Sul — Contrato realizado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Estado do Rio Grande do Sul, com interveniência do Ministério da Saúde, e que contempla as seguintes áreas de atuação: recuperação de Unidades Sanitárias e Saneamento Básico Domiciliar; assistência médica às pessoas; assistência farmacêutica; vacinação; e assistência alimentar às pessoas.
- Projeto PIASS — FINSOCIAL — Contrato celebrado entre o BNDES e o Ministério da Saúde, com a interveniência do Estado do Rio Grande do Sul, que contempla a área de Saneamento abrangendo ações em todo o litoral do Estado. No primeiro ano de desenvolvimento a atuação deverá ser concentrada nos Municípios de Rio Grande e São José do Norte.
- Projeto FINSOCIAL — Controle de Doenças Transmissíveis — Contrato celebrado entre o BNDES e o Ministério da Saúde, com a interveniência do Estado do Rio Grande do Sul, e que contempla a área de epidemiologia e controle da hanseníase.

No que se refere à área de Proteção ao Meio Ambiente, a SSMA teve papel destacado no controle da poluição e no desenvolvimento de programas de proteção ambiental, tendo-se consolidado a atuação do Departamento de Meio Ambiente.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Saúde

### OBJETIVO

Estender e adequar a rede de serviços básicos de saúde, para promover a melhoria de sua qualidade e proporcionar cobertura a toda a população do Estado.

### REALIZAÇÕES:

- manutenção da rede de Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente;
 

767 Unidades
- instalação de novas Unidades para integração da rede da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente;
 

35 Unidades
- manutenção de ambulatórios de saúde mental em todo o Estado do Rio Grande do Sul;
 

52 ambulatórios

- instalação e manutenção de ambulatórios de prevenção do câncer cérvico-uterino e da mama em todo o Estado do Rio Grande do Sul;
 

4 instalados  
94 mantidos
- ampliação e manutenção da Rede de Laboratórios de Saúde Pública;
 

67 laboratórios
- desenvolvimento de recursos humanos pela realização de 11 cursos na Escola de Saúde Pública;
 

780 treinados
- criação do Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
 

1 núcleo
- reforma e adequação de Unidades Sanitárias da rede de serviços da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.
 

21 unidades

#### OBJETIVO

Controlar as doenças transmissíveis, através de medidas profiláticas de massa e de tratamento individual.

#### REALIZAÇÕES:

- vacinação da população de crianças menores de um ano com três doses de vacina contra a poliomielite e contra a difteria, tétano e coqueluche (DPT);
 

169.576 crianças
- vacinação da população de crianças menores de um ano com uma dose de vacina contra o sarampo;
 

127.812 crianças
- vacinação, com três doses de vacina contra a poliomielite e DPT, da população de crianças de um a quatro anos, suscetíveis à poliomielite, tétano, difteria e coqueluche;
 

17.915 crianças
- vacinação, com uma dose de vacina contra o sarampo, da população de crianças de um a quatro anos suscetíveis ao sarampo;
 

121.816 crianças
- vacinação da população de gestantes com três doses de Anatox tetânico;
 

23.221 gestantes
- vacinação da população de crianças de zero a quatro anos com duas doses de vacina contra a poliomielite nos Dias Nacionais de Vacinação;
 

1.296.246 crianças
- vacinação, com BCG intradérmico, dos escolares que ingressam na 1ª série do 1º grau;
 

227.380 escolares

- detecção de pacientes portadores de tuberculose na população do Rio Grande do Sul;  
5.135 pacientes
- atendimento, tratamento e cura de pacientes tuberculosos com esquemas padronizados de tratamento — n.º de pacientes curados;  
6.371 pacientes
- investigação de sintomáticos respiratórios através da realização de exames baciloscópicos de escarro;  
46.281 exames
- manutenção, sob controle, dos pacientes portadores de hanseníase;  
2.823 pacientes
- diagnóstico de novos casos de pacientes portadores de hanseníase;  
227 casos
- aumento da cobertura de consultas para diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis: casos diagnosticados e tratados;  
20.142 casos
- aumento da cobertura de consultas para doenças dermatológicas;  
219.082 consultas

## OBJETIVO

*Prestar assistência sanitária à mãe e à criança, tendo em vista, principalmente, a redução da morbi-mortalidade do infante, da gestante, da parturiente e da puérpera.*

## REALIZAÇÕES:

- atenção nutricional à gestante, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos, em áreas de maior densidade de pobreza;  
299.825 pessoas
- celebração de convênios com hospitais localizados em municípios populosos e com elevada taxa de mortalidade infantil, com vistas a garantir a assistência hospitalar na área materno-infantil;  
54 convênios
- treinamento de profissionais de saúde e implantação de normas técnicas visando ao controle e tratamento da doença diarréica a nível ambulatorial e hospitalar;  
1.280 treinados
- utilização de solução hidratante oral em serviços da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente e do INAMPS em todos os Municípios do Estado;  
244 municípios
- trabalho educativo de orientação sobre aleitamento materno a gestantes, puérperas e familiares de menores de um ano, em 28 hospitais do Estado;  
40.000 orientações

- visitas domiciliares em vilas populares com a finalidade de promover e estimular o aleitamento materno, o controle pré-natal e a prevenção de infecções respiratórias e da desidratação.

19.068 visitas

**OBJETIVO**

*Promover a profilaxia em massa da cárie dentária e prestar assistência odontológica prioritária a escolares.*

**REALIZAÇÕES:**

- fluoretação das águas de abastecimento público em municípios que tenham estação de tratamento de água;

113 municípios

- consultas odontológicas em Unidades Sanitárias da rede da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente e através de clínicas de equipamento simplificado;

607.069 consultas

- manutenção do atendimento odontológico em escolas, através de clínicas com equipamento simplificado.

29 equipamentos

**OBJETIVO**

*Instituir ações preventivas e o tratamento das doenças não transmissíveis, especialmente quanto à saúde mental, as doenças cardiovasculares e ao câncer.*

**REALIZAÇÕES:**

- execução de exames preventivos do câncer ginecológico;

41.850 exames

- fornecimento de esfigmomanômetros e estetoscópios às Unidades Sanitárias da rede da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente para desenvolvimento do programa de prevenção de doenças cardiovasculares;

274 aparelhos

- prestação de consultas médicas no ambulatório do Instituto de Cardiologia;

28.078 consultas

- distribuição de medicamento a toda a rede de serviços da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, com vistas à prevenção da febre reumática e das doenças hipertensivas;

7.429.850 doses

- manutenção de convênios de locação de leitos psiquiátricos em hospitais gerais e psiquiátricos no interior do Estado;

109 leitos

- promoção de encontro estadual de especialistas em saúde mental, em que participaram 129 técnicos;

1 encontro

- capacitação de médicos generalistas da rede básica de saúde para atendimento em saúde mental. 300 médicos

## OBJETIVO

Promover a assistência médica sanitária a nível ambulatorial e hospitalar, articulando-se com outras instituições do setor.

## REALIZAÇÕES:

- manutenção de convênios com o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência e Assistência Social; 2 convênios
- prestação de consultas médicas pela rede de Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente; 3.520.733 consultas
- prestação de consultas à população por outros técnicos da área de saúde; 273.111 consultas
- prestação de atendimento à população através de pessoal auxiliar; 1.877.400 atendimentos
- desenvolvimento de convênios com hospitais para a locação de leitos/dia nas áreas de tuberculose, saúde mental, câncer e assistência materno-infantil; 95 convênios
- reformas e adequação nos Hospitais Sanatório Partenon e Psiquiátrico São Pedro; 6 reformas
- reforma nos prédios do Departamento de Perícia Médica e do Abastecimento Central da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente; 2 reformas
- conclusão da segunda etapa das obras da Creche do Hospital Psiquiátrico São Pedro; 1 etapa
- construção de módulo-padrão com 80 leitos no Hospital Psiquiátrico São Pedro; 1 módulo
- manutenção da disponibilidade de leitos/dia nos Hospitais Psiquiátrico São Pedro, Sanatório Partenon, Colônia Itapoã, Centro Agrícola de Reabilitação e Alexandre Lisboa. 915.055 leitos/dia

## OBJETIVO

Produzir os insumos necessários para apoio às ações previstas, em especial produtos imunizantes e terapêuticos.

**REALIZAÇÕES**

- produção de medicamentos, através do LAFERGS, para distribuição gratuita à população em toda a rede de Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente;  
90.854.763 unidades
- produção de vacinas contra a raiva, através do Instituto de Pesquisas Biológicas Jandir Maia Failace.  
645.822 doses

**OBJETIVO**

*Manter a Vigilância Sanitária dos alimentos fornecidos à população.*

**REALIZAÇÕES:**

- visitas de inspeção sanitária à indústria e comércio de alimentos;  
12.060 visitas
- coleta de amostras de alimentos para análise fiscal e registro;  
1.100 amostras
- inspeção sanitária do abate de bovinos, suínos, ovinos e aves;  
9.407.755 animais
- visitas de supervisão às Delegacias Regionais de Saúde com a finalidade de promover a perfeita aplicação das normas e regulamentos referentes à Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal.  
37 visitas

**OBJETIVO**

*Reduzir as toxi-infecções e verminoses, através da educação sanitária e da instalação de melhorias domiciliares e equipamentos comunitários de saneamento, extensivos a todos os Municípios do Estado visando a atender às necessidades da população carente na área rural e em periferias urbanas das cidades populosas.*

**REALIZAÇÕES:**

- produção de placas pré-moldadas de concreto para a confecção de melhorias e equipamentos de saneamento;  
91.195 placas
- instalação de melhoria sanitária e domiciliares na Região Metropolitana de Porto Alegre e interior do Estado;  
5.729 melhorias
- instalação de equipamentos comunitários de saneamento na Região Metropolitana e interior do Estado;  
98 equipamentos
- benefício às pessoas com as melhorias e equipamentos de saneamento instalados em 1983.  
32.187 pessoas



**OBJETIVO**

Promover, proteger e recuperar a saúde da população do Rio Grande do Sul mediante ações de saúde desenvolvidas na rede de Serviços Básicos, Hospitais e outros estabelecimentos próprios da Secretaria.

**REALIZAÇÕES:**

- emissão de laudos de Perícia Médica, através do Departamento de Perícia Médica; 82.497 laudos
- fiscalização de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde; 1.045 vistorias
- registro de diplomas de profissionais ligados à área de saúde; 1.120 registros
- licenciamento de estabelecimentos que prestam serviços na área de saúde; 3.887 licenças
- inspeções realizadas em locais geradores de mosquitos, controle de focos naturais e artificiais; 45.964 inspeções
- distribuição de larvicida em 17 Municípios integrantes do projeto de combate ao Simulideo (Borrachudo); 985.000 ml.
- tratamento químico em área piloto para combate ao Tunga Penetrans (Bicho de Pé); 30 hectares
- desratizações realizadas em prédios públicos; 104 desratizações
- desinsetizações realizadas em prédios públicos; 12.125 desinsetizações
- vacinação anti-rábica canina. 238.405 animais

**Programa: Proteção ao Meio Ambiente****OBJETIVO**

Controlar a poluição de recursos hídricos, em especial da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

**REALIZAÇÕES:**

- análise de projetos de sistemas de tratamento de resíduos industriais; 215 projetos

- acompanhamento da implantação de sistemas de tratamento de resíduos industriais;  
285 vitorias
- emissão de diretrizes técnicas para a elaboração de projetos de sistemas de tratamento de esgotos domésticos de loteamentos e núcleos habitacionais;  
205 diretrizes
- análise de projetos de sistemas de tratamento de esgotos domésticos de loteamento e núcleos habitacionais;  
106 projetos
- acompanhamento da implantação de sistemas de tratamento de esgotos domésticos de loteamentos e núcleos habitacionais;  
140 vitorias
- assinatura de termos de compromisso entre entidades potencialmente poluidoras e o DMA visando ao estabelecimento de sistema de tratamento de resíduos;  
168 termos
- registro de atividades industriais e não-industriais;  
1.073 atividades
- expedição de Alvarás de Saúde e Meio Ambiente;  
1.150 alvarás
- análise de projetos de construção de prédios industriais e não-industriais, loteamentos e piscinas de uso coletivo, quanto aos aspectos arquitetônico e hidrossanitário;  
125 projetos
- elaboração de perfil industrial da produção de álcool a partir da cana-de-açúcar;  
1 perfil
- cadastramento de destilarias de álcool e aguardente;  
5 destilarias
- análise de projetos de sistemas de tratamento e/ou disposições de vinhoto;  
20 projetos
- emissão de padrões relativos à disposição final dos efluentes para indústrias e loteamentos;  
112 padrões
- elaboração do projeto "Controle da poluição gerada por efluentes líquidos no Balneário de Tramandai";  
1 projeto
- avaliação da qualidade da água das barragens do Duro e Ernestina;  
2 estudos

- investigação de casos de mortandade de animais da fauna nativa por modificação das condições ambientais; 14 casos
- atendimento de acidentes no transporte e/ou operações de produtos químicos industriais e óleo combustível 50 casos

### OBJETIVO

Promover a vigilância e o controle da qualidade ambiental na área do III Pólo Petroquímico.

### REALIZAÇÕES:

- elaboração de norma técnica para resíduos sólidos e perigosos; 1 norma
- vistorias nas indústrias em operação no pólo (central de matérias-primas, 1.ª e 2.ª gerações); 235 vistorias
- levantamento dos cursos d'água interiores à área do pólo através da realização de vistorias ambientais; 56 vistorias
- inspeção do Terminal Santa Clara; 23 inspeções
- operacionalização de sistema centralizado para o tratamento dos efluentes líquidos e acompanhamento e controle através de vistorias; 129 vistorias
- análise do projeto do sistema centralizado de controle dos resíduos sólidos, realizando vistorias; 225 vistorias
- análise dos projetos industriais em implantação no pólo e realização de vistorias em obras e instalações; 7 vistorias
- acompanhamento do monitoramento e auto-monitoramento dos efluentes líquidos e dos sistemas de tratamento das indústrias em operação; 5 indústrias
- realização de coletas e análises relativas ao mercúrio em situação emergencial na área do pólo. 1.115 ações

### OBJETIVO

Avaliar e controlar o impacto das atividades carboníferas, através da análise dos projetos de mineração e recuperação de áreas mineradas, de locais de estocagem e de

- desenvolvimento do projeto biocidas através da coleta de amostras de água, sedimento e peixes e realização de análise de avaliação de resíduos no ambiente.

90 amostras  
810 análises

## OBJETIVO

*Ampliar e consolidar a rede estadual de amostragem de qualidade do ar e da água.*

## REALIZAÇÕES:

- ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar através da instalação de 10 estações equipadas com aparelho de medição de grande volume na Região Metropolitana de Porto Alegre e área de influência do Pólo Petroquímico.  
10 estações
- manutenção das estações tradicionais de amostragem de ar no Estado, medindo partículas em suspensão, SO<sub>2</sub> e taxas de sulfatação total e poeira sedimentável;  
29 estações
- análise de projetos de sistemas de controle da poluição do ar e realização de vistorias em estabelecimentos;  
117 projetos  
127 vistorias
- controle da poluição atmosférica na "Operação Engenho" através da realização de vistorias;  
69 vistorias
- levantamento das emissões de dióxido de enxofre e de material particulado em Municípios do Estado;  
2 municípios
- levantamento e estimativa das cargas poluidoras de fontes industriais e não-industriais da Bacia Hidrográfica do Rio Cai;  
1 estudo
- participação no Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Guaíba (presidente e secretário executivo);  
2 membros
- manutenção da rede básica de monitoramento da qualidade da água, com pontos de amostragem no Guaíba, Rio dos Sinos, Rio Jacuí, Rio Taquari-Antas, Rio Cai, Rio Gravataí;  
42 pontos
- desenvolvimento do projeto de balneabilidade nos municípios de Porto Alegre, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão, realização de análises de água, colocação de placas de advertência e realização de vistorias;  
1 projeto

- desenvolvimento de vistorias para a determinação da qualidade da água de piscinas de uso coletivo;
 

267 vistorias
- coleta de amostras e realização de análises de água, sedimento e peixes da rede básica de monitoramento da Bacia Hidrográfica do Guaíba;
 

341 amostras  
8.023 análises
- coleta de amostras e realização de análises de água para a determinação das condições do Rio Cai, na região do Pólo Petroquímico;
 

236 amostras  
4.031 análises
- coleta de amostras e realização de análises de água subterrânea e efluentes industriais na área do Pólo Petroquímico;
 

205 amostras  
2.600 análises
- coleta de amostras e realização de análises de efluentes de lavadores de carvão — Aços Finos Piratini e Termoelétrica de Charqueadas;
 

81 amostras  
1.666 análises
- coleta de amostras e realização de análises de água para o projeto de balneabilidade do litoral e Rio Guaíba;
 

417 amostras  
713 análises
- análise de chumbo em amostras de sangue para a determinação de plumbe-  
mia.
 

276 análises

## OBJETIVO

*Promover, juntamente com os Municípios, a ocupação racional do solo e o destino adequado dos resíduos sólidos.*

## REALIZAÇÕES:

- análise de projetos de disposição final de resíduos sólidos, industriais e vistorias;
 

45 ações
- levantamento e orientação técnica quanto aos serviços de limpeza urbana em Municípios do Estado;
 

44 orientações
- participação na Operação Veraneio 83/84 quanto aos aspectos de limpeza urbana, em especial coleta e disposição final de lixo;
 

25 ações
- análise de projetos industriais de loteamento quanto aos aspectos locais.
 

26 análises

**OBJETIVO**

*Promover atividades de preservação de áreas verdes e de reflorestamento no Estado.*

**REALIZAÇÕES:**

- estabelecimento de critério para a identificação e a preservação de áreas protegidas, relacionando categorias e exigências para a sua caracterização no Estado;
 

1 critério
- inventário das áreas preservadas oficialmente no Estado, em cada sub-bacia hidrográfica, caracterizando cada uma delas sob o ponto de vista jurídico, ambiental e operacional, bem como relacionar as áreas propostas ou citadas por comissões de estudos, projetos de órgãos federais, estaduais e municipais.
 

1 inventário

**OBJETIVO**

*Promover a adequação entre conglomerados urbanos e o meio ambiente.*

**REALIZAÇÕES:**

- participação na elaboração de plano diretor em Municípios do Estado;
 

2 participações
- participação no zoneamento industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre, através de relatórios de microanálise ambiental
 

1 relatório

**SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**



## **SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (STAS)**

A Secretaria do Trabalho e Ação Social desenvolveu sua ação nas áreas de sua abrangência — trabalho, habitação, menor, assistência, lazer e recreação. Centrou sua atividade-capital em ações ligadas à recessão e suas conseqüências — desemprego e perda de poder de consumo.

Os fatores acima especificados exigiram adaptação da Pasta e flexibilidade no trato de questões que, não sendo inéditas, como o desemprego e a pobreza, afloraram no ano de 1983 com maior agudeza e em volume maior, reclamando crescentes ações sociais, com recursos federais e estaduais mais reduzidos. Determinados programas, dos quais salienta-se o habitacional, sofreram sensíveis limites de expansão face às restrições do órgão financiador.

Tendo em vista os fatores limitantes existentes, a STAS procurou divisar novas formas de realizar seus objetivos. Assim, em relação ao desemprego e questões ligadas ao trabalho, acionou as fontes de intermediação ativa na averiguação e divulgação da demanda e oferta de mão-de-obra, representadas pelo SINE e a Assessoria Sindical, levando a bom termo as inúmeras questões sociais trazidas à Secretaria.

Com a criação do Conselho de Mão-de-Obra (CEPE), coordenado pelo Titular da Pasta, a STAS assumiu a coordenação e deu apoio técnico e administrativo para o estabelecimento de um fórum congregando setor público, empresariado e trabalhador, capaz de discutir a problemática do desemprego e de propor soluções.

O incentivo dado aos Núcleos de Produção de Bens, de Prestação de Serviços, de Comercialização de Produtos, o apoio ao artesão, às cooperativas e sindicatos rurais e urbanos, os cursos profissionalizantes e outras atividades, representaram, direta e indiretamente, uma contribuição na geração de fontes de trabalho, de cuidado com a formação e o desenvolvimento do trabalhador, de prevenção de problemas na área do trabalho e de suavização ou resolução de situações nas naturais e inevitáveis questões sociais.

Em relação à perda do poder aquisitivo, os núcleos de produção, a assistência ao pequeno trabalhador, os cursos profissionalizantes, o apoio ao trabalho do menor e do adulto e outras atividades, mostraram-se bastante funcionais no aumento da renda familiar e no desenvolvimento da capacitação e realização pessoal e social das famílias de baixa renda.



Na situação calamitosa enfrentada pelo Estado quando das enchentes, a STAS participou desde a operação de salvamento dos flagelados, alojamento e atendimento, até a fase, também eivada de problemas sociais, de retorno e assentamento nas moradias. Atendeu, outrossim, às vítimas dos vendavais, apoiando a população na situação de crise e agindo na reconstrução das casas danificadas. Por iniciativa do Governador, criou-se a "Comissão de Reconstrução do Estado", presidida pelo próprio Titular da Pasta, com a participação dos Secretários de Planejamento, Fazenda, Obras Públicas, Agricultura, Transportes e a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre.

A STAS apoiou e fortaleceu as campanhas e movimentos de expressão de solidariedade, provenientes da iniciativa pública e privada.

*Em relação ao preocupante problema do êxodo rural, a expressar situações de insegurança quanto à sobrevivência e qualidade de vida das populações de baixa renda, a STAS realizou ações diretas de atendimento ao agricultor, através do Programa de Assistência ao Agricultor de Baixa Renda e ao Migrante. Dentro dos limites impostos pela concessão, foram celebrados 49 contratos com 30 Prefeituras e 17 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, beneficiando aproximadamente 1.500 famílias. É evidente que o esforço precisará ser crescentemente continuado, tendo em vista que 1/3 da população é rural e que contingente significativo dela não tem condições de sair de sua situação de fragilidade sem uma assistência especial do Estado.*

O Programa de Habitação Rural, com Recursos do BNH e FINSOCIAL, cria mais um canal de viabilidade de habitação social, com parâmetros de construção e compra adaptáveis aos padrões de cultura e situação econômica da clientela.

Expressivo foi o trato dado ao migrante, oferecendo-lhe o atendimento emergencial necessário, através das atividades de recolhimento e alimentação e, após, no caso de fixação, o atendimento estruturado com os meios essenciais ao enfrentamento dos reclamos da vida urbana ou, facilitando o retorno aos locais de procedência, no processo de inversão do fluxo constante e crescente das imigrações. Dinamização maior foi dada às unidades operativas no aproveitamento do potencial comunitário. Além do caráter educativo e participativo da medida, ela mostrou ser mais rentável social e economicamente. Privilegiou-se, assim, métodos e técnicas acionadoras do processo de fazer a própria população tentar solucionar seus problemas. Evitou-se criar situações de dependência, de anulação ou desorganização dos esforços espontâneos da Comunidade. No processo de mobilização comunitária, cuidou-se para elevar o nível de realização, sem aumentar o nível de frustração ocorrente quando se despertam expectativas que não podem ser realizadas, pela incapacidade de adequação das aspirações com os recursos. Estes e outros procedimentos foram usados pela STAS e Órgãos Vinculados, no enfrentamento da crise econômica e suas seqüelas sociais mais agudizantes.

Dentro da área de sua competência, a STAS deu continuidade à sua ação de atender às situações de vulnerabilidade especial ligadas à velhice, ao menor e a outros grupos que demandam ajuda especial direta ou indireta do Estado, e a problemas específicos, vinculados à carência de esporte e recreação para a classe de mais baixa renda.

Persiste a preocupação da STAS e seus Órgãos Vinculados em caracterizar a sua clientela, com problemas atinentes à sobrevivência e qualidade de vida, sabendo-a mais centrada nas populações rurais das zonas de expulsão, seguida pelas Vilas de Miséria,

nas cidades maiores. Procurou identificá-la e quantificá-la, para melhor diagnosticar, planejar e operar, dentro da realidade, e conter situações diversificadas exigindo tratos específicos.

A STAS manteve a sua estrutura organizacional no referente ao Sistema de Planejamento Estratégico, consolidando o processo de regionalização única para a STAS e Órgãos Vinculados, o Programa de Desenvolvimento Social — PRODES nas regiões programáticas, e os subprogramas como o PRODAMI, com ampla atuação na assistência e promoção do pequeno agricultor.

O Decreto-Lei nº 31.217 extinguiu a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação (FUNLAR), por considerar a necessidade de minimizar gastos e maximizar proveitos, além da similitude de fins entre ela e a FUNDASUL. A incorporação trouxe exigências de planejamento do Órgão Central e das respectivas Vinculadas face a esta reforma na estrutura organizacional da Pasta.

Elaborou-se o Programa da STAS e Vinculadas para o quadriênio 83/87 e processou-se à avaliação das Delegacias Regionais com o objetivo de realimentar o processo de investigação e prática reformulada, feita também em outras áreas, como caminho imprescindível para uma intervenção consentânea com os reclamos da realidade social.

A STAS e Órgãos Vinculados, quer como participantes, quer como agentes, figuraram nas promoções, seminários, encontros e palestras ligadas ao enfrentamento de problemas e soluções atinentes à área social propriamente dita e áreas afins.

As ações tanto da área direta como indireta da STAS, embora mantendo suas especificações ligadas à esfera própria de competência, interligaram-se freqüentemente em função da perspectiva de evitar atomização da problemática social e da vivência crescente da filosofia integradora do trabalho social, a nível endógeno e exógeno.

#### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Planejamento Governamental

#### OBJETIVO

*Completar ou dar continuidade à elaboração diagnóstica para precisar o conhecimento de problemas específicos da Pasta, através de pesquisas, levantamentos e estudos especiais.*

#### REALIZAÇÕES:

- elaboração ou conclusão dos Diagnósticos Sociais das Regiões Programáticas que ainda faltavam para um Diagnóstico completo do Estado, ou seja R 2 (com sede em Taquara), R 2 (em São Jerônimo), R 4 (em Tramandai) e R 5 (em Pelotas);

5 diagnósticos

- organização e realização do VII Seminário da STAS, completando-se a segunda fase diagnóstica da Região 2, com levantamento de proposições de solução de problemas realizados pela comunidade;

1 seminário



- levantamento e cadastramento de núcleos de pobreza urbano e rurais, por região e município, núcleos e domicílios (em processamento);
- montagem do pré-diagnóstico da problemática do idoso e de seu atendimento no Estado;
 

1 estudo
- levantamento da necessidade de recursos humanos para recrutamento e seleção.
 

1 levantamento

## OBJETIVO

Propor planos e projetos para estender a área de ação da Pasta ou ordená-la.

## REALIZAÇÕES:

- elaboração do Programa STAS e Vinculadas para o quadriênio 83/87;
 

1 programa
- proposição e montagem do Programa de Habitação Rural, com a participação da COHAB, EMATER, FARSUL e FETAG;
 

1 programa
- estudo e montagem de projetos sobre questões ligadas ao planejamento organizacional específico;
 

9 projetos
- elaboração da proposta "Sistema de Administração dos Recursos Humanos dos Órgãos Vinculados da STAS"
 

1 proposta
- elaboração de projetos arquitetônicos de construção ou reforma de Sedes Sindicais, Colônias de Férias, Creches e outras entidades sociais;
 

12 projetos
- elaboração de ante-projetos para a reformulação do Estatuto da Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL) e da FGT;
 

2 ante-projetos
- elaboração, através de estudos e reuniões, de instrumentos de acompanhamento e controle para uso do Órgão Central e seus vinculados;
- elaboração de glossários de termos técnico-administrativos e jurídicos, com vistas a facilitar o trabalho de integração dos Órgãos Vinculados;
 

2 glossários
- elaboração do Manual das Delegacias Regionais, que define a estrutura organizacional da Delegacia dentro de um enfoque sistêmico e operacional.
 

1 manual

**Programa: Assistência****OBJETIVO**

Registrar entidades civis que procuram habilitar-se ao recebimento de auxílios e subvenções do Estado, conforme Lei n.º 6.361/71, assim como orientar e acompanhar o seu desempenho.

**REALIZAÇÕES:**

- exame e instrução de processos de prestação de contas (Lei Estadual n.º 6.362/71) e de solicitação de auxílios  
1.493 instruções
- orientação e apoio às entidades civis quanto à formação de processos para registro no Conselho Nacional e Serviço Social, de pessoas jurídicas, no Cartório de Registros Especiais e de obtenção de Declaração de Utilidade Pública pela Secretaria de Justiça;  
144 registros
- efetivação de registros de entidades civis (Lei Estadual n.º 6.355/71)  
968 registros

**OBJETIVO**

Distribuir, de acordo com critérios de elegibilidade pertinentes, recursos necessários ao atendimento de problemas específicos ou a programas de entidades sociais.

**REALIZAÇÕES:**

- distribuição, pela "Comissão de Reconstrução do Estado" (Campanha da Solidariedade) de recursos, empregados na reconstrução e reforma de habitações, prédios públicos, sistema viário, eletrificação rural, recuperação de máquinas, motores e outros auxílios;  
Cr\$ 327,6 milhões
- distribuição pela "Comissão de Reconstrução do Estado"; através de recursos do MINTER-SUDESUL empregados na infra-estrutura urbana;  
Cr\$ 725,0 milhões
- alocação de recursos MINTER-FINSOCIAL em pavimentação urbana, pontes, pontilhões, água, esgoto e prédios públicos;  
Cr\$ 1,025 bilhões
- concessão de auxílios a pessoas físicas e entidades sociais que atuam em caráter cooperativo ou supletivo à ação da STAS, perfazendo a importância de Cr\$ 785,172;  
180 entidades

**Programa: Relações do Trabalho****OBJETIVO**

Apoiar as atividades associativas e sindicais, dinamizando mecanismos disponíveis, objetivando o fortalecimento das organizações representativas das classes trabalhadoras ou de trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

**REALIZAÇÕES:**

- reuniões de estudos, com os Delegados Regionais, visando a avaliar e direcionar as Delegacias Regionais;
- elaboração, execução, acompanhamento de programas e projetos regionais integrados, com a participação da comunidade, órgãos públicos federais, estaduais, municipais e de todos os vinculados;
- elaboração e acompanhamento do processo de organização de associações profissionais e a transformação de associações em sindicatos, atingindo grupos profissionais do comércio, indústria, transporte, turismo e de técnicos de nível médio e superior;
 

5 associações
- contatos para fins de auxílios sindicais, legislação sindical, acompanhamento de processos, informações, providências;
 

2.180 contatos
- recepção de dirigentes sindicais urbanos e rurais nas visitas feitas à Pasta;
 

152 dirigentes
- palestras a 1.277 pessoas, sobre assuntos específicos ao associativismo em suas várias modalidades, a nível municipal;
 

9 municípios
- representação em assembleias gerais sindicais e solenidades de posse de diretorias;
 

27 representações
- participação em reuniões com grupos ou categorias previstas, entre empregadores e empregados, reuniões de trabalhadores em processo de reivindicação e com grupos de desempregados;
 

38 reuniões
- promoção e realização da Confraternização — Governo — Trabalhadores, reunindo na mesma mesa, Governador, Secretário da Pasta, Assessores Sindicais e Federações de Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul.
 

1 encontro

**FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA  
SENADOR TARSO DUTRA (FUNDASUL)**

A FUNDASUL passou por modificações internas, incorporando a estrutura da FUNLAR, extinta pelo Decreto nº 31.229, de 18 de agosto de 1983. No rol de suas finalidades foi acrescida a operacionalização do Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos, anteriormente atribuída à FUNLAR.

Incorporar um órgão a outro, com a especificidade que tem cada um, constitui-se numa tarefa complexa. Por isso a FUNDASUL teve que destinar a ela atenção especial, de forma a transformar a nova organização num todo coeso e dinâmico, sem perder a flexibilidade que lhe é peculiar. Concomitantemente a esse processo, e em que pesem as dificuldades decorrentes, desenvolveu-se a programação estabelecida para 1983.

Da meta global de 52 Centros Sociais Urbanos, 51 encontram-se em funcionamento atendendo à população alvo nas áreas de Saúde, Trabalho, Previdência, Esporte e Recreação, Cultura e Artes, nos quais foram realizados 1.957.074 atendimentos. A construção da última unidade, em São Jerônimo, deverá ocorrer até maio de 1984.

Houve uma preocupação permanente com a dinamização das unidades operativas, agilizando recursos dentro das comunidades onde estão instaladas, bem como junto ao Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos.

O atendimento às vilas de subabitação teve continuidade, atingindo-se 68 comunidades de zona urbana e 21 de zona rural, onde se localiza a clientela prioritária, beneficiando, aproximadamente, 25.000 famílias de baixa renda.

A integração dos recursos sociais de cada município e de cada vila foi intensificada, otimizando-se gradativamente os serviços para a população alvo.

Seguiu-se incentivando e oportunizando o desenvolvimento de atividades lucrativas, especialmente os Núcleos de Produção de Bens, de Prestação de Serviços e as Unidades Produtivas visando ao aumento da renda familiar e à descoberta das potencialidades criativas das famílias de baixa renda.

Os grupos comunitários continuam sendo apoiados e incentivados como forças dinâmicas dentro das comunidades e como instrumentos para o exercício da participação. As entidades sócio-assistenciais foram assessoradas tecnicamente objetivando o seu fortalecimento e estimulando o atendimento da clientela numa linha mais promocional e menos assistencialista.

Em relação aos migrantes de baixa renda que chegam à capital e ao III Pólo Petroquímico, a FUNDASUL procurou dar atendimento emergencial no que se refere a pernoite, alimentação, documentação, encaminhamento a emprego e a outros recursos da comunidade. Procurou ainda facilitar o retorno de migrantes e não migrantes aos seus municípios de procedência, contribuindo assim para a inversão do fluxo migratório.

Como nos anos anteriores, a FUNDASUL procurou responder às situações emergenciais que ocorreram no Estado, particularmente na época das enchentes. Na RMPA, a totalidade de seu quadro funcional foi mobilizado, realizando desde o salvamento das vítimas, alojando-as em CSU, atendendo e coordenando os alojamentos, até o acompanhamento das famílias no retorno às suas moradias. Nos municípios do interior, as equipes se integraram às Comissões Municipais de Defesa Civil, realizando o atendimento necessário aos flagelados e/ou apoiando as campanhas comunitárias. A FUNDASUL também se integrou ao Programa de Atendimento Alimentar aos Desabrigados, coordenando 26 mutirões de frentes de trabalho, em 10 vilas de Porto Alegre e duas da Região Metropolitana, atingindo 1.055 pessoas. Ainda no CSU de Canoas (Matias Velho) foi atendida a população desempregada através do "sopão" comunitário, onde foram servidas 2.466 refeições.

Foi dado atendimento a 106 famílias desabrigadas pelo vendaval que atingiu Gravataí. Durante 13 dias, alojadas numa escola municipal, essas famílias receberam assistência médica, alimentação e roupas, bem como orientação e apoio para a reconstrução das casas danificadas. Os recursos existentes foram articulados de forma a facilitar o retorno à normalidade daqueles que foram prejudicados.

**REALIZAÇÕES 1983**

*Programa: Assistência e Desenvolvimento Comunitário*

**OBJETIVO**

*Prestar serviços, viabilizando a organização comunitária, assistência e promoção social, através da execução direta da equipe técnica da FUNDASUL.*

**REALIZAÇÕES:**

- organização e assessoria a 243 grupos sociais tais como associações de moradores, clube de mães, de jovens, idosos; 6.000 pessoas
- implantação e/ou continuidade de 132 Núcleos de Produção de Bens; 1.750 pessoas
- orientação e acompanhamento a 159 Unidades Produtivas; 434 pessoas
- realização de 76 Campanhas Comunitárias; 5.435 pessoas
- encaminhamento a empregos, documentação e recursos médico-educacionais; 15.071 encaminhamentos
- implantação e acompanhamento de hortas caseiras e comunitárias; 535 hortas
- concessão de auxílios; 11.410 auxílios
- realização de 284 palestras sobre educação familiar, higiene, alimentação e saúde; 7.473 pessoas
- efetivação de melhorias coletivas dentro das vilas, tais como construção de sede comunitária, lixeiras, instalação sanitária; 149 mutirões

**OBJETIVO**

*Dinamizar e estender a rede de Centros Sociais Urbanos e de Comunidades, incorporando-os em um complexo de serviços sociais integrados, coordenando e administrando as unidades para estimular o desenvolvimento comunitário e a promoção social da população de baixa renda.*

**REALIZAÇÕES:**

- funcionamento de Centros Sociais Urbanos iniciando atividades e/ou na fase de entrosamento com a comunidade; 4 centros
- funcionamento pleno de Centros Sociais com todas as unidades de atendimento; 47 centros

- operação de Centros Sociais Urbanos: atuação da Unidade de Saúde, realizando 562.062 atendimentos;
 

41.934 pessoas
- operação de Centros Sociais Urbanos: atuação na Unidade de Previdência, realizando 180.435 atendimentos;
 

5.522 pessoas
- operação de Centros Sociais Urbanos: atuação na Unidade de Esporte e Recreação, realizando 961.843 atendimentos;
 

18.256 pessoas
- operação de Centros Sociais Urbanos: atuação na Unidade de Cultura e Artes, realizando 178.795 atendimentos;
 

7.224 pessoas
- funcionamento de Núcleos de Produção de Bens, confeccionando roupas e agasalhos, acolchoados, artefatos de madeira, sabão, doces, pães e outros artigos;
 

24 núcleos
- funcionamento de Núcleos de Prestação de Serviços em lavanderia e atividades diversas;
 

2 núcleos
- funcionamento de grupos com objetivos de assessoramento à administração do CSU, atividades artísticas e culturais, recreação e esporte, ação social, reunindo homens, mães, jovens, crianças e idosos;
 

179 grupos
- realização de cursos profissionalizantes (encanador, avicultura, pespontador de calçados e outros), formação doméstica (primeiros socorros, corte e costura, culinária e outros), cursos de artesanato, alfabetização de adultos e artes;
 

117 cursos
- encontros de integração regional através das atividades esportivas, envolvendo 45 municípios.
 

3 encontros

## **OBJETIVO**

*Incentivar e/ou aprimorar a ação promocional das entidades de atendimento a indivíduos, famílias e comunidades.*

## **REALIZAÇÕES:**

- assessorias individualizadas a 167 entidades atingindo 21.858 famílias e 3.299 idosos;
 

338 assessorias
- estudo de processos de entidades;
 

114 processos
- estudo de casos de pensão especial;
 

9 estudos



- administração financeira de contratos com entidades selecionadas pelo Gabinete da Primeira Dama do Estado, com recursos provenientes do Ministério da Saúde; 7 contratos
- administração financeira dos contratos do Programa Pró-Creche; 10 contratos
- comemoração do Mês do Idoso nas vilas e nas entidades envolvendo os recursos dos municípios;
- estudo e internamento de idosos. 9 pessoas

#### OBJETIVO

Triar, orientar, encaminhar e prestar assistência à clientela de baixa renda chegada aos órgãos de execução do Programa de Atendimento Social Direto, bem como promover a integração dos recursos sociais.

#### REALIZAÇÕES:

- atendimento, através dos postos de recepção do CETREMI de Porto Alegre e III Pólo Petroquímico, a migrantes em trânsito e não migrantes, envolvendo 3.213 encaminhamentos para recursos sociais, 5.911 auxílios para alimentação, 2.281 para hospedagem provisória, 12.089 para documentação e 3.771 passagens para retorno aos municípios de procedência; 8.725 pessoas
- atendimento aos desabrigados, através da Ronda Social Noturna, recolhimentos a albergues e a outros serviços; 3.226 pessoas
- fornecimento de dados ao Sistema de Informações sobre Migrações Internas (SIMI/MINTER); 6.371 boletins
- realização de reuniões com plantonistas de recursos sociais, objetivando integrar ações; 15 reuniões
- registro (em caráter experimental) do fluxo migratório junto ao SINE/Canoas, cadastro de migrantes. 1.035 pessoas

#### OBJETIVO

Planejar, executar, controlar e avaliar programas, sub-programas e projetos na área de seleção e avaliação de desempenho, cargos e salários e capacitação de recursos humanos internos e externos.

#### REALIZAÇÕES:

- encontro de assistentes sociais;

1 encontro

- treinamento de supervisores de áreas; 20 pessoas
- encontro estadual das entidades — integrado com o Conselho de Entidades Assistenciais atingindo 188 dirigentes e representantes de 109 entidades; 1 encontro
- treinamento de lideranças comunitárias em Santana do Livramento; 56 pessoas
- encontro do Clube de Mães Vila Farrapos, com a participação de 34 pessoas; 1 encontro
- cursos de formação humana e artesanato beneficiando 1.752 pessoas; 101 cursos
- treinamento de funcionários através da Fundação de Recursos Humanos; 13 pessoas
- realimentação do Banco de Dados sobre funcionários;
- subsídios para a Comissão de Recursos Humanos da STAS, no que se refere ao Plano de Classificação de Cargos dos Órgãos Vinculados;
- palestras na área da Saúde Comunitária — Projeto FUNDASUL/FEPLAN, atingindo 6 vilas de Porto Alegre; 360 pessoas
- cadastramento e acompanhamento de instrutores que desenvolveram cursos nas vilas do Programa de Apoio às Comunidades; 35 instrutores
- orientação a atendentes de creche da Vila São Vicente Mártir. 12 atendentes

## OBJETIVO

Estimular estudos e pesquisas analíticas sobre a problemática social e reunir a documentação necessária para subsidiar teoricamente a execução de programas e projetos.

## REALIZAÇÕES:

- atualização permanente do cadastro de entidades sócio-assistenciais do Estado; 5.080 entidades
- levantamento de informações atendendo solicitações externas e fornecendo 11 listagens; 4.854 entidades
- distribuição de Catálogos Regionais das Entidades; 100 volumes

- levantamento de populações desempregadas com aplicação de formulários em vilas de Canoas; 862 formulários
- levantamento sócio-econômico em 27 vilas para subsidiar a programação interna e informar outros órgãos do Governo; 1.503 formulários
- tabulação de formulários e elaboração de relatórios dos atendimentos do CETREMI/POA; 6.792 formulários
- pesquisa sobre migrações em Porto Alegre; 1.700 formulários
- levantamento dos bolsões de pobreza existentes nos Municípios das Regiões da Produção (A) Nordeste Rio-Grandense. 44 municípios

### **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB)**

A redução gradativa da atividade econômica nos últimos anos, decorrente da recessão, e a desestabilização do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), afetaram drasticamente o desenvolvimento dos programas a cargo da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS), no que respeita a contratação de novas obras e a conseqüente manutenção do elevado volume de produção até então atingido.

Assim sendo, o chamado volume de produção, traduzido em unidades habitacionais, com obras de andamento, vem decrescendo na medida em que concluem-se as atuais sem a necessária reposição de novas unidades.

O menor investimento relativo não afetou, todavia, a conclusão e continuidade de expressivo número de obras em andamento, para as quais foram assegurados e mantidos os recursos financeiros anteriormente contratados, possibilitando, dessa forma, o prosseguimento da implantação de Núcleos Habitacionais, de Lotes Urbanizados (PROFILURB), do PROMORAR e da construção de Casas em Terreno Próprio (FICAM). O total dos programas registra a conclusão de 14.557 unidades habitacionais e o andamento das obras de 30.666 unidades.

Diversos projetos técnicos foram desenvolvidos e submetidos ao Banco Nacional da Habitação (BNH), para análise e concessão de financiamentos, visando a implantação de novos núcleos. Assim, no momento em que forem retomadas as contratações, — a partir da disponibilidade de recursos —, dispõe a COHAB/RS de um apreciável volume de projetos em condições imediatas de execução.

#### **REALIZAÇÕES 1983**

Programa: Habitação

#### **OBJETIVO**

Reduzir o déficit habitacional do Estado, através da produção e comercialização de habitações em conjuntos ou isoladas, destinadas à população de baixa renda, cujo rendimento familiar não exceda a cinco salários mínimos.

**REALIZAÇÕES:**

- execução do programa de Construção de Núcleos Habitacionais;  
6.976 habitações
- conclusão de habitações e andamento de obras;  
23.669 habitações
- execução do programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB) conclusão de lotes;  
952 lotes
- andamento das obras — PROFILURB;  
2.242 lotes
- execução do programa de erradicação da subabitação (PROMORAR) conclusão de embriões;  
6.454 embriões
- PROMORAR — andamento das obras;  
4.755 embriões
- execução do programa de Financiamento da Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação em Terreno Próprio (FICAM);  
175 habitações

**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)**

A presente administração levou em consideração os dados do Censo/80 que refere a população do Rio Grande do Sul como sendo de 7.942.722 habitantes, sendo que 3.246.639 são menores. Desta população, encontram-se 905.831 menores em famílias com renda mensal de 0 a 2 salários mínimos.

Esta situação se apresentou agravada em 1983 pelo fato do crescimento natural, bem como pela situação sócio-econômica existente no País. Este fato fez com que a demanda fosse maior do que os recursos humanos e financeiros disponíveis.

Para enfrentar este impasse, buscou esta administração soluções através de intervenções criativas, não executadas até o momento pela FEBEM, e que foram consubstanciadas nas seguintes ações:

- 1) Implementação de um processo de planejamento participativo, a fim de assegurar maior eficiência na consecução dos objetivos propostos pela presente administração;
- 2) Elaboração de um Plano de Ação como instrumento operativo do processo de planejamento, visando a determinar como objeto de trabalho, o menor, a família e a comunidade. Desta forma, é atingido um maior número de menores, em menor espaço de tempo;
- 3) Opção como prioridade de trabalho para a realização de grupos com menores, deixando em caráter supletivo a intervenção individual e comunitária;

- 4) Criação de agremiações representativas dos menores, através das quais os mesmos possam opinar, avaliar suas atividades, bem como as da Instituição;
- 5) Implementação das Gerências Regionais de forma a obter maior eficiência e eficácia no atendimento ao menor do interior do Estado;
- 6) Integração da Fundação com Instituições Sociais, como o Projeto Universidade para a Comunidade, visando a que a mesma, através da realização de Seminários, busque com a Comunidade soluções alternativas para a problemática do menor a nível regional;
- 7) Participação, com a Rede Brasil Sul de Comunicações, de Convênio visando a atender o Menor de Rua, através da organização da atividade lucrativa de venda de jornal, para oferecer outros estímulos que beneficiem e assegurem o crescimento natural do menor;
- 8) Realização de Feiras, através das quais são demonstrados e oferecidos o produto do trabalho do menor enquanto interno na FEBEM. Este projeto tem duas dimensões: a primeira, de valorização do trabalho do menor, e a segunda, da criação de uma imagem para a comunidade do atendimento que o menor recebe na Fundação;
- 9) Estimulo à produção interna hortigranjeira, como meio de redução de custos de manutenção, bem como à racionalização de recursos;
- 10) Redefinição e racionalização de atividades do setor-meio, objetivando a diminuição dos custos e melhorias do nível de competência.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Assistência ao Menor

### OBJETIVO

Restringir o recolhimento de menores em Unidades de Triagem a casos que requeiram estudos técnicos especializados, bem como encaminhamento de menores a internatos da Rede Própria, a situações-problema que exijam tratamento especializado não disponível em recursos externos à FEBEM.

### REALIZAÇÕES:

- atendimento, registro e prognóstico dos menores que ingressam e reingressam nas Unidades de Triagem durante o ano;
 

3.017 menores
- desligamento de menores de acordo com parecer técnico para retorno à família e/ou colocação familiar;
 

2.003 menores
- transferências de menores para outras unidades da Rede Própria ou para outros recursos;
 

807 menores
- transferência de menores para a rede hospitalar;
 

131 menores

- implantação de Unidades de Triagem no Interior; 6 municípios
- atendimento e diagnóstico da situação familiar; 2.371 famílias
- famílias beneficiadas com auxílio econômico; 1.859 famílias
- menores beneficiados indiretamente com o auxílio econômico; 6.760 menores
- encaminhamentos a recursos da rede própria e comunidade. 3.947 menores

#### OBJETIVO

*Propiciar melhores condições físicas e materiais para o desenvolvimento de programas que favoreçam condições de retorno do menor à sua família em situação favorável.*

#### REALIZAÇÕES:

- atendimento e registro de menores que ingressam e reingressam nas casas durante o ano; 1.636 menores
- desligamento, através de parecer técnico, para retorno à família e colocação familiar; 230 menores
- transferências de menores para outras Unidades da Rede Própria, como para entidades da comunidade que propiciem atendimento mais adequado; 128 menores
- hospitalização de menores enfermos na rede hospitalar. 70 menores

#### OBJETIVO

*Estimular as iniciativas e a participação da Comunidade em programas de cunho preventivo, a partir da identificação das Unidades Regionais e da articulação entre organismos sociais.*

#### REALIZAÇÕES:

- celebração de convênios com 381 Entidades Públicas e/ou Particulares; 57.190 vagas
- visitas de assistência técnica a entidades que desenvolvem programas junto a menores; 560 visitas
- encontros regionais com funcionários de entidades sociais particulares; 10 encontros

- assistência a menores em Lares Substitutos; 7.271 menores
- adoção; 64 menores
- assistência a menores carentes das zonas urbanas de Porto Alegre no período extraclasse; 746 menores
- assistência às famílias de menores assistidos nos Lares Substitutos; 2.793 famílias
- atendimento à comunidade, através de plantão diário, nas Vilas da Região Metropolitana de Porto Alegre; 900 atendimentos
- encontro geral de Mães Substitutas. 1 encontro

#### OBJETIVO

Implementar o Programa de Formação para o Trabalho, mediante a descentralização das Ações Profissionalizantes a nível regional.

#### REALIZAÇÕES:

- acompanhamento do menor carente na primeira experiência de emprego (PROMENOR), abrangendo 14 regiões; 35 municípios
- menores em estágio/treinamento; 1.209 menores
- realização de cursos, estágios e treinamentos de menores na Rede Própria e Conveniada, abrangendo 528 cursos; 10.278 menores
- colocação e acompanhamento profissional; 940 menores
- colocação de menores em pensões da comunidade. 444 menores

#### FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

No Plano de Ação de 1983, a Fundação Gaúcha do Trabalho estabeleceu políticas norteadoras relativas a: emprego, desenvolvimento de comunidades no meio rural e segurança do trabalho.

Em relação ao emprego adotou as seguintes políticas: treinamento intensivo de trabalhadores dos setores da economia, de acordo com as necessidades do mercado; assistência técnico-financeira a trabalhadores rurais de baixa renda em bolsões de pobreza,

através do fomento de Microunidades de Produção (MICRUP) (economia de subsistência); treinamento e orientação profissional a Prestadores de Serviços Temporários, como autônomos, para o setor informal.

*No tocante ao desenvolvimento de comunidades no meio rural adotou as seguintes políticas: ações sócio-comunitárias voltadas à informação e conscientização dos trabalhadores rurais quanto ao uso adequado dos escassos recursos colocados à disposição. Promoção de artesões e comercialização dos seus produtos em feiras e outros meios.*

*Na segurança do trabalho, atuou dentro da política de treinamento de recursos humanos de empresas com vistas a aumentar e melhorar a segurança e as condições de trabalho, minimizando acidentes.*

*Dos programas continuados, preparação de mão-de-obra e segurança do trabalho, os de maior impacto foram os de artesanato e o do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (PRODECOR). O programa artesanato alcançou um desempenho físico em relação às atividades programadas, de 115% e 94% da clientela prevista. Os resultados deste programa podem ser considerados bastante satisfatórios, não só pelo alcance das metas quantitativas, mas principalmente pelos benefícios oportunizados a 5.439 artesões cadastrados. Estes benefícios podem ser traduzidos especialmente em termos financeiros, obtidos com a comercialização dos produtos artesanais.*

*Neste exercício foi comercializado diretamente pela FGT em feiras, exposições e lojas um montante de Cr\$ 59,5 milhões, e diretamente pelo artesão, com o apoio da FGT, um valor de Cr\$ 91,92 milhões.*

*Na condição de representante do Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) no Rio Grande do Sul, a FGT assinou um convênio com a Fundação Interamericana, instituição que tem como objetivo beneficiar populações de baixa renda. O convênio, no valor de US\$ 147 mil, prevê, para o exercício 83/84, a implantação de cinco Centrais de Equipamentos e uma Central de Artesanato, visando a promover e apoiar o artesanato gaúcho, bem como facilitar as condições de produção e comercialização do produto final.*

*Em relação a programas novos visando a obter resultados concretos e imediatos no atendimento da clientela de baixa renda, a Fundação lançou em 1983 o Programa de Microunidades de Produção de Bens e/ou Serviços. O mesmo desdobrou-se em microunidades de Bens Agropecuários (MICRUP) e Prestadores de Serviços Temporários Autônomos (PRÉSTA).*

*O primeiro incentiva a produção agropecuária, individual ou coletiva, gerando ocupação, aproveitamento de mão-de-obra e contribuindo para o aumento da renda familiar. O segundo forma grupos de trabalhadores para atuarem no mercado de prestação de serviços na condição de autônomos, apoiando técnica e financeiramente os mesmos.*

*Nos primeiros meses do exercício, a FGT voltou-se para a preparação da equipe técnica responsável pela implantação do Programa e a elaboração de material institucional necessário ao planejamento, execução, acompanhamento e avaliação.*

*Em outubro de 1983, recursos financeiros necessários à implantação do Programa foram repassados à FGT pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, o que permitiu a programação de metas ainda para este exercício.*



Além de todo este esforço necessário à implantação, no final do exercício, a FGT estabeleceu uma meta e a cumpriu, beneficiando 50 famílias com o apoio técnico e financeiro para 50 microunidades de produção.

Analisando o desempenho do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (PRODECOR) ao longo do exercício, verificou-se um resultado muito expressivo, uma vez que foram atingidos 135% da clientela prevista. Obteve-se este resultado não só pelo desempenho físico, mas principalmente, pelos benefícios atingidos junto à clientela e que podem ser traduzidos em: organização de grupos sociais nas comunidades trabalhadas e implementação de alternativas de solução pelas comunidades na resolução de seus problemas.

Os resultados deste Programa tornam-se ainda mais significativos se considerarmos os investimentos financeiros de aproximadamente Cr\$ 270 milhões. Deste valor, a Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) participou com Cr\$ 30 milhões através do convênio correspondente à VII Etapa do PRODECOR, cifra inferior aos anos anteriores. Ao todo, a FGT atendeu uma clientela de 130.101 pessoas, através de 7.313 atividades, realizadas através de suas gerências regionais em número de 23, localizadas em municípios-pólo do Estado.

A administração preocupou-se com a redução de gastos com funções gratificadas e cargos em comissão, insumos materiais, com diárias e transporte com veículos dos próprios servidores e o aperfeiçoamento dos controles contábeis e de estoques. O sistema de planejamento e avaliação trabalhou na base de Orçamento-Programa, realizando a supervisão e a avaliação do desempenho de gerentes, agentes e instrutores de cursos, treinamentos e assessorias.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Trabalho

### OBJETIVO

Promover atividades dirigidas à qualificação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento de profissionais, visando à formação de mão-de-obra rio-grandense.

### REALIZAÇÃO:

- desenvolvimento de ações nos setores tradicionais, (primário, secundário e terciário), e no setor informal da economia, totalizando 530 cursos e 1 treinamento.

8.452 pessoas

### OBJETIVO

Desenvolver ações voltadas à prevenção de acidentes, dirigidas à conscientização e preparação do trabalhador gaúcho, bem como de recursos humanos que lideram grupos.

### REALIZAÇÃO:

- desenvolvimento de 153 cursos, 17 palestras e 4 encontros, totalizando 174 atividades nas áreas de Prevenção de Acidentes na Construção Civil, Supervisor de Segurança do Trabalho e CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

3.482 pessoas

**OBJETIVO**

*Incentivar e promover o artesanato gaúcho e dirigir suas ações no sentido de aperfeiçoar e cadastrar o artesão, definir padrões de qualidade de produção e organizar o sistema de comercialização.*

**REALIZAÇÕES:**

- 13 feiras e 2 seminários; 679 pessoas
- cadastramento de artesões; 900 artesões
- renovação de carteiras de artesões; 357 artesões
- comercialização nas lojas, feiras e exposições; Cr\$ 59,5 milhões
- produtos consignados; Cr\$ 23,1 milhões
- compras de artesões; Cr\$ 35,01 milhões
- vendas diretas pelo artesão com a interveniência da FGT; Cr\$ 91,92 milhões
- celebração de um contrato entre a Fundação Inter-Americana e Fundação Gaúcha do Trabalho; 1 contrato
- exportação em cerâmica para Anhenser Busca Companies, Inc For Busch Entertainment Corp., Tampa, USA, no valor de US\$ 1.322,43; 472 peças
- inauguração de Feira Permanente de Artesanato em novembro de 1983 no Shopping Center Iguatemi, em Porto Alegre. 1 feira

**Programa: Desenvolvimento de Comunidades****OBJETIVO**

*Conscientizar as comunidades sobre suas possibilidades de auto-promoção, através da organização e/ou desenvolvimento, de modo integrado, com instituições que atuem na área.*

**REALIZAÇÃO:**

- 303 cursos, 908 palestras, 1.389 reuniões, 599 demonstrações, 2.155 visitas, 252 mutirões, 101 campanhas, 839 encaminhamentos, 20 encontros e 27 outras atividades nas áreas de Associativismo, Saúde, Alimentação, Habitação, Infra-estrutura, Produção Animal, Produção Agrícola e Comercialização, totalizando 6.593 atividades. 107.520 pessoas

**OBJETIVO**

Incentivar a produção autônoma de bens e/ou serviços, individual ou coletiva, que gera ocupação, aproveita a mão-de-obra e contribui para o aumento da renda familiar.

**REALIZAÇÃO:**

- financiamento de 50 microunidades, com um investimento de Cr\$ 10 milhões

250 pessoas

**SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE)**

No transcorrer do ano de 1983, o SINE do Rio Grande do Sul procurou empreender uma linha de ação que viesse responder as dificuldades impostas ao mercado de trabalho pela grave crise econômica que atravessa o país.

Tendo por competência atuar em três áreas referentes à questão do mercado de trabalho, quais sejam, Informações sobre o Mercado de Trabalho, Intermediação de Mão-de-Obra e Geração de Empregos e/ou Ocupações, desenvolveu nesta última área uma série de projetos que não foram executados devido à inexistência de recursos para este fim.

**REALIZAÇÕES 1983**

Programa: Informações sobre o Mercado de Trabalho

**OBJETIVO**

Conhecer, de forma permanente e atualizada, a estrutura do Mercado de Trabalho do Rio Grande do Sul; identificar a inadequação entre a oferta e demanda de mão-de-obra, bem como os problemas conjunturais que estejam afetando a situação de emprego, a fim de fornecer subsídios para decisões de política de emprego, com vistas à implantação no Estado.

**REALIZAÇÃO:**

- elaboração de relatórios mensais e tabelas de intermediação de mão-de-obra, realizados a partir dos relatórios que são enviados mensalmente pelas cinquenta unidades do SINE/RS: relatório modelo Ministério do Trabalho (MTB) e Modelo SINE/RS; 24 relatórios
- elaboração do boletim mensal de análise do mercado de trabalho, periódico que acompanha o mercado de trabalho local em seus aspectos estruturais e variações conjunturais; 12 boletins
- contatos com as unidades do SINE no Estado com vistas a informações sobre situação do mercado de trabalho na Região; 12 boletins
- repasse das informações sobre o mercado de trabalho ao Ministério do Trabalho e outros órgãos competentes;

- elaboração das listagens das ocupações solicitadas ao SINE/RS e codificação segundo Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) para repasse ao Ministério do Trabalho;
 

12 relatórios
- recolhimento e conferência dos formulários-resumo do Cadastro de Empregados e Desempregados da Lei nº 4.923/65, para o envio ao MTB com a finalidade de construir o Indicador SINE para a RMPA e 15 municípios do interior do Estado;
- solicitação, recolhimento e análise de relatórios especiais sobre ocupação de mão-de-obra e produção econômica no setor primário dos municípios atingidos pelo SINE/RS;
- atendimento de solicitações de empresas para orientação sobre preenchimento do novo formulário da Lei 4.923/65, CBO e outras;
- desenvolvimento de estudo do perfil de desempenho no Estado junto à METROPLAN — Grupo de trabalho com técnicos da METROPLAN;
 

1 estudo
- elaboração de relatórios mensais das ocupações que exigem qualificação ou treinamento realizados a partir das informações enviadas pelas unidades do SINE/RS.
 

12 relatórios

## OBJETIVO

*Prestar à clientela (empresas/candidatos) serviços de intermediação, compatibilizando as necessidades da demanda ao perfil da oferta; adaptar o processo de intermediação do SINE às características atuais do mercado de trabalho; realimentar, através da análise das informações oriundas da clientela do SINE, o processo de intermediação de mão-de-obra em consonância com as tendências do mercado de trabalho a curto e médio prazos.*

## REALIZAÇÕES:

- intermediação da clientela que demanda o SINE (empresas/candidatos) através da rede de unidades de prestação de serviços (Núcleos Regionais, Núcleos Sub-Regionais e Postos) instalados numa total de 45 municípios cobrindo, aproximadamente, 2/3 do mercado de trabalho do Estado;
 

50 unidades
- intermediação de categorias específicas de prestadores de serviço em atividades temporárias (Campanha Pró-Trabalho — apoio Rede Brasil Sul de Comunicações — RBS).

## OBJETIVO

*Oferecer oportunidade de trabalho àqueles profissionais que não estão sendo absorvidos pelo mercado de trabalho formal; oferecer à comunidade mão-de-obra qualificada para a prestação de serviço em atividades temporárias.*

## REALIZAÇÕES:

- campanha pró-trabalho, onde se cadastram 901 profissionais, tendo havido a intermediação de serviços.

496 serviços

## **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA DE EMPREGO (CEPE)**

À Secretaria do Trabalho e Ação Social coube, pelo Decreto nº 31.135, a incumbência de prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do *Conselho Estadual de Política de Emprego*.

O CEPE desenvolveu suas atividades dentro do objetivo de reunir as principais lideranças empresariais, dos trabalhadores e do governo mais diretamente envolvidas na problemática referente às flutuações do mercado de mão-de-obra, proporcionando troca de informações, avaliação constante do nível de desemprego, bem como motivando alguns setores para a operacionalização de alternativas viáveis à minimização da situação em algumas áreas.

O CEPE, como órgão de caráter opinativo, teve sua atuação bloqueada pela escassez de recursos, nos diversos setores de atividades, e pela centralização das principais políticas sócio-econômicas a nível federal. Não obstante, ao colocar Governo, empregadores e empregados face a face para pleno diálogo, desenvolveu atividades significativas no controvertido e participativo problema do desemprego e dos canais para seu atendimento.

### **REALIZAÇÕES:**

- projeto de criação de microunidades de produção de bens e serviços;
- medidas de amenização do problema de desemprego (Comissão de Vereadores);
- plano de Emergência (Construção Civil);
- subsídios para uma política de emprego a nível de Estado (Secretaria de Coordenação e Planejamento) que integram o Programa de governo 83/87;
- estudo e análise da situação da mão-de-obra no meio rural, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Organização do Mercado informal de trabalho, visando à criação de uma central de intermediação de mão-de-obra para serviços temporários (SINE) com a cobertura publicitária da Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS).

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

## **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)**

A Secretaria da Segurança Pública, para a consecução, em 1983, dos objetivos traçados pela Administração atual em seu Plano de Governo, adotou uma política administrativa com especial ênfase na conclusão de prédios, na busca de melhores vencimentos para o seu Quadro de Pessoal, na valorização de seus Recursos Humanos, tratando de imbuí-los de uma conscientização profissional ainda maior, e no reaparelhamento de seus órgãos operacionais.

Para o cumprimento de suas finalidades a SSP realiza, basicamente, policiamento ostensivo fardado para dissuadir a prática de ilícitos penais e contravencionais, e o policiamento discreto, para reprimi-los, de conformidade com a legislação processual vigente. Além disso, participa de encargos correlatos no sentido de colaborar com a Justiça e com as autoridades administrativas na execução e cumprimento das leis em geral — o disciplinamento do trânsito e a aplicação das disposições do respectivo código, o salvamento, a prevenção e o combate ao fogo.

Através do Projeto Integração Comunidade Segurança Pública (PROJETÃO), foram concluídos e inaugurados 20 prédios, sendo seis para delegacias de polícia nos municípios de Bagé, Campina das Missões, Canoas, Constantina, Pinheiro Machado e Selbach, e 14 para quartelamentos da Brigada Militar nos municípios de Alecrim, Arroio do Meio, Arroio do Tigre, Bagé, Colorado, Cruzeiro do Sul, Encruzilhada do Sul, Júlio de Castilhos, Não-me-toque, Nova Palma, Planalto, Portão, Três Coroas e Tucunduva. Estão ainda em construção 13 prédios para a Polícia Civil e 13 para a Brigada Militar, que deverão ser concluídos até 29 de fevereiro de 1984.

Pelo Programa de Assistência aos Municípios do MINTER, foram concluídos e inaugurados quatro prédios, sendo dois para a Polícia civil nos municípios de Nova Prata e Salvador do Sul, e dois para a Brigada Militar nos municípios de Chapada e Ivoti, estando ainda em construção quatro prédios para a Polícia Civil e um para a Brigada Militar, os quais deverão, também, estar concluídos até 29 de fevereiro de 1984.

No que se refere à construção de prédios EXTRA-PROJETÃO, foi concluída e inaugurada a Delegacia de Polícia de Uruguaiana, estando ainda em andamento as obras para as Delegacias de Polícia nos Municípios de Montenegro e Sapucaia do Sul e para as Centrais de Polícia em Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e Santiago.

Foi mantido o convênio com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem/Secretaria da Segurança Pública, para aquisição de equipamentos operacionais, com recursos oriundos da arrecadação de multas recolhidas e referentes aos veículos licenciados no Estado.



Através de recursos oriundos do Projeto FAS/CEF, realizado com a Caixa Econômica Federal, foi possível a aquisição de equipamentos operacionais, notadamente de veículos para o corpo de Bombeiros, como Autotanque com bomba, auto-bomba-tanque, Autobomba Misto, Autobusca e Salvamento e respectivos acessórios, tanto para a Capital como para o Interior do Estado.

O combate ao abigeato foi intensificado, tendo sido desencadeado um plano de ação conjunta entre a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria da Fazenda, além de outros órgãos do Estado. Foi criada uma Coordenadoria Regional, no Município de Bagé, com a finalidade específica de combate ao abigeato.

A *Secretaria de Segurança Pública atuou, também, com todos os meios disponíveis, nas atividades de busca e salvamento, por ocasião das enchentes que ocorreram no Estado, bem como no policiamento ostensivo, nos locais de abrigo dos flagelados e também nas zonas atingidas pelas cheias.*

### **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Segurança Pública**

#### **OBJETIVO**

*Propiciar segurança e garantias individuais e coletivas da ordem e da tranquilidade públicas.*

#### **REALIZAÇÕES:**

- funcionamento das repartições policiais civis das 08h às 19h, ininterruptamente, na Capital e Interior do Estado, além dos serviços de plantão entre os expedientes aos sábados, domingos e feriados, garantindo assim, permanente fluxo das atividades policiais;
- policiamento diuturno das ruas por policiais militares com atendimento prioritário, nas áreas de grande densidade populacional;
- diálogo permanente com a população, através de veículos de comunicação social, palestras e conferências em escolas e clubes de serviço, que despertem na comunidade cooperação com a ordem e a tranquilidade públicas;
- ampliação dos efetivos das Delegacias de Polícia da orla marítima, propiciando uma maior rentabilidade dos serviços, principalmente nos crimes contra o patrimônio, durante todo o ano;
- ampliação da competência dos Distritos Policiais de Porto Alegre, podendo agora prestar atendimento a ocorrências de trânsito, ocorrências sobre a economia popular e delitos contra os costumes.

#### **OBJETIVO**

*Aumentar a operacionalidade e eficácia da ação policial através da conjugação de esforços da Brigada Militar e da Polícia Civil.*

#### **REALIZAÇÕES:**

- aperfeiçoamento e especialização dos Quadros de Pessoal, pretendendo com isso aprimorar os serviços prestados à comunidade rio-grandense, através da valorização do homem tratando de imbuí-lo de uma concientização profissional ainda maior;



- reaparelhamento da Administração Superior, Polícia Civil e Brigada Militar, através da aquisição dos seguintes equipamentos operacionais:
- veículos automotores diversos; 46 veículos
  - equipamentos de comunicações; 1.005 unidades
  - carabinas, metralhadoras e revólveres; 3.128 unidades
  - capacetes especiais; 282 capacetes
  - escudos especiais; 199 escudos
- aquisição de móveis e utensílios para escritório, equipamentos hospitalares e cirúrgicos, etc Cr\$ 185,328 milhões
- construção de prédios para Delegacias de Polícia e Aquartelamentos da Brigada Militar, no interior do Estado, através de:

#### PROJETÃO

- prédios concluídos e inaugurados; 20 unidades
  - prédios em obras; 26 unidades
- #### PROJETO MINTER/PAM
- prédios concluídos e inaugurados; 4 unidades
  - prédios em obras; 5 unidades
- #### Obras EXTRA-PROJETÃO
- prédio concluído para delegacia de polícia; 1 unidade
  - prédios em obras. 5 unidades

#### OBJETIVO

Implantar o Policiamento de Bairro e de Quarteirão na Capital e principais cidades do interior, visando a proteger amplamente a coletividade.

**REALIZAÇÕES:**

- implantação, pela *Brigada Militar, do Policiamento de Bairro e de Quarteirão*, como forma de levar o policiamento, de forma efetiva, a toda a população;
- criação de *Postos de Observação Policial*, em viaturas, em diversos locais dos 16 Distritos da Capital, utilizando viaturas do próprio Distrito e do Serviço de Ronda e Vigilância, do Departamento de Polícia Metropolitana, no âmbito de Porto Alegre;
- execução do *registro de ocorrência nas próprias viaturas dos Postos de Observação Policial*;
- policiamento efetivo da área jurisdicionada de cada município do Estado.

**OBJETIVO**

*Criar, ampliar e intensificar a atuação dos Conselhos Comunitários Pró-segurança Pública (CONSEPROs), no interior do Estado.*

**REALIZAÇÃO:**

- encontros com prefeitos e líderes comunitários de vários Municípios gaúchos, com a finalidade de motivá-los quanto a criação de CONSEPROs, bem como, onde os mesmos já tenham sido fundados, intensificar a sua atuação, no sentido de mantê-los ativos, num regime de cooperação recíproca entre as forças municipais, os órgãos policiais e a população.

**OBJETIVO**

*Ampliar e interiorizar os serviços relacionados com a defesa contra sinistros.*

**REALIZAÇÃO:**

- aquisição de embarcações para o serviço de busca e salvamento do Corpo de Bombeiros;
 

	11 embarcações
--	----------------
- aquisição de viaturas e equipamentos operacionais para Grupamento de Incêndio da Capital e do Interior do Estado:
 

• auto bombatanque;	7 unidades
• autotanque com bomba;	13 unidades
• autobomba misto;	2 unidades
• autobusca e salvamento;	3 unidades
• auto de reconhecimento e combate;	1 unidade
• autoescada mecânica.	2 unidades

**OBJETIVO**

*Criar a Polícia Feminina, efetivando Policiais Militares do sexo feminino, que atuarão na Capital do Estado.*

**REALIZAÇÃO:**

- estudo para a criação da Polícia Militar Feminina que deverá atuar na Capital do Estado, prestando serviços nas Escolas, Aeroporto e Estação Rodoviária.

**OBJETIVO**

*Pesquisar e analisar os resultados das ações de Segurança Pública na sociedade gaúcha.*

**REALIZAÇÕES:**

- ocorrências registradas, representando um aumento de 9,86% com relação a 1982; 339.024 ocorrências
- inquéritos instaurados, representando um aumento de 12,86% com relação a 1982; 52.677 inquéritos
- inquéritos remetidos a Juízo, representando um aumento de 15,88% com relação a 1982; 53.437 inquéritos
- flagrantes efetuados; 3.460 flagrantes
- prisões preventivas solicitadas; 1.564 Prisões
- veículos furtados; 8.090 veículos
- recuperação de veículos furtados. 6.891 veículos

**SECRETARIA DA JUSTIÇA**



## **SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ)**

A finalidade e a função do Estado, como ente organizador da comunidade, consiste em orientar o processo de desenvolvimento, canalizando seus frutos para que reverta em benefício do povo.

A Secretaria da Justiça tem como objetivo fundamental o relacionamento com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário, com os partidos políticos e com o Corpo Consular. Cuida também da política penitenciária do Estado, da liberdade condicional, dos indultos, do serviço externo da população carcerária, do Registro do Comércio, do arquivamento da memória histórica e documentária do Rio Grande do Sul, e funções de defesa do consumidor.

Dentro das diretrizes de ação do atual Governo, a Secretaria da Justiça, preocupada com a ressocialização do homem-presos, desenvolveu sua atividade, prioritariamente, na construção e ampliação de estabelecimentos penais de modo a oferecer condições humanas no cumprimento da pena. Para tanto esta pasta elaborou projetos e criou uma sociedade civil (Sociedade Beneficente dos Internos do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul), encarregada de construir a Casa de Detenção de Porto Alegre, junto ao Presídio Central. Criou pavilhões de maior segurança na Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, intensificou o Sistema-Saúde da Superintendência dos Serviços Penitenciários, reforçou convênios com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, ampliou as finalidades do Instituto de Biotipologia Criminal e integrou ao Sistema Penitenciário a Casa do Albergado Pio Buck.

Foi intensificada a Assistência Jurídica ao preso através de convênio com a Universidade do Vale do Sinos (UNISINOS), tendo sido ministrados cursos para Administrador de Presídios e Agentes de Segurança Penitenciária.

Além das realizações acima destacadas é relevante mencionar que, com relação à superlotação que vem ocorrendo nas grandes casas, encontra-se inserido no Programa FAS a construção de presídios nas localidades de Alvorada, Guaíba, Osório e São Leopoldo, cujo objetivo principal é fazer com que essas grandes casas voltem a ter uma lotação de acordo com a sua real capacidade. Embora o número de presos tenha aumentado em 5,6% em cada trimestre, as fugas, em razão da nova sistemática administrativa, diminuíram consideravelmente.

Existe um projeto em andamento para a transformação do Instituto de Biotipologia Criminal (IBC), em Centro de Observação, visando a adaptar-se à nova legislação penal. Esta medida permitirá aumentar a capacidade do Presídio Central em 150 vagas.

Faz-se importante também citar a nova sistemática implantada no fornecimento de alimentação aos presídios do interior através de convênio com a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL).

Na área Social e Educacional, foram renovados convênios entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e a Fundação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) para a realização de cursos de alfabetização integrada e atendimento pré-escolar. Houve a implantação de 26 cursos do MOBRAL e de 34 cursos de Ensino Supletivo de 1º e 2º graus.

A Junta Comercial do Estado assinou convênio com o Ministério da Indústria e Comércio para receber assistência técnica no sentido de melhorar os serviços de registro do comércio, e tornar possível sua interiorização.

No Arquivo Público, foi iniciado o processo de microfilmagem de documentos.

Foi também criado, através do Decreto nº 31.203, o Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor (PRODECON), já em atividade.

### **REALIZAÇÕES 1983**

Programa: Processo Judiciário

#### **OBJETIVO**

*Qualificar os recursos humanos para desempenharem as tarefas carcerárias no Sistema Penitenciário do Estado.*

#### **REALIZAÇÃO:**

- cursos realizados para administradores de presídios e agentes de segurança penitenciária.

2 cursos

#### **OBJETIVO**

*Regulamentar as atividades dos diversos setores ligados à saúde do preso e estabelecer um sistema de programa e controles que propiciem um melhor atendimento ao mesmo, em todos os estabelecimentos penais do Estado.*

#### **REALIZAÇÕES:**

- assinatura de convênio com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente;

1 convênio

- assinatura de convênio com o Grupo Hospitalar Conceição.

1 convênio

#### **OBJETIVO**

*Dar condições para que os detentos que se encontrem em situação judiciária ainda não definida possam, em regime de tratamento especial e diferenciado, aguardar a sentença.*

#### **REALIZAÇÃO:**

- elaboração do projeto e lançamento da pedra fundamental da Casa de Detenção.

1 obra

**OBJETIVO**

Proporcionar condições de readaptação social aos presos inadaptados ao regime de semiliberdade e confiança.

**REALIZAÇÃO:**

- elaboração do projeto para a construção do pavilhão de segurança média na Colônia Penal Agrícola "General Daltro Filho".

1 projeto

**OBJETIVO**

Dotar a rede prisional do Estado de uma infra-estrutura satisfatória, tanto no que se refere aos serviços básicos de um presídio e condições de segurança habilitadas, quanto ao que respeita à assistência médica, educacional e recreativa.

**REALIZAÇÕES:**

- elaboração de projetos para a construção de presídios nas localidades de Alvorada, Guaíba, Três Passos, Jaguarão, Osório e São Leopoldo;

6 projetos

- elaboração de projetos para a ampliação e restauração na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso, Penitenciária Estadual do Jacuí e Presídio Central de Porto Alegre;

4 projetos

- assinatura de convênio com as Prefeituras de Palmeira das Missões, Sobradinho, Lagoa Vermelha, Três Passos e Espumoso, para reformas e ampliações das respectivas localidades, com recursos federais (Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário), no valor de Cr\$ 35 milhões;

5 convênios

- reformas e ampliações nos presídios de Sarandi, Rio Grande, Frederico Westphalen, Santo Ângelo, São Gabriel, Santiago, Santa Maria, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Caxias do Sul, Torres, Ijuí, Caçapava do Sul, São Francisco de Assis, Presídio Central de Porto Alegre, Colônia Penal Agrícola, Penitenciária Estadual do Jacuí, Instituto de Readaptação Social Ildo Meneghetti, Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Instituto Penal de Mariente;

23 obras

- reformas no prédio da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), proporcionando melhores condições de trabalho.

1 obra

**OBJETIVO**

Oferecer melhores oportunidades de readaptação social aos detentos sujeitos a assistência psiquiátrica, possibilitando condições mais adequadas para a ampliação de técnicas terapêuticas.

**REALIZAÇÕES:**

- construção de um pavilhão para a unidade terapêutica fechada, no Instituto Psiquiátrico Forense, com recursos da comunidade pela constituição de uma

sociedade civil denominada *Sociedade Beneficente dos Internos do Instituto Psiquiátrico Forense*;

1 obra

- transformação do Instituto de Biotipologia Criminal (IBC) em CENTRO DE OBSERVAÇÃO para adaptar-se à nova legislação penal, permitindo o aumento de 150 vagas no Presídio Central.

1 centro

Programa: Administração

#### OBJETIVO

Manter um diálogo constante e permanente com os setores de fundamental importância na vida política, social e econômica do Estado, bem como com o Corpo Consular.

#### REALIZAÇÃO:

- visitas oficiais de diversas autoridades estrangeiras sendo 14 embaixadores, um cônsul, um ministro, um vice-ministro e um nuncio apostólico.

18 visitas

#### OBJETIVO

Guardar e conservar documentos públicos e referentes ao patrimônio territorial do estado.

#### REALIZAÇÃO:

- implantação do Sistema de Microfilmagem.

#### OBJETIVO

Instituir o Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor (PRODECON/RS), tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população e da defesa do consumidor.

#### REALIZAÇÃO:

- criação do PRODECON/RS conforme Decreto-Lei nº 31.203, em funcionamento nas localidades de Porto Alegre e Canoas.

1 programa

Programa: Normalização e Fiscalização da Atividade Empresarial

#### OBJETIVO

Executar o registro do comércio e atividades afins, em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

#### REALIZAÇÕES:

- constituição de novas empresas;

22.033 empresas

- empresas extintas ou em concordata.

5.597 empresas



**OBJETIVO**

Descentralizar os serviços de registro do comércio e da indústria, com a instalação de escritório em pólos regionais.

**REALIZAÇÃO:**

- assinatura de convênio com o Ministério da Indústria e Comércio para receber assistência técnica no sentido de melhorar os serviços da Junta Comercial.

1 convênio

**Programa: Custódia e Reintegração Social**

**OBJETIVO**

Emitir pareceres sobre liberação de apenados.

**REALIZAÇÃO:**

- análise de processos-crime referindo-se a pedidos de graça, indulto, comutação de pena, serviço externo e livramento condicional.

1.015 processos



**SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES**

## **SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)**

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) no início da gestão Jair Soares, deu continuidade aos programas em andamento na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), na Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e na Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e, imediatamente pôs em execução a nova política traçada para esta Pasta de acordo com as diretrizes fixadas pelo novo governo.

Para tanto, procurou, desde logo, estabelecer providências no sentido de dar cumprimento a essas diretrizes, a fim de que estes setores de infra-estrutura do nosso Estado, de importância capital para o seu desenvolvimento político, econômico e social, pudessem agilizar suas atividades visando à consecução dos objetivos propostos.

Assim é que, buscando uma dinamização maior da própria Secretaria e atendendo ao que dispõe o Decreto n.º 31.120, de 15 de março de 1983, com vistas ao estabelecimento de políticas de energia, de comunicações e de mineração compatíveis com o momento atual do Estado do Rio Grande do Sul, iniciou-se uma nova fase de trabalho.

O exercício de 1983 foi marcado por calamidades, provocadas pelo vendaval e pelas enchentes que atingiram grande parte do território do Estado. Para reparar os efeitos provocados pelas intempéries, as Empresas vinculadas tiveram que transferir recursos financeiros, materiais e humanos, anteriormente programados para a expansão dos serviços, para sanar os defeitos e substituir redes e equipamentos danificados.

Apesar destas adversidades, as Empresas conseguiram entregar à comunidade riograndense, inúmeras obras novas nas áreas de energia e comunicações, bem como melhorar a qualidade dos serviços prestados em vários municípios do Estado.

Houve um acompanhamento atento quanto à implementação dos Programas de Telefonia e Eletrificação Rural, no sentido de dotar a agricultura e a pecuária da infra-estrutura necessária, objetivando fixar o homem no campo e aumentar a produtividade da agropecuária do Estado.

Cientes desta responsabilidade, espera-se contribuir para minimizar o fenômeno da urbanização, proporcionando as facilidades de energia elétrica e telecomunicações, indispensáveis no mundo atual, para o produtor enfrentar seu trabalho, onde, sem grandes dificuldades e com gastos compatíveis, possa desenvolver todas as suas potencialidades no meio ambiente em que nasceu e conhece perfeitamente, evitando-se a sua migração para as áreas de marginalização das grandes e médias cidades do Estado.

SCP

Outro item que mereceu especial atenção desta Pasta foi o atendimento às comunidades mais carentes localizadas nas periferias das grandes e médias cidades do Estado, através do "Programa de Baixa Renda", da CEEE e da instalação de "telefones públicos" e "semipúblicos" da CRT.

Na área da mineração, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações participou do "Seminário Sobre o Carvão como Fonte Alternativa de Energia e Matéria-Prima para a Indústria Química", realizado em 24 de agosto de 1983 e promovido pela Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal e com o apoio da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, em que foram palestrantes o Governador do Estado e o Secretário de Energia, Minas e Comunicações.

Foi realizada uma reunião com representantes do Ministério das Minas e Energia e do Governo Americano, sendo acertada a futura montagem de um "Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica para a Central de Gás de Médio Poder Calorífico do Baixo Jacuí", com uma produção prevista de 2 milhões de m<sup>3</sup> normais por dia de gás, utilizando um consumo de 720.000 t/ano de carvão mineral com 35% de cinzas, o que substituiria 180.000 t/ano de óleo combustível. Os recursos serão repassados pelo Ministério das Minas e Energia, provenientes do Governo dos Estados Unidos da América.

Em 24 de outubro de 1983, foi proferida por representante da SEMC, uma palestra para os participantes do curso da ADESG de Santa Maria, sobre "Carvão — A Opção Energética para o Sul do País".

A SEMC participou, ainda, em outubro, do "Segundo Congresso Brasileiro de Gás", realizado no Rio de Janeiro a convite da Associação Brasileira de Gás. Na oportunidade, o Titular desta Pasta presidiu os trabalhos e um assessor da Secretaria foi debatedor na mesma reunião.

O Conselho Estadual de Carvão Mineral (CONCARBO) tem como funções básicas, traçar as diretrizes gerais sobre o carvão mineral, promover a integração dos serviços e coordenar a captação e a distribuição dos recursos disponíveis à execução do Programa Estadual do Carvão Mineral, coordenar e promover o relacionamento com entidades públicas e privadas. Em 1983, concluiu e publicou um trabalho referente à produção e uso do carvão mineral.

Em reuniões prévias do Conselho foram formados vários grupos de trabalho compostos por representantes das seguintes entidades: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente (DMA/SSMA), Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS).

Os temas abordados foram os seguintes: Pesquisa Mineral, Projeto e Implantação de Minas, Produção e Beneficiamento, Recuperação e Proteção Ambiental, Consumo e sua Projeção, Especificação e Normalização, Transporte, Estocagem e Distribuição, Utilização do Carvão e Problemas Decorrentes, Aproveitamento e Deposição das Cinzas, Novas Modalidades de Emprego do Carvão, Proteção Ambiental no Uso Direto

do Carvão, Carvão Metalúrgico do Rio Grande do Sul. Desses trabalhos resultou uma publicação que tomou o título: "Carvão Mineral no Rio Grande do Sul: situação, sugestões e recomendações".

### **COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)**

A CEEE, sociedade de economia mista com capital social de Cr\$ 139.855.620.526,00 (cento e trinta e nove bilhões, oitocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil e quinhentos e vinte e seis cruzeiros), formalizado com 82,4% de participação do Estado, 11,0% da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) e 6,6% dos municípios e acionistas particulares, é a maior Empresa do Estado.

O mercado de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul cresceu no ano de 1983 a uma taxa de 10,6%, registrando um crescimento de 7,0% no número de consumidores, muito embora o quadro recessivo verificado na economia brasileira nos últimos anos.

Destaca-se o crescimento do número de consumidores rurais atendidos pela CEEE, que passou de 114.459 para 126.718, ou seja obteve um crescimento de 10,7% no ano de 1983. Este fato se deve ao grande empenho do Governo do Estado em levar avante os programas de eletrificação rural que se constituem em uma de suas metas principais.

No tocante ao consumo, as taxas de crescimento ocorridas no ano foram, respectivamente, da ordem de 11,0% para a Classe Residencial, 5,1% para a Classe Comercial, 11,3% para a Classe Industrial e 20,2% para a Classe Rural.

O índice de participação de cada Classe no Mercado Próprio é representado pelos seguintes percentuais: Industrial 42,8%; Residencial 25,2%; Comercial 14,4%; Rural 7,8%; Outros 9,8%.

A participação do consumo industrial, apesar de ser a mais significativa na estrutura, vem experimentando uma pequena retração nos últimos anos, em relação aos anos anteriores. Os percentuais de consumo referentes às Classes Residencial e Comercial mantiveram-se praticamente inalterados.

Não obstante as limitações e os custos dos recursos destinados a investimentos, a Companhia vem dando curso aos seus programas de projeto e construção de obras de geração própria, de linhas de transmissão, de subestações transformadoras e de redes de distribuição urbana e rurais.

Os programas de investimento das diversas atividades da Empresa, em 1983, totalizaram Cr\$ 81,06 bilhões para transmissão, Cr\$ 7,06 bilhões para distribuição, Cr\$ 1,92 bilhão para eletrificação rural, Cr\$ 3,42 bilhões para instalações gerais e Cr\$ 16,50 bilhões em engenharia de projetos.

No que se refere às obras de geração, este investimento possibilitou a continuidade das obras da UTE Presidente Médici, Fase B, com duas unidades de 160 MW, a qual apresenta um progresso físico de 89%, bem como o pagamento parcial dos equipamentos importados da primeira unidade de 350 MW de Candiota III.

No tocante à construção da Usina Hidroelétrica de Dona Francisca, considerando as dificuldades de aporte de capital, as limitações impostas pela área Federal quanto aos tetos de investimentos da Companhia e o cronograma de entrada em operação das obras de geração no setor elétrico do País, decidiu-se paralisar as atividades no canteiro de obras, tendo sido desmobilizada a Vila Operária local.

A expansão da transmissão e transformação vem sendo caracterizada pela implantação do sistema de 230 kV de forma a estabelecer grande parte da infra-estrutura básica de transmissão de energia em várias regiões do Estado. Foram construídos 575 km de redes de alta tensão, registrando um acréscimo de 19,9% em relação ao existente em 1982, e 577 MVA de transformação, com um crescimento registrado de 14,1%, com especial referência ao Projeto da Fronteira Oeste do Estado, que visa a substituir o consumo de derivados de petróleo nos motores para irrigação das lavouras de arroz.

O setor de distribuição, em seu programa de expansão, cujo projeto principal conta com recursos do Banco Mundial (BIRD), construiu 249,2 km de alimentadores e 455,6 km de redes. Este projeto continua sendo implementado através da aquisição de materiais e equipamentos em concorrências internacionais, com participação expressiva da indústria nacional.

Como resultado deste Projeto, foi implantado o programa de ligações de consumidores de baixa renda, que visa a beneficiar, com serviço de energia elétrica, cerca de 35.000 habitações na periferia das grandes cidades do Estado, até 1984.

O programa de Eletrificação Rural para o Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu-se com o objetivo de levar energia elétrica à zona rural, visando a melhorar as condições de vida do homem do campo. Contando com recursos próprios, da comunidade, do Governo do Estado e do Governo Federal, a CEEE desenvolveu 1.122 obras, totalizando 3.441,5 km de redes rurais, para atender a 9.136 consumidores, com investimentos de Cr\$ 4,38 bilhões. Paralelamente a este trabalho, estão sendo desenvolvidos os Projetos Fronteira-Oeste, Litoral Sul e Litoral Centro, todos buscando a substituição de derivados de petróleo por energia elétrica.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Energia Elétrica

### OBJETIVO

*Dar continuidade às obras da Usina Termoelétrica Presidente Médici, fase B, com 320 MW e ao projeto e fabricação dos equipamentos no exterior do complexo termoeletrico Candiota III com 2,100 MW, ambos localizados no município de Bagé.*

### REALIZAÇÕES:

- construção da Usina Presidente Médici, fase B; 89%
- fabricação dos equipamentos no exterior da Usina Candiota III, — 1ª unidade. 45%

### OBJETIVO

*Adequar o sistema de transmissão de energia elétrica às solicitações do mercado, de modo a atender adequadamente o consumidor.*

**REALIZAÇÕES:**

- linhas de transmissão em 230 kV, na região sul (Pelotas), na Região Metropolitana (Canoas) e na região norte (Passo Fundo);  
444 Km
- linha de transmissão na tensão de 138 kV na Região Metropolitana (Estância Velha);  
7 Km
- linha de transmissão na tensão de 69 kV na região norte (Palmeira das Missões, Sarandi, Santa Rosa, Cerro Largo);  
124 Km
- subestações em tensão superior de 138 kV;  
67 MVA
- subestações em tensão superior de 69 kV.  
128 MVA

**OBJETIVO**

*Executar redes urbanas de alta e baixa tensão para a distribuição de energia elétrica na área de concessão da CEEE.*

**REALIZAÇÕES:**

- extensão de alimentadores;  
249,2 Km
- extensão de redes urbanas de distribuição.  
455,6 Km

**OBJETIVO**

*Dinamizar o abastecimento domiciliar assegurando taxas diferenciais aos consumidores de baixa renda.*

**REALIZAÇÃO:**

- ligação de vilas populares, na Capital e em vários municípios.  
6.916 famílias

**OBJETIVO**

*Promover a eletrificação rural para que o homem do campo possa desfrutar de melhores condições de vida.*

**REALIZAÇÃO:**

- ampliação da rede de distribuição rural, a fim de proporcionar a eletrificação de 9.136 domicílios  
3.441,5 Km

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)**

A Empresa está em fase final de execução de um grande plano de expansão (Programas 9, 10 e 11), cuja conclusão terá duplicado a planta automática instalada no Rio Grande do Sul e reorganizado completamente o seu Sistema interurbano e os Sistemas Locais das grandes cidades.

O significativo diferencial entre a demanda e a oferta de serviços telefônicos nos anos de 1980 e 1981 demonstrou a oportunidade e propriedade do grande esforço desenvolvido pela Empresa para proporcionar ao Estado uma infra-estrutura de telecomunicações compatível com seu atual estágio de desenvolvimento sócio-econômico. A potencialidade de serviços telefônicos no Rio Grande do Sul está assentada sobre uma economia que, além de seu desenvolvimento polarizado na Região Metropolitana, encontra um acompanhamento significativo nos demais pólos de desenvolvimento geoeconômico do Estado.

Outro fato que vem contribuindo de forma significativa para a universalização do uso do telefone é decorrente do "efeito substituição" que tem recaído sobre os serviços de telecomunicação, catalizado, em primeira instância, pela restrição do consumo relativo dos serviços de transporte devido aos altos preços dos derivados de petróleo, e, em segunda instância, pela conscientização crescente da necessidade de enfrentar as dificuldades através de procedimentos mais eficazes, para os quais os serviços de telecomunicações vem contribuindo de forma também crescente.

A posição atual da planta em serviço da CRT é a seguinte: 120 municípios com serviço DDD/DDI; nove municípios com serviço automático local; 114 municípios com serviço manual; 146 centrais automáticas; 241 centrais manuais; 384.712 terminais telefônicos instalados; 337.814 terminais telefônicos em serviço; 587.796 telefones em serviço e 4.720 telefones públicos instalados.

A instalação das centrais e dos terminais dos Programas 9, 10 e 11, iniciada em 1980, foi praticamente concluída em 1983. Os citados programas praticamente duplicaram a quantidade de terminais até então existentes e permitiram atender uma demanda altamente reprimida.

Além disso, os programas de expansão vêm propiciando uma crescente automação da planta, com a conseqüente melhoria na qualidade e eficiência dos serviços.

A entrada em operação de novos terminais, somados aos novos serviços e facilidades colocados à disposição dos assinantes, resultou num ganho considerável de tráfego telefônico.

A filosofia de austeridade, restringindo gastos e aumentando a utilização dos recursos existentes, encontra-se presente em todas as ações gerenciais da Empresa, o que possibilitou, ainda em 1983, sensíveis reduções em suas despesas sem que o volume e a qualidade dos serviços prestados tenham diminuído.

## **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Telecomunicações.**

### **OBJETIVO**

*Ampliar o Sistema Urbano e Interurbano de Telecomunicações, modernizar os Sistemas Telefônicos, melhorar a qualidade do serviço telefônico prestado pela Empresa e buscar a satisfação do cliente através da oferta de serviços e facilidades que atendam às suas necessidades atuais e futuras.*



**REALIZAÇÕES:**

- instalação de novos terminais telefônicos automáticos em todo o Estado do Rio Grande do Sul; 19.615 terminais
- ativação de novas centrais que beneficiaram seis sedes de municípios do Estado com a implantação de serviços telefônicos automáticos; 11 centrais
- ampliação das centrais automáticas de sete municípios; 9 centrais
- aprovação, a nível de Governo do Estado, do Programa nº 12 que atenderá 36 sedes municipais, com 54.000 terminais;
- elaboração de um modelo para a viabilização de atendimento às solicitações de automatização de serviço telefônico em sedes municipais (DDD/DDI), com pré-requisitos específicos, incluindo a participação das comunidades solicitantes;
- aprovação de projeto de 375 Postos de Serviço para atendimento da área rural, possibilitando executar 125 Postos no ano de 1984;
- instalação de novos telefones públicos no Estado, visando a popularização do uso do telefone, pela oferta de produtos e serviços que atendem as faixas de renda sem acesso ao serviço individualizado. 622 telefones

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)**

A Companhia Riograndense de Mineração (CRM), desde 1947 vem desenvolvendo atividades de mineração, prospecção mineral e pesquisas minerais e tecnológicas, executando, assim, a política mineral do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir de 1977, a CRM planejou e está executando a ampliação de duas minas de carvão (sendo uma de superfície e uma subterrânea) e as implantações de uma mina de carvão em subsolo e uma a céu aberto, bem como a implantação de uma mina de ouro.

O Projeto de Ampliação da Mina do Leão I, no município de Butiá, tem por escopo capacitá-la à produção de 600.000 t/ano. A fim de beneficiar essa produção, a Usina de Beneficiamento foi ampliada passando a capacidade de alimentação de 100 t/hora para 150 t/hora. Resultam da lavagem do minério três tipos de carvões, com 40%, 35% e 20% de cinzas, apresentando uma recuperação média de 50%.

Está em operação a primeira frente mecanizada de frente larga ("longwall") do País, com 70 metros de extensão. Desde meados do ano está a mesma operando. O equipamento deverá ser adaptado às condições de teto da mina, definidas pela experiência que a operação está a indicar.

A experiência obtida com essa frente de "longwall" está proporcionando o treinamento e a preparação necessária ao pessoal em todos os níveis, para operar novas unidades minerais a serem implantadas no futuro.

O segundo projeto de ampliação refere-se à Mina de Candiota, a céu aberto, situada no município de Bagé. Elevará a capacidade de produção de 800.000 t/a para 2,8 milhões t/ano de carvão CE-3.300 Kcal/Kg e visa atender, integralmente, a demanda da ampliação da Usina Termoeletrica Presidente Médici de 126 para 446 MW. A data prevista para início de operação da mina é janeiro de 1985. Os equipamentos de mineração constam de três escavadeiras, sendo uma com capacidade de caçamba de 38 jardas cúbicas e de duas de 12 jc. Os investimentos previstos para o triênio 1983/85 é de cerca de US\$ 60 milhões. Destes, Cr\$ 5 bilhões destinaram-se a 1983.

A Mina do Leão II, em implantação no município de Butiá, é de subsolo, será totalmente mecanizada e deverá produzir 2,4 milhões t/ano de carvão bruto. A Usina de Beneficiamento terá capacidade para processar 600 t/h visando a obtenção de carvão para atender às necessidades do mercado, principalmente termoeletricidade, indústria cimenteira e gaseificação.

Distante cerca de 50 km de São Jerônimo, às margens do Rio Jacuí, espera-se a médio prazo, que o produto de sua lavra possa ser transportado por ferrovia e dali, através de barcas, para Porto Alegre, (onde já existe porto carvoeiro e de transbordo para a Rede Ferroviária e portos do norte do País), bem como para Pelotas e Rio Grande.

Os recursos estão sendo supridos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa de Mobilização Energética (PME), Imposto Único s/Minerais (IUM) e próprios, que aportaram até novembro de 1983, para essa Mina, respectivamente, Cr\$ 536,752 milhões, Cr\$ 4,009 bilhões, Cr\$ 2,505 bilhões e Cr\$ 666,950 milhões, totalizando Cr\$ 7,718 bilhões.

O Projeto da Mina do Iruí, a ser implantada no município de Cachoeira do Sul, é de mina a céu aberto. O início de prospecção da jazida ocorreu a mais de 25 anos, através do Departamento Autônomo de Carvão Mineral que deu origem à CRM. A produção atual da mina é de 40.000 t/mês, ou seja 1/3 da capacidade nominal (1,56 milhão t/a) prevista para meados de 1985. Os equipamentos em operação e em fase de aquisição para essa unidade mineira são constituídos de escavadeiras, carregadeiras, perfuratrizes, trator de esteira e trator industrial, motoniveladora, "moto-scrapers", comboio de beneficiamento e caminhões "fora de estrada". O referido equipamento terá capacidade de extrair toda a cobertura do carvão, até 50 metros de profundidade. O método de mineração empregado é o de cortes em bancadas, com recuperação simultânea da superfície, mediante o retorno da terra vegetal e plantio de gramíneas, já testadas.

A infra-estrutura da mina está concluída e implantados 67,94% do projeto. Do investimento global, em torno de US\$ 45 milhões, 45% são para os equipamentos e 35% para a Usina de Beneficiamento.

O projeto Mina João Ricardo de Souza, situada no município de Lavras do Sul, constitui a primeira mina de ouro implantada pela CRM. O projeto inicial é de mina a céu aberto, com o aproveitamento do minério aluvionar. Em outra fase, será efetuada a lavra dos filões auríferos. Os equipamentos em operação compreendem: retroescavadeiras, trator, carregadeira, perfuratriz, compressor e caminhões. Além da Usina de Beneficiamento em operação para 13 toneladas/hora de minério, está sendo construída uma "unidade de beneficiamento de campo", com capacidade de alimentação de 20.000 m<sup>3</sup>/mês de minério, do que pode resultar até 5 kg/mês de ouro.

Os investimentos realizados no exercício foram de Cr\$ 30,106 milhões.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Recursos Minerais

#### OBJETIVO

*Implantar mineração de ouro na região de Lavras do Sul, com capacidade final de 20 kg/mês, com base na área oxidada dos filões e 5 kg/mês com base nos depósitos aluvionares.*

#### REALIZAÇÕES:

- implantação da mineração de ouro em Lavras do Sul; 8 equipamentos
- execução de estudos e trabalhos para aperfeiçoar o beneficiamento capaz de render uma recuperação de ouro adequada àquele contido nos minérios oxidados;
- complementação de estudos para tratamento químico dos resíduos da mineração;
- implantação da lavra dos aluviões, com depósitos de ouro contendo impurezas, em prata, da ordem de 18%;
- ultimação de estudos e implantação da usina de beneficiamento de campo com o objetivo de atingir 5 kg/mês no 2º semestre de 1984.

Programa: Carvão Mineral

#### OBJETIVO

*Efetivar, através da Companhia Riograndense de Mineração, o aparelhamento e aumento da capacidade de produção de carvão de pedra nas Minas de Candiota e Leão, aumentando as respectivas capacidades para 2,8 milhões t/ano e 600 mil t/a.*

#### REALIZAÇÕES:

Referentes à Mina de Candiota, Município de Bagé:

- execução de um prédio para oficina e almoxarifado, com 3.000 m<sup>2</sup>; 100%
- projeto de um prédio para a administração da mina; 1 projeto
- execução de uma sub-estação de 69/22 kV, 7.500/9.373 kVA; 100%
- aquisição de equipamentos de mineração para a mina; 10 equipamentos
- execução dos paióis para explosivos e acessórios; 100%

- execução da instalação de peneiramento e britagem na mina; 50%
- execução do prédio de alojamento dos solteiros, na Vila Operária da Mina, com capacidade para 32 pessoas. 100%

**OBJETIVO**

Implantar através da Companhia Riograndense de Mineração, uma nova linha de carvão, com capacidade de produção de 2,4 milhões t/ano, destinada, inicialmente, a abastecer a unidade de gaseificação da Petrobrás.

**REALIZAÇÕES:**

Referentes à Mina do Leão II, Município de Butiá:

- construção de um prédio para oficina e almoxarifado, com 10.000 m<sup>2</sup> de área construída, destinado à manutenção de equipamentos e materiais usados na mina; 100%
- execução de galerias principais norte, com 4.240 metros de comprimento, forma semicircular, 5 x 4 metros; 65%
- execução de dois silos subterrâneos escavados na rocha com capacidade de 1.000 toneladas de carvão cada um; 90%
- aquisição de correias transportadoras extensíveis/retratáveis e fixas, com larguras de 36 ou 48 polegadas, e comprimento total de 16.000 metros; 100%
- construção do lavador, com capacidade de 600 t/h de alimentação; 20%
- construção de uma subestação principal — 69KV/6,6KV — 2 x 7.500/9.375 KVA 100%

**OBJETIVO**

Implantar a Mina de Iruí, no município de Cachoeira do Sul, para produzir 1,56 milhões t/ano de carvão bruto, até meados de 1985.

**REALIZAÇÕES:**

- execução da planta de beneficiamento e britagem de carvão da Mina do Iruí com capacidade de 400 t/hora; 60%
- montagem de oficinas de manutenção de equipamentos da Mina do Iruí; 77%
- aquisição de equipamento de mineração para a Mina de Iruí; 40 unidades
- beneficiamento provisório do carvão da Mina de Iruí. 90%

## COMPANHIA RIOGRANDENSE DE NITROGENADOS (CRN)

A Companhia Riograndense de Nitrogenados (CRN), em 1983, iniciou a operação comercial da primeira Central de Gás de Carvão do País, produzindo e vendendo gás de carvão de baixo poder calorífico às indústrias localizadas no Distrito Industrial de Rio Grande, que o estão utilizando em substituição ao óleo combustível.

Em sua etapa inicial, já implantada, foram investidos US\$ 23 milhões, em moeda nacional. Entretanto, capacitada a substituir 30.000 toneladas por ano de óleo combustível por gás industrial de carvão, proporcionará ao Brasil uma economia de divisas da ordem de US\$ 7 milhões por ano.

O projeto global, financiado com recursos do Programa de Mobilização Energética e dos acionistas — Estado do Rio Grande do Sul, Petrobrás Fertilizantes S.A. (PETROFÉRTIL), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e Participações S.A. (BNDESPAR) deverá envolver recursos de aproximadamente US\$ 38 milhões, totalmente em moeda nacional, chegando-se à substituição de 60.000 toneladas por ano de óleo combustível importado.

A Central de Gás de Rio Grande tem nacionalização de 100% nos serviços de equipamentos adquiridos. As condições locacionais, bem como as de mercado e as de infra-estrutura existente no Distrito Industrial de Rio Grande, permitiram a implantação do empreendimento em condições técnico-econômicas e sócio-ambientais favoráveis. Para sua instalação, recorreu-se a fatores de produção disponíveis no País, tratando-se de uma indústria de capital intensivo e de tecnologia não sofisticada. Para a obtenção dos parâmetros que permitiram o projeto, a própria CRN constituiu seu grupo de engenharia básica.

O carvão utilizado como matéria-prima é do tipo CV-35, com 35% de cinzas e proveniente de minas gaúchas do Baixo Jacuí. Mediante convênio assinado com o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), a CRN está pesquisando os demais carvões do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando conhecer suas potencialidades técnico-econômicas de gaseificação. Para as análises de laboratório, a CRN firmou também convênio com a Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado (CIENTEC).

O Programa de longo prazo da CRN, que prevê o crescimento da empresa em gás combustível canalizado através da implantação de centrais de gaseificação e outras fontes de energia, aguarda definição de seus acionistas e do Governo Federal. A partir da ampliação da Central de Gás de Rio Grande, a Companhia estuda a implantação de uma unidade para a produção de amônia, objetivando atender o consumo das indústrias de fertilizantes localizadas no Distrito Industrial, junto ao Superporto.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Carvão Mineral

#### OBJETIVO

*Implantar e operar comercialmente uma central de gaseificação de carvão mineral, com capacidade de produção de 35 Gcal/h, destinada a abastecer as indústrias localizadas no Distrito Industrial de Rio Grande.*

#### REALIZAÇÃO:

— implantação e operação comercial da Central de Gás de Rio Grande.

100%

**OBJETIVO**

Realizar estudo detalhado das Centrais de Gaseificação a implantar nos municípios de Estrela/Lajeado e da Região Metropolitana de Porto Alegre.

**REALIZAÇÃO:**

- estudo detalhado para a implantação das Centrais de Gaseificação nos municípios de Estrela/Lajeado e da Região Metropolitana de Porto Alegre.

**COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)**

A Comissão Estadual de Energia (CENERGS) foi criada pela Portaria de 28 de agosto de 1979, pelo Governador do Estado.

É integrada pelo Vice-Governador do Estado e pelos Secretários de Estado da Fazenda; da Agricultura; da Saúde e do Meio Ambiente; da Indústria e Comércio; dos Transportes; de Energia, Minas e Comunicações e de Coordenação e Planejamento, sob a presidência do primeiro, e com a participação, como membros convidados, de cinco representantes de organismos federais ligados à área de energia e pesquisa e, ainda, de sete cidadãos representando instituições ligadas ao campo dos recursos energéticos.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento e a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações prestam à Comissão o apoio técnico e administrativo necessário.

A CENERGS conta com uma Secretaria Executiva, um Comitê Técnico Setorial e Grupos de Trabalho.

Atualmente, mantém convênios firmados com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), e Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Em nível de pós-graduação mantém acordo com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Energia, Metalúrgica e Materiais, com o Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e efetua programa de treinamento de Recursos Humanos junto com o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

A CENERGS optou por um processo de trabalho associativo com as instituições vinculadas ao setor energético, o qual funciona através de grupos de trabalho organizados nas mesmas. A Comissão discute com estas as orientações e metodologias com vistas a adaptar os trabalhos já existentes às suas necessidades, antes de partir para a execução dos mesmos.

É um processo contínuo de realimentação que se inicia com a metodologia e continua na execução e discussão dos resultados, possibilitando o "feed back" de todo o esquema montado.

Portanto, vale salientar que os trabalhos elaborados em 1983 contaram com a participação das seguintes instituições: Associação Pró-Equipamentos Solares do Brasil; Açúcar Gaúcho S/A; Banco de Desenvolvimento do Estado do RS; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras; Companhia Estadual de Energia Elétrica; Companhia Estadual de Silos e Armazéns; Fundação de Ciência e Tecno-

logia; Conselho Nacional de Petróleo; Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais; Companhia Riograndense de Mineração; Companhia Riograndense de Nitrogenados; Departamento Municipal de Limpeza Urbana; Departamento Nacional de Produção Mineral; Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A; Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do RS; Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do RS Ltda; Instituto Rio-Grandense do Arroz; Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal; Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S/A; Instituto de Desenvolvimento Empresarial do RS; Ministério da Agricultura; Secretaria da Indústria e Comércio; Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Energia, Metalurgia e Materiais; Refinaria Alberto Pasqualini; Sistema Estadual de Informação Técnica e Estatística; Secretaria da Agricultura; Secretaria de Energia, Minas e Comunicações; Secretaria da Saúde/DMA; Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais.

Durante o ano de 1983 a CENERGS desenvolveu diversos estudos, organizou e participou de encontros e seminários bem como promoveu a publicação de algumas pesquisas.

Entre os estudos desenvolvidos merecem destaque: a confecção do Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul, 1979-82; a montagem dos perfis tecnológicos de produção e consumo de energéticos que possibilitou a determinação dos valores de energia útil e energia perdida; a confecção do cálculo da energia útil, por energético, segundo os setores e usos em: mecânica, calor e iluminação, RS, 1979-82; a apresentação e exposição do Balanço Consolidado do Estado do RS junto a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (ELETROBRÁS/RJ), em 21/22 de março de 1983; a montagem de Programa Emergencial para uma circunstância extrema de ausência de Petróleo Bruto; a elaboração, em conjunto com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU), do programa de execução das atividades referentes ao Encontro Técnico sobre Energia e Assentamentos Humanos; a programação matemática em que se pretende definir um Programa Energético de Investimentos para o Estado, tendo em vista os menores custos de energia, operacionais e de investimentos para um período de 15 a 20 anos, conforme cada cenário proposto; a elaboração de propostas para implementação a curto prazo, de energéticos alternativos que se desenvolvem no Estado; a implantação de processos computacionais para a elaboração dos Balanços de forma a facilitar sua execução; a confecção do Balanço Energético Estadual, modelo OLADÉ, adotado pelo Ministério das Minas e Energia, 1980-81, conforme convênio entre o Ministério de Minas e Energia (MME), a Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios (SAREM), o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o Estado, assinado em 30 de dezembro de 1982.

No que se refere a encontros e seminários cabe destacar a organização e realização do Seminário sobre Matrizes e Balanços Energéticos Estaduais — Planejamento Energético Estadual, que contou com o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), desenvolvido no Centro Administrativo do Estado, de 28 a 30 de novembro de 1983. Estiveram presentes a este evento representantes de órgãos Federais e de Instituições vinculadas ao setor energético de todos os Estados do País, que nos três dias de duração do Seminário discutiram sobre a situação atual e o desenvolvimento desta área.

Outros eventos importantes foram o Encontro Regional sobre Racionalização do Uso de Energia realizado em Porto Alegre, em 10/11 de março de 1983, com a co-participação da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC); o Simpósio sobre a Influência da Temperatura na Biodigestão Anaeróbia, em Santa Maria — RS, de 24 a 27 de maio de 1983, e o encontro do Comitê Técnico Setorial da CENERGS para críticas e tomada de posição quanto às informações dos Balanços Energéticos do Estado — modelo OLADE e o modelo concebido pela CENERGS.

No campo da divulgação, a Comissão promoveu a publicação de: Pesquisas em Biomassa no RS, Pesquisas em Outros Energéticos no RS, Energia e Assentamentos Humanos, e Guia de Orientação para a Elaboração de Fluxos Energéticos Estaduais, bem como a reedição de Consolidação de Pesquisas em Energéticos no RS, Roteiro para a Elaboração do Plano Energético do Estado do RS e Energia e Assentamentos Humanos.

Paralelamente a estas atividades, a CENERGS vem desenvolvendo uma pesquisa junto aos órgãos vinculados ao setor energético para o acompanhamento e avaliação de projetos e atividades, visando à construção e consolidação de um Banco de Dados na área de energia, capaz de, através de um sistema de informações, agilizar o setor energético e, acima de tudo, evitar a duplicidade de esforços na execução de projetos e/ou pesquisas com objetivos idênticos e que, por isto mesmo, acarretam duplo investimento.

Atualmente, encontra-se em fase de encaminhamento para publicação o Balanço Energético Consolidado do Estado do RS, 1979-82, produto dos trabalhos desenvolvidos durante 1983.



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES**

## **SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)**

A Secretaria dos Transportes preside a orientação a ser seguida na política dos transportes rodoviário, hidroviário e aeroviário do Estado, cuja execução cabe, respectivamente, ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais e Departamento Aeroviário do Estado.

No exercício de 1983, em função de sua importância estratégica e buscando a compatibilização entre os planos estaduais e os federais e municipais do setor, as obras realizadas procuraram ampliar as condições básicas para o desenvolvimento estadual, atingindo a meta que lhe foi confiada no Programa de Governo 1983-87.

Para tanto, a rede atual de transportes deve ser conservada e aumentada para o livre escoamento da produção, quer na integração dos sistemas rodoviários, hidroviários e ferroviários, quer nas suas características locais, visando a uma coordenação de plena operacionalização.

### **DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)**

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), refletiu em seu desempenho a Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

Com referência à implantação ou construção de rodovias, convém ressaltar que os serviços de terraplenagem, pavimentação e obras de arte são realizados através de administração direta ou sob regime de empreitada.

As atividades ligadas aos serviços de conservação e melhoramentos visam a proporcionar à rede rodoviária boas condições de trafegabilidade visando à segurança e ao conforto do usuário, escoamento das safras agrícolas e produtos industrializados.

O DAER conserva 10.532km de rodovias de sua rede, sendo 9.021km estaduais e 1.511km federais por delegação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), dos quais 1.346km são pavimentados. Esse serviço é feito pelas Unidades de Conservação, em número de 17, espalhadas pelo Estado.

Além da conservação necessária para garantir as mínimas condições de operacionalidade de nossas rodovias, o DAER mantém em andamento, sob regime de administração direta, a execução de 707,98km de rodovias e 91,70m de obras-de-arte especiais utilizando pessoal e equipamento próprio.



Dentre os serviços típicos de conservação de rodovias destacam-se 902.438.855,00m<sup>2</sup> de patrolagem, 32.599.629,00m<sup>2</sup> de roçada manual e mecânica, 5.319.690,00m<sup>2</sup> de regularização de faixa de domínio, 1.252.419,00m<sup>3</sup> de revestimento primário com solo ou brita, 690.299,00m<sup>2</sup> de capa selante e tratamento superficiais e 1.755.413,00m de sinalização horizontal.

Na construção de rodovias, nota-se também a atuação das unidades de conservação na Construção por Administração Direta, atingindo em 1983, a meta de 151km de estradas de ligação às troncais existentes e em construção.

O mesmo acontece com as obras-de-arte especiais (pontes) que alcançaram no ano a cifra de 186 metros.

A construção e restauração de rodovias estaduais, por empreitada, em 1983, consistiu de 60,65km de pavimentação de rodovias e 148,42km de terraplenagem.

Nesse exercício, o DAER prestou assistência técnica a 26 Municípios do Estado, relativamente a serviços rodoviários próprios, tais como: 22 projetos plani-altimétricos de 193km, projetos estruturais de pontes, projetos de pavimentação para ruas e avenidas, assistência técnica para a instalação de oficinas e levantamento odográfico de redes municipais.

## **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Transporte Rodoviário**

### **OBJETIVO**

Elaboração de estudos e projetos rodoviários.

### **REALIZAÇÕES:**

- |  |        |
|--|--------|
| — projetos geométricos;                          | 278km  |
| — projetos de pontes;                            | 1.400m |
| — projetos de sinalização de trechos rodoviários | 108km  |

### **OBJETIVO**

Dar prosseguimento ao plano rodoviário do Estado, através da implantação, sob regime de administração direta, de 500km de novas rodovias, 160km de pavimentação, 20km de restauração, 470km de melhoramentos e construção de obras-de-arte especiais, somando 1.800 metros.

### **REALIZAÇÕES:**

- |   |      |
|---|------|
| — recapamento asfáltico de rodovias, executado pelas Unidades de Conservação do DAER; | 52km |
|---|------|

- terraplenagem executada por administração direta, pelas Unidades de Conservação do DAER; 151km
- obras-de-arte especiais por administração direta. 186m

**OBJETIVO**

Executar, sob regime de empreitada, implantação de 780km de rodovias, 840km de pavimentação, 257km de restauração e construção de 2.200 metros de obras-de-arte especiais.

**REALIZAÇÕES:**

- terraplenagem executada por empreitada; 148km
- pavimentação de rodovias, realizada por empreitada; 61km
- obras-de-arte especiais por empreitada. 395m

**OBJETIVO**

Manter em boas condições de tráfego a rede rodoviária estadual e os trechos federais delegados, numa extensão de 10.532km.

**REALIZAÇÕES:**

- conservação de rodovias, através de patrulagem, realizada pelas 17 Unidades de Conservação do DAER; 902.440.000m<sup>2</sup>
- conservação de rodovias, através da execução de revestimento primário, realizada pelas 17 Unidades de Conservação do DAER; 1.252.400m<sup>3</sup>
- conservação de rodovias, através de capa selante e tratamento superficiais, realizada pelas 17 Unidades de Conservação do DAER; 690.300m<sup>2</sup>
- sinalização horizontal. 600km

**OBJETIVO**

Prestar assistência técnica rodoviária aos municípios.

**REALIZAÇÕES:**

- projetos geométricos; 22 unidades
- projetos de pontes; 580m

- projetos de pavimentação de vias urbanas 6 unidades
- operadores treinados através de cursos ministrados em 9 municípios. 115 operadores

### **COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)**

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) para atingir os objetivos do Governo, desenvolve três programas: o de Construção e Melhoria de Estradas Alimentadoras, o de Construção de Obras-de-Arte Especiais e o de Construção de Aterros e Acessos a Pontes.

Caracteriza-se a CINTEA pela atuação no sistema viário municipal, construindo, melhorando e conservando este vasto e intrincado conjunto de rodovias municipais. Tal trabalho é realizado em mutirão com os municípios que são associados à Companhia.

Construiu no Convênio "AGROVIAS", com o Governo Federal-Ministério dos Transportes, diversas estradas num total de 206 quilômetros e seis pontes.

Mantém a CINTEA, com seus municípios associados, convênios para a construção de obras-de-arte especiais, tendo sido concluídas no período do atual Governo, 44 unidades com uma extensão de 1.880,50 metros, estando ainda em andamento 12 obras com extensão de 687,5 metros.

Programou a CINTEA, um Projeto de Pavimentação de Rodovias Municipais, cadastrando 62 pedidos de 54 municípios, atingindo 107 trechos numa quilometragem total de 1.274km. Tal programa deverá ser submetido ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme carta-consulta, com vistas à inclusão no III BIRD.

Em convênio com o município de Santa Cruz do Sul, a CINTEA mantém um trecho experimental, num projeto-piloto, com pavimentação em blocos de concreto intertravados.

Considerando as chuvas ocorridas no Estado até fins do mês de agosto a produção foi razoável. A média mensal de 147,00km será efetivamente ampliada em períodos de tempo com condições climáticas normais.

O volume executado em aterros de acesso a pontes foi expressivo, integrando às economias regionais 32 pontes que não estavam sendo utilizadas.

A CINTEA realizou ainda estudos visando à criação de novos Escritórios Regionais, aprovados pelo Governador, a fim de agilizar a atuação da Companhia.

A atividade de elaboração de projetos, alterações e revisão de projetos de obras-de-arte especiais beneficiou 44 municípios, num total de 1.495,98m. Realizaram-se projetos para 52 obras, estudos hidrológicos para projetos que abrangem 43 obras e projetos de 65,62km de estradas.

**REALIZAÇÕES 1983**

Programa: Transporte Rodoviário

**OBJETIVO**

Reforçar o sistema de estradas alimentadoras, com a construção e melhoria de 2.000km na malha existente, e construção de 1.900m de obras-de-arte especiais.

**REALIZAÇÕES:**

- construção e melhoria de estradas vicinais nos municípios do Estado, selecionados como prioritários na consolidação da rede; 1.903km
- construção das pontes que integram o plano de obras-de-arte especiais do Estado, num total de 54 obras. 2.297,8m

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS RIOS E CANAIS (DEPRC)**

O DEPRC é uma Autarquia Estadual criada em 1951 com a finalidade de executar a política hidroviária do Estado e gerir os portos cedidos ao mesmo pelo contrato de novação das Consessões Portuárias.

Estruturalmente é formado por cinco Administrações:

- Administração do Porto do Rio Grande — exploração do Porto de Rio Grande;
- Administração do Porto de Pelotas — exploração comercial do Porto de Pelotas;
- Administração do Porto de Porto Alegre — exploração comercial do Porto de Porto Alegre;
- Administração de Serviços Delegados — recuperação dos molhes da Barra do Rio Grande; exploração da pedreira do Capão do Leão; dragagem e balizamento dos canais de acesso a Pelotas e Porto Alegre e da Baía de Evolução do Porto de Rio Grande; e
- Administração de Vias Fluviais — dragagem e balizamento das vias da baía do Jacuí; operação de postos fluviométricos e meteorológicos; estaleiro de Triunfo.

O desempenho operacional destas administrações, no ano de 1983, indicou, no Porto de Rio Grande, um movimento de 10,8 milhões de toneladas de mercadorias, e 46.000 unidades na movimentação de contêineres.

A exportação de cabotagem é constituída, basicamente, pelo trigo, óleo de soja e derivados de petróleo (gasolina comum e fuel oil), que representam fluxos de comercialização da produção gaúcha para os estados do Nordeste, principalmente. O volume exportado de trigo, neste caso, é cíclico, ocorrendo maior exportação nos anos de boas safras, quando é maior o excedente da produção estadual.



No Porto de Pelotas, os fluxos de mercadorias, tradicionalmente movimentadas por cabotagem e por navegação lacustre, têm sido mantidos. Por cabotagem, é recebido o sal, cujo consumo é constante, e exportado o arroz, excedente da produção local, e cuja comercialização tem sido decrescente nos últimos anos. A navegação lacustre é constituída basicamente pela exportação de calcário, proveniente da Indústria Mata-razzo, de Piratini, e derivados de soja através do Terminal da OLVEBRA. A importação lacustre é esporádica, mantendo-se, desde 1980, um fluxo constante com a importação de carvão procedente do Terminal de Porto Alegre.

Recentemente vem se verificando, no Porto de Pelotas, uma movimentação de exportação por cabotagem de minério de cobre, procedente de Caçapava do Sul e com destino à Bahia. Também a CAEEB iniciou experiências para a exportação, por cabotagem, de carvão proveniente de Candiota.

As principais mercadorias importadas pelo Porto de Porto Alegre são adubos e petróleo cru, este recebido através do Terminal Petrolífero Almirante Soares Dutra (TEDUT).

A exportação mais significativa na movimentação por longo curso é a de farelo de soja, operada através dos terminais privativos da SAMRIG e da FECOTRIGO.

Mantém-se a tendência decrescente na movimentação das mercadorias tradicionais — arroz e trigo — dada a característica da exportação de excedentes do consumo interno, desses produtos. A partir de 1981, um novo produto passa a ter participação importante neste fluxo de movimentação: o carvão mineral proveniente de Charqueadas e São Jerônimo e embarcado para as indústrias do Centro-Sul do país por navegação de cabotagem, através do terminal de carvão implantado em 1981.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Transporte Hidroviário

### OBJETIVO

Continuar os trabalhos de manutenção, balizamento, dragagem e derrocamento das vias navegáveis do Estado.

### REALIZAÇÕES:

- |  |                       |
|--|-----------------------|
| — dragagem de conservação das vias navegáveis;   | 355.096m <sup>3</sup> |
| — visitas de inspeção para coleta de dados para manutenção de aparelhos, análise e computação dos dados coletados; | 3.360 visitas         |
| — colocação de sinais para balizamento;  | 75 unidades           |
| — manutenção dos sinais de balizamento;  | 480 unidades          |
| — dragagem dos canais de acesso aos portos;  | 519.310m <sup>3</sup> |
| — derrocamento das vias fluviais.  | 1.608m <sup>3</sup>   |

Os produtos tradicionais do fluxo de importação por longo curso em Rio Grande são os adubos e outros produtos químicos para as fábricas de fertilizantes, cujo volume decresceu significativamente a partir de 1981 devido aos altos preços internacionais e dificuldades de importação, fatores determinantes da crise generalizada nesse setor industrial.

A pauta de exportação do Estado, escoada através do Porto de Rio Grande, é tradicionalmente constituída pelos produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo), carnes frigorificadas, fumo, calçados, celulose e óleo combustível (fuel oil).

O soja em grão tem sido substituído, desde 1978, pelo maior volume de farelo e óleo exportado, em função das indústrias de transformação instaladas no Rio Grande do Sul. Esta evolução é muito importante, à medida em que o acréscimo da exportação dos produtos industrializados (farelo e óleo) determinaram um grande incremento no valor das exportações, que representam, hoje, mais de 1,2 bilhão de dólares em divisas.

Também de grande importância são as exportações de calçados e fumo, cuja tendência de crescimento constante tem se confirmado na última década, acompanhando a expansão industrial do Estado. A movimentação destes produtos determinou o grande acréscimo na utilização de contêineres, e foi particularmente beneficiada pela organização de um tráfego regular, com periodicidade de 15 a 45 dias, de navios de contêineres que ligam o Porto de Rio Grande ao leste europeu e à costa oeste dos Estados Unidos da América.

Os produtos tradicionalmente importados por cabotagem — minério de ferro, petróleo cru e sal — têm mantido uma movimentação estável por tratarem-se de produtos que atendem a uma demanda também estável e a linhas de comercialização tradicionais.

### **DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)**

Considerando as prioridades estabelecidas no Programa de Governo 1983-1987, o DAE cumpriu com diversas metas, todas voltadas ao desenvolvimento aeroportuário do Estado, neste primeiro ano.

Destaca-se, entre os objetivos atingidos, o início da pavimentação do Aeroporto de Santa Cruz do Sul, bem como a conservação da infra-estrutura e instalações de diversos aeroportos, de modo a elevar o grau de segurança na operação de aeronaves e conseqüentemente de seus usuários.

Destacam-se, ainda, os recursos obtidos junto ao Ministério da Aeronáutica para os Aeroportos de Santa Cruz do Sul e Erechim, num montante de Cr\$ 113.000.000,00.

Da mesma forma o DAE investiu em reconstruções de hangares e terminais de passageiros, terraplenagem em aeroportos, serviços de manutenção em aeroportos de centros turísticos e concessão de auxílios a Entidades Aerodesportivas.

#### **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Transporte Aéreo**



**OBJETIVO**

Pavimentação de aeroportos, incluídos ainda serviços de terraplenagem, drenagem, enleivamento, sinalização e urbanização.

**REALIZAÇÕES:**

- pavimentação do aeroporto de Santa Cruz do Sul, em fase final de obras; 30.500m<sup>2</sup>
- drenagem, enleivamento e terraplenagem do aeroporto de Erexim, já pavimentado. 15.000m<sup>3</sup>

**OBJETIVO**

Executar serviços de conservação e melhoramentos em aeroportos de modo a elevar a segurança na operação de aeronaves e conseqüentemente de seus usuários, incluindo, ceifamento, regularização, compactação de pistas, cercamento de áreas aeroportuárias, estradas de acesso e sinalização das pistas de pouso.

**REALIZAÇÃO:**

- conservação dos aeroportos de Belém Novo, Carazinho, Getúlio Vargas, Montenegro, Nonoai, Osório, Passo Fundo, Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí. 10 unidades

**OBJETIVO**

Conservação de terminais de passageiros e hangares em pontos especiais do Estado.

**REALIZAÇÃO:**

- recuperação da estrutura e substituição total da cobertura do hangar do aeroporto de Garibaldi; 800m<sup>2</sup>
- recuperação da estação de passageiros dos aeroportos de Nonoai e São Gabriel. 100m<sup>2</sup>

**OBJETIVO**

Proceder a terraplenagem e revestimento primário em aeroportos.

**REALIZAÇÕES:**

- terraplenagem da pista de táxi do aeroporto de Belém Novo; 4.000m<sup>3</sup>
- revestimento primário das pistas de pouso dos aeroportos de Ijuí, Nonoai, São Gabriel e Belém Novo. 3.500m<sup>3</sup>

**OBJETIVO**

Investir em aeroportos de centros turísticos.

**REALIZAÇÃO:**

- serviços de conservação de pista, desmonte em rocha e cercamento de áreas nos aeroportos de Iraí, Canela, Capão da Canoa e Torres.

4 unidades

**OBJETIVO***Conceder auxílios a Entidades Aerodesportivas.***REALIZAÇÃO:**

- pagamento das subvenções aos aeroclubes habilitados.

Cr\$ 2,56 milhões

**SECRETARIA DA AGRICULTURA**



## **SECRETARIA DA AGRICULTURA**

A Secretaria da Agricultura, com atuação nas áreas de pesquisa experimental fitotécnica, zootécnica, veterinária, pesqueira, ecológica, e de recursos naturais; preservação e conservação dos recursos naturais renováveis; pesca e aquicultura; assistência técnica e extensão rural; promoção, orientação e assistência ao cooperativismo rural; defesa sanitária vegetal e animal; abastecimento e comercialização agrícola; fiscalização de produtos e insumos agrícolas; pesquisa, estudos e informações agroeconômicas; armazenagem; irrigação e acudagem; discriminação e legalização de terras públicas; promoção, organização e fomento rural; meteorologia; prestação e fornecimento supletivo de bens e serviços à produção agropecuária; geografia e cartografia, desenvolveu programas de relevante importância para o setor primário do Estado, com reflexos altamente positivos para os setores secundário e terciário.

Sua área de ação é de enorme amplitude e o resultado de suas atividades geralmente ocorrem a médio e longo prazos.

No ano de 1983 a agropecuária gaúcha foi duramente atingida pelas adversidades climáticas. Milhares de animais pereceram afogados ou de fome. As lavouras foram enormemente prejudicadas, a princípio com as cheias e, após, com a estiagem, causando grandes prejuízos à economia do Estado. As conseqüências destas calamidades repercutiram na comunidade rio-grandense, exigindo do Governo a adoção de medidas emergenciais para minimizar seus efeitos danosos e imprevistos. Para tanto, instituiu-se uma política de absoluta contenção dos gastos públicos e buscou-se auxílio do Governo Federal, especialmente de apoio à agricultura e incentivo à produção e produtividade agrícolas.

A união dos esforços do Governo e dos Produtores Rurais tem sido marcante, e é a garantia de que o Rio Grande Rural se reerguerá através de grandes safras, abastecendo seu consumo interno e exportando alimentos.

A Secretaria da Agricultura, revigorando os trabalhos já encetados, especialmente nas áreas de pesquisa e experimentação, desenvolveu suas atividades diretamente no campo e na lavoura, junto ao produtor rural, ouvindo suas reivindicações, orientando-o tecnicamente e transmitindo-lhe a mensagem de apoio do Governo, que se consubstancia no estabelecimento, para o setor, de políticas de:

- formação de estoques reguladores;
- campanha de produção e de produtividade do milho e sorgo;

- desenvolvimento do setor de hortifrutigranjeiros;
- prática de conservação do solo e de recursos naturais renováveis;
- defesa sanitária vegetal e animal;
- utilização adequada de agrotóxicos;
- desenvolvimento da pesca industrial e artesanal;
- incentivo à produção do leite e da carne;
- apoio às Associações e Cooperativas de Produtores;
- auxílio especial ao pequeno produtor rural e ao agricultor sem terra, a fim de desestimular o êxodo rural, integrando-os efetivamente na atividade agrícola;
- maior aproximação do técnico ao produtor rural;
- apoio à juventude estudantil rural, responsável pela agropecuária de amanhã.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Planejamento Governamental

#### OBJETIVO

*Realizar estudos e pesquisas sócio-econômicas para o acompanhamento conjuntural da economia agrícola e para a elaboração de programas e projetos de desenvolvimento agrícola do Estado.*

#### REALIZAÇÕES:

- elaboração de proposta preliminar para a expansão das culturas de sorgo e de alpiste;
 

1 documento
- formulação de documentos contendo subsídios à atualização do Plano Nacional da Maçã e do Plano Nacional do Alho;
 

2 documentos
- acompanhamento e atualização dos Sistemas de Estatísticas Agropecuárias, do Crédito Agrícola, de Custo de Produção da Pecuária, de Informações Municipais, de Mercado e de Cadastro de Colonos;
 

6 sistemas
- elaboração da publicação Acompanhamento Mensal da Produção Agrícola;
 

2 publicações
- elaboração da publicação anual: Agricultura em Números;
 

1 publicação

- elaboração de relatórios sobre o acompanhamento periódico das realizações do Setor Público Agrícola Estadual — Administração Direta e Indireta;  
22 relatórios
- elaboração de documentos diversos para encaminhamento ao Governo Federal;  
5 documentos
- levantamento de dados e informações sobre municípios interessados em participar do Programa de Municipalização da Agricultura, do Ministério da Agricultura;  
37 municípios
- elaboração de projeto de fomento à agricultura do Rio Grande do Sul;  
1 projeto
- elaboração semanal de informações sobre os fatos relevantes de agropecuária estadual;  
52 boletins
- elaboração de documentos sobre estimativas de custos de produção da pecuária de corte;  
12 documentos
- elaboração de documentos sobre estimativas de consumo de combustíveis na agricultura para a safra 82/83, no Rio Grande do Sul;  
1 documento
- levantamento de subsídios à implantação dos projetos de criação das Coordenadorias Regionais da Secretaria da Agricultura e do Comitê de Agroindústrias do Rio Grande do Sul;  
3 documentos
- coordenação da elaboração de nova classificação de pêssego para fins industriais;  
1 documento
- elaboração de estudo preliminar para um programa de irrigação para pequenas propriedades;  
1 proposta

## OBJETIVO

*Abastecer de produtos hortigranjeiros a comunidade, a preços diferenciados, bem como apoiar o escoamento das safras.*

## REALIZAÇÕES:

- coordenação dos mercadões da Praia de Belas, da Assis Brasil, do Partenon (P. Alegre) e de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres;  
132 mercadões
- estudos de viabilidade para a implantação dos mercadões do Partenon (Porto Alegre) e Cidreira (litoral);  
2 estudos

- implantação do Mercado do Partenon (Porto Alegre); 1 mercado
- execução e coordenação das campanhas de alimento mais barato (maças, citrus e pêssego); 112 campanhas
- levantamentos semanais dos preços praticados pela CEASA e supermercados como subsídio à fixação de preços praticados nos Mercadões; 52 levantamentos
- estudo preliminar para o estabelecimento de um programa integrado de alimentação popular; 1 estudo
- reuniões com produtores do litoral objetivando sua participação no fornecimento de hortigranjeiros para os mercadões do litoral; 8 reuniões
- projeto de criação do Conselho Estadual de Abastecimento 1 projeto

#### OBJETIVO

*Levar a produtores e demais segmentos da comercialização de produtos agropecuários informações sobre as condições atuais dos diversos mercados para melhor orientá-los.*

#### REALIZAÇÕES:

- elaboração e distribuição para as empresas de boletins informativos sobre mercado agrícola; 1.443 boletins
- elaboração e distribuição de boletins diversos sobre mercado agrícola; 529 boletins
- elaboração e distribuição de boletins informativos diários sobre mercado agrícola; 10.878 boletins
- coleta de informações de mercado agrícola de diversos produtos; 10.824 informes
- coleta de informações sobre hortifrutigranjeiros. 38.344 informes

#### OBJETIVO

*Criar alternativas de desenvolvimento para o setor primário, modernizando a pecuária e substituindo derivados de petróleo, principalmente a gasolina, com efeitos diretos na redução de custos de produção e aumento do emprego rural.*

#### REALIZAÇÕES:

- estudos sobre alternativas de energia para uso no setor agropecuário; 5 estudos

- estudo preliminar sobre a viabilidade econômica e financeira de um sistema integrado de produção de bioenergia;  
1 documento
- levantamentos técnicos das lavouras de cana-de-açúcar, em seis Estações Experimentais;  
5 municípios
- relatório sobre a situação de microdestilarias do Rio Grande do Sul;  
1 relatório
- projeto para a implantação de lavoura de milho irrigado para a complementação do arraçamento de gado bovino;  
1 projeto
- projeto para o levantamento do Sistema Integrado de Capela.  
1 projeto

#### OBJETIVO

Executar pesquisas geográficas e elaborar mapas oficiais do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a fornecer informações primárias a fim de permitir o planejamento em vários níveis, dando suporte a outras atividades e projetos tanto no âmbito governamental como no setor privado.

#### REALIZAÇÕES:

- execução de trabalhos geográficos e cartográficos através da elaboração de mapa político contendo cidades, vilas, rede de transporte, divisão municipal e hidrografia;  
20.000 mapas
- execução de mapa temático da produção agropecuária (40.000 mapas) do Rio Grande do Sul, com 20 produtos;  
66%
- execução de cartograma (10.000 mapas) com divisões municipais;  
100%
- execução de mapa sistemático (29.000 mapas) com 29 folhas;  
80%
- execução de mapa político (10.000 mapas) contendo cidades, povoados, rede de transporte, hidrografia, limites municipais e aeroportos;  
100%
- execução de cartograma municipal (2.000 mapas) na escala 1:1.000.000;  
100%
- execução de mapa geográfico (2.000 mapas) com estradas em escala 1:1.000.000;  
100%



- execução de trabalhos geográficos na revisão de cálculos de área em 20 municípios.

100%

### Programa: Organização Agrária

#### OBJETIVO

Legalizar e regularizar terras devolutas pertencentes ao Estado, proporcionando aos seus ocupantes a obtenção de títulos de propriedade, inserindo-os no processo produtivo, fixando-os definitivamente ao meio rural e fazendo com que tenham acesso ao crédito e a outros programas desenvolvidos a nível governamental.

#### REALIZAÇÕES:

- legalização de terras públicas, através da concessões de lotes, num total de  
10.020ha;  
1.842 lotes
- legalização de terras públicas, através da escrituração de lotes, abrangendo uma área de 363ha;  
23 lotes
- expedição de títulos, compreendendo uma área de 5.453ha;  
580 lotes
- anulação de concessões de lotes em 292ha com a finalidade de regularização de terras públicas;  
43 lotes
- subdivisões de terras públicas em lotes, abrangendo uma área de 275.641m<sup>2</sup>.  
204 lotes

#### OBJETIVO

Formar os meios necessários para o financiamento de operações de compra e venda de terras para assentamentos, reassentamentos e integrações parcelárias de agricultores, bem como coordenar as ações destinadas à fixação do homem à terra.

#### REALIZAÇÕES:

- supervisão e assistência técnica a famílias assentadas nas Fazendas Macali, Brilhante, Bom Retiro e CEMAPA;  
296 famílias
- formulação de projeto técnico e econômico visando ao assentamento de agricultores de Nova Ronda Alta, na Estação Experimental de Taquari e coordenação das atividades referentes à sua pré-implantação;  
1 projeto
- elaboração de Editais para a aquisição de terras e casas para assentamento dos agricultores de Nova Ronda Alta;  
2 editais
- cadastramento dos colonos de Nova Ronda Alta para definição dos futuros ocupantes das terras;  
162 colonos

- vistoria das terras oferecidas para aquisição pelo Estado; 18 propriedades
- aquisição de terras destinadas ao assentamento e reassentamento de 158 famílias de agricultores de Nova Ronda Alta; 1.768,5ha
- assentamento de agricultores na Estação Experimental de Taquari, Nova Ronda Alta e mini-lotes; 29 famílias
- coordenação das ações destinadas ao reassentamento de agricultores de Nova Ronda Alta; 187 famílias
- participação no levantamento planimétrico de áreas adquiridas pelo Governo do Estado, destinadas ao reassentamento de colonos, em Ronda Alta e Palmeira das Missões. 594ha

#### Programa: Produção Vegetal

##### OBJETIVO

*Estudar, promover, fomentar, fiscalizar e classificar a produção vegetal, controlar as pragas e moléstias que afetam as culturas vegetais.*

##### REALIZAÇÕES:

- assistência à produção vegetal no Estado do Rio Grande do Sul; 250.816 ha
- fomento à produção vegetal através de informações prestadas; 11.221 informações
- fomento à produção vegetal através de realização de reuniões e visitas; 4.025 ações
- fomento, promoção e assistência técnica desenvolvida pela rede de agronomias regionais através de informações prestadas; 11.176 informes
- fomento, promoção e assistência técnica desenvolvida pela rede de agronomias regionais — quilometragem percorrida; 761.540 km
- folhetos distribuídos a produtores rurais do Estado; 1.000 folhetos
- participação em programas de rádio e TV; 26 ações
- treinamento em mecanização da lavoura, atingindo 360 alunos; 14 cursos

- produção de calcário moído, visando à sua utilização na correção dos solos;  
6.277 toneladas
- comercialização de calcário moído produzido pela Unidade de Moagem de Calcário em Carazinho;  
Cr\$ 31.04 milhões
- levantamento e análise de ocorrências fitossanitárias no Estado;  
5.850 informes
- inspeção fitossanitária em lavouras indicadoras;  
3.900 inspeções
- identificação, seleção, análise e interpretação de dados e informações capazes de gerar um fluxo atualizado de ocorrências fitossanitárias em 57 municípios do Estado;  
8.775 estudos
- cursos e reuniões sobre ocorrências fitossanitárias;  
47 ações
- prescrição de receitas agronômicas à comunidade rural do Estado;  
776 prescrições
- informações prestadas sobre defensivos agrícolas a produtores do Estado;  
381 informações
- cadastramento de espécimes de acácia negra, com vistas ao combate ao serrador;  
17.829.750 plantas
- inspeção de matas de acácia negra para o combate ao serrador;  
1.298 matas
- combate ao serrador da acácia negra em municípios controlados;  
53 municípios
- visitas, entrevistas e palestras sobre o combate ao serrador da acácia negra;  
91 ações
- multas e intimações expedidas a proprietários que infringiram as determinações que obrigam ao combate do serrador da acácia negra no Estado;  
69 documentos
- demonstrações efetuadas pelo setor responsável, objetivando o combate à formiga cortadeira no Estado, em 188 reuniões;  
4.025 ações
- palestras realizadas com agricultores, visando ao combate à formiga cortadeira;  
1.100 palestras

- combate à formiga cortadeira, através do atendimento a 40 municípios, pelo setor responsável;
 

18.361 agricultores
- formicida distribuído a produtores rurais do Estado;
 

1.260 kg
- *orientação e assistência relativas ao controle da formiga cortadeira no Estado do Rio Grande do Sul* — autoridades visitadas
 

61 visitas
- levantamento, erradicação e revisão da Campanha de Erradicação do Cancro Cítrico, a nível de município;
 

12 municípios
- erradicação de plantas cítricas infectadas no Estado do Rio Grande do Sul;
 

17.296 plantas
- inspeções em 17.734 propriedades na Campanha de Erradicação do Cancro Cítrico;
 

449.113 plantas
- levantamento e revisão de ocorrências de cancro cítrico no Estado do Rio Grande do Sul;
 

433 exames
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados produzidos e comercializados no Estado, visando à melhoria do produto e evitando a fraude e falsificação;
 

6.288 certidões
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados, visando à melhoria e evitando a fraude e falsificação dos produtos;
 

2.896 visitas
- controle, inspeção, classificação e fiscalização de vinhos e derivados;
 

163 municípios
- produção desembaraçada para a comercialização de vinhos e derivados no Estado;
 

208.589.792 litros
- análises laboratoriais realizadas na inspeção, fiscalização e controle de vinhos e derivados;
 

28.587 amostras
- determinações analíticas realizadas na inspeção, fiscalização e controle de vinhos e derivados;
 

149.512 exames
- expedição de guias de livre trânsito para a liberação de vinhos e derivados no Estado;
 

96.016 guias

- produção de cera alveolada para revenda aos agricultores do Estado;  
14.346 kg
- fomento à apicultura no Estado, através de visitas, palestras e consultas;  
746 ações
- fomento à apicultura no Estado, oferecendo treinamento técnico a 261 pessoas;  
12 cursos
- fomento à apicultura no Estado através da produção de colméias.  
273 colméias

### OBJETIVO

Promover a melhoria das sementes e mudas produzidas no Estado, através da execução dos programas de sementes e mudas fiscalizadas e certificadas, envolvendo a inspeção da produção, controle e distribuição de material básico e capacitação de técnicos e produtores.

### REALIZAÇÕES:

- produção, inspeção e fiscalização de sementes em áreas estabelecidas;  
80.542 ha
- produção, inspeção e fiscalização de sementes em unidades beneficiadoras de sementes;  
2.956 inspeções
- inspeção de campos de produção de sementes fiscalizadas;  
2.839 campos
- produção de sementes básicas e certificadas em áreas estabelecidas;  
9.008 ha
- inspeção de sementes básicas e certificadas em unidades beneficiadoras de sementes;  
84 inspeções
- inspeção de sementes básicas e certificadas em campos;  
525 campos
- produção de mudas fiscalizadas e inspeção de viveiros de frutíferas;  
280 viveiros
- produtores viveiristas inscritos;  
53 produtores
- produção de mudas fiscalizadas de frutíferas;  
2.043.570 mudas
- formação de pomares matrizes para a produção de mudas fiscalizadas;  
9 pomares

**Programa: Produção Animal**

**OBJETIVO**

*Promover o desenvolvimento da produção animal, através do fomento e assistência aos produtores rurais, do estudo e combate à ocorrência de doenças dos animais que prejudiquem o seu desenvolvimento, visando ao aumento da produção e da produtividade.*

**REALIZAÇÕES:**

- fomento zootécnico aos criadores de animais, através das Estações de Fomento;
 

687 animais
- fomento zootécnico aos produtores de leite, através das Estações de Fomento;
 

131.354 litros
- fomento zootécnico aos criadores na produção de silagem de feno e grãos para a alimentação dos animais, através das Estações de Fomento;
 

180 toneladas
- fomento zootécnico aos produtores através das Estações de Fomento na produção florestal;
 

52.000 mudas
- fomento zootécnico aos criadores, através das Estações de Fomento na produção de pastagens e cultivo de forrageiras;
 

199 ha
- fomento zootécnico aos criadores, através das Estações de Fomento, pela realização de cursos;
 

19 cursos
- desenvolvimento da economia pecuária através da realização de exposições, remates e feiras agropecuárias no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil;
 

28 eventos
- enfardamento de palha de arroz e feno, com a finalidade de serem utilizados nas exposições, feiras e remates no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil;
 

14.500 fardos
- recolhimento e estocagem de esterco animal, com a finalidade de adubação das lavouras e pastagens do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil;
 

190.000 toneladas
- colheita de pastos de inverno e de verão, no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil;
 

85.000 toneladas

- recolhimento e estocagem de serragem, com a finalidade de ser utilizada para os animais, nas exposições, feiras e remates no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil;
 

45.000 toneladas
- inseminações artificiais para melhoramento dos rebanhos;
 

44.532 animais
- atendimento a Postos de Inseminação Artificial;
 

128 postos
- atendimento a municípios para melhoramento dos rebanhos através da inseminação artificial;
 

146 municípios
- circuitos de distribuição de sêmen;
 

67 circuitos
- produção de sêmen para inseminação artificial;
 

122.565 doses
- distribuição de sêmen;
 

143.551 doses
- distribuição de hidrogênio líquido;
 

107.466 litros
- arrendamento de touros;
 

8 animais
- touros comprados;
 

2 animais
- touros em coleta;
 

14 animais
- combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias através da vacinação de bovinos contra a brucelose;
 

677.429 cabeças
- combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias através da vacinação de bovinos contra a raiva;
 

246.827 cabeças
- combate e vigilância da febre aftosa, através de vacinação de bovinos;
 

30.941.393 cabeças
- defesa sanitária animal, através da vacinação trimestral de ovinos contra a febre aftosa;
 

4.621.106 cabeças
- combate à raiva canina através da vacinação de cães em todo o Estado;
 

393.100 animais

- combate e vigilância epidemiológica à Peste Suína através da vacinação em todo o Estado;
 

1.664.820 cabeças
- combate à brucelose e tuberculose, através de testes e diagnósticos em todo o Estado;
 

110.449 testes
- combate ao morcego hematófago, através da eliminação de animais;
 

2.770 morcegos
- premunicação a galpão e a campo;
 

56 cabeças
- *inauguração de Inspetorias Veterinárias nos municípios de Fortaleza dos Valos, Nova Araçá, Parai, Muçum e Capão do Leão;*

5 inspetorias
- *inauguração de Postos Veterinários nos municípios de Miraguai, Condor e Bom Princípio;*

3 postos
- levantamento de dados estatísticos sobre bovinos, ovinos, suínos e bubalinos;
 

4 censos
- publicação mensal e anual sobre o abate de bovinos com a constatação dos animais abatidos (1.308.373 cabeças);
 

13 publicações
- publicação mensal sobre animais movimentados no Rio Grande do Sul (2.485.453 cabeças);
 

12 publicações
- publicação anual com dados sobre cinco enfermidades: febre aftosa, raiva dos herbívoros, peste suína, piolheira dos ovinos e sarna;
 

1 publicação
- publicação semanal sobre vigilância epidemiológica;
 

49 publicações
- publicações mensais sobre vacinação de brucelose, testes de brucelose e testes de tuberculose;
 

11 publicações
- publicação mensal dos dados da vacina da peste suína;
 

11 publicações
- publicação mensal sobre suínos movimentados no Rio Grande do Sul (1.970.937 cabeças);
 

11 publicações



- publicação mensal sobre dados da incidência da febre aftosa no Estado;  
10 publicações
- cursos de treinamento para técnicos;  
6 cursos
- cursos de treinamento para auxiliares;  
6 cursos
- cursos para treinamento de inseminadores;  
18 cursos

## OBJETIVO

Executar a política estadual de pesca, visando ao desenvolvimento sócio-econômico do setor pesqueiro e a prática da aquacultura junto ao produtor rural, para tanto ampliando e desenvolvendo as técnicas utilizadas de modo a aumentar a produção de alevinos.

## REALIZAÇÕES:

- estocagem de peixe para a produção de alevinos, no Centro de Aquacultura de Viamão;  
800 matrizes
- estocagem de rã-touro para a produção de girinos, no ranário de Viamão;  
80 matrizes
- produção e distribuição de alevinos para produtores rurais, em diversos municípios;  
106.000 alevinos
- realização de estudos patológicos a partir de necrópsias;  
116 estudos
- atendimento e informação a produtores rurais e pessoas interessadas em piscicultura;  
448 pessoas
- realização do I Simpósio de Pesca no Rio Grande do Sul, juntamente com a Secretaria da Indústria e Comércio e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), contando com 200 participantes  
1 simpósio
- análise da pesca artesanal do bagre no Rio Grande do Sul, com o objetivo de fornecer subsídios para a sua regulamentação;  
21 amostras
- estocagem de peixe-rei e tainha para a produção e distribuição de alevinos;  
5.000 espécimes
- curso de introdução à aquacultura com o apoio da Federação das Cooperativas de Trigo (FECOTRIGO) e da Companhia Riograndina de Desenvolvimento, com 143 participantes;  
1 curso

- instalação do Comitê de Fiscalização da Pesca; 1 comitê
- produção de girinos; 30.000 girinos

**Programa: Preservação de Recursos Naturais Renováveis**

**OBJETIVO**

*Programar, estudar, coordenar e executar medidas que busquem a utilização racional dos recursos naturais renováveis visando, de forma permanente, a uma perfeita integração entre preservação, produtividade e produção.*

**REALIZAÇÕES:**

- preservação de áreas dos parques estaduais florestais Turvo, Barracão, Planalto, Ronda Alta e Tenente Portela; 37.662 ha
- recuperação de áreas desérticas; 350 ha
- produção para a Bolsa de Sementes; 200 kg
- produção de mudas florestais; 1.140.000 mudas
- coleta de sementes florestais e ornamentais destinadas à produção de mudas; 950 kg
- controle e estabilização de voçorocas; 390 ações
- locação de canais escoadouros; 2.341 km
- melhoramento de pastagens; 29.052 ha
- fixação de dunas; 7.500m<sup>2</sup>
- implantação de novos viveiros municipais visando à produção de mudas destinadas à arborização urbana, defesa ecológica e reflorestamento em pequenos e médios módulos rurais; 4 viveiros
- locação de terraços; 7.552 km
- arborização de estradas; 50.000 mudas

- *reflorestamento de pequenos e médios imóveis rurais;* 1.243.364 mudas
- *visitas efetuadas — Programa de Recursos Naturais Renováveis;* 5.075 visitas
- *publicação de folhetos sobre parques florestais estaduais;* 5.000 publicações
- *publicação e distribuição de publicações sobre frutíferas nativas;* 4.000 publicações
- *publicação do manual sobre Arborização de Açudes e Barragens;* 3.000 publicações
- *divulgação e propaganda em práticas conservacionistas pela imprensa falada;* 828 ações
- *divulgação e propaganda em práticas conservacionistas pela imprensa televisada;* 16 ações
- *palestras proferidas sobre preservação e práticas conservacionistas;* 478 palestras
- *cursos sobre a preservação dos recursos naturais renováveis;* 31 cursos
- *reciclagem de professores sobre a preservação dos recursos naturais renováveis.* 1.234 professores

#### Programa: Pesquisa

##### OBJETIVO

*Realizar estudos e investigações científicas de caráter básico ou aplicado, buscando soluções para problemas que se constituem em ponto de estrangulamento na produção do setor primário do Rio Grande do Sul, bem como divulgar e fazer chegar aos órgãos de extensão e assistência técnica os resultados obtidos.*

##### REALIZAÇÕES:

- *experimentos na cultura de feijão;* 15 experimentos
- *experimentos na cultura do milho;* 54 experimentos
- *experimentos na cultura do trigo;* 15 experimentos
- *experimentos na cultura da soja;* 24 experimentos

— experimentos em hortaliças;	45 experimentos
— experimentos na cultura da mandioca;	6 experimentos
— experimentos na cultura do sorgo;	9 experimentos
— experimentos em fruticultura de clima temperado;	6 experimentos
— experimentos na cultura de citrus;	34 experimentos
— experimentos na cultura do abacaxizeiro;	5 experimentos
— experimentos em recursos genéticos;	4 experimentos
— experimentos em recursos energéticos;	20 experimentos
— experimentos em diversificação agropecuária;	9 experimentos
— plantio de sementes básicas para produção;	380 ha
— plantio de mudas nativas e exóticas para produção;	3 ha
— produção de vinhos engarrafados;	19.198 garrafas
— análises visando a determinar a qualidade das sementes;	15.956 análises
— coleta de amostras de sementes para análises;	5.053 amostras
— execução de análises de solos;	4.095 amostras
— execução de determinações químicas de solo;	27.577 determinações
— análise de adubos e corretivos de solos;	754 amostras
— determinações químicas de adubos e corretivos de solos;	3.189 determinações

— amostras de tecido foliar;	60 amostras
— determinações químicas de tecido foliar;	415 determinações
— análise de rações e ovos de aves;	220 análises
— experimentos zootécnicos em aves;	6 experimentos
— experimentos zootécnicos em bovinos de corte;	21 experimentos
— experimentos zootécnicos em bovinos de leite;	2 experimentos
— experimentos em forrageiras;	15 experimentos
— experimentos zootécnicos em ovinos;	5 experimentos
— experimentos zootécnicos em suínos;	4 experimentos
— experimentos zootécnicos em caprinos;	1 experimento
— experimentos em gado de corte;	1 experimento
— experimentos de sanidade animal em gado de corte;	8 experimentos
— experimentos de sanidade animal em gado de leite;	2 experimentos
— experimentos de sanidade animal em suínos;	2 experimentos
— experimentos de sanidade animal em diversificação agropecuária;	2 experimentos
— experimentos de sanidade animal em aves;	2 experimentos
— produção de vacina contra brucelose;	1.050.000 doses
— produção de antígeno de Huddleson;	4.000 ml

- produção de antígeno Card Test; 5.000 ml
- produção de Tuberculina; 62.000 doses
- produção de antígeno para febre aftosa; 1.700 litros
- produção de vacinas contra a febre aftosa; 70.000 doses
- experimentos diversos em recursos naturais renováveis visando a diversificação agropecuária; 10 experimentos
- experimentos diversos de recursos naturais renováveis na área de energia; 5 experimentos
- experimentos diversos em recursos naturais renováveis, flora e fauna; 21 experimentos
- Simpósio de Conservação do Solo, em Passo Fundo, sobre erosão, que se constitui em problema ao sistema de produção agrícola do Estado; 1 simpósio
- I Reunião Anual sobre Fruticultura, em Porto Alegre, com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadores; 1 reunião
- II Jornada Técnica de Bovinocultura de Corte, em Porto Alegre; 1 evento
- seminário sobre plantio direto em pastagens, em Nova Prata; 1 seminário
- participação em reuniões nos Centros Nacionais de Produto, da EMBRAPA, com a programação de pesquisa de 24 produtos; 24 reuniões

#### **Programa: Irrigação**

##### **OBJETIVO**

Incorporar ao Sistema Produtivo, mediante a utilização de uma linha de crédito dirigida e com a introdução de novas tecnologias, principalmente a irrigação e a drenagem, novas áreas de várzeas não utilizadas ou subutilizadas, incluindo cultivos não convencionais para tais solos como o milho, feijão, soja e outros.

##### **REALIZAÇÕES:**

- drenagem de áreas através do Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis; 25.808 ha

- sistematização de lavouras no Programa de Várzeas Irrigáveis; 3.060 ha
- produtores beneficiados com o Programa; 132 produtores
- projetos a contratar; 54 projetos
- projetos contratados; 132 projetos
- instalação de área demonstrativa sobre o método de irrigação em sulcos, nas culturas de milho e feijão, em solos de várzeas, na Estação Experimental do Conde, em Guaíba; 1 ação
- projeto de Distrito de Irrigação para a produção de produtos hortícolas, na Estação Experimental de Taquari, visando ao reassentamento de colonos; 239 ha
- instalação de área demonstrativa na Estação Experimental de Capela, visando a irrigação de hortigranjeiros; 1 ação
- área beneficiada no Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis, no valor de Cr\$ 4,943 bilhões; 28.868 ha
- apoio técnico ao IRGA na elaboração do projeto da colônia de japoneses, em Viamão, destinada à produção de hortigranjeiros;
- execução de trabalho topográfico do projeto "Mercadão do Produtor", para a criação de novas áreas de venda; 1 trabalho
- efetivação de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Agricultura e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de recursos hídricos; 1 acordo
- apoio, a perito da FAO, no levantamento dos danos causados pelas cheias do Alto e do Médio Uruguai.

## OBJETIVO

*Desenvolver a infra-estrutura agrária do Estado, através da captação e formação de reservatórios hídricos e da sistematização de lavouras, atuando dessa forma no fomento à produção primária através do aumento da produtividade na propriedade rural.*

**REALIZAÇÕES:**

- captação de águas subterrâneas, através da perfuração de 13.490,4m de poços tubulares profundos; 211 obras
- captação de águas de superfície, através da construção de barragens; 16 obras
- captação de águas de superfície, através da construção de açúdes e bebedouros; 453 obras
- construção de canais de irrigação; 141.374 m<sup>3</sup>
- municípios beneficiados com o Programa; 99 municípios
- produtores beneficiados com subsolagem, terraplanagem, vias de acesso e microssistematização; 672 produtores
- sistematização de lavouras, através de subsolagem de solos compactados; 199,8 ha
- terraplanagem em propriedades para a instalação de agroindústrias no Estado do Rio Grande do Sul; 23 propriedades
- construção de vias de acesso; 50,2 km
- microssistematização de lavouras; 40 ha

**INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)**

Entre as principais atividades desenvolvidas pela Autarquia no exercício de 1983, destacam-se o apoio técnico, material e de pessoal na implantação das "Granjas Solidárias", juntamente com a Secretaria Extraordinária da Grande Porto Alegre; a participação no programa de distribuição de ranchos aos flagelados das enchentes, através da armazenagem e empacotamento de produtos; aquisição e distribuição de 13.479 toneladas de milho a avicultores, suinocultores e bovinocultores gaúchos; solicitação, à Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) de recursos no montante de 110 bilhões de cruzeiros para a aquisição de 3.500.000 sacos de arroz beneficiado ou equivalente em casca, reservados os recursos para manutenção e movimentação do estoque. Provavelmente deverão ser destinados recursos da ordem de 85 bilhões de cruzeiros para adquirir cerca de 2.500.000 sacos de arroz beneficiado, ou equivalente em casca, cujo volume representará, aproximadamente, 8% da produção gaúcha, estimada em 60 milhões de sacos.



Merecem ainda destaque a aquisição de 170.000 sacos de arroz com recursos próprios da Autarquia; a solicitação às autoridades federais de prorrogação dos Empréstimos do Governo Federal, no que foi atendido, e a liberação de recursos para adquirir, de produtores e agroindústrias do Estado, 40 mil toneladas de arroz, incorporando-as às 10 mil já adquiridas com recursos próprios.

Com relação ao serviço de assistência técnica aos produtores, foram efetivados atendimentos a 10.936 lavoureiros, realizadas 63 palestras e reuniões, com a presença de 1.323 orizicultores.

No que se refere aos programas especiais da Autarquia foram sistematizados 10.120 hectares no PROVÁRZEAS; pelo convênio IRGA/Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) foi aberto o novo perímetro irrigado de Boa Cica, a exemplo do anteriormente feito em Própria Itiubá, Cotinguiba, Pindoba e Betume I e II; no Centro de Treinamento de Mão-de-obra Rural, foram ministrados 80 cursos, totalizando 1.235 treinados, em 36 municípios da zona arrozeira do Estado; pelo Convênio CODEVASF/IRGA, foram ministrados 45 cursos, com 521 treinados.

O IRGA também colaborou e participou do XX Congresso Estadual de Economia Orizícola, realizado em São Gabriel, no período de 24 a 26 de junho de 1983, reunindo representantes da orizicultura do Rio Grande do Sul, de 34 municípios; coordenou a XII Reunião da Cultura do Arroz Irrigado, ocasião em que foram analisados os trabalhos de pesquisa e experimentação realizados. O evento realizou-se no período de 21 a 23 de setembro de 1983, contando com a presença de técnicos do Uruguai e da Colômbia, além dos participantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Promoção à Orizicultura

### OBJETIVO

*Incentivar, coordenar e superintender a defesa da produção da indústria e do comércio do arroz produzido no Estado.*

### REALIZAÇÕES

- análises laboratoriais de solos e águas; 2.054 análises
- análises de plantas visando ao maior rendimento da produção de arroz; 425 análises
- análises de sementes visando ao aumento da produção e produtividade; 11.220 análises
- elaboração de ante-projeto de exploração e reforma de 690 açudes; 1 ante projeto
- nivelamento de canais de lavouras arrozeiras, por solicitação dos lavoureiros; 1.168.597m

- projeto de instalação de 156 recalques d'água, abrangendo 13.184ha;  
1 projeto
- atendimento a lavoureiros nos escritórios regionais;  
9.488 pessoas
- assistência a produtores a nível de lavouras;  
2.325 lavouras
- palestras e reuniões realizadas com produtores sobre técnicas de produção de arroz;  
67 palestras
- execução de Semana Ruralista Arrozeira;  
3 eventos
- execução do Dia de Campo, com apresentação de resultados;  
1 evento
- divulgação de artigos técnicos sobre produção de arroz;  
8 artigos
- sistematização de solos, visando ao maior rendimento da produção de arroz;  
11.817ha
- lavouras demonstrativas de irrigação: milho, soja e sorgo;  
2 lavouras
- produção de sementes selecionadas de arroz para revenda;  
30.521 sacas
- treinamento de mão-de-obra rural;  
76 treinamentos
- realização de pesquisas com experimentos instalados no campo experimental;  
26 experimentos
- experimentos (Convênio CODEVASF), regionais de cultivares e agroindústria;  
15 experimentos
- área de pesquisa para a produção de sementes básicas de arroz;  
50ha
- área de pesquisa para a produção de sementes de arroz através de cooperantes;  
600ha
- área de pesquisa para a produção de sementes certificadas de arroz, na Secretaria da Agricultura, em Guaíba.  
50ha

## INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES (ISRC)

Durante o exercício de 1983, o Instituto Sul-Riograndense de Carnes procurou pautar suas ações de molde a, simultaneamente, permitir sua reestruturação interna e alcançar sua influência anterior na defesa da pecuária gaúcha, representando, em todas as oportunidades, junto aos organismos governamentais, a voz do pecuarista do Rio Grande do Sul.

Para atingir tais objetivos participou de reuniões, congressos, seminários e jornadas sobre o setor, salientando-se: as reuniões para a discussão e a determinação de medidas sobre abastecimento, preços e plano de estocagem para a entressafra e, problemas da ovinocultura e suinocultura, com o Sindicato dos Comerciantes de Carnes, FECOCARNE, FARSUL, Conselho de Ovinocultura, Associação de Criadores de Suínos e Indústria de Produtos Suínos; o "Seminário de Agroindústria" (Brasília); a "Jornada sobre a Produção do Novilho Jovem" (Bagé); o II Encontro das Indústrias de Produtos Suínos (Caxias do Sul); a XXV Exposição Agropecuária e Industrial (Rio Pardo); o II Congresso Brasileiro de Pecuária de Corte; a II Exposição Pecuária e o I Congresso Interamericano de Pecuária de Corte (Brasília); e a II Jornada de Bovinocultura de Corte.

Participou, também, da Reunião da Junta Internacional de Carnes, como representante do Brasil, visando à análise da situação atual e das perspectivas do Comércio Internacional de Carnes. Foi também realizada uma viagem a Montevidéu, Uruguai, com vistas à importação de carnes e à busca de subsídios à reestruturação do órgão.

Em conjunto com o Presidente das Cooperativas de Carnes, Sindicato das Indústrias de Carnes e Cooperativas Industrial Regional de Carnes e Derivados (CICADE), participou, em Brasília, de negociações com o Governo Federal ultimando a transação de 10.000t de carnes, o que impediu a importação de carnes do Uruguai para o consumo interno. Tal fato possibilitou a manutenção do preço ao produtor e ao consumidor até 15 de janeiro de 1984, além de viabilizar substancial arrecadação do ICM.

É importante destacar o posicionamento contrário do ISRC junto à Comissão de Financiamento à Produção (CFP) com referência às distorções ocorridas na distribuição de quotas de milho por aquele órgão, que vieram em prejuízo do Estado e, junto ao Ministro da Agricultura, a manifestação de desacordo pela importação de carnes da Espanha e do Uruguai.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Produção animal

#### OBJETIVO

*Promover o desenvolvimento da produção animal através da defesa da produção e do comércio da carne no Estado.*

#### REALIZAÇÕES:

- participação em reuniões com entidades de Classe;

6 reuniões

- estudo visando à determinação de medidas para possibilitar o acréscimo dos recursos financeiros da Autarquia;

1 estudo

- reestruturação do Serviço de Estatística da Autarquia, objetivando a melhoria das informações disponíveis; 1 ação
- reunião com a EMATER/RS, objetivando um maior e melhor intercâmbio entre as Instituições; 1 reunião
- reuniões com diversas autoridades objetivando a reativação da Cooperativa Serrana;
- estudo em conjunto com a FECOCARNÊ e Sindicatos das Indústrias de Carnes, sobre o ICM da carne; 1 estudo
- participação em reunião na SEPLAN/PR para discussão das possibilidades de importação de carnes para consumo; 1 reunião
- participação em reunião na CFP para discussão das necessidades de abastecimento de milho destinado à avicultura e suinocultura do Estado; 1 reunião
- estudo, em conjunto com autoridades do setor, objetivando a Delegação de Competência dos Serviços de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal; 1 estudo
- estudo de Projeto de Lei que objetiva a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária de Corte. 1 estudo

### **COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)**

O ano de 1983, em termos de realizações, atendeu antigas e justas reivindicações das classes produtoras de hortigranjeiros da Região Sul.

A crescente demanda de frigorificação de produtos perecíveis fez com que a primeira Unidade Frigorífica Polivalente, construída pela CESA em Caxias do Sul, tivesse sua capacidade inicial quase que triplicada, passando a 12.000m<sup>3</sup> para 32.000m<sup>3</sup>, hoje já operando, e a ser oficialmente inaugurada por ocasião da Festa da Uva.

Reivindicação de longa data também vem de ser atendida com a implantação em Capão do Leão, da Unidade Frigorífica Polivalente Regional do Sul, com capacidade de 34.000m<sup>3</sup>, consistindo de seis câmaras de estocagem de túnel de congelamento. Esta Unidade opera com produtos refrigerados e congelados, de origem vegetal e animal, em estado natural ou industrializados, em temperatura entre + 8°C e -30°C e umidade relativa controlada.

Estas duas importantes obras, pelo que representam para a economia desses municípios e do Estado, vêm tendo grande repercussão nos meios políticos e empresariais, não apenas das regiões beneficiadas, mas também e principalmente de todo o Estado.

**REALIZAÇÕES 1983**

Programa: Abastecimento e Armazenagem

**OBJETIVO**

Contribuir para um melhor equilíbrio entre a oferta e a demanda estadual de armazenagem, assegurando a regularização dos canais de comercialização de produtos agrícolas.

**REALIZAÇÕES:**

- armazenagem, a meio ambiente, de trigo, com recebimento de 481.979 toneladas, limpeza de 99.988 toneladas, secagem de 91.198 toneladas, expurgo de 318.747 toneladas, uma expedição de 536.210 toneladas e um transbordo de 139.930 toneladas;
 

2.795.516 toneladas
- armazenamento, a meio ambiente, de soja, com o recebimento de 397.028 toneladas, limpeza de 294.710 toneladas, secagem de 283.887 toneladas e expedição de 378.939 toneladas;
 

1.794.023 toneladas
- armazenamento de outros grãos, a meio ambiente, com o recebimento de 402.436 toneladas, limpeza de 154.018 toneladas, secagem de 122.137 toneladas, expurgo de 251.640 toneladas, expedição de 405.808 toneladas e transbordo de 321.343 toneladas;
 

1.723.645 toneladas
- armazenagem, em ambiente controlado, de paletes resfriados;
 

1.710 paletes
- armazenagem, em ambiente controlado, de produtos congelados;
 

635 toneladas
- armazenagem, em ambiente controlado, de paletes congelados;
 

7.708 paletes
- ampliação da Unidade Frigorífica Polivalente de Caxias do Sul;
 

19.200m<sup>3</sup>
- construção da Unidade Frigorífica Polivalente de Capão do Leão;
 

34.000m<sup>3</sup>
- formação de hortos florestais — Cr\$ 26,2 milhões;
 

5 hortos
- aquisição de terras para reflorestamento — Cr\$ 21,6 milhões.
 

101,12ha

**FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB)**

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul tem por objetivo geral implantar, através de pesquisa científica, banco de dados da flora e fauna do RS e manter coleções científicas-educativas, objetivando o conhecimento e a preservação de espécies nativas

e dos sistemas selvagens como subsídios e ações de planejamento racional do desenvolvimento. Com vistas a atingir os objetivos e metas prioritárias a que se propôs, a FZB, no exercício de 1983, centrou-se em atividades ligadas ao desenvolvimento de projetos voltados para a preservação do meio ambiente, através de Convênios com outras instituições, além da realização de estudos e pesquisas, edições, publicações, promoção de diversos eventos, conservação e enriquecimento do acervo dos museus e bibliotecas sob sua responsabilidade, e execução de outras ações vinculadas aos seus objetivos.

A Fundação, no desenvolvimento de suas atividades, deu prosseguimento à elaboração de diversos trabalhos relacionados ao estudo, levantamento e avaliação dos vários grupos zoológicos e botânicos do Estado, buscando suprir as necessidades de conhecimento sistematizado sobre a biota sul-rio-grandense; com o patrocínio, sob forma de bolsas e/ou auxílios do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e FAPERGS, foram concluídos 18 projetos de pesquisa científica básica; com bolsas da Curadoria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico atuando especificamente dentro do Programa de Museu do CNPq visando à preservação e expansão das coleções científicas do Museu de Ciências Naturais (MCN) — prosseguiu à elaboração de 13 trabalhos; foi estudado e adaptado à realidade gaúcha o programa de computador da coleção Malacológica do Setor de Malacologia da Academia de Ciências Naturais da Filadélfia, USA, visando a implantação do sistema de informação por computador do banco de dados do ambiente natural; foi publicado o “Estudo Preliminar da Flora e Fauna na Área da Barragem Saturnino de Brito”, trabalho elaborado por pesquisadores do Museu de Ciências Naturais; foi concluído o Projeto de “Amostragem da Fauna e Flora nas Nascentes do Rio Gravataí — RS” (março a maio de 1983) que serviu de base para o parecer técnico-científico sobre as condições bióticas da área do “Complexo Banhado Grande”, solicitado pelo DNOS e que tem por objetivo fornecer subsídios para o manejo adequado daquela área; foi concluído o Projeto do Complexo do Carvão; em andamento o Projeto “Melhoramento do Meio na Área da Grande Porto Alegre: Estudos Fundamentais e Medidas para Realização Racional”, estando prevista a conclusão para março de 1984; em andamento seis subprojetos que envolvem pesquisas e anilhamento de aves para estudos de atividades migratórias e de espécies de importância cinegética, dentro do convênio FZB/IBDF. A Fundação prestou ainda assessoramento à Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado e a outros órgãos, sempre que houve necessidade de esclarecimentos científicos.

Houve diversos atendimentos sobre assuntos envolvendo fauna, flora e meio ambiente a acadêmicos de universidades de diversos municípios do Estado; orientação a estagiários em Iniciação Técnica-Científica, estágios especiais, bolsistas (CNPq e FAPERGS) e alunos de Cursos de Pós-Graduação perfazendo 3.612 horas de orientação por parte dos pesquisadores da Fundação; deu prosseguimento à prestação de serviços ao público, no Jardim Botânico, relativos à identificação, controle e cuidados com as plantas, além da realização de eventos, tais como o Concerto da OSPA e o Mercado das Flores.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Preservação dos Recursos Naturais Renováveis

### OBJETIVO

Realizar e divulgar estudos, administrar áreas e assessorar entidades públicas e privadas visando ao uso racional dos recursos naturais e à preservação da qualidade de vida.



## REALIZAÇÕES:

- estudos de microalgas nas Lagoas de Tramandai, RS; 2 estudos
- estudo da vegetação espontânea herbácea e subarbustiva do jardim Botânico do Rio Grande do Sul; 12%
- estudo das bromeliáceas epífitas como bioindicadores da qualidade do ar na cidade de Porto Alegre; 25%
- levantamento de dados sobre plantas medicinais do Rio Grande do Sul; 32%
- estudo das Apocináceas do Rio Grande do Sul — subfamília Plumerioideas — Regiões da Encosta Inferior do Nordeste e Depressão Central; 25%
- estudo de leguminosas forrageiras e invasoras do Rio Grande do Sul — Gênero *Aeschynomene*; 25%
- estudo da fauna de esponjas dos rios da América do Sul com ênfase atual nos da Amazônia/Venezuela; 25%
- levantamento da fauna de esponjas da zona litorânea de Porto Belo e Ilha João da Conha, SC; 70%
- identificação de parasitos trematódeos de gado e de seus respectivos hospedeiros intermediários, tendo em vista a saúde animal e os aspectos econômicos; 16%
- bioecologia e sistemática das espécies do gênero *Diplodon* (Bivalvia) como subsídios à taxonomia dos moluscos límnicos neotropicais; 35%
- estudo qualitativo das amostras coletadas pela Oxford Diving Expedition no Litoral de Cabo Frio; 50%
- estudo dos Veronicelídeos (Mollusca Gastropoda), I — redescricao do tipo de *Diplosolenodes occidentalis*; II — identificação das espécies dos Museus Australianos; III — revisão do gênero *Diplosolenodes*; IV — identificação de Espécies das Antilhas; 90%
- catálogo dos moluscos continentais do Rio Grande do Sul (moluscos terrestres); 40%

- identificação de parasitos trematódeos em sua fase de infestação e seus respectivos hospedeiros intermediários tendo em vista a saúde pública, animal e aspectos econômicos; 9%
- estudo da esponja da água doce *Corvospongille bohmi* em dois ambientes distintos: rio e lago; 6%
- identificação das esponjas de água doce, no Rio Grande do Sul, em vários rios como suporte à indicação da qualidade das águas; 25%
- pesquisa faunística sobre caracóis hidrobídeos: levantamento e estudo anatômico dos hidrobídeos do Rio Grande do Sul, Brasil, Uruguai, Argentina; 100%
- estudo das espécies de um grupo de crustáceos-praga que atacam peixes de água doce, procurando estabelecer a genealogia desse grupo; 8%
- conhecimento de um grupo de aranhas específico de áreas florísticas naturais e identificação, catalogação e acondicionamento nas coleções do MCN; 2 estudos
- análise das fases pós-embrionárias das espécies sul-rio-grandenses de um gênero de baratas d'água; 18%
- conhecimento dos insetos ocorrentes na região ribeirinha do rio dos Sinos, RS, nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo; 14%
- amostragem, registro e observação de besouros da área do Complexo Carboquímico do Rio Grande do Sul, para comparação posterior à instalação industrial; revisão do subgênero de besouros visando à utilização de técnicas computadorizáveis para melhor classificação filogenética do grupo; 2 estudos
- diversidade e similaridade de comunidades de uma família de percevejos terrestres de São Jerônimo, Butiá e General Câmara, RS; 75%
- estudo na biologia e comportamento reprodutivo do garibaldi em culturas de arroz no Rio Grande do Sul; 70%
- estudo descritivo e comparativo da osteologia craniana da cobra dormideira; 8%
- coleta e estudo de mamíferos fósseis do Rio Grande do Sul; 25%



- estudo sobre anatomia comparada de crânios de mamíferos recentes e fósseis; 25%
- estudo sobre fauna e flora na área de influência do Complexo do Carvão, São Jerônimo, RS; 14 estudos
- estudos sobre a fauna na área do Parque Estadual Delta do Jacuí, RS; 4 estudos
- pesquisa para a avaliação da produção de biomassa dos ventos sobre a orla de vegetação aquática das ilhas do Delta do Jacuí; 50%
- estudo da venação foliar em espécies do gênero *Relbunium* (Rubiaceae-Rubiaceae) do Rio Grande do Sul; 35%
- estudo das aves do Parque de Itapuã, Viamão, RS, biologia e anilhamento; 42%
- considerações sobre o uso do solo e sua influência sobre o ecossistema campo, na zona da Campanha, Uruguaiana, RS; 6%
- espécies de Simuliidae (Diptera) ocorrentes na microrregião colonial da Encosta da Serra Geral do Rio Grande do Sul; 8%
- avaliação da temporada da caça no Rio Grande do Sul — temporada 1983; 100%
- amostragem da flora e fauna das nascentes do Rio Gravataí, RS, visando à emissão de parecer técnico sobre as condições bióticas da área, nos meses de março a maio de 1983; 100%
- relatórios de atividades técnico-científicas relacionadas com o estudo dos recursos naturais do Estado; 35 relatórios
- emissão de pareceres técnicos-científicos sobre material biológico ou área natural em território brasileiro; 22 pareceres
- artigos publicados em periódicos científicos especializados; 18 artigos
- intercâmbio técnico-científico de informações e material biológico com outras instituições e especialistas do país e exterior; 1.097 intercâmbios

- participação de comissões relatoriais em comissões administrativas e de atividades científicas;
 

2.080 participações
- expedições científicas para a coleta de dados e amostras de material biológico no Estado, País e Exterior;
 

118 expedições
- aperfeiçoamento profissional de pesquisadores através de estágio, curso de pós-graduação, congressos, simpósios e eventos similares no Estado País e Exterior;
 

58 pesquisadores
- bolsas e auxílios recebidos para pesquisa científica;
 

68 unidades
- edição do periódico IHERINGIA;
 

6 séries
- participação no Catálogo Coletivo Regional da UFRGS através do fornecimento de cópias do fichário de registro da coleção de periódicos da Biblioteca;
 

39 periódicos
- incremento de acervo das coleções científicas;
 

18.882 lotes
- implantação do sistema de informações por computador, do Banco de Dados da flora e fauna, com base na coleção científica do MCN.
 

40%

#### OBJETIVO

Oferecer atividades educacionais, culturais e de lazer, através da exposição permanente de material representativo da flora, fauna e geologia do Rio Grande do Sul, e de cursos, conferências e publicações visando a despertar e fortalecer o respeito à natureza.

#### REALIZAÇÕES:

- atendimento a estudantes em visita ao Jardim Botânico e Parque Zoológico;
 

10.370 pessoas
- participação em exposições, feiras e afins;
 

1 evento
- organização e coordenação de promoções educativas e culturais, em áreas do Parque Zoológico e Jardim Botânico, tendo como público alvo a comunidade;
 

29.170 pessoas
- identificação de componentes da fauna e flora do Rio Grande do Sul para pessoas físicas e jurídicas, com vistas ao conhecimento do patrimônio natural do Estado;
 

671 exemplares

- instalação de expedição museológica da fauna e flora regionais, tendo em vista a comunidade sul-rio-grandense; 9%
- fornecer estágios a estudantes de nível médio e superior; 35 estágios
- atendimento à comunidade, estudantes, leigos e imprensa, sobre assuntos correlatos à atividade do MCN; 238 atendimentos
- atividades docentes na área de Ciências Naturais, no Estado e País; 424 horas/aula
- orientação técnico-científica a estagiários, bolsistas e pós-graduados no MCN; 3.612 horas
- organização e coordenação de cursos, palestras e similares, tendo como público alvo estudantes e estudiosos; 946 pessoas
- conservação do Jardim Botânico; 19ha
- jardinagem permanente; 5.628m<sup>2</sup>
- visitação pública; 15.919 pessoas
- visitação de escolares; 3.475 alunos
- ampliação e organização de coleções de plantas vivas no Jardim Botânico; 45%
- produção de mudas; 44.764 mudas
- vendas de mudas; Cr\$ 243.170
- manutenção do Parque Zoológico e atendimento ao público visitante; 565.266 pessoas
- manutenção e reprodução do acervo animal; 2.650 animais
- trabalhos de pesquisa; 10 excursões

— tratamento fitossanitário;	15 tratamentos
— enriquecimento do acervo animal;	7 animais
— reprodução da fauna nativa para repovoar;	12 animais
— produção de forragem e hortigranjeiros para alimentação;	272.500kg
— construção de vários recintos mais adequados aos animais;	1.610m <sup>2</sup>
— produção de composto orgânico.	272,5m <sup>3</sup>

### **ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)**

Dando continuidade ao trabalho de assistência técnica e extensão rural, a EMATER/RS conseguiu, no ano de 1983, consolidar sua imagem institucional e obter o reconhecimento por parte da liderança e de seus beneficiários do meio rural. Esta satisfação do público assistido pela EMATER/RS está expressa nas solicitações de instalação de seus serviços recebidas de 36 municípios e nas inúmeras manifestações de apoio recebidas dos municípios que já contam com os serviços dos extensionistas da EMATER/RS.

A interiorização dos extensionistas da EMATER/RS resultou em uma maior aproximação do público, uma maior facilidade de acesso deste aos serviços oferecidos e uma melhor identificação com as lideranças das comunidades rurais. Esta política operacional beneficiou em escala maior os pequenos produtores e suas famílias — 84% dos beneficiários. Estes beneficiários foram assistidos, preferencialmente em grupos, visando a transferência a eles de tecnologia mais adequada e de outras práticas e hábitos envolvendo a melhoria da qualidade de vida.

Outra ação dos extensionistas da EMATER/RS que merece ser destacada foi a mobilização das comunidades por ocasião das enchentes e inundações que atingiram severamente algumas regiões do Estado. A ação dos extensionistas da EMATER/RS visou a facilitar o acesso dos mini e pequenos produtores das regiões atingidas aos recursos de emergência proporcionados através da Circular n.º 796 do Banco Central. Simultaneamente, foi montado um sistema de informações para possibilitar a detecção e o acompanhamento dos prejuízos causados pela intempérie.

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Governador do Estado, a EMATER/RS adotou uma política de austeridade, implantando medidas de economia e racionalização dos serviços, cujos resultados mais expressivos estão representados pela economia de 18,32% de combustível no período de janeiro a novembro de 1983 e no recolhimento de 80 veículos no período de janeiro a 10 de dezembro de 1983, além de outras medidas de economia de menor impacto. A despesa com pessoal também sofreu uma redução, principalmente em função do não preenchimento de vagas existentes.

Merece destaque, também, a participação ativa dos extensionistas da EMATER/RS nas iniciativas governamentais, tais como: a Campanha de Aumento da Produção de Milho, Campanha de Vacinação contra a Paralisia Infantil, Semana de Saúde, Semana de Alimentação, Semana do Meio-Ambiente.

Durante o ano de 1983, seguindo as diretrizes da política governamental, os extensionistas da EMATER/RS participaram ativamente na implementação de programas especiais, entre os quais cabe mencionar: PROVÁRZEAS, PROFIR, APSAT, PROAGRO, Fontes Alternativas de Energia, Desenvolvimento de Comunidades de Baixa Renda, Cooperativismo, Agroindústria, Crédito Rural, Redução de Perdas na Colheita, Implantação do Receituário Agrônômico, Multiplicadores Rurais, Juventude Rural, Controle Integrado de Pragas na Lavoura de Soja, Convênio CESA/EMATER, Integração com a Pesquisa Agropecuária, Convênio FETAG/EMATER, Convênio EMATER/ANDA, Convênio EMATER/FECOERGES.

Cabe destacar que no decurso desse ano agrícola, os 92.000 produtores assistidos diretamente pela EMATER/RS, a respeito de condições climáticas pouco favoráveis, obtiveram uma produtividade em suas culturas e criações significativamente superior aos não-assistidos, gerando maior produção e retorno de ICM.

A ação desenvolvida durante o período de 1983 revelou inteira identidade com a sua condição de principal instrumento a ser acionado pelo Governo do Estado para incrementar os níveis de produção e produtividade, conforme determina o "Programa de Governo 1983-1987".

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Promoção e Extensão Rural

### OBJETIVO

*Aumentar a produção, a produtividade, a renda e o bem-estar social da família rural, através da assistência técnica direta a produtores, donas-de-casa e jovens rurais de 177 municípios do RS.*

### REALIZAÇÕES:

- assistência direta a produtores, em 177 municípios, no ano agrícola 83/84;  
91.181 produtores
- orientação a produtores, em 177 municípios, no ano agrícola 83/84;  
101.351 produtores
- assistência direta a famílias em 177 municípios, no ano agrícola 83/84;  
47.633 famílias
- orientação a famílias de 177 municípios, no ano agrícola 83/84;  
57.000 famílias
- organização e/ou assistência a grupos de produtores em 177 municípios;  
3.991 grupos

- organização e/ou assistência a grupos de clubes de senhoras e moças com 46.705 participantes;  
2.293 grupos
- organização e/ou assistência a grupos e clubes de jovens com 27.304 participantes;  
1.113 grupos
- visitas realizadas, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
537.359 visitas
- reuniões realizadas, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
44.357 reuniões
- demonstrações técnicas realizadas, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
41.788 demonstrações
- execução de programas de rádio, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
7.299 programas
- elaboração de artigos de jornal, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios  
3.683 artigos
- participação em programas de TV, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
61 participações
- emissão de cartas-circulares dirigidas ao público rural — produtores, famílias e jovens;  
478.378 cartas
- distribuição de material educativo, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
424.516 unidades
- excursões realizadas, para alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
1.465 excursões
- dias de campo realizados, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios com 43.777 participantes;  
352 dias
- instalação de unidades demonstrativas, com 127.917 participantes para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
7.911 unidades

- instalações de demonstrações de resultados, com 24.272 participantes para atingir os objetivos e metas programadas para 177 municípios;  
1.048 unidades
- instalação de unidades de observação, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
1.335 unidades
- campanhas realizadas, com 157.367 participantes, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
611 campanhas
- semanas realizadas, com 172.692 participantes, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios;  
389 semanas
- concurso de produtividade realizado, para o alcance dos objetivos e metas do Programa, em 177 municípios com 8.923 participantes;  
239 concursos
- cursos e treinamentos, com 23.932 participantes, realizados para atingir os objetivos e metas programadas;  
1.391 unidades
- assistência a produtores de arroz irrigado (na produção de 76.30t, foi alcançada uma produtividade de 4.504kg/ha);  
16.939ha
- assistência a produtores de feijão — 1ª e 2ª safras (na produção de 26.136t, foi alcançada a produtividade de 508kg/ha);  
51.514ha
- assistência a produtores de mandioca, (na produção de 37.362t, foi alcançada a produtividade de 20.551kg/ha);  
1.818ha
- assistência a produtores de milho (na produção de 998.547t, foi alcançada a produtividade de 2.830kg/ha);  
352.885ha
- assistência a produtores de soja (na produção de 926.833t, foi alcançada a produtividade de 1.774kg/ha);  
552.381ha
- assistência a produtores de trigo (na produção de 56.302t, foi alcançada a produtividade de 491kg/ha);  
114.769ha
- assistência a produtores de cebola (na produção de 24.300t, foi alcançada a produtividade de 21.031kg/ha);  
2.031ha

- assistência a produtores de abacaxi (na produção de 1.619t, foi alcançada a produtividade de 10.182kg/ha);  
159ha
- assistência a produtores de uva (na produção de 186.305t, foi alcançada a produtividade de 10.215kg/ha);  
18.238ha
- assistência a produtores de Citrus (na produção de 121.660t, foi alcançada a produtividade de 31.083kg/ha);  
3.914ha
- assistência a produtores de maçã (na produção de 5.612t, foi alcançada a produtividade de 7.794kg/ha);  
720ha
- assistência a produtores de pêsego (na produção de 10.494t, foi alcançada a produtividade de 5.889kg/ha);  
1.782ha
- assistência a produtores de batata inglesa (na produção de 28.385t, foi alcançada a produtividade de 8.433kg/ha);  
3.366ha
- assistência a olericultores;  
6.928ha
- assistência a produtores de alho (na produção de 475t, foi alcançada a produtividade de 2.859kg/ha);  
166ha
- assistência a produtores de tomate (na produção de 22.194t, foi alcançada a produtividade de 4.261kg/ha);  
551ha
- assistência a criadores de bovinos de corte (produtividade de 46kg/cab/ano, desfrute de 14,4% e taxa de natalidade de 60%);  
891.090 cabeças
- assistência a criadores de bovinos de leite (produção de leite assistida de 139.423.000 litros e produtividade de 1.788 litros/vaca/ano);  
77.979 cabeças
- assistência a criadores de ovinos (produção de 1.801 toneladas de lã e produtividade de 3.168 g/velo/ano);  
951.614 cabeças
- assistência a criadores de suínos (871.314 cabeças assistidas e produtividade de 13,5 leitões/porca/ano);  
64.674 cabeças



- assistência a apicultores (produção de 25t de mel e produtividade de 11kg/caixa);  
2.355 caixas
- assistência a avicultores e ao rebanho de aves de corte;  
12.799.000 cabeças
- assistência a avicultores, numa produção de ovos de 121.151.000 dúzias e uma produtividade de 251 ovos/ave/ano;  
851.000 cabeças
- assistência a piscicultura, numa área de 102ha com uma produção de 7.000kg e uma produtividade de 69kg/ha/ano;  
298 açudes
- assistência ao Projeto Suporte à Produção em tração animal;  
29.359ha
- área assistida em conservação do solo;  
768.134ha
- assistência técnica a biodigestores;  
268 unidades
- instalação de arietes hidráulicos, rodas d'água, turbinas hidráulicas, coletores solares e cata-ventos.  
295 unidades

### CONSELHO ESTADUAL DE VITIVINICULTURA

O Conselho Estadual de Vitivinicultura, criado ao final do ano de 1982, realizou, durante o exercício de 1983, quatro reuniões ordinárias.

A primeira reunião foi realizada com a presença do Doutor Francisco Vitella dos Santos, Presidente da Comissão de Financiamento da Produção e representante do Sr. Ministro da Agricultura. Na oportunidade o Presidente do Conselho lembrou as seguintes reivindicações entregues ao Sr. Ministro da Agricultura: necessidade de revisão dos preços mínimos fixados para a safra 1982/83; restabelecimento da opção de venda à CFP mediante AGF na contratação dos EGF's; autorização do Ministério da Agricultura para que a VINOSUL pudesse receber, independentemente de convênio, algumas variedades de uvas brancas em colheita antecipada; destilação dos estoques da CFP em conhaque ou vinagre, visando a reduzir os estoques e ativar o mercado. A posição do Governo Federal foi a seguinte: A CFP dispõe-se a adquirir toda a uva que o produtor não puder vender; os preços mínimos fixados serão mantidos; a CFP não tem condições de estimular variedades de uva que não têm mercado; a CFP não pretende comercializar seus estoques, solicitando ao Conselho sugestões quanto à sua destinação; o AGF é um direito do produtor; a VINOSUL está autorizada, independente de convênio, a adquirir toda a uva, inclusive em fase de colheita; a CFP admitiu transformar os EGF's desde que os produtores recebam 10% a mais dos preços mínimos fixados; a CFP está disposta a estudar caso a caso os problemas da safra de 1982.

Na segunda reunião do exercício ficou deliberado: 1.º) envio de Telex ao Ministério da Agricultura, Banco Central e CFP solicitando: prorrogação dos prazos de vencimento dos EGF's e financiamento de custeio de vinho e uva, da safra de 1982; abertura de nova concorrência, ou outra medida cabível, por parte da CFP, destinada a concentrar 10 milhões de litros de vinho e mosto não abrangidos pela primeira concorrência, vencida pela Heublein; ampliar para 10 meses ou, no mínimo, manter os prazos vigentes no ano passado, relativos ao pagamento dos EGF's da presente safra; estudar uma nova política para a vitivinicultura abrangendo a possibilidade de, através de Decreto Presidencial, corrigirem-se as futuras safras com álcool vínico e/ou mosto concentrado; 2.º) encaminhar correspondência à Secretaria da Fazenda do Estado, solicitando que a Tabela de Preços Básicos para efeitos da base de cálculo do ICM para o vinho e derivados tenha vigência 15 dias após a data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Na terceira reunião de 1983 foram tratados os seguintes assuntos: incidência do ICM sobre o vinho e derivados da uva e do vinho; apreciação sobre a venda dos estoques de vinho da CFP; política de preços e financiamentos para a safra de uva de 1984; apresentação sobre o Projeto de Lei n.º 1.475/83, que cria o Conselho Nacional da Vitivinicultura.

A quarta reunião do exercício tratou especialmente dos preços-mínimos para a uva da safra 1983/84.

**SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



## **SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)**

A Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), buscando atingir os objetivos e metas fixadas de acordo com as diretrizes estabelecidas para os setores industrial e comercial do Estado, procurou dirigir sua atuação no sentido de atender às linhas básicas fixadas pelo Governo Estadual, desenvolvendo as seguintes ações:

No que tange ao Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), deu-se continuidade aos trabalhos para sua consolidação através da criação do Comitê do Alcool, com a finalidade de discutir alternativas para a implantação definitiva do mesmo no Rio Grande do Sul.

Quanto ao Pólo Petroquímico, foi realizado o cadastramento junto às empresas associadas à Associação dos Industriais de Ponta do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul (AINPERGS) que gerou o cadastro das indústrias de terceira-gerações em plásticos no Rio Grande do Sul. Foi promovido o Encontro das Indústrias de 3ª Geração, reunindo empresas de primeira, segunda e terceira geração, com a apresentação de painéis sobre tecnologia, mercado, apoio financeiro, orientação fiscal, equipamentos e recursos humanos.

No que diz respeito ao Programa de Desenvolvimento por Microrregião (PROMIR), foram elaborados estudos de diversas microrregiões compreendendo levantamentos e dados secundários, tratamento, análise e redação dos seguintes itens: aspectos geográficos, demográficos, infra-estruturais, econômicos e oportunidades industriais. Para a implementação do Programa foi escolhida, como microrregião-piloto, a MR-317 — Lagoa dos Patos.

Também dentro da filosofia do PROMIR, qual seja a de criar condições e instrumental para a desconcentração industrial do Estado, desenvolveram-se ações conjuntas com as Prefeituras e Associações de Classe, abrangendo desde as formas de atração de investimentos até a elaboração de planos diretores de ocupação de áreas industriais e auxílio financeiro para a implantação da infra-estrutura básica, passando pela seleção de sítios para localização industrial e pela definição de perfis industriais preferenciais, entre outros.

Foi realizada uma pesquisa sobre os eixos industriais, abrangendo 22 municípios distribuídos em seis eixos industriais, quais sejam: Santa Rosa, Santo Ângelo e Panambi; Erechim e Passo Fundo; Pelotas e Rio Grande; Carlos Barbosa; Garibaldi, Bento Gonçalves, Farroupilha, Caxias do Sul e Flores da Cunha; Gramado, Três Coroas, Igrejinha, Taquara e Parobé. O conjunto desses municípios respondia, em 1979, por

30,91% das empresas industriais, 32,25% do número de empregados e 32,32% do valor da transformação industrial do Rio Grande do Sul.

De acordo com a Lei nº 6.595, e o Decreto nº 22.964 que a regulamenta, foram concedidos Cr\$ 4,8 milhões em incentivos materiais a uma empresa situada no município de Passo Fundo.

Dentro do objetivo de consolidação do Distrito Industrial de Bagé foram assinados contratos com a Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC) no valor de Cr\$ 43 milhões destinados a obras.

No Distrito Industrial de Rio Grande foi realizada a revisão do perfil industrial, concluída em junho de 1983, que vai subsidiar a CEDIC na reavaliação do Plano Diretor.

Foram definidos os 63 setores prioritários para a consolidação industrial do Estado e sugeridos os instrumentos capazes de estimular as atividades da Indústria e do Comércio, em participação conjunta com a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Tendo em vista os objetivos maiores de valorização do produto gaúcho e de identificação dos espaços vazios, passou-se a estudar a forma de estabelecer a pauta de importações do Rio Grande do Sul de outros estados da Federação. Montou-se o projeto e obteve-se recursos financeiros do Conselho de Desenvolvimento Comercial/Ministério da Indústria e Comércio (CDC-MIC), no valor de Cr\$ 19 milhões a serem utilizados na Pesquisa "Importações Interestaduais do Estado do RGS" que será efetuada a partir de maio de 1984 em 150 empresas.

Objetivando promover as exportações gaúchas, a Secretaria da Indústria e Comércio desenvolveu como atividade permanente o assessoramento a empresários em termos de orientação quanto ao tratamento fiscal e aduaneiro de produtos no Brasil e no país importador, do fornecimento de perfil do mercado importador, da identificação de oportunidades reais de negócios e da participação em Feiras e Exposições. Essa assessoria é dada diretamente à empresa ou através de jornadas, seminários e mesas redondas. A realização do II Seminário sobre Exportações do Rio Grande do Sul foi o evento mais importante realizado no período. Merecem destaque, pelo que representam em possibilidades de abertura de novas frentes para as exportações gaúchas, os seguintes temas abordados no seminário: O Mercado do Leste Europeu; O Potencial dos Mercados da Austrália, dos Países Árabes, da Costa Oeste dos Estados Unidos, da Índia e do Sudeste Asiático.

Teve prosseguimento o programa das Feiras da Comunidade, que objetiva a melhoria do estado nutricional das famílias de baixa renda das vilas e bairros da Região Metropolitana de Porto Alegre, através de um sistema de abastecimento direto, a preço de atacado pela carreta da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) em nove vilas, a saber: São José Comunitária, Campo da Tuca, São Miguel, Nazaré, Tio Zeca, Beco do Adelar, Tronco, Cruzeiro do Sul e Nossa Senhora das Graças. Foram comercializados, em média, 6.000 ranchos por mês estimando-se em quatorze mil o número de pessoas atendidas mensalmente.

No que diz respeito às Entidades Supervisionadas procurou-se enquadrá-las nos objetivos de austeridade e racionalização administrativa, tendo-se destacado, no perío-

do, o saneamento financeiro através do aporte de recursos no valor de Cr\$ 1,0 bilhão à Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA) e Cr\$ 288 milhões à Produtos Gaúchos S.A. (PROGASA).

Tendo em vista uma política de colaboração com entidades que atuam na área industrial, procurou-se uma aproximação mais efetiva com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) tendo sido realizadas reuniões com a participação das diretorias daquela entidade quando foram apresentados e debatidos os respectivos programas de trabalho.

Foi elaborado documento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contendo reivindicações do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da Companhia Interestadual de Estradas Alimentadoras (CINTEA), da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), da Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), da Secretaria da Agricultura e da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, que resultou na assinatura de convênios para financiamento de máquinas e equipamentos no valor de Cr\$ 66 bilhões. A execução destes convênios está sendo coordenada pela Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Objetivando a agregação de esforços da iniciativa privada e do Governo do Estado, e de forma a contar-se com órgãos de assessoramento para detectar previamente entraves que possam vir a comprometer o desempenho da indústria gaúcha, foram criados os Comitês Setoriais. Estes funcionam como "forum de debates", permitindo uma ação coordenada no encaminhamento de proposições, ações e reivindicações necessárias ao desenvolvimento do setor industrial, tendo sido implementados no período os seguintes comitês: Metal-Mecânico, Micro e Pequena Empresas, Couro e Calçados e o do Vestuário. Como resultado desta ação foi promovido no período de 12 a 15 de dezembro o I Seminário de Integração entre os órgãos do Comitê da Micro e Pequena Empresas.

Houve ainda a participação no Comitê de Fiscalização da Pesca, objetivando agregar esforços dos Governos Estadual e Federal, bem como de entidades associativas e privadas, com vistas a uma ação efetiva e coordenada de fiscalização que evite a pesca predatória.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Indústria

### OBJETIVO

*Identificar a transformação local de matérias-primas a serem utilizadas pela 3ª geração do III Pólo Petroquímico, através do apoio ao desenvolvimento da Indústria de Plásticos e Elastômeros, no Estado.*

### REALIZAÇÕES:

- cadastramento e pesquisa junto às empresas associadas à AINPERGS, do qual resultou o Cadastro das Indústrias de 3ª Geração em Plástico no Rio Grande do Sul;

1 cadastro

SCP

- *promoção e organização do Encontro das Indústrias de 3.ª Geração do Pólo Petroquímico do Sul, reunindo empresas de 1.ª, 2.ª e 3.ª Gerações, com apresentação de Painéis sobre Tecnologia, Mercado, Apoio Financeiro, Orientação Fiscal, Equipamentos, Recursos Humanos;*  
1 encontro
- *levantamento da estrutura organizacional da Companhia Petroquímica do Sul (COPEL) e do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul (CONPETRO);*  
2 levantamentos
- *obtenção de informações sobre a origem da matéria-prima e destino do produto final da 1.ª e 2.ª Gerações do Pólo Petroquímico.*

### **OBJETIVO**

*Consolidar o parque industrial existente, mediante o apoio a setores com possibilidades de expansão e com dificuldades temporárias.*

### **REALIZAÇÕES:**

- *definição dos setores prioritários para a Consolidação Industrial do Estado e sugestão de instrumentos capazes de estimular as atividades produtivas da Indústria e Comércio, em participação conjunta com a Secretaria da Fazenda e Secretaria de Coordenação e Planejamento;*  
1 estudo
- *definição do questionário e realização do levantamento das empresas de 16 setores;*
- *pesquisa junto ao setor de fundições;*  
98 questionários
- *estudo do mercado de fogões, com vistas à participação das indústrias do Estado na demanda desses aparelhos;*  
1 estudo
- *pesquisa junto às Secretarias da Educação Estadual e Municipal, Universidades e 30 maiores escolas particulares do Município, objetivando levantar a demanda de móveis escolares;*  
1 pesquisa
- *obtenção de informações junto às Secretarias da Justiça, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Brigada Militar, Serviço Social da Indústria (SESI) e Transporte S/A, objetivando levantar a demanda de produtos de lã;*  
1 pesquisa
- *análises econômico-financeiras de empresas;*
- *concessão de incentivos materiais a indústrias, num total de Cr\$ 17,7 milhões;*  
3 indústrias

- análise de solicitação de concessão de incentivos materiais;  
3 empresas
- acompanhamento das obras executadas nos Distritos Industriais de Alvorada-Viamão, Cachoeirinha e Gravataí;  
3 acompanhamentos
- análise de projetos de viabilidade econômico-financeira de empresas a se instalarem no Distrito Industrial de Cachoeirinha;  
2 empresas
- elaboração de diagnóstico sobre o Setor Pesqueiro do Rio Grande do Sul, trabalho conjunto entre a Secretaria da Indústria e Comércio, Secretaria da Agricultura e Coordenadoria Regional da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca;  
1 diagnóstico
- realização do I Simpósio da Pesca no Rio Grande do Sul;  
1 simpósio
- participação no Encontro das Organizações Públicas atuantes no Sistema Agroindustrial.  
1 encontro

## OBJETIVO

*Promover a descentralização industrial através de uma distribuição espacial equilibrada de atividades e população, evitando pressões sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre.*

## REALIZAÇÕES:

- assessoramento às Prefeituras Municipais de Lageado, Tapes, Sobradinho, Palmeira das Missões, Candelária, Rosário do Sul e São Luiz Gonzaga, com relação à localização industrial;  
7 prefeituras
- definição de critérios para o atendimento das solicitações de auxílio de áreas industriais nos municípios fora da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- análise das solicitações de auxílio para a implantação de áreas industriais dos municípios de: Alegrete, Bom Jesus, Camaquã, Frederico Westphalen, Ijuí, Nova Prata, Passo Fundo, São Sepé e Seberi;  
9 municípios
- consolidação dos Distritos Industriais de Bagé, Rio Grande e Santa Maria;  
3 distritos

## OBJETIVO

*Selecionar os núcleos urbanos de maior potencialidade para se constituírem em alternativas para a desconcentração de atividades da Região Metropolitana, programando e coordenando a execução de ações que irão efetivar e reforçar esta função.*



**REALIZAÇÃO**

- pesquisa sobre os eixos industriais abrangendo 22 municípios distribuídos em seis eixos industriais, com o objetivo de detectar pontos de estrangulamento, setoriais ou espaciais, e tratar medidas de consolidação e ampliação do processo industrial observado;

1 pesquisa

**OBJETIVO**

*Identificar e apoiar oportunidades de investimentos industriais como forma de promover o desenvolvimento industrial e gerar novas oportunidades de emprego.*

**REALIZAÇÕES:**

- seleção de 28 possíveis fabricantes de tubos industriais de PVC e PEAD, anéis de vedação e poliuretano expandido;
- estudos para a padronização do picador de palha à colheitadeira. Estudo realizado junto à CIENTEC, CB-12 — Universidade Federal de Santa Maria;
- identificação de fabricante de máquinas para tubos de papelão, a fim de atender consulta de empresa compradora interessada;
- levantamento e estudos do processamento da mandioca para a produção de álcool etílico e amido comercial;
- contatos e entrevistas com empresários interessados em fabricar hidrômetros no Estado. Estudo realizado junto à CIENTEC;
- consulta tratando do projeto de instalação de uma planta para a fabricação de cloro de colina pela empresa Lemma Tecnic, S.L., de Barcelona, Espanha. Divulgação da solicitação de associação junto a empresários locais;
- apresentação de audiovisual, elaborado pela Secretaria da Indústria e Comércio, sobre oportunidades de investimentos no Rio Grande do Sul, em reuniões-almoço com empresários;
- acompanhamento do projeto de implantação da Cimento Touro S/A no Município de Canoas, empresa que produzirá 350 mil toneladas de cimento pozolâmico, substituindo importações do Estado.

**OBJETIVO**

*Desenvolver as comunidades pequenas e melhorar as condições de vida no interior, através de um conjunto de ações sobre os núcleos urbanos, efetivados concomitantemente com medidas e investimentos destinados à dinamização do setor primário e à expansão e implantação de indústrias consumidoras de matéria-prima regional e estadual.*

**REALIZAÇÕES:**

- elaboração de estudos (primeira etapa) das microrregiões MR 319 — Lagoa Mirim, MR 320 — Alto Camaquã, MR 324 — Colonial de Santa Rosa e MR 330 — Soledade, dentro do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião (PROMIR);

- contatos a nível de município (segunda etapa) da MR 317 — Lagoa dos Patos, com vistas à implementação do PROMIR nessa microrregião.

## OBJETIVO

Melhorar o estado nutricional das famílias de baixa renda das vilas e bairros da Região Metropolitana de Porto Alegre, através de um sistema de abastecimento direto, a preços inferiores aos comercializados no mercado varejista em geral.

## REALIZAÇÕES:

- abastecimento, através de mercado volante da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), de gêneros de armazém (carne bovina, frango, ovos e hortigranjeiros) em vilas de Porto Alegre;
 

9 vilas
- comercialização mensal de ranchos, estimando-se um atendimento a 14.000 pessoas;
 

6.000 ranchos
- participação em reuniões do Grupo Executivo do Programa de Abastecimento do Rio Grande do Sul, para avaliar e reestudar os diversos projetos de abastecimento existentes no Estado, bem como definir a implantação do Mercado da Bento Gonçalves.

## OBJETIVO

Criar um sistema integrado que atenda à geração de energia substitutiva do petróleo como alternativa de desenvolvimento para o setor primário do Estado.

## REALIZAÇÕES:

- criação e implantação do Comitê do Alcool, com a finalidade de discutir alternativas para a implantação definitiva do programa no Rio Grande do Sul;
- visitas aos Estados de Minas Gerais, Goiás e Paraná para conhecer os respectivos programas de produção de álcool;
 

3 visitas
- levantamento sobre a tecnologia existente para a produção de álcool;
 

1 levantamento
- promoção de visita ao Estado do Secretário Executivo da Comissão Executiva Nacional do Alcool;
- assessoramento ao Governo Estadual para a assinatura, com o Ministério da Indústria e Comércio, de protocolo para a produção de álcool;
- proposição para engajamento do Rio Grande do Sul no Programa Nacional do Alcool;
- elaboração de estudos de documentos;
- elaboração de relatórios sobre a situação do PROALCOOL nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Paraná;
 

3 relatórios

**OBJETIVO**

*Acompanhar os estudos sobre microdestilarias de álcool.*

**REALIZAÇÕES:**

- formação de uma Comissão integrada por técnicos da Secretaria da Indústria e Comércio, Secretaria da Agricultura, Fundação de Ciência e Tecnologia e Assessoria do Governador do Estado, para inspeção das microdestilarias implantadas no Estado;
- visitas a 12 microdestilarias, onde foram observados aspectos tecnológicos, qualidade e produtividade da cana-de-açúcar, rendimento e graduação do álcool extraído;
- elaboração de relatório sobre as inspeções realizadas; 12 visitas
- cadastramento das indústrias fabricantes de microdestilarias. 1 relatório  
1 cadastro

**OBJETIVO**

*Valorizar os produtos gaúchos identificando e apoiando oportunidades de investimentos industriais.*

**REALIZAÇÕES:**

- definição do método de pesquisa para a obtenção de dados sobre a pauta de importações do Rio Grande do Sul de outros Estados da Federação;
- análise do Projeto Matriz de Vocações e Oportunidades Industriais.

Programa: Comércio

**OBJETIVO**

*Coordenar, promover e executar a política de exportações do Estado, integrando os setores públicos, estadual e federal com a iniciativa privada; fornecer às empresas do Estado orientação técnica sobre a sistemática global de comercialização externa.*

1 seminário

**REALIZAÇÕES:**

- II Seminário sobre Exportações do Rio Grande do Sul;
- pesquisa cujos resultados mostraram que o Rio Grande do Sul mantém intercâmbio comercial com 139 países, sendo que, com 125 a balança comercial é superavitária e com 14 o Estado apresenta déficit (países que têm sua economia baseada na exportação de petróleo); 1 pesquisa
- estudos sobre o perfil da demanda dos mercados externos; 59 estudos
- divulgação de oportunidades comerciais e de prestação de serviços; 1.200 oportunidades
- assessoramento a empresários quanto à sistemática de comercialização externa; 155 assessoramentos

- atuação do Conselho Estadual de Comércio Exterior; 2 reuniões
- conferências tanto em Porto Alegre como no interior do Estado; 4 conferências
- elaboração e publicação do Guia de Exportações e Turismo no Rio Grande do Sul; 1 guia
- preparação do programa de visitas e acompanhamento de Missões Comerciais Estrangeiras no Estado; 3 visitas
- promoção da Feira de Berlim; 1 promoção
- divulgação e promoção da Feira de Hannover; 1 promoção
- elaboração de estudo para a implantação do Banco de Dados; 1 estudo
- elaboração de estudo para a implantação do Show-Room permanente, no Parque de Exposições de Esteio, de produtos do Rio Grande do Sul; 1 estudo
- participação em cursos sobre Comércio Exterior: Encontro sobre o sistema expositor brasileiro, computação e recursos humanos; 6 participações
- participação ativa em Feiras e Empreendimentos Turísticos — FENAC, Expointer e Multifeira; 3 participações
- elaboração de Indicadores do Comércio Exterior do Rio Grande do Sul; 1 publicação
- elaboração de estudo e diagnóstico da adequação do setor industrial moveleiro do Estado. 1 estudo

### **COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL (CEDIC)**

A Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC), Sociedade de Economia Mista criada para executar a política de implantação dos Distritos Industriais do Estado, vem procurando, consoante as novas diretrizes do Governo, atuar em sincronismo com os demais órgãos governamentais, de forma a produzir condições adequadas à retomada do desenvolvimento rio-grandense.

Sob esta nova forma de atuação, procurou-se, num primeiro estágio, avaliar os instrumentos disponíveis, agrupando-os pela convergência de objetivos, de forma a incrementar, racional e ordenadamente, as principais metas a que o Governo se propôs.

Como resultado concreto desta nova orientação, surgiu a integração à Secretaria da Indústria e Comércio, do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), e da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), esta última já integrada ao sistema, e que hoje operam como poderosos instrumentos do Governo capazes de fornecer o suporte financeiro e tecnológico para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas identificadas como alvo de uma ação incentivatória dentro dos propósitos da CEDIC.

Este conjunto de instrumentos vem permitindo ao Órgão prestar uma contribuição efetiva às demais empresas vinculadas, bem como às Prefeituras Municipais, no trabalho que realizam de apoio à industrialização de seus Municípios. Neste sentido, foi concebido o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião (PROMIR), como instrumento de desconcentração do parque fabril, de fixação do homem nos Municípios polarizadores da atividade industrial, de forma a permitir uma alocação mais eficiente dos recursos disponíveis em cada microrregião, considerando a utilização de matérias-primas regionais e agregação intensiva de mão-de-obra. O PROMIR atuará em convênio com as Prefeituras Municipais, visando à ocupação dos Distritos Industriais do interior e, de forma específica, irá incrementar no Distrito Industrial de Alvorada-Viamão, um programa-piloto de Distrito Industrial Sócio-Integrado, com vistas a favorecer a implantação de pequenas e médias empresas.

Os projetos incentivados pelo PROMIR, terão à sua disposição uma variada gama de benefícios traduzidos em orientação técnica, financeira, gerencial e genérica, resultante da soma de esforços de todos os órgãos responsáveis pela promoção do desenvolvimento econômico e social.

Destaca-se também neste contexto, a integração ao Programa Nacional do Alcool, em convênio com o Governo Federal, que prevê a implementação de um programa para a implantação de destilarias com capacidade oscilante entre 10.000 e 120.000 litros/dia, integrando, definitivamente o Estado do Rio Grande do Sul no Programa Nacional de Produção de Alcool, cuja balança nos é demais desfavorável.

Na área de comercialização, o Governo do Estado está empregando todos os esforços no sentido de identificar os principais fluxos internos e externos, com vistas a determinar os canais de comercialização mais adequados e procurar eliminar os entraves que dificultam o desenvolvimento de um sistema de distribuição compatível com o nosso estágio de desenvolvimento.

É evidente que toda a política do Governo do Estado procura aproximar o Rio Grande do Sul do seu verdadeiro patamar de desenvolvimento, através da ação de mecanismos institucionais que permitam um crescimento harmônico e equilibrado, dotando as regiões de desenvolvimento mais lento dos elementos básicos para que possam, dentro dos parâmetros da livre iniciativa, alcançar um maior grau de desenvolvimento.

## REALIZAÇÕES 1983

### Programa: Indústria

**OBJETIVO**

Proporcionar a implantação, realocização e expansão de empresas de pequeno e médio porte do ramo metal-mecânico no Distrito Industrial de Cachoeirinha e de empresas de médio e grande porte dos ramos metal-mecânico e eletrônico no Distrito Industrial de Gravataí, bem como prover a ocupação de espaços vazios do parque industrial do Estado.

**REALIZAÇÕES:**

- elaboração dos projetos de: rua de acesso para pedestres, terraplenagem e drenagem superficial e iluminação pública, no Distrito Industrial de Cachoeirinha; 4 projetos
- obras de terraplenagem e drenagem superficial na rua 5 do Distrito Industrial de Cachoeirinha; 220 metros
- projeto estrutural das Estações de Tratamento de Efluentes Líquidos, nos Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí; 2 projetos
- projeto de loteamento do Distrito Industrial de Gravataí (306ha), conforme Lei nº 6.766; 1 projeto
- obras de drenagem superficial dos platôs 5, 6, 31 e eixo principal, no Distrito Industrial de Gravataí. 450 metros

**OBJETIVO**

Proporcionar a implantação de complexos industriais portuários e serviços complementares ao Superporto de Rio Grande com vistas à consolidação dos corredores de exportação do Cone Sul.

**REALIZAÇÕES:**

- projeto de macrodrenagem da área do Distrito Industrial de Rio Grande, para a complementação de sua infra-estrutura; 1.507ha
- rede de abastecimento d'água, em 75mm — Distrito Industrial de Rio Grande; 1.800 metros
- especificações de terraplenagem para a complementação da Via 7, — Distrito Industrial de Rio Grande; 680 metros
- projeto para a implantação da empresa BRASCOSUL, em fase de instalação — Distrito Industrial de Rio Grande. 1 projeto

- projeto de sinalização, para o Distrito Industrial de Cachoeirinha, por solicitação do Centro de Indústrias de Cachoeirinha; 1 projeto
- análise do projeto de distrito industrial sócio-integrado, em Nossa Senhora do Socorro, para a CODISE, de SERGIPE; 1 análise
- estudo de área para a implantação de Distritos Industriais Municipais para as prefeituras de Tapera e Lageado; 2 estudos
- projeto de avaliação das necessidades de energia elétrica para o abastecimento do Pólo Industrial de Capão Novo, de propriedade da Capão Novo Empreendimentos Imobiliários. 1 projeto

### **ACÚCAR GAÚCHO S.A. (AGASA)**

Durante o ano de 1983, a AGASA voltou seus esforços para o estímulo à produção de canavieiros minifundiários, o que resultou numa produção de 151.430 sacos de açúcar, 4.245.067 kg de melação e 689.841 litros de álcool.

Com o objetivo de tornar mais rentável o funcionamento de sua Usina, a AGASA subsidiou adubo para aqueles hectares que viessem a ser acrescidos aos atuais já cultivados.

Esforços foram conduzidos no sentido de minimizar os problemas financeiros enfrentados e que tiveram como origem os altos custos dos fretes impossibilitando a AGASA de continuar recebendo a produção de Torres, aliado aos investimentos necessários para a montagem da destilaria de álcool. Através da intervenção do Governo, sob a forma de contribuição para aumento de capital, prevê-se a recuperação do Órgão dentro das duas próximas safras.

#### **REALIZAÇÕES 1983**

Programa: Indústria

#### **OBJETIVO**

Incentivar o aumento das áreas de plantio de cana e da sua produtividade agrícola.

#### **REALIZAÇÕES:**

- reuniões em todas as comunidades produtoras de cana com o objetivo de fomentar o plantio de cana-de-açúcar; 31 reuniões
- correção da acidez e fertilidade do solo de lavouras; 13 lavouras
- programas de rádio com informações diversas e motivação ao plantio de cana; 68 programas

— produção de açúcar;	151.430 sacos
— venda de açúcar;	86.196 sacos
— produção de melaço;	4.245.067kg
— venda de melaço;	3.502.627kg
— produção de álcool;	689.841 litros
— venda de álcool.	374.500 litros

### **PRODUTOS GAÚCHOS S.A. (PROGASA)**

A PROGASA, em consonância com a política traçada pelo Governo do Estado, vem procurando realizar seus objetivos de acordo com sua capacitação e do modo mais eficaz possível.

Com seu parque industrial instalado numa região essencialmente produtora de cebola, atua como elemento de equilíbrio na comercialização das safras, contribuindo para a manutenção de preços justos ao agricultor.

Não obstante as características regionais da produção rural, que até certo ponto não oferecem ao produtor segurança e uniformidade de renda, a Empresa vem procurando diversificar sua demanda absorvendo outros hortigranjeiros em suas linhas de produção.

A fim de fomentar as atividades agrícolas da região, dando ênfase à diversificação para não tornar o produtor rural dependente de um único produto — a cebola — e para estabelecer um fluxo anual constante de sua renda, a Empresa mantém uma divisão agrícola. Através de suas lavouras, seleciona sementes, variedades de hortigranjeiros e presta assistência técnica aos que se dispuserem a diversificar, intensificar e racionalizar suas plantações.

Foram realizadas reuniões com Sindicatos Rurais, Prefeituras e outros órgãos, buscando também firmar contratos com agricultores, garantido a aquisição dos produtos hortigranjeiros.

Integrando as atividades agrícolas regionais com as de comercialização e industrialização, a Empresa possui três linhas de produção, além da unidade de comercialização, em São José do Norte.

A comercialização se processa pelo recebimento do produto "in natura", o qual é preparado e acondicionado para armazenagem e transporte. Dessa forma é utilizada a força de trabalho da região, o que propicia a repartição da renda entre as camadas sociais de baixo poder aquisitivo.



A industrialização, através das linhas de Desidratados, sopas e alho-massa, é processada com a absorção de maior volume de mão-de-obra e de forma constante durante o ano. A contribuição sócio-econômica à coletividade local é, então, mais expressiva na medida em que a Empresa expande suas atividades industriais.

Relativamente ao aspecto mercadológico, a empresa tem colocado seus produtos, especialmente as sopas, em todos os Estados Brasileiros através das vendas feitas à Legião Brasileira de Assistência (LBA), à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), à Defesa Civil/Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeituras. Importante é a sua atuação nesse meio, como elemento nivelador de preços, ao participar de concorrências públicas.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Indústria

### OBJETIVO

*Contribuir para o escoamento oportuno e racional da safra ceboleira da região.*

### REALIZAÇÃO:

- comercialização de cebola "in natura":

1.443.830kg

### OBJETIVO

*Propiciar a diversificação da produção agrícola da região.*

### REALIZAÇÃO:

- aquisição, para industrialização, de hortigrangeiros como o alho, cenoura, repolho, abóbora, couve, batata doce e outros.

689.000kg

### OBJETIVO

*Permitir a estocagem de cebola por longos períodos, ensejando o seu múltiplo aproveitamento.*

### REALIZAÇÃO:

- desidratação de cebola "in natura" para produção de cebola em pó, em flocos e em fatias.

19.702kg

### OBJETIVO

*Produzir sopas de massa com legumes e de feijão, para aproveitar os insumos e a mão-de-obra regional, bem como efetuar a sua distribuição no mercado nacional.*

### REALIZAÇÃO:

- produção e distribuição de sopas diversas

2.064.000kg

## COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), no transcurso do ano de 1983, deu continuidade às suas metas, ou seja, amparar o produtor para que esse produza mais e em melhores condições, realizar o abastecimento de leite à população da grande Porto Alegre e prover o abastecimento na entressafra.

Estas metas foram alcançadas através da Assistência Técnica permanente aos produtores em: testes de brucelose; tuberculose; mamite; inseminação artificial; controle de fertilidade; orientação na formação de pastagens; aquisição de matrizes; custos de propriedades e melhoramentos nas instalações; venda de matrizes selecionadas; sementes; adubos; rações, fertilizantes e demais produtos para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do leite; treinamento aos produtores de leite através de campanha de silagem; combate à verminose; formação de pastagens estacionais; fenação e visitas a produtores.

Para possibilitar uma maior entrada de leite, a CORLAC tem se voltado para a construção de Postos de Captação e Resfriamento de Leite, em várias áreas do Estado, inclusive em espaços vazios, iniciando, passo a passo, a evolução dessas regiões. Através da realização de estudos que comprovem a viabilidade para a abertura de Postos de Captação e Resfriamento, procura atender às comunidades que postulam a abertura dos mesmos. Assim, para atender aos produtores de leite que não tinham ainda infraestrutura necessária, bem como para manter e recuperar outros, foram inaugurados em 1983, os Postos de Alegrete e Lagoa Vermelha, estando em vias de início de construção os Postos de Marau e Jaguarí.

## REALIZAÇÕES 1983

*Programa: Indústria*

### OBJETIVO

*Garantir suprimento de leite pasteurizado à população do Estado.*

### REALIZAÇÕES:

- produção de leite pasteurizado; 94.452.215 litros
- produção de leite em pó. 8.067.492kg

### OBJETIVO

*Promover o crescimento da produção de leite "in natura", no Estado, atingindo novas áreas.*

### REALIZAÇÃO:

- produção de leite "in natura". 138.667.598 litros

### OBJETIVO

*Manter estoques reguladores, e de garantia de suprimento de derivados de leite.*

### REALIZAÇÕES:

- produção de queijos; 915.227kg
- produção de manteiga; 1.116.381kg
- produção de creme; 469.157kg

Através de sua atuação no recebimento e industrialização de excedentes de uva, vem prestando serviços de elevado cunho social e significativo valor econômico ao assegurar aos produtores, que periodicamente enfrentam o problema, colocação da uva ao preço oficial e pagamento em tempo hábil.

Com o objetivo de colaborar na busca de soluções para a problemática da vitivinicultura rio-grandense, foram mantidos contatos com órgãos governamentais e privados, destacando-se o Ministério da Agricultura, a Comissão de Financiamento da Produção, a Divisão de Enologia da Secretaria da Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região produtora, a União Brasileira de Vitivinicultura (UVIBRA), a Federação das Cooperativas Vinícolas (FECOVINHO) e outras instituições voltadas ao setor.

Em reunião com a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), foram debatidos problemas originados pelas operações de recebimento e industrialização da uva e examinados aspectos a considerar na safra de 1984, face à intenção da CFP de introduzir modificações na sistemática da operação.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Indústria

### OBJETIVO

Prestar serviços a terceiros, através das unidades industriais de Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

### REALIZAÇÕES:

- concentração de mosto de uva, bem como de outras frutas (maçã, limão e laranja);
 

5.945.845 litros
- armazenagem nas piletas das unidades concentradoras, de mosto e de vinho comum;
 

3.961.306 litros
- introdução de alterações no processamento dos efluentes industriais do sistema de tratamento implantado na unidade industrial de Bento Gonçalves;
- substituição das guarnições especiais, nas placas dos intercambiadores do 1º e 2º efeito do grupo concentrador APV, na unidade de Bento Gonçalves;
- assessoramento permanente à Comissão de Financiamento da Produção, no controle dos estoques oriundos de excedentes de safras de uva.

## FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

As atividades-fins da CIENTEC foram executadas pelos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, através da execução de Projetos de P & D e de atividades de Assistência à Indústria, pela realização de análises, testes e ensaios de laboratórios.

No ano de 1983 foram elaboradas pela CIENTEC doze propostas de Projetos de Pesquisa que se encontram em análise para fins de obtenção de financiamento, em di-

versos organismos federais, tais como Financiadora de Estudos e Projetos S.A. (FINEP) Fundo de Incentivo à Pesquisa Científica (FIPEC), Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), Banco Nacional de Habitação (BNH).

Encontram-se em fase de execução sete Projetos, sendo que no exercício foram concluídos dez importantes Projetos de Pesquisa.

Através da execução de atividades de Assistência à Indústria, proporcionou-se um adequado suporte técnico a inúmeras empresas industriais do Sul do País, mediante a realização de ensaios, análises, vistorias, testes de desempenho, assessoria técnica e consultoria prestados aos mais variados segmentos produtivos dos setores primário e secundário, bem como às empresas públicas. Tais serviços são bastante diversificados, conforme se pode verificar pelos seguintes exemplos: testes prévios, nas próprias fábricas, de todos os materiais utilizados pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), no saneamento básico; determinação de características físicas, mecânicas e químicas de materiais importados, com vistas à produção dos mesmos pela indústria nacional; colaboração com a indústria na solução de problemas causados pelo lixo industrial, pelos rejeitos, emanações e efluentes poluidores, seja pela substituição de produtos, seja pela melhoria das condições de trabalho, através da racionalização e adequação dos métodos operacionais utilizados; testes de desempenho em equipamentos projetados para usar fontes alternativas de energia (comprovada a eficiência dos equipamentos, seus projetos estarão aptos a serem financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), para produção industrial); determinação do poder nutritivo de alimentos em geral, tipos e teores de contaminantes; realização de ensaios e estudos especiais nas áreas de mecanização agrícola, transporte, energia, fundição e eletroeletrônica; realização de análises orgânicas, inorgânicas e microbiológicas; realização de análises em carvão, óleos combustíveis e lubrificantes, borrachas e plásticos; realização de análises de solos, rochas, cimento, concreto e agregados.

Cabe ainda ressaltar a participação da CIENTEC junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Conselho Nacional de Petróleo (CNP), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Comissão Estadual de Energia do Rio Grande do Sul (CENERGS) e outros órgãos em atividades de ciência e tecnologia de interesse do Estado e do País.

## **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Ciência e Tecnologia**

### **OBJETIVO**

*Desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de carvão, agroindústria, transporte, energia, tecnologia ambiental, habitação, engenharia agrícola e outras de interesse para a economia regional.*

### **REALIZAÇÕES:**

- projeto **PARÂMETROS DA COMBUSTÃO** — obtenção de parâmetros básicos da combustão fluidizada de carvão fóssil, com duração de 6 meses (fev/83 a jul/83);

100%

- projeto **PARÂMETROS DA GASEIFICAÇÃO** — obtenção de parâmetros de gaseificação de carvão fóssil em reator do tipo leito fluidizado, com duração de 6 meses (fev/83 a jul/83);  
100%
- projeto **PIRÓLISE I** — desenvolvimento de um processo para a obtenção de produtos líquidos e gasosos a partir da pirólise de carvões brasileiros — Planta de Bancada, com duração de 33 meses (abr/81 a dez/83);  
100%
- projeto **MERNAK** — adaptação de caldeiras convencionais para leito fluidizado, com duração de 36 meses (jan/81 a dez/83);  
100%
- projeto **PRÉ-COZIDOS I** — obtenção de alimentos vegetais pré-cozidos mediante a utilização de técnicas de extrusão, com duração de 22 meses (out/81 a jul/83);  
100%
- projeto **CICASOL** — solos estabilizados em rodovias vicinais, com duração de 27 meses (out/81 a dez/83);  
100%
- projeto **XISTOBRÁS** — combustão fluidizada de xisto, com duração de sete meses (set/82 a mar/83);  
100%
- projeto **MADEGÁS** — gaseificação de madeira em reator do tipo leito fluidizado, em escala piloto, na planta piloto **CIVOGÁS**, em Cachoeirinha — RS, com duração de 21 meses (abr/82 a dez/83)  
100%
- projeto **CONSERG II** — racionalização do uso de energia na indústria, com duração de 13 meses (ago/82 a ago/83);  
100%
- projeto **EXTENSÃO I** — extensão tecnológica à indústria de máquinas agrícolas, com duração de nove meses (jun/82 a fev/83);  
100%
- projeto **CIGÁS I** — gaseificação autotérmica de carvão para geração de gás de médio poder calorífico, com duração de 51 meses (ago/80 a out/84);  
95%
- convênio **CIENTEC**, Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) para a transferência de tecnologia de gaseificação de carvão e combustão fluidizada para unidades de grande porte, com duração de 24 meses (fev/82 a jan/84);  
90%
- projeto **LIQUEFAÇÃO I** — desenvolvimento de processo para a geração de produtos líquidos por hidrogenação, com duração de 34 meses (mar/82 a dez/84);  
80%

- projeto **ÁLCOOL I** — assistência técnica na implantação de uma destilaria autônoma no Estado do Rio Grande do Sul, com duração de 36 meses (mai/82 a abr/85); 30%
- projeto **SECOL** — Secagem de arroz, soja e trigo com energia solar, ar natural e energia solar armazenada, com duração de 24 meses (abr/82 a mar/84); 60%
- projeto **DEF-GLOBAL I** — estudos para avaliar o nível de resíduos de defensivos agrícolas em frutas, hortaliças, trigo, soja e grãos importados, com duração de 28 meses (mar/82 a jun/84); 70%
- projeto **AGLOTEC I** — aglomerantes hidráulicos, com duração de 24 meses (mai/82 a abr/84); 75%
- projetos elaborados e/ou em negociação. 22 projetos

#### OBJETIVO

*Dar prosseguimento às atividades de assistência técnica a indústrias e entidades governamentais.*

#### REALIZAÇÃO:

- execução de serviços diversos, tais como: análises, ensaios, controle de qualidade, recepção de materiais.

6.200 laudos

#### OBJETIVO

*Dotar a CIENTEC de infra-estrutura que lhe permita expandir e agilizar as suas atividades, sejam elas de pesquisa e desenvolvimento, ou de assistência à indústria.*

#### REALIZAÇÃO:

- obras civis

Cr\$ 47,278 milhões

#### OBJETIVO

*Formar recursos humanos, visando à execução de projetos futuros.*

#### REALIZAÇÃO:

- capacitação de recursos humanos, através de cursos de especialização, mestrado e doutorado

43 técnicos

### **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CONDEI)**

O CONDEI, criado pelo Decreto 21.159, de 18 de junho de 1971, tem como objetivos: definir a política de desenvolvimento industrial em consonância com a política

global do Governo do Estado; orientar, coordenar e promover o desenvolvimento da industrialização do Estado; entrosar os esforços do setor público com os da iniciativa privada, para o fortalecimento e a consolidação industrial; proceder estudos e analisar projetos com vistas à concessão de incentivos às empresas industriais; definir, através de critérios a serem estabelecidos, os setores prioritários setoriais e regionais para o desenvolvimento industrial do Estado.

No ano de 1983, foram aprovados incentivos materiais num total de Cr\$ 85,35 milhões, distribuídos em cinco projetos de localização no Distrito Industrial de Cachoeirinha, um projeto de localização no Distrito Industrial de Rio Grande e um projeto de concessão de incentivos materiais à indústria.

Foram analisadas e aprovadas as normas específicas para o uso do solo nas áreas do Distrito Industrial de Santa Maria e do terminal de cargas e fretes do Distrito Industrial de Rio Grande.

Em março de 1983, foram fixados novos preços de venda de lotes nos Distritos Industriais, conforme proposição da Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC).

#### **CONSELHO ESTADUAL DO COMÉRCIO EXTERIOR (CECEX)**

O Conselho Estadual do Comércio Exterior é órgão de deliberação coletiva, instituído pelo Decreto nº 31.093 de 22 de fevereiro de 1983, tendo como objetivo propor, analisar e aprovar políticas de apoio e de fomento à exportação de produtos para o mercado mundial e de estímulo à produção de bens direcionada à venda externa.

No decorrer do ano de 1983, o Conselho se reuniu duas vezes a fim de tratar assuntos relativos a: estratégia global para a promoção das exportações do Estado; draw-back interno (verde amarelo) — em princípio, a instrumentalização do draw-back interno seria vantajosa para o Rio Grande do Sul nos setores: metal-mecânico, metalúrgico e coureiro-calçadista; regimento interno; implantação do show-room do Rio Grande do Sul; investimentos estrangeiros no Estado; intercâmbio comercial Rio Grande do Sul/Shiga, além de assuntos de ordem geral.

#### **CONSELHO ESTADUAL DO LEITE E SEUS DERIVADOS**

O Conselho Estadual do Leite e seus Derivados foi criado pelo Decreto nº 29.956, de 17 de dezembro de 1980, com o objetivo de integrar esforços do setor público com os da iniciativa privada para o fortalecimento e consolidação do setor do leite e seus derivados no Rio Grande do Sul, objetivando o aumento da produção, o aprimoramento da industrialização e a melhoria das condições de comercialização a nível de consumidor.

No decorrer de 1983, o Conselho se reuniu ordinariamente sete vezes, efetuando análise do preço do leite, atualizando cálculos de custo a nível de produtor, realizando estudos sobre estoque do leite em pó no Estado, e propondo normas e padrões técnicos para a produção, industrialização e comercialização do leite e seus derivados.

O Conselho se fez presente nas reuniões do COMLEI realizadas em Brasília e Belo Horizonte, assim como participou de todas as reuniões de estudo e estabelecimento do preço do leite realizadas pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), em Brasília.



Fazendo uso de uma das prerrogativas estabelecidas pelo Decreto, o Conselho formou duas juntas técnicas, sendo uma para o acompanhamento permanente do custo do leite a nível de produtor, e outra cuja finalidade é o levantamento de problemas, com a conseqüente apresentação de sugestões, objetivando a normalização do setor.

### **CONSELHO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CEICO)**

A Comissão Estadual da Indústria da Construção foi instituída em maio de 1976, pelo Decreto Estadual nº 24.421 e em 22 de novembro de 1982; através do Decreto Estadual nº 30.942, foi transformada no primeiro Conselho em âmbito nacional destinado a estabelecer uma política integrada para a indústria da construção. Foi assim constituído o Conselho Estadual da Indústria da Construção (CEICO), que, embora como atividade relacionada a este importante segmento tenha sido estabelecida oficialmente há mais de sete anos no Rio Grande do Sul, está completando um ano de realizações como Conselho.

O CEICO do Rio Grande do Sul possui um aprofundado e positivo relacionamento com as entidades do setor, em âmbito federal e dos Estados, quer no setor público como no privado.

O Conselho Estadual da Indústria da Construção busca estabelecer uma sólida estrutura para o fortalecimento da indústria da construção, elaborando e propondo a política de desenvolvimento da construção, sugerindo as normas e diretrizes a serem estabelecidas para a execução dessa política, em harmonia com os programas nacionais respectivos e mantendo estreita ligação com organismos e entidades federais e estaduais relacionadas com a matéria e muito especialmente com o Ministério da Indústria e do Comércio e com a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil.

*Destacam-se entre as etapas realizadas pelo CEICO neste exercício: a entrega dos parâmetros básicos para a elaboração do Plano Nacional para a Indústria da Construção; desenvolvimento de trabalho junto às entidades de crédito imobiliário para que os recursos sejam aplicados proporcionalmente à arrecadação no Rio Grande do Sul; participação na Comissão Nacional de Materiais de Construção; elaboração de elenco de medidas relacionadas com a manutenção de atividades da indústria da construção como um todo; integração do CEICO às proposições levadas a Brasília pela Comissão Mista do Sindicato das Indústrias da Construção Civil e da Assembléia Legislativa do Estado; contribuição com dados técnicos e operacionais para a formação de CEICO nos Estados da Bahia (já estruturado), Santa Catarina e Pará; conclusão da pesquisa "Produção e Consumo de Materiais de Construção do Rio Grande do Sul"; conclusão da Pesquisa "Incidência das Variáveis Projetivas e de Construção no Consumo Energético dos Edifícios"; conclusão da pesquisa "Desempenho Recente da Indústria da Construção no Rio Grande do Sul (2º semestre 1982 e 1º semestre de 1983); desenvolvimento da pesquisa "Análise do Mercado Imobiliário como Fonte de Emprego"; elaboração dos projetos: "Execução de Projetos Habitacionais junto às Fontes de Produção" e "Fabricação de Materiais a Base de Produtos Petroquímicos para Uso na Indústria da Construção"; participação no trabalho desenvolvido pela Assembléia Legislativa referente à problemática habitacional nas zonas rurais; elaboração do projeto "Manutenção de Nível Compatível de Atividades para a Indústria da Construção"; projeto "Rede Integrada de CEICOs", aprovado pelo Ministério da Indústria e do Comércio em desenvolvimento pelo referido Ministério; participação, com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção e a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil, em atividades afins e comuns aos objetivos respectivos.*



## **CONSELHO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CONPETRO)**

O Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul (CONPETRO), neste ano de 1983, passou a assumir a sua função administrativo-operacional, procurando ocupar todos os espaços da Área Industrial do Complexo Petroquímico. O Pólo Petroquímico do Sul, no seu todo, deve operar de forma integrada, para possibilitar melhores resultados para todos os seus integrantes, permitindo, ainda, que se estabeleça uma política para o setor que venha a atender as necessidades de operação, produção e mercado.

A Coordenadoria-Geral da Secretaria Executiva do CONPETRO, inicialmente, procurou institucionalizar um instrumento mais adequado às novas funções do Órgão, de gerir um complexo industrial implantado, com vários interesses comuns. Concomitantemente, passou a visitar todas as empresas implantadas, em implantação, empreiteiras, prestadoras de serviços, órgãos públicos, enfim, todo aquele que direta e indiretamente, está vinculado ao POLOSUL.

Os resultados dos contatos locais levaram a direção do Órgão a desenvolver atividades junto aos responsáveis pela política petroquímica nacional, empresários brasileiros do setor, técnicos e até mesmo investidores estrangeiros. A soma das informações colhidas no Rio Grande do Sul com as obtidas no Centro do País e em Brasília, permitiu que fossem estabelecidas as principais ações do CONPETRO.

Em outubro, em caráter prioritário, foi realizada uma reunião de avaliações do projeto industrial, a nível nacional, com a participação de autoridades e empresários do setor petroquímico, onde foi incluído pelo Governo do Estado o Pólo Petroquímico do Sul na relação de investimentos prioritários para o Rio Grande do Sul. Esta atitude motivou, imediatamente, os empresários do setor petroquímico para investimentos na Área Industrial, e sensibilizou as autoridades brasileiras para uma política de consolidação de importante projeto industrial, como um complexo petroquímico, gerando empregos e receita pública.

O Pólo Petroquímico do Sul é, hoje, diante das autoridades federais, dos empresários do setor e investidores nacionais e internacionais, um projeto viável. Esta posição do Rio Grande do Sul diante da comunidade empresarial brasileira e estrangeira, facilitará uma política de Promoção Industrial, pois, como é sabido, embora os incentivos governamentais não sejam grandes motivadores para investimentos, o Rio Grande do Sul possui infra-estrutura básica suficiente para abrigar grandes projetos.

A Secretaria Executiva do CONPETRO, no ano de 1983, desenvolveu suas ações técnicas consubstanciadas na estrutura administrativo-operacional do órgão, calcada em subprogramas técnicos.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Subprograma Unidades de Transformação podem ser destacadas: fornecimento de subsídios para a localização de uma unidade de EPDM no POLOSUL; elaboração de um programa de incentivos para as indústrias de 2ª Geração e química fina, bem como às de 3ª Geração que se localizarem no Estado; fornecimento de dados relativos ao PVC sobre produção, consumo aparente, projeção de demanda, aplicações, empresas transformadoras na Região Sul, quantidade transformada e estimativa de geração de ICM; identificação das oportunidades de investimentos a nível de 3ª Geração, visando a dar o máximo aproveitamento aos ma-

teriais gerados pelo Complexo Petroquímico; identificação e dimensão de novas unidades petroquímicas visando a, principalmente, um maior aproveitamento dos materiais provenientes da CEMAP; apoio às indústrias transformadoras do Estado com relação ao recolhimento de ICM; participação na Comissão de Construção Civil, no Sindicato da Construção Civil, buscando incrementar o uso de materiais plásticos na construção civil.

O Subprograma de Proteção Ambiental desenvolveu trabalhos visando à preservação do meio ambiente, bem como da proteção vegetal na área do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul.

No que se refere à cobertura vegetal foi implantada a segunda fase do Projeto de Cobertura Vegetal visando: à formação de cortinas florestais de isolamento da área do Complexo Básico, com a finalidade de contenção dos poluentes aéreos; à recuperação dos solos descaracterizados pelos empréstimos de argila, na Via Oeste Ferrovia e Rodovia de Contorno; ao incremento de matos heterogêneos existentes na área do Pólo.

Quanto à área de Controle de Efluentes foi elaborado projeto para a implantação do laboratório de Controle Ambiental, cujos principais objetivos são: proporcionar condições de detectar a possível poluição por efluentes líquidos, sólidos e aéreos que emanarem do Pólo; prover a região de infra-estrutura necessária a manter a higidez do ambiente e a preservação e conservação dos ecossistemas; expandir a pesquisa e tecnologia regionais, fornecendo condições favoráveis e permanentes aos pesquisadores e técnicos.

O Subprograma de Recursos Humanos, que tem o objetivo de diagnosticar as necessidades de formação e desenvolvimento de recursos humanos das empresas do Pólo Petroquímico do Sul, desenvolveu, durante 1983, cursos e reciclagens como: curso de formação de operadores de processamento petroquímico com 86 participantes; curso de formação de auxiliares de segurança interna com 34 participantes; reciclagem de defesa pessoal com 12 participantes, e reciclagem de tiro com 16 participantes. Estes cursos visaram a atender a demanda das empresas de 1ª e 2ª gerações do Pólo Petroquímico do Sul.

O Subprograma de Infra-estrutura Física, que tem por finalidade elaborar projetos, fiscalizar e executar obras de infra-estrutura básica, ou seja, obras viárias, de saneamento e energia elétrica, na Área Industrial do Pólo Petroquímico do Sul, necessários à instalação de indústrias de 2ª e 3ª gerações, desenvolveu, neste exercício, as obras da sede da Secretaria Executiva do CONPETRO e a implantação e pavimentação da ligação rodoviária BR-386-Montenegro. Estão em fase de contratação a fiscalização da construção da ligação rodoviária BR-386-Montenegro, o plano diretor e projeto de engenharia da área de serviços e as obras e serviços de conservação do sistema viário.

As principais atividades do Subprograma de Apoio Financeiro voltaram-se para a execução e controle do fluxo financeiro que o Estado coloca à disposição do CONPETRO, e para a elaboração das licitações nos quais tais recursos são empregados. Durante o exercício de 1983, as atividades caracterizaram-se pelo carreamento e repasse dos recursos recebidos, quer através dos contratos já firmados entre o Estado e o Banco Nacional de Habitação, quer, através de recursos oriundos do Tesouro Estadual.

De dezembro de 1982 a dezembro de 1983, este Subprograma efetuou pagamentos às diversas empresas contratadas (Cr\$ 1,35 bilhão), com a participação do Estado atingindo um percentual de 83,2% enquanto os recursos oriundos dos contratos de financiamento — Banco Nacional da Habitação (BNH), Programa de Desenvolvimento de Pólos Econômicos (PRODEPO), Financiamento para Conjuntos Habitacionais (FINC) — atingiram um percentual de 16,6%.

### **FUNDO OPERAÇÃO EMPRESA (FUNDOPEM/RS)**

O FUNDOPEM foi instituído pela Lei nº 6.427, de 13 de outubro de 1972, com o objetivo de estimular e promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, mediante a prestação de apoio financeiro aos empreendimentos industriais do Rio Grande do Sul.

Especificamente, a referida lei prevê apoio mediante financiamento de encargos financeiros decorrentes de empréstimos tomados junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); cobertura de encargos financeiros decorrentes de empréstimos para investimentos fixos enquadrados no âmbito de outros fundos administrados pelo BRDE; e financiamento, em caráter complementar a outros fundos, a investimentos em capital fixo contraídos junto ao referido Agente Financeiro.

As aplicações dos recursos financeiros do FUNDOPEM são aplicados na forma de subsídios e financiamentos para cobrir custos financeiros nos empréstimos concedidos pelo BRDE às indústrias gaúchas que satisfaçam determinadas condições preestabelecidas, incidindo sobre os financiamentos a correção monetária estipulada pelo Governo Federal para as ORTNs.

No ano de 1983 foram pagos, pelo FUNDOPEM, subsídios no valor de Cr\$ 51,43 milhões, além de retornos de financiamentos no valor de Cr\$ 107,78 milhões.

### **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BADESUL)**

As atividades desenvolvidas pelo BADESUL, no exercício de 1983, voltaram-se, em parte, à manutenção de suas políticas operacionais básicas, representadas pela concessão de apoio financeiro destinado, em especial à capitalização e consolidação empresarial; ao incremento das exportações; ao desenvolvimento tecnológico; à infraestrutura; ao desenvolvimento social e urbano; e ao desenvolvimento de pólos industriais.

No que se refere à atuação programada, ressalta-se a continuidade da orientação de esforços na consolidação dos programas já operacionalizados, destacando-se:

- O Programa de Substituição de Combustíveis Derivados do Petróleo, em que pesem as limitações dos recursos disponíveis, oportunizou o apoio a 14 projetos que objetivaram o uso de combustíveis alternativos: carvão mineral, lenha e eletricidade, envolvendo a destinação de recursos no montante de Cr\$ 224,3 milhões;
- O Programa de Apoio às Microempresas, cujas repercussões sócio-econômicas podem ser constatadas a partir dos relatos de avaliações efetua-

das, autoriza o Banco a empenhar-se na implantação de sua abrangência a nível estadual. Neste sentido, no decorrer do período de janeiro a novembro de 1983, o PROMICRO cumpriu a programação estabelecida, tendo atuado em 35 municípios do Estado, canalizando o apoio financeiro e gerencial a 477 microempresas num montante de Cr\$ 1,19 bilhão.

- O Programa de Informática do Rio Grande do Sul teve seu desenvolvimento, ainda caracterizado por uma etapa de consolidação, voltado ao encaminhamento de soluções através de uma atuação de caráter institucional, representada pela aproximação e busca de decisões de interesse das empresas do Setor junto aos órgãos normativos da esfera federal. No plano financeiro, o apoio orientado ao Setor definiu-se pela iniciativa do Banco em priorizar o atendimento a projetos de desenvolvimento tecnológico que, no entanto, não corresponderam às expectativas, tendo sido atendidas duas solicitações no montante de Cr\$ 28,49 milhões.

Com o objetivo de incrementar sua atuação através de programas, o Banco, com base em avaliação preliminar, identificou um conjunto de segmentos industriais que atendem aos pressupostos estabelecidos de representarem espaços econômicos rarefeitos a nível estadual, de propiciarem a abertura de mercados pela oferta de produtos de maior conteúdo tecnológico e de ofertarem produtos atualmente importados. O consenso alcançado levou a estabelecer um programa de trabalho que visa, a médio prazo, a obtenção de um diagnóstico para a atuação programada nos segmentos de Química Fina, Engenharia Genética e Mecânica Fina.

A orientação básica destes trabalhos terá como finalidade a busca de condições que possibilitem, através do apoio ao desenvolvimento tecnológico, o alcance das metas gerais, preliminarmente estabelecidas de:

- No segmento da Química Fina, a produção interna de insumos que permitam a redução da dependência externa dos setores químico-farmacêutico e farmacêutico;
- No segmento da Genética, o desenvolvimento de processos biotecnológicos, tais como, engenharia genética, cultura de tecidos, fermentação e outros que têm sido investigados e propostos na solução de problemas da agropecuária, da agroindústria, da saúde, da energia e do controle das condições ambientais;
- No segmento da Mecânica Fina, o desenvolvimento de tecnologias indispensáveis à produção de mecanismos de precisão de utilização crescente, em especial, no processo de consolidação da indústria eletro-eletrônica do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, as ações desenvolvidas no período janeiro a novembro de 1983 podem ser sintetizadas como segue:

Os critérios aprovados, representados pelo valor das operações que obtiveram pareceres favoráveis quanto ao apoio financeiro pretendido, a partir de análises técnico-econômico-financeiras, atingiram 87% da meta estabelecida, apresentando um crescimento nominal de 138,4% sobre os valores aprovados no mesmo período do ano anterior.

A distribuição setorial destes créditos identificam uma destinação maior dos mesmos ao Setor Terciário da Economia (57,05%), seguindo-se o Setor Secundário (28,10%) e o Setor Primário (14,85%). Ressalta-se que a estrutura de distribuição setorial resultante foi significativamente influenciada por operações realizadas com o Governo do Estado e com Instituições Públicas.

Quanto à distribuição geográfica dos créditos aprovados, constatou-se uma orientação maior de recursos às microrregiões homogêneas no interior do Estado (55,41%), cabendo à microrregião de Porto Alegre uma participação de 44,59% do total dos mesmos.

O montante das contratações, que representa o valor das operações aprovadas cujas formalizações jurídicas ocorreram no decorrer do período em apreciação, alcançou 90% da meta fixada, representando um crescimento nominal de 131,14% sobre o correspondente período de 1982.

O total dos recursos financeiros desembolsados pelo Banco, no período, representou 84% da meta de liberações estabelecida. Mesmo assim, constatou-se um razoável crescimento nominal das liberações, relativamente ao período janeiro-novembro de 1982, (95,62%), consideradas as restrições orçamentárias enfrentadas pelos organismos federais de repasses, bem como a evolução observada nas condições do mercado financeiro como fonte expressiva para a mobilização de recursos via colocação de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Planejamento Governamental

### OBJETIVO

*Avaliar e apoiar financeiramente as iniciativas empresariais, públicas e privadas, que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.*

### REALIZAÇÕES:

— recursos totais para créditos aprovados;	Cr\$ 62,635 bilhões
— valor de operações aprovadas para o Setor Primário;	Cr\$ 9,301 bilhões
— montante de recursos aprovados para o Setor Secundário;	Cr\$ 17,603 bilhões
— recursos destinados ao Setor Terciário;	Cr\$ 35,730 bilhões
— créditos aprovados para a Microrregião de Porto Alegre;	Cr\$ 27,929 bilhões
— créditos aprovados para as demais Microrregiões do Estado;	Cr\$ 34,705 bilhões
— montante das contratações efetivadas;	Cr\$ 56,685 bilhões
— total de recursos financeiros desembolsados pelo Banco.	Cr\$ 51,861 bilhões

## **BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)**

No contexto recessivo que vive o País, onde há grande carência de recursos financeiros e reduzido interesse para novos investimentos, as atividades de apoio técnico e financeiro ao crescimento e desenvolvimento econômico tornaram-se para o Banco extremamente difíceis.

Mesmo nesta fase de adversidades, o BRDE adotou uma linha de conduta onde visou, basicamente, a preservação do parque industrial do Estado, a manutenção do nível de emprego e do estoque de tecnologia acumulado pelas empresas, especialmente nas atividades produtivas de maior significado econômico e social para a economia estadual.

Durante o ano de 1983, o BRDE, através da Agência de Porto Alegre, contratou 441 operações, no valor de Cr\$ 168,211 bilhões, superando as metas estabelecidas para o ano em cerca de 20%. Deste total, 29 operações foram atinentes ao Setor Primário, num montante de Cr\$ 5,783 bilhões; 331 operações com o Setor Secundário, no valor de Cr\$ 57,658 bilhões; e 81 operações com o Setor Terciário, atingindo Cr\$ 104,770 bilhões.

A assistência financeira do Banco ao Setor Privado da Economia gaúcha, abrangendo 40% das contratações, foi mais incidente nas operações de saneamento financeiro e de reforço de capital de giro. Isto significa que houve reduzida formação de capital novo na economia, em virtude, obviamente, da recessão.

No Setor Terciário, por sua vez, a Agência manteve a maior parte das suas contratações, aproximadamente dois terços delas, como vem ocorrendo há vários anos.

A participação do Setor Público nas operações da Agência de Porto Alegre manteve-se ao redor de 60%, concentrando-se naquelas do Setor Terciário onde 95% dos contratos foram com empresas estatais, num montante de Cr\$ 97,065 bilhões.

Para sustentar o apoio financeiro ao Setor Público, o Banco viu-se na contingência de recorrer ao mercado financeiro, mediante a emissão de Certificados de Depósito Bancário, obrigando-se a manter elevados volumes de captação para viabilizar a rolagem de operações vencidas.

A demanda por estes recursos ocorreu, principalmente, pela CEEE, CRT, CINTEA, Itaipu, Aços Finos Piratini e pelo próprio Estado do Rio Grande do Sul.

As operações contratadas com o Setor Secundário representaram 75% do número total de operações realizadas em 1983, englobando 34% do montante contratado.

A nível do Setor Primário, as atividades da Agência foram reduzidas, ainda que aumentando de 1,4% para 4% na distribuição setorial, chegando apenas a Cr\$ 5,782 bilhões, representado predominantemente por operações com cooperativas.

O montante das aplicações da Agência do BRDE em Porto Alegre, no ano de 1983, foi de Cr\$ 129,568 bilhões, dos quais Cr\$ 2,861 bilhões são oriundos de recursos próprios e Cr\$ 126,707 bilhões são recursos de terceiros.

As aplicações de recursos que, em 1982, para o Setor Primário, foram da ordem de Cr\$ 1,466 bilhões; para o Setor Secundário de Cr\$ 23,26 bilhões e para o Setor Terciário de Cr\$ 54,117 bilhões, atingiram, em 1983, Cr\$ 3,899 bilhões, Cr\$ 40,062 bilhões e Cr\$ 85,607 bilhões respectivamente. A distribuição das aplicações a nível setorial demonstra que o Setor Terciário absorveu 66% dos recursos, o Secundário 31% e o Primário apenas 3%, configurando-se um recuo na participação do Setor Terciário quando comparado ao ano anterior.

As linhas tradicionais de recursos mantiveram-se reduzidas também neste ano, e a Agência direcionou-se para a captação de recursos junto ao mercado financeiro, principalmente através da emissão de Certificados de Depósito Bancário e a contratação de créditos no Exterior, via Resolução 63 do Banco Central do Brasil. Os Certificados de Depósito Bancário foram a maior fonte de recursos para a Agência de Porto Alegre, e atingiram o montante de Cr\$ 84,237 bilhões, 65% dos recursos aplicados no ano. O comprometimento de recursos externos, captados através da Resolução 63, foi de Cr\$ 7,074 bilhões, e manteve praticamente a mesma posição na distribuição das aplicações.

Das outras linhas de financiamento normalmente repassadas pelo BRDE, aquelas oriundas da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) forneceram aproximadamente 20% dos recursos aplicados.

Deve-se salientar que a instituição da Circular 761 propiciou maiores recursos ao Setor Primário, contribuindo com Cr\$ 2,7 bilhões nas aplicações deste ano.

O patrimônio líquido do Banco evoluiu de Cr\$ 18,108 bilhões, em 1982, para Cr\$ 51,5 bilhões, apresentando um crescimento de 184% em relação ao ano anterior.

O resultado do exercício apresentou um aumento de 150% no mesmo período, elevando-se de 1,9 bilhões em 1982, para Cr\$ 4,7 bilhões em 1983.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Planejamento Governamental

### OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado mediante apoio técnico e financeiro às suas atividades produtivas.

### REALIZAÇÕES:

- |                                       |                     |
|---------------------------------------|---------------------|
| — financiamentos ao Setor Primário;   | Cr\$ 3,899 bilhões  |
| — financiamentos ao Setor Secundário; | Cr\$ 40,062 bilhões |
| — financiamentos ao Setor Terciário.  | Cr\$ 85,607 bilhões |

**SECRETARIA DO TURISMO**



## **SECRETARIA DE TURISMO (STUR)**

No ano de 1983, a Secretaria de Turismo orientou a sua atuação para a realidade gaúcha, buscando estimular a conscientização da necessidade de municípios, empresas e Sistema Estadual de Turismo atuarem integradamente.

Para atingir tal objetivo foi reativado o Conselho Intersetorial de Turismo (CITUR) possibilitando a comunicação direta entre o Secretário de Turismo, Organismos Municipais de Turismo e a iniciativa privada (hotelaria, agentes de viagem e transportadoras).

Destaca-se como fator de maior relevância a integração "Governo-Empresa", através da qual se tem conseguido efeito multiplicador dos recursos aplicados, principalmente no setor da Comercialização do Produto Turístico do Rio Grande do Sul.

Foi estimulada, também, a coordenação e criação das Associações Regionais de Municípios de Turismo, abrangendo noventa municípios agrupados em oito associações regionais que são: Litoral Norte, Zona Sul, Região das Hortênsias, Região da Uva e do Vinho, Alto Uruguai, Missões, Campanha e Vale do Rio Pardo.

Dentre as metas estabelecidas, foi conseguida substancial redução de custos operacionais do Sistema Estadual de Turismo, através de uma política de controle de gastos, redução de pessoal e transferência de acervo deficitário aos seus respectivos municípios. Ao mesmo tempo, promoveu-se e apoiou-se a formação de Recursos Humanos especializados em Turismo.

É de se salientar a montagem de um Banco de Dados, que instrumentalizou o Sistema Estadual de Turismo no campo da informação.

Quanto aos equipamentos turísticos do Estado executou-se a sua manutenção, tendo sido projetados novos equipamentos de fundamental importância para o desenvolvimento do setor, como por exemplo: Centro de Convenções, Pórtico de Torres e Casa do Gaúcho, este último em fase de construção.

A Secretaria de Turismo preocupou-se em divulgar o programa de turismo rio-grandense, tendo o Secretário realizado visitas aos diversos municípios gaúchos para sentir as suas potencialidades turísticas e desenvolver uma política de descentralização. Procurou-se também intensificar a participação do Estado em Encontros Comerciais.

Entre as principais atividades desenvolvidas no período, destaca-se a "Operação Verão", desenvolvida em sintonia com todos os Órgãos Públicos Estaduais, Organismos Municipais, Entidades e Empresas envolvidas.

**REALIZAÇÕES DE 1983****Programa: Turismo****OBJETIVO**

*Intensificar a articulação entre os órgãos oficiais e particulares vinculados ao turismo, visando à integração de ações na solução dos problemas que enfrentam o setor.*

**REALIZAÇÕES:**

- participação em encontros comerciais de caráter nacional e internacional;  
5 encontros
- estruturação da Comissão de Turismo Integrado, composta pelos Organismos Oficiais de Turismo dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;  
3 reuniões
- participação do Sistema Estadual de Turismo no "Grupo Operacional Calendário Escolar", junto à Secretaria da Educação e Cultura;  
40 reuniões
- realização do "I Encontro dos Organismos Municipais de Turismo", em Xangri-Lá, visando à descentralização da execução do Plano Estadual de Turismo;  
1 encontro
- incentivo à criação de Associações Regionais de Turismo, bem como assessoramento e apoio técnico às mesmas;  
20 viagens
- viagens realizadas pelo Secretário no intuito de fazer um levantamento das potencialidades turísticas dos municípios.  
36 viagens

**OBJETIVO**

*Executar programa de divulgação do turismo rio-grandense, coordenando e investindo em atividades publicitárias que demonstrem os atrativos apresentados pelo Estado como meio de dinamizar a comercialização da oferta turística.*

**REALIZAÇÕES:**

- elaboração de roteiros turísticos, bem como acompanhamento de grupos nacionais e estrangeiros a diferentes cidades turísticas do Estado;  
12 realizações
- distribuição e divulgação de material promocional dos principais eventos e pontos turísticos do Estado, através de boletins informativos, cartazes, fo-

lhetos e outras peças promocionais, que são enviados para entidades públicas e privadas, direta ou indiretamente ligadas ao turismo;

20.000 peças

- participação no levantamento do Lay-Out da Campanha Promocional "Nesta Terra a Vida Tem Outro Sabor", elaborada pela Embratur, referente ao Estado do Rio Grande do Sul;

8 reuniões

- promoções realizadas em conjunto com outros órgãos governamentais;

5 promoções

- concessão de 43 auxílios financeiros a municípios, entidades sociais e subvenções econômicas.

Cr\$ 19,590 milhões

#### OBJETIVO

*Promover e apoiar a formação de Recursos Humanos especializados em turismo, via integração com entidades públicas e privadas dedicadas ao ensino e à formação profissional.*

#### REALIZAÇÕES:

- organização e participação de reuniões técnicas envolvendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com vistas ao desenvolvimento dos recursos humanos;

3 reuniões

- participação de técnicos do Sistema Estadual de Turismo em cursos, encontros e seminários.

8 participações

#### OBJETIVO

*Implementar o Plano Estadual de Turismo, em prosseguimento aos esforços já dispendidos, atualizando-o frente às novas necessidades apresentadas pelo setor.*

#### REALIZAÇÕES:

- criação de um Banco de Dados com a finalidade de executar atividades técnicas de documentação e informação, e ainda, contatos com organismos oficiais de turismo para coleta de dados e documentos;

- atendimentos ao público, efetuados diretamente, através de telefone ou por correspondência;

3.940 atendimentos

- elaboração do Manual de Informações Turísticas para a instalação de uma Central Telefônica de Informações Turísticas do Brasil, que funcionará na EMBRATUR, Rio de Janeiro;

1 manual

- elaboração do ante-projeto sobre “Utilização das Indústrias Gaúchas”, através de seus produtos, na promoção turística do Estado;  
1 ante-projeto
- elaboração do ante-projeto da “Cartilha de Conscientização Turística”, com um conteúdo possível de ser desenvolvido no ensino do 1º Grau.  
1 ante-projeto

### **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)**

As atribuições e trabalhos da Companhia Riograndense de Turismo (CRTUR), empresa de economia mista e órgão executivo do Sistema Estadual de Turismo, se atêm, principalmente, à prestação de serviços à Secretaria de Turismo e à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), bem como às Secretarias e Órgãos Oficiais do Estado e Municípios.

Cumprindo determinações, a Companhia Riograndense de Turismo, vem procurando, através de sua atuação, agilizar suas atividades, incrementando e ordenando seus diversos e múltiplos setores e finalidades, oferecendo, assim, maiores possibilidades de lazer e cultura ao turista e ao campista em geral.

Vem atuando, também, a CRTUR nos dezesseis Centros de Informações Turísticas (CENINTURS), localizados em Porto Alegre (Palácio Piratini, Aeroporto Salgado Filho, Estação Rodoviária), na divisa com o Estado de Santa Catarina (Vila São João, praia da Guarita em Torres e Vacaria), na Fronteira (Tuparendi em Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Bairro Passo em São Borja, Uruguaijana, Livramento, Jaguarão, Chui em Santa Vitória do Palmar) e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Dentre os estudos e projetos desenvolvidos pela Companhia cumpre destacar: a elaboração, a aplicação, a tabulação e o relatório final dos questionários atinentes à “Opinião dos Usuários dos Campings Oficiais do Estado”; a execução do estudo da “Demanda Turística Internacional”, realizado em três etapas, em Porto Alegre; a pesquisa “Demanda Turística Nacional” realizado em Porto Alegre e Tramandai, e o levantamento dos recursos humanos na hotelaria gaúcha.

Na área de promoção, a CRTUR realizou e participou, de vários eventos. Vale destacar: “O Espetáculo Som e Luz”, nas Ruínas de São Miguel (Santo Ângelo); “Semana da Gastronomia” (em conjunto com a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore); “XI Festival de Cinema de Gramado” (Gramado); “VII Festa da Bergamota” (São Sebastião do Cai); “Natal e Amor” (co-participação do Sistema Estadual de Turismo); “Semana Farroupilha (em conjunto com diversas entidades públicas); participou em encontros comerciais: Confederação dos Organismos de Turismo da América Latina (COTAL), Encontro Comercial Turístico Brasil-Argentina, Congresso da Associação Argentina de Agentes de Viagens e Turismo, Brazil Travel Mart (BTM), Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV) e a participação no “Seminário de Conscientização Turística”, em Santa Maria e Guaporé.

É de ressaltar a função de atendimento técnico da hotelaria, bem como o atendimento a agências de viagens e operadoras turísticas, envolvendo assistência, coordena-

ção, orientação, fiscalização e controle, exercida pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e pela CRTUR.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Turismo

#### OBJETIVO

*Coordenar as atividades do setor turismo, integrando-as com as demais exercidas pelo Setor Público e inclusive com as atividades empresariais.*

#### REALIZAÇÕES:

- análises técnicas de cartas-consulta para a obtenção de financiamento de empreendimento turísticos; 4 cartas
- classificação e registro de hotéis; 35 registros
- vistorias a hotéis; 280 vistorias
- levantamentos para classificação hoteleira; 80 levantamentos
- divulgação do potencial turístico do Estado através de cartazes; 12 peças
- atendimento a eventos através do quadro de recepcionistas; 21 eventos
- serviços de administração, conservação e melhorias nos campings e terminais turísticos; 10 unidades
- contrato de comodato com as prefeituras de São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Vicente Dutra. 3 contratos

#### OBJETIVO

*Dinamizar a área de estudo das potencialidades turísticas do Estado, com vistas à valorização econômica e cultural do patrimônio turístico.*

#### REALIZAÇÕES:

- projeto de construção de um galpão de recepção para o Parque de Exposições de Vacaria; 1 projeto

- projeto e execução de obra da Casa do Gaúcho, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio; 1 projeto
- projeto do pórtico de entrada no Rio Grande do Sul, em Torres; 1 projeto
- projeto do Centro de Convenções; 1 projeto
- projeto piloto de cartilha de Conscientização Turística. 1 projeto

**SECRETARIA DA FAZENDA**



## **SECRETARIA DA FAZENDA (SF)**

A Secretaria da Fazenda vive um quadro de singulares dificuldades, uma vez que os descompassos verificados entre receitas e despesas têm resultado na cumulação de déficits consideráveis, cobertos mediante a prática, obrigatória e incontornável, do endividamento.

Referido mecanismo de compensação está, todavia, a alcançar os seus limites de exaustão, defrontado com os custos insuportáveis que o caracterizam e com as restrições impostas por dispositivos constitucionais e por atos emanados do Senado Federal.

Excluir aqueles descompassos da vida financeira do Estado constitui proeza de inexequível realização, pelo menos em breve prazo, dada a vigência do atual sistema tributário que encerra distorções e anomalias de toda ordem, simultâneas com a presença de gastos que crescem inexoravelmente — Pessoal e Serviço da Dívida —, apesar de todas as providências de contenção e racionalização adotadas para sofreá-los.

Não será demasiado insistir — pois aqui reside a tônica do decidido combate empreendido pela Administração Fazendária, com pleno apoio do Governo do Estado e das lideranças políticas, empresariais e sindicais de maior expressão e representatividade — que no plano institucional de repartição, em escala nacional, das rendas tributárias aos entes federados, concentra-se o ponto de ruptura do sistema e a causa fundamental da inviabilidade financeira dos Estados e Municípios.

Tal se explica pelo fato de a presente estrutura de imposições fiscais, embora originalmente orgânica, coerente e sistêmica, ter sido golpeada no capítulo da receita, a ponto de que o ICM — tributo básico, cuja neutralidade fora proclamada em 1967 — transmudou-se em multifacético instrumento de política econômica, com assídua concessão de desonerações tributárias que afetaram fundamentalmente o perfil dos ingressos.

Devem ainda ser levados em conta, como fatores adicionais que concorrem para o agravamento da conjuntura adversa, as conseqüências da crise mundial, consubstanciadas em esmagadora sucessão de malefícios: elevação brutal das taxas de juros, gradativa mas inevitável supressão de subsídios, redução significativa dos níveis de atividade econômica, todos com reflexos imediatos na capacidade contributiva dos segmentos economicamente ativos e participantes da comunidade rio-grandense.

Outro elemento ponderável a comprometer o comportamento das receitas estaduais, foi de ordem natural, com a ocorrência, em escala verdadeiramente desastrosa, de cheias que frustraram justificadas expectativas, especialmente no Setor Primário, subtraindo parcelas substanciais ao volume de comercialização das safras agrícolas e



de produtos da pecuária. Por outro lado, no capítulo da despesa, forçaram o Estado a realocar recursos nada desprezíveis, voltando-os ao socorro das populações atingidas e à reconstrução do patrimônio danificado pela intempérie.

No plano do estrito interesse financeiro, para controlar a crise ou, quando menos, para atenuá-la nos seus efeitos, buscou-se tenazmente, em nível nacional, a adoção de soluções emergenciais, de moderado alcance (longe, por certo, de configurarem autêntica reforma tributária), via Poder Legislativo da União, já que as autoridades econômicas federais mantinham-se e mantêm-se absolutamente impermeáveis às justas reivindicações dos entes federados.

No âmbito estadual, a Secretaria da Fazenda recorreu à iniciativa e à criatividade. Como demonstração mais marcante desse espírito, lançou-se na implantação e execução do Programa de Educação Tributária — BOLÃO DO ICM — de ampla abrangência popular e dotado de características inovadoras, que lhe emprestaram surpreendentes ritmo, eficiência e flexibilidade.

Criado pelo Decreto nº 31.157, de 25 de maio de 1983, dito Programa, utilizando o envolvimento da comunidade de consumidores do Estado, bem como dos produtores agropecuários, cuidou de transformá-los em permanente linha auxiliar de fiscalização do tributo básico, buscando, de outra parte, no plano educativo, estimular a formação de forte consciência contributiva, particularmente junto ao segmento jovem da população rio-grandense.

Em outra área de atividade, que envolve a presença de conhecimento técnico, pontificou a capacidade dos servidores desta Secretaria, quando da tarefa de elaborar a proposta geral do orçamento; como decorrência da conjuntura extremamente desfavorável, tornou-se imperativo fixar tetos rígidos para as Despesas Correntes dos órgãos da Administração Direta, bem como para as transferências realizadas para entidades da Administração Indireta; já as Despesas de Capital, embora livres de cotas pré-determinadas, foram mantidas em níveis mínimos, apenas compatíveis com a efetivação dos programas governamentais prioritários.

Lançando mão dos recursos humanos disponíveis na área da Receita, foi estabelecida linha programática de incessante atividade fazendária, consubstanciada:

- na ação fiscal dinâmica, presencial e intensiva, de tal sorte que os créditos tributários venham a ser constituídos com presteza, prevenindo-se a decadência;
- na cobrança administrativa do crédito tributário constituído, promovida rápida e incisivamente, de maneira a agregar ingressos e evitar a prescrição.

Redobrada atenção tem merecido, também, a administração da Dívida Pública, cuja participação tem crescido entre as rubricas dos dispêndios anuais e cujas preocupantes dimensões se refletem em dados comparativos, como, por exemplo, o de que para uma receita de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) da ordem de 500 bilhões de cruzeiros, o Serviço da Dívida atingiu a cifra dos 300 milhões de cruzeiros, ao final do exercício de 1983.

De resto, a maxi-desvalorização da moeda e as sucessivas desvalorizações que se seguiram, decididas pelo Governo Federal, têm efeitos perversos sobre o Serviço da

Dívida, em vista da existência de fatores indexatórios, tais como os compromissos com credores estrangeiros, a repercussão nos padrões monetários — ORTN's e UPC's — e o reflexo nos contratos financiados com equivalência em dólares.

Visando ao incremento das receitas tributárias, a Secretaria da Fazenda elaborou ante-projetos de lei — mais tarde transformados nas Leis de nºs 7.801 e 7.802, ambas de 7 de julho de 1983 — que, por prazo determinado, ensejam aos contribuintes em falta com o Erário facilidades e oportunidades inéditas para a resolução dos seus débitos.

A primeira dessas leis, que autoriza a remissão parcial de valores acessórios (correção monetária e multas) incluídos em referidos débitos, foi largamente utilizada pelos devedores até então inadimplentes, com resultados apreciáveis no tocante ao resgate das somas inscritas como dívida ativa do Estado (cerca de 10 bilhões de cruzeiros).

No começo da nova gestão administrativa foi editado o Decreto nº 31.136, de 11 de abril de 1983, que estabeleceu rígidas medidas de contenção de despesas para o exercício em 1983, sendo incumbência desta Secretaria de Estado o fazer cumpri-las, pronunciando-se previamente sobre o aspecto orçamentário e a efetiva disponibilidade financeira.

Prestou a Secretaria da Fazenda decisivo apoio técnico à elaboração de uma proposta de reformulação do sistema nacional de distribuição de rendas tributárias. Essa proposição, no entanto, foi substituída pela Emenda à Constituição nº 23, de 1º de dezembro de 1983, que vai proporcionar ao Estado, em 1984, receita adicional estimada em apenas 144 bilhões de cruzeiros, quando o projeto original propiciaria 800 bilhões de cruzeiros, sem recorrer a aumento de alíquota.

Ainda na Capital Federal, em sucessivas reuniões do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), foram obtidos resultados tangíveis pela delegação do Rio Grande do Sul, como a tributação parcial das saídas de aves, a tributação dos leites especiais, a tributação gradual dos insumos para rações, a redução dos créditos simbólicos relativos a suínos e maçãs. Como decorrência dessas decisões, prevê-se para 1984, a obtenção de receita suplementar no montante de 33 bilhões de cruzeiros.

O atual modelo de discriminação das rendas tributárias confere à União parcela preponderante das competências em matéria fiscal, quer no plano ativo, quer no plano normativo. Apesar disso, a Secretaria da Fazenda tem sido sensível a propostas de dilação dos prazos de recolhimento do ICM, utilizando-a como instrumento de apoio a atividades econômicas que interessam ao desenvolvimento do Estado, gerando empregos e expandindo o volume dos negócios.

Assim, o Decreto nº 31.224, de 15 de agosto de 1983, concedeu às empresas fabricantes de motocicletas e ciclomotores, estabelecidas no Rio Grande do Sul, prazo especial para pagamento do tributo básico de até 180 dias. Tal benefício prende-se ao fato de a indústria desses bens vir a ocupar um espaço econômico hoje vazio, pois ocorre acentuado descompasso entre o potencial da demanda e a capacidade de produção, no âmbito estadual.

Em relação ao Pólo Petroquímico do Sul, foram criados incentivos para a ampliação, diversificação e atração de novas unidades produtivas de segunda e terceira gerações, bem como de química fina afim ao Pólo, traduzidos nas seguintes medidas:

- dilatação do prazo de recolhimento do ICM, nas condições estabelecidas pelo Decreto nº 31.327, de 7 de novembro de 1983;
- financiamento do ICM devido pelas empresas de terceira geração, nas condições clausuladas em protocolo celebrado, àquela mesma data, entre a Secretaria da Fazenda e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

Os incentivos concedidos foram solidamente vinculados à possibilidade de efetiva avaliação dos resultados pretendidos; assim, no evento da ampliação do prazo, o benefício subordina-se, invariavelmente (caso das indústrias de motocicletas e ciclomotores, e do Pólo Petroquímico), ao protocolo firmado entre a Secretaria da Fazenda e a empresa beneficiária, onde fica expresso o compromisso, inclusive em termos quantitativos, de geração do ICM adicional e criação de novos empregos.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Administração

### OBJETIVO

Exercer o controle dos bens do Estado, mediante o registro administrativo dos bens móveis e imóveis da Administração Direta, e a execução da política do sistema de material.

### REALIZAÇÕES:

- tombamento de imóveis; 210 tombamentos
- aquisição de materiais pelo Fundo Rotativo; Cr\$ 583,089 milhões
- realização de compras para a Administração Direta e Indireta; Cr\$ 8,005 bilhões
- realização de concorrências; 36 concorrências
- realização de vistorias em materiais, com a emissão de 7.590 laudos; 22.192 vistorias
- realização de leilões, com a venda de 598 veículos e 87 lotes de materiais diversos, correspondendo a Cr\$ 138 milhões; 15 leilões
- realização de estudos voltados à análise da demanda de produtos e ao estabelecimento de normas para o Estado, visando à economia de áreas de estocagem, à compatibilização com os fluxos de caixa, à racionalização dos serviços na busca de maior eficiência e eficácia, adequação do Sistema Registro de Preços à atual conjuntura.

**OBJETIVO**

Desenvolver atividades direcionadas aos municípios gaúchos, procurando contribuir para a eficiência da administração municipal.

**REALIZAÇÕES:**

- continuidade da implantação do sistema "CIATA" em novos municípios;  
7 municípios
- apoio técnico e legal aos municípios onde já tenha sido implantado o sistema "CIATA";  
53 municípios
- treinamento de funcionários das Prefeituras municipais pró-manutenção do sistema "CIATA";  
60 funcionários
- apuração dos índices de participação municipal no valor adicionado do ICM, mediante processamento de guias informativas;  
141.910 documentos
- treinamento de estagiários para tarefas de apuração dos índices dos municípios;  
100 estagiários
- orientação a funcionários das 244 prefeituras municipais encarregadas da coleta de dados, objetivando a apuração dos indicadores para 1985;  
12 palestras
- criação de programas e geração de relatórios através da utilização do equipamento POLYMAX;  
18 relatórios
- publicação do "Relatório de Informações Financeiras Municipais", elaborado no equipamento POLYMAX, mediante o processamento de 244 sínteses de execução orçamentária;  
1 publicação
- publicação dos índices de retorno do ICM aos municípios para o exercício de 1984, nos prazos legais e com informações pertinentes aos valores absolutos, percentuais no Estado e participação na composição do índice das variáveis população, área, propriedades rurais, produtividade primária e participação fixa;  
2 publicações
- aperfeiçoamento do sistema de apuração dos índices, consubstanciado na depuração do valor adicionado ocorrido em cada município, decorrente da instituição da conta-corrente municipal das operações promovidas por produtores e de processamento, via POLYMAX, das 34.200 guias informativas.  
1 documento

## Programa: Administração Financeira

**OBJETIVO**

Realizar a relevação contábil e o controle interno da administração centralizada, a auditoria da administração descentralizada e a gerência da dívida pública.

**REALIZAÇÕES:**

- elaboração do balanço geral do Estado; 1 publicação
- pareceres de auditoria, correspondente a autarquias, fundações e sociedades de economia mista; 36 pareceres
- registros de fatos contábeis; 205.272 registros
- auditagens em almoxarifados, tesouraria, patrimônio, prestação de contas e tomadas de contas; 30.646 ações
- fornecimento de informações técnicas escritas; 5.740 informações
- organização de tomadas de contas de ordenadores; 54 ações
- implantação de terminais e de impressoras de computador nas contadorias seccionais, pagadorias e tesourarias; 25 terminais
- participação do Estado nas Sociedades de Economia Mista, subscrições, em 1983; Cr\$ 46,804 bilhões
- captação de recursos, através da emissão de títulos e contratos, em 1983; Cr\$ 238,100 bilhões
- Letras do Tesouro do Estado, representado por 4.750 títulos; Cr\$ 950 milhões
- contratos de antecipação de receita, em número de 18; Cr\$ 133,170 bilhões
- colocação de 300.000 ORTE-RS, referentes ao giro/82; Cr\$ 1,020 bilhão
- colocação de 5.908.395 ORTE-RS, referentes ao giro/83; Cr\$ 32,994 bilhões

- colocação de 3.550.683 ORTE-RS, referentes à emissão extra autorizada pelo Senado Federal.

Cr\$ 20,670 bilhões

**Programa: Planejamento Governamental**

**OBJETIVO**

*Proceder à administração tributária do Estado, regionalizando a política fiscal, aperfeiçoando a legislação e assegurando o cumprimento das obrigações fiscais.*

**REALIZAÇÕES:**

- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização geral do ICM em verificações fiscais de estabelecimentos de contribuintes;  
128.750 exames
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização geral do ICM na lavratura de autos de lançamento;  
19.232 autos
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização geral do ICM na exigência de tributos;  
Cr\$ 67,726 bilhões
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização do ICM no trânsito de mercadorias em verificações de cargas de veículos;  
287.311 exames
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização do ICM no trânsito de mercadorias com lavratura de autos e lançamentos;  
21.495 documentos
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização do ICM no trânsito de mercadorias com a lavratura de outros documentos fiscais de controle;  
128.082 documentos
- promoção da isonomia fiscal, mediante atuação da fiscalização do ICM no trânsito de mercadorias na exigência de tributos;  
Cr\$ 4,291 bilhões
- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal, na CGICM;  
475 processos
- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal: valores em litígio — ICM;  
Cr\$ 721,814 milhões
- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal: valores de ICM julgados procedentes;  
Cr\$ 608,656 milhões

- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal: valores de ICM julgados improcedentes;
 

Cr\$ 113,357 milhões
- tomada de decisões, em primeira instância, no contencioso fiscal, na CGA;
 

1.100 processos
- notificação de créditos inscritos em Dívida Ativa em todo o Estado;
 

6.100 ações
- assessoramento à Procuradoria-Geral do Estado, em processos judiciais relativos ao ICM;
 

11 processos
- treinamento e especialização de Fiscais do ICM;
 

60 fiscais
- integração fisco contribuinte, mediante orientação fiscal a contribuintes e profissionais;
 

138 cursos
- integração fisco contribuinte, mediante orientação fiscal a contribuintes e profissionais;
 

7.500 pessoas
- elaboração e edição do “Relatório de Estatísticas Econômico-Fiscais” — III volume;
 

1 publicação
- elaboração e edição da obra “Exportações do Rio Grande do Sul e os Benefícios Fiscais” — XIII volume;
 

1 publicação
- estudos econômico-fiscais com vistas ao exame de incentivos fiscais;
 

22 estudos
- outros estudos econômico-fiscais e informações;
 

29 estudos
- elaboração de subsídios para publicações, pronunciamentos e conferências do Secretário da Fazenda;
 

10 estudos
- pareceres em processos relativos a incentivos fiscais;
 

10 pareceres
- estudos e propostas de convênios, com vistas à participação do Secretário da Fazenda no Conselho de Política Fazendária;
 

1 estudo
- treinamento e especialização de ajudantes fazendários para as tarefas da fiscalização;
 

170 ajudantes

- recursos julgados em segunda instância: ex-officio, voluntários, reconsideração e esclarecimento — TARF; 421 processos
- pautas de julgamento e sessões realizadas — TARF; 173 pautas
- ementário de Acórdãos — publicação; 500 exemplares
- operacionalização do programa de Educação Tributária “BOLÃO DO ICM”: sorteios realizados; 4 sorteios
- operacionalização do programa de Educação Tributária “BOLÃO DO ICM”: certificados distribuídos — série consumidores; Cr\$ 17,5 milhões
- operacionalização do programa de Educação Tributária “BOLÃO DO ICM”: certificados distribuídos — série rural; Cr\$ 1,67 milhão
- operacionalização do programa de Educação Tributária “BOLÃO DO ICM”: denúncias recebidas e verificadas na Grande Porto Alegre; 1.500 denúncias
- operacionalização do programa de Educação Tributária “BOLÃO DO ICM”: recursos humanos alocados; 301 pessoas
- operacionalização do programa de Educação Tributária “BOLÃO DO ICM”: postos de troca; 1.400 postos
- ante-projetos de leis, decretos e atos normativos; 147 documentos
- publicação de obras: Avaliação da Execução Orçamentária, Análise de Acompanhamento Conjuntural da Economia Brasileira, Informações Econômicas do Estado do Rio Grande do Sul (atualização anual). 3 publicações

#### **OBJETIVO**

*Proceder à Administração Financeira do Estado, gerindo a receita, bem como racionalizando e atendendo o gasto público.*

#### **REALIZAÇÕES:**

- arrecadação do ICM; Cr\$ 470 bilhões
- arrecadação da Taxa de Serviços Diversos; Cr\$ 2,500 bilhões



- arrecadação da Taxa do Menor; Cr\$ 260 milhões
- arrecadação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis; Cr\$ 15 bilhões
- arrecadação proveniente de Laudêmios, Foro Anual, Autorizações de Uso e Alienação de Imóveis; Cr\$ 128,166 milhões
- resultado alcançado no setor da Dívida Ativa, relativamente ao objetivo programado; Cr\$ 9,100 bilhões
- Lei nº 7.801/83 — Anistia Fiscal — receita gerada; Cr\$ 12,100 bilhões
- supervisão em cartórios que acusaram irregularidades no montante de Cr\$ 70 milhões; 5 cartórios
- recuperação de valores creditados indevidamente a 120 servidores; Cr\$ 124,788 milhões
- acúmulos irregulares de servidores estaduais, levantados nos relatórios de cruzamento de dados de pessoal; 130 estudos
- excesso de carga horária de servidores estaduais; 53 casos
- cedências irregulares de servidores estaduais entre diversos Órgãos; 115 casos
- implantação do Sistema de Pagamento da Administração Indireta: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, Fundação Gaúcha de Lazer e Recreação (FUNLAR) e Fundação do Bem-Estar do Menor; 1.780 funcionários
- ITBI — visitas a contribuintes com o objetivo de cobrança e deslocamentos para avaliações; 6.400 visitas
- redução de ALs inscritos em Dívida Ativa em relação aos do ano anterior; 44,84%
- realização de Cursos de Treinamento para Exatores; 4 cursos
- treinamento e especialização de Exatores; 92 exatores

- participação em seminários; 4 seminários
- palestras no interior do Estado sobre o sistema "SAR", dirigido a funcionários da rede bancária estadual; 17 palestras
- implantação do novo sistema de controle eletrônico da Dívida Ativa "On Line"; 1 sistema
- instalação de terminais de computadores na CGA e na Exatoria de Porto Alegre; 6 terminais
- estudo da Taxa de Serviços Diversos: Análise do Comportamento da Arrecadação no período 1979/1983; 1 documento
- ante-projeto de modificação da estrutura de cálculo e da incidência da Taxa de Serviços Diversos, com base na análise do comportamento da arrecadação; 1 documento
- estudos econômico-fiscais com repercussão na arrecadação; 15 estudos
- IBTI — diferença entre os valores atribuídos pelos contribuintes e as estimativas fiscais para fins de pagamento do Imposto de Transmissão; Cr\$ 156 bilhões
- dação em pagamento de tributos estaduais, processos em andamento; 110 processos
- auxílios e subvenções a municípios em dificuldades financeiras; Cr\$ 105,677 bilhões
- transferências a municípios a título de Ação em Calamidade Pública ou Situação de Emergência; Cr\$ 297,990 milhões
- normatização, coordenação e fiscalização — Junta de Coordenação Financeira do Estado; 45 instituições
- participação nas licitações, tomadas de preços e concorrências — Junta de Coordenação Financeira do Estado; 868 participações
- elaboração da Proposta Orçamentária para 1984; 1 documento

- revisão do Orçamento e da Programação Financeira de 1983, com vistas à adoção de medidas de contenção da despesa pública estadual;  
1 documento
- publicação de obras: *Finanças do Estado (Volume XXI), Crescimento da Arrecadação do ICM 1981/1982 (preliminar), Comparação entre a estrutura da despesa de São Paulo e do Rio Grande do Sul*;  
3 obras
- obras em publicação: *Consolidação das Contas do Estado (IE-PE/UFRGS/GOF), Análise Econômico-Financeira das Empresas do Estado do Rio Grande do Sul (CEPA/UFRGS/GOF), a Arrecadação do ICM por setores econômicos no Rio Grande do Sul, para os períodos de 1980, 1981 e 1982*;  
3 obras
- obras em estudo: *Administração Tributária por objetivos, O impacto econômico das compras do Governo*;  
2 obras
- orientação técnica à elaboração das propostas parciais de orçamento para 1984 dos Órgãos da Administração Estadual;
- coordenação das propostas orçamentárias para 1984 das Autarquias e Fundações Estaduais;
- elaboração das Propostas de Orçamento Anual, Plurianual de Investimentos e Analítico da Administração Pública Estadual para o exercício de 1984;
- acompanhamento da execução orçamentária para a abertura de créditos adicionais.

#### **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)**

A PROCERGS, no período, desenvolveu significativo trabalho propiciando, ao mercado que atende, serviços mais eficientes e qualificados. Como responsável pela execução dos serviços de processamento de dados e tratamento de informações para os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, representa, tanto para o Setor Público como para a comunidade, um imprescindível elo de ligação que dinamiza a prestação de serviços por parte do Governo e agiliza o processo de tomada de decisão, com sensível redução da burocracia.

Dentro desse princípio, realizou inúmeros serviços para, praticamente, todos os órgãos públicos do Estado, destacando-se: acompanhamento de processos em andamento pelo Judiciário; controle de arrecadação dos tributos estaduais; cadastro de veículos; banco de dados de pessoal; processamento diário do controle do orçamento e contabilidade da Administração Direta; tráfego, rede e comercial (CRT); controle dos saldos e movimentos bancários da Caixa Econômica Estadual; identificação civil e criminal.

No que se refere a projetos em desenvolvimento podem ser salientados: faturamento e cobrança de água e esgoto; sistema de controle de mandados; acompanhamen-

to e controle de menores; banco de dados de pessoal da Brigada Militar; administração financeira do Instituto de Previdência do Estado (IPE); cadastro geral e empréstimos rurais da Caixa Econômica Estadual; sistema de patrulhas; sistema de veículos furtados; sistema de pessoas procuradas; concessão automática de vantagens; sistema publicação de notas de expediente e editais; controle de terminais telefônicos; controle de créditos tributários; banco de dados da Caixa Econômica Estadual; imposto predial e territorial.

Tanto na área de recursos humanos como na de equipamentos, o crescimento é determinado pela demanda de serviços, funcionando a empresa, ininterruptamente, os 365 dias do ano.

Na PROCERGS, a tecnologia representa fator estratégico, visando a colocar à disposição dos usuários soluções apoiadas nas mais modernas tecnologias existentes na área do processamento de dados, exigindo constante pesquisa e investimentos.

No período, foi obtido o domínio, a difusão e a aplicação de tecnologias como banco de dados, teleprocessamento, linguagem de quarta geração orientadas para o desenvolvimento de aplicações diretamente pelo usuário final, utilização de minis e micro-computadores, engenharia de informações e outras, com um investimento de Cr\$ 141,6 milhões, o que permitiu consolidar e estender a utilização de banco de dados e teleprocessamento à maioria das aplicações.

Na área do treinamento foram realizados vários programas de treinamento e desenvolvimento profissional capacitando técnicos e clientes a utilizar as mais avançadas técnicas no campo do processamento de dados. Para possibilitar a realização desses eventos, a PROCERGS instalou, em 1982, um moderno Centro de Treinamento, destinado à formação de mão-de-obra especializada regional, contribuindo para o recrutamento e manutenção de técnicos dentro do Estado.

Nos programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento de pessoal e treinamento de usuários, foram investidos cerca de Cr\$ 23,0 milhões, com um total de aproximadamente 4.820 horas e 2.630 participantes.

Por ocasião do seminário de Processamento de Dados para a Administração Pública Estadual foram apresentados as mais modernas técnicas e produtos disponíveis para o apoio à Administração Pública na área de Sistemas de Informação, inclusive com demonstrações práticas dessas técnicas e de vários sistemas implantados.

Além desta apresentação, foram discutidas as diretrizes para atendimento de clientes e aspectos relacionados à análise de custo/benefício no uso de processamento de dados.

## REALIZAÇÕES 1983

### Programa: Administração

#### OBJETIVO

Realizar programas de treinamento, visando a capacitar os recursos de pessoal, formando mão-de-obra especializada e valorizando o trabalho do profissional de processamento de dados.

**REALIZAÇÕES:**

— treinamento básico;	14 pessoas
— desenvolvimento de pessoal;	2.584 pessoas
— aperfeiçoamento profissional;	68 pessoas
— treinamento cliente e usuário;	480 pessoas
— horas de treinamento;	4.820 horas
— investimento em treinamento;	Cr\$ 23,0 milhões

**OBJETIVO**

*Acompanhar o progresso tecnológico da área de processamento de dados, pesquisando e desenvolvendo as soluções mais adequadas para o tratamento das informações da Administração Estadual, com ênfase nas mais modernas metodologias de desenvolvimento de sistemas de informação, voltados para o uso de Banco de Dados e Teleprocessamento.*

**REALIZAÇÕES:**

— instalação de software para controle de acesso aos recursos computacionais (RACF);	1 unidade
— instalação de software para planejamento e controle da produção (OPC);	1 unidade
— instalação de software simulador de terminais em "batch" (BTS);	1 unidade
— instalação de software para armazenamento e recuperação de textos (STAIRS);	1 unidade
— instalação de software gerador de gráficos (GDDM);	1 unidade
— instalação de software analisador de banco de dados (DB Analyzer);	1 unidade
— instalação de software para ensino de Linguagem Basic (Basic Passo a Passo);	1 unidade
— instalação de software de Dicionário de Dados;	1 unidade

- implantação da etapa de Análise de Informações da metodologia de Engenharia de Informações; 5 clientes
- investimento em tecnologia. Cr\$ 141,6 milhões

### OBJETIVO

Dimensionar e prover os recursos computacionais adequados às necessidades de processamento e desenvolvimento de novos sistemas de ampliação da rede de teleprocessamento.

### REALIZAÇÕES:

- contrato de expansão de disco (BURROUGHS); 1,6 GB
- instalação de expansão de disco (IBM); 6,4 GB
- contratação e instalação de ampliação de memória (BURROUGHS); 4,6 MB
- instalação de ampliação de memória (IBM); 8,0 MB
- contratação e instalação de micro pessoais (POLYMAX); 8 unidades
- instalação de terminais em clientes e na empresa; 292 unidades
- contratação e instalação de equipamentos multiplexadores para transmissão de dados; 8 unidades
- investimento em equipamentos. Cr\$ 854,3 milhões

### OBJETIVO

Definir, em perfeita sintonia com as diretrizes do Plano do Governo, o sistema de informações do Estado.

### REALIZAÇÕES:

- desenvolvimento de sistema de informações e definição dos modelos de dados nas áreas de Segurança Pública, Habitação, Saneamento, Previdência e Fazenda, com implantação prevista para 1984; 5 órgãos

- estudos realizados e desenvolvidos parcialmente o sistema de informações sócio-econômicas, em conjunto com FEE e SEPED, para todos os órgãos vinculados às funções dentro da classificação programática do Estado.

*16 funções*

## OBJETIVO

*Trabalhar com uma taxa anual de crescimento real não inferior a 10% medida pelo faturamento obtido, descontada a inflação anual média.*

## REALIZAÇÃO:

- faturamento no exercício/83

Cr\$ 10,478 bilhões

## CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE/RS)

A Caixa Econômica Estadual, como autarquia, visa ao bem comum da sociedade gaúcha e tem caráter social; como órgão financeiro, num mercado competitivo, toma as características de empresa, buscando sua fatia no mercado e visando a resultados.

Nessa dupla função a Caixa atendeu durante o ano de 1983 um grande público, seja como guardiã de suas economias, seja como prestatário de recursos para o atendimento de suas necessidades habitacionais, pessoais e escolares, bem como para as atividades produtivas do setor rural e da construção civil e de atendimento de atividades sociais por parte das prefeituras.

No período, os depósitos evoluíram para Cr\$ 43,68 milhões, verificando-se um crescimento real de 18,54% devido, principalmente, ao crescimento dos depósitos com correção monetária.

Verificou-se, também, grande aumento no número de contas abertas, que passaram de 2,65 milhões para 2,94 milhões, com o incremento médio de 1.500 contas novas por dia, a partir de agosto último.

Por sua vez, as aplicações nas diversas carteiras atingiram Cr\$ 348 bilhões, enquanto o empréstimo habitacional alcançou Cr\$ 281 bilhões.

Durante o ano foram efetuados 122 mil empréstimos a pessoas físicas, num total de Cr\$ 33,5 bilhões, os quais foram altamente concentrados em empréstimos de valores abaixo de Cr\$ 600 mil, os quais compreenderam 92,7% dos contratos e 52,3% do valor total dos empréstimos. Além desses empréstimos de curto e longo prazo a pessoas físicas, houve 183 mil empréstimos em conta-corrente, no valor total de Cr\$ 28,1 bilhões.

*A partir de outubro iniciou-se nova modalidade de empréstimo: o empréstimo em conta corrente caucionado. Nesta modalidade, no curto prazo de sua vigência, foram efetivados, quase dois mil empréstimos, no valor de Cr\$ 200 milhões.*

A Caixa beneficiou durante o ano de 1983, 60 mil estudantes com o empréstimo *Universitário*, perfazendo uma aplicação de Cr\$ 4,6 bilhões.

A Carteira Rural, com 23 agências operando no setor, teve o seu número acrescido em mais oito pela implantação das agências de Cachoeira do Sul, Caxias-São Pelegrino, Taquara, Viamão, Montenegro, Nova Palma, Erechim e Camaquã.

Em agosto, foi inaugurada, em caráter pioneiro, a Escola de Crédito Rural na agência Vera Cruz, a qual é considerada a carteira modelo do ramo, especializando novos funcionários, a fim de melhorar a qualidade de atendimento aos clientes.

A Carteira de Crédito Rural também tem em andamento um grande projeto de automação, dentro do mesmo tipo de tecnologia, tendo entrado em operação, no segundo semestre de 1983, a primeira rotina.

Merecem destaque, ainda, duas medidas na área operacional do processamento de dados: a automação da classificação de cheques de compensação do serviço integrado de Porto Alegre, com reflexos diretos sobre um grande número de agências, e a automação completa da atividade de montagem de talões de cheques.

A Caixa possui atualmente 144 filiais, entre Agências e Postos de Serviços, sendo 19 Agências e 4 Postos na Capital, e 116 Agências e 5 Postos no interior.

### **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (BANRISUL)**

A Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. desenvolveu suas atividades subordinada às Diretrizes de Ação que podem ser definidas por austeridade, responsabilidade e integração.

Para tanto foram estabelecidas políticas administrativas fundamentadas na boa técnica de administração financeira, coerentes com a realidade do BANRISUL e do mercado financeiro.

Dentro de uma visão global do sistema foram identificadas causas e adotadas medidas que levassem à recuperação do Banco pela reversão, em médio prazo, das expectativas atuais de resultado e o atingimento de índices razoáveis de lucratividade.

Desta forma, a Administração do Banco procurou revitalizar a instituição de modo a que venha a adquirir melhores condições para cumprir sua missão básica, qual seja, a de "propiciar apoio financeiro ao Setor Privado — com ênfase nas pequenas e médias empresas sediadas no Estado — e, ao Setor Público, em consonância com a política econômica do Governo Estadual".

Para facilitar o atingimento da missão a cumprir, o BANRISUL está administrando e operacionalizando o sistema de planejamento global, que abrange os diversos níveis de sua hierarquia organizacional. Para sua viabilização implantou-se, paralelamente, o Plano Empresarial Básico (PEB), que estabelece os objetivos globais, a partir dos quais foram programados os objetivos subsidiários dos diversos órgãos da direção geral e diversas metas em nível de região operativa/agências, além de diversos projetos estratégicos e estudos de apoio.

Em essência, a atuação do Banco está consubstanciada nas seguintes diretrizes globais: instruir uma política integrada das empresas do Sistema Financeiro BANRISUL, nos níveis operacional, administrativo e mercadológico, a fim de cobrir as principais áreas do mercado financeiro, de capitais e serviços afins; ampliar a participação em depósitos nos mercados nacional e estadual; atingir níveis de rentabilidade compatíveis com o ramo; reduzir os índices de créditos em liquidação; elevar os índices de produtividade global e por linha de serviços; compatibilizar os níveis de immobilizações ao do Patrimônio Líquido e buscar a elevação da cotação das ações do Banco.





O ano de 1983 caracterizou-se pela extrema dificuldade para o financiamento das empresas que tiveram de defrontar-se com reduzido volume de recursos e taxas de juros elevados, fruto da limitação da expansão do crédito e do sensível aumento do recolhimento compulsório sobre os depósitos.

Com o propósito de atingir as empresas de reduzido porte, mais sensíveis às dificuldades do mercado financeiro, o BANRISUL criou linha específica para o seu financiamento, instituindo a Conta Empresarial, orientada especificamente às micro, pequena e média empresas.

Procurando ainda apoiar o desenvolvimento econômico do Estado através do estímulo ao surgimento de empresários, criação de novos empregos, redução das pressões migratórias para os grandes centros e o fortalecimento do seguimento da microempresa, o BANRISUL instituiu o Programa de Crédito Pró-Emprego.

Objetivando proporcionar mais alternativas de financiamento para as empresas, foi criada a linha de crédito *Capital de Giro BANRISUL*, destinada a todo o universo empresarial.

A tendência delineada ao longo dos últimos anos na distribuição dos haveres financeiros está reduzindo os depósitos à vista à residualidade, subtraindo dos bancos comerciais o que constituía sua principal fonte de financiamento. Esse fenômeno, causado, basicamente, pela crescente participação dos títulos da dívida pública, conduziu o Banco a concorrer com maior parcela de recursos remunerados do mercado financeiro e de repasses oficiais e externos.

Nesse contexto, no período que cobre a gestão da atual administração, os depósitos à vista cresceram 57,5%, enquanto que os depósitos com correção monetária tiveram uma expansão de 182%, os repasses oficiais 79,6%, e os repasses externos 83,8%.

Durante 1983 foram efetivados dois aumentos de capital, elevando o seu valor de Cr\$ 7,7 bilhões para Cr\$ 10,5 bilhões e depois para Cr\$ 25,5 bilhões. O primeiro aumento foi integralizado com o resultado da correção monetária do Balanço de 1982, e o segundo, em moeda corrente nacional, pela subscrição de ações novas.

O Banco está voltado ao aperfeiçoamento, racionalização e agilização dos serviços com vistas ao melhor atendimento da clientela mediante a implantação de sistemas automatizados. Nesse trabalho estão sendo implantados, entre outros, o telessaldo, a emissão automática do DOC's, o cartão magnetizado BANRISUL, o acesso, via telex para consulta direta por clientes, aos arquivos de informações do Banco sobre posição de cobrança e extratos de contas correntes, cujo resultado deverá contribuir para a obtenção de maior eficiência no desempenho de suas atividades.

A adequação da estrutura organizacional ao atual estágio também mereceu atenção especial de modo a que a instituição responda com maior agilidade a novas situações.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Serviços Financeiros

### OBJETIVO

Obter e manter a participação de, no mínimo, 1,6% nos depósitos do País.

**REALIZAÇÃO:**

— participação, nos depósitos do País (em 31.10.83);

1,85%

**OBJETIVO**

Obter e manter a participação de, no mínimo, 36% dos depósitos à vista do Sistema Bancário Estadual.

**REALIZAÇÃO:**

— participação nos depósitos do Sistema Bancário Estadual (em 30.11.83);

30,7%

**OBJETIVO**

Determinar índices máximos de créditos em liquidação, por área de crédito, em função de seus respectivos saldos de aplicação, obedecendo ao máximo global de 4%.

**REALIZAÇÃO:**

— índice de créditos em liquidação (em novembro/83);

5,7%

**OBJETIVO**

Manter o índice de Imobilização Total em, no máximo, 170% do Patrimônio Líquido.

**REALIZAÇÃO:**

— índice de imobilizações totais (em 30.11.83);

134%

**OBJETIVO**

Manter a cotação das ações do Banco, em Cr\$ 0,70.

**REALIZAÇÃO:**

— cotação média mensal (em dezembro/83);

Cr\$ 0,66

**OBJETIVO**

Imprimir política de austeridade nos gastos.

**REALIZAÇÃO:**

— redução anual estimada;

Cr\$ 9,384 bilhões

**BANRISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Na condição de empresa não bancária integrante do sistema Financeiro Estadual, a BANRISUL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A dirigiu para o sistema, no período de 1983, aproximadamente 93% do seu capital próprio, empregado em títulos de renda fixa, correspondendo a nove bilhões de cruzeiros.

Como a capacidade operacional das distribuidoras está vinculada a múltiplos do patrimônio líquido, para que a Empresa possa expandir o seu campo de atuação,

coloca-se como *condicionante fundamental* a necessidade de haver um constante crescimento de seus capitais próprios. O significativo crescimento real do patrimônio líquido, da ordem de 37,2%, atesta a elevada capacidade de capitalização que detém a empresa.

Em termos de crescimento real, as reservas de lucros evoluíram em 58,1%, os lucros acumulados em 50,0% e as reservas de capital em 85,7%.

Os resultados líquidos apresentados pela BANRISUL Distribuidora decresceram significativamente este ano em virtude do grande crescimento da conta "Correção monetária do exercício", cujo saldo devedor é abatido do lucro operacional. No balanço de junho, esta conta apresentou o valor de Cr\$ 2,01 bilhões e, já no balancete de novembro, possuía o valor de Cr\$ 3,84 bilhões.

### **COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS**

No decorrer de suas atividades no exercício de 1983, a Companhia União de Seguros Gerais arrecadou o montante de Cr\$ 25 bilhões de Prêmios de Seguros, equivalente a um incremento de 100% sobre a arrecadação do exercício passado. Esta produção foi gerada pela emissão e cobrança de 270.000 documentos, representados por apólices, bilhetes e endossos.

As indenizações pagas cresceram na mesma proporção dos prêmios, totalizando Cr\$ 11 bilhões, atestando com ênfase, o bom atendimento que a Empresa vem prestando aos segurados.

O patrimônio líquido apresentou uma evolução de 188%, crescendo para Cr\$ 12,150 bilhões, e com o capital social aumentando para Cr\$ 3,348 milhões.

As reservas técnicas, medida de garantia das operações, tiveram um incremento de 123%, crescendo de Cr\$ 2,723 bilhões, para Cr\$ 6,055 bilhões.

O resultado patrimonial, proveniente das aplicações financeiras, que representa maior parcela na composição do lucro final, teve, no transcorrer do exercício, um desempenho excepcional, alcançando a quantia de Cr\$ 7,900 bilhões.

Este desempenho determinou a manutenção da Companhia União de Seguros Gerais entre as dez maiores seguradoras do País, mais precisamente, no 8º lugar do "ranking" que congrega 93 empresas.

### **BANRISUL FINANCEIRA S.A.**

A atuação na captação de recursos de poupanças internas, via colocação de letras de câmbio de aceite da instituição, e na realocação desses munerários em financiamentos destinados à aquisição de bens de consumo, representa a atividade fim da BANRISUL Financeira S/A. — Crédito Financeiro e Investimentos.

Através desse ciclo, a Empresa buscou o fator capital que estava disponível no mercado e o tornou produtivo ao direcioná-lo à comunidade para que pudesse atuar no segmento comércio, adquirindo aqueles bens necessários à sua satisfação. Contribuiu, assim, para que se completasse o ciclo produtivo do Estado e, por conseguinte, na geração de elementos importantes para o desenvolvimento da economia rio-grandense.

A plena consciência da representatividade desse papel promotor de desenvolvimento, levaram a BANRISUL Financeira a imprimir uma política direcionada para a maximização da produtividade através de um trabalho intenso, racional e dedicado. Dentro desses princípios foi que todas as metas traçadas para o ano de 1983 se realizaram plenamente, sendo, inclusive, ultrapassadas.

Na consecução dos objetivos destaca-se a ação integrada desenvolvida com o Sistema BANRISUL. Pela primeira vez nas atividades da BANRISUL Financeira, suas metas operacionais foram estendidas às agências do Banco do Estado, um dos passos de elevada importância para a integração do Sistema BANRISUL.

Como produto dessa atuação integrada e da filosofia e ação adotadas na condução da Empresa, os financiamentos apresentaram um crescimento nominal de 278%, passando o saldo de Cr\$ 7,4 bilhões, em 31 de dezembro de 1982, para Cr\$ 28,0 bilhões, em 31 de dezembro de 1983.

Cabe enfatizar que na realização dessas operações, visando à minimização de riscos, foi adotada uma política de desconcentração. Dessa forma, foi contemplado um maior número de financiados na modalidade de crédito pessoal, caracterizados por operações de pequeno valor (até 50 ORTN's), cabendo um maior volume para financiamentos com alienação.

Muito importante para que se realizasse o montante de financiamentos, foi o apoio, também inserido no Plano de Integração desencadeado, que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul emprestou para colocar as Letras de Câmbio BANRISUL. Com isso, o saldo de títulos cambiais tiveram um crescimento nominal da ordem de 285% no ano.

O bom desempenho alcançado no volume operacional, na rentabilidade dos financiamentos deferidos e na liquidez dessas operações, bem como através da política de incremento à produtividade e de contenção dos gastos em geral, vem garantir um resultado bastante satisfatório, com um lucro líquido da ordem de Cr\$ 832,8 milhões.

Vale dizer que o lucro líquido a ser atingido neste exercício superará todas as marcas até então registradas pela BANRISUL Financeira S/A. Outrossim, destaca-se a importância de alcançar esse incremento, uma vez que a incorporação desse resultado aos capitais próprios é imprescindível para a continuidade do processo de desenvolvimento da Empresa, uma vez que, por disposições legais ditadas pelas autoridades monetárias, os índices operacionais e de alocações de funcionamento de financeira estão vinculados a múltiplos do seu Patrimônio Líquido.

Portanto, a capitalização da Empresa é de suma importância para a manutenção e aprimoramento de sua capacidade produtiva, bem como para que possa atender convenientemente à demanda de crédito da comunidade estadual. Esse objetivo foi plenamente atingido no exercício de 1983, visto que de um Patrimônio Líquido de Cr\$ 1,5 bilhões em 31 de dezembro de 1982, esses capitais próprios alcançam aproximadamente Cr\$ 4,8 bilhões no balanço final de 1983.

Em abril de 1983, foi deliberado aumentar o Capital Social em 100%, integralmente com o aproveitamento de reservas, passando de Cr\$ 540 milhões para Cr\$ 1,08 bilhões.

## BANRISUL CORRETORA S/A

A BANRISUL S/A CORRETORA, apesar das dificuldades existentes na economia nacional, procurou desempenhar seu papel oferecendo segurança a seus clientes, tendo chegado ao final do exercício com resultados bastantes favoráveis.

O patrimônio líquido atingiu o valor de Cr\$ 1,2 milhões, enquanto o capital social alcançou a cifra de Cr\$ 450,9 milhões.

No que se refere ao mercado bursátil, o ano de 1983 mostrou dois semestres bastantes desiguais. No primeiro, o mercado apresentou-se retraído e quase sem liquidez, enquanto que a partir de julho houve um verdadeiro aquecimento.

Neste contexto, a Empresa procurou orientar os clientes para os melhores investimentos tendo criado três Clubes de Investimento que já possuem um patrimônio em torno de Cr\$ 250 milhões e congregam poupanças de mais de 80 cotistas.

Por outro lado, a receita operacional líquida com operações de renda fixa alcançou um valor de Cr\$ 3,22 milhões, com um número de clientes que chega hoje a 45 mil.

Em setembro, ocorreu o início da participação da corretora no mercado físico de mercadorias com a participação em nove leilões da Bolsa nos meses de setembro, outubro e novembro.

Quanto ao lucro operacional, este foi de Cr\$ 1,25 bilhões, enquanto o lucro líquido atingiu o valor de Cr\$ 400 milhões.

# **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SEA)

A Secretaria da Administração, nos termos da legislação em vigor, tem a seu encargo, na Administração Pública Estadual, a elaboração e execução da política de pessoal, da política oficial de transportes e dos serviços gerais, bem como a supervisão da previdência e assistência social ao servidor público, dos serviços gráficos e do desenvolvimento dos recursos humanos.

A Ordem de Serviço nº 02/83-87 do Chefe do Poder Executivo incumbiu a Secretaria da Administração da supervisão, orientação e execução do recrutamento de pessoal, também para as Companhias de Economia Mista e suas subsidiárias e Fundações, resultando na abertura de Provas de Seleção para 77 categorias funcionais, realizadas em âmbito regional, em 125 Municípios.

Honrou-se os compromissos assumidos anteriormente para com a classe do Magistério quanto à nomeação dos 37.204 concursados. Disso resultou um total de 62.150 atos publicados, entre nomeações e habilitações de posse.

Buscando valorizar o servidor público, foram promovidos 17.618 funcionários do Quadro Geral, dos Policiais e do Magistério; foram melhorados os vencimentos básicos do funcionalismo; foi adotada a carga horária normal de 44 horas para os servidores de nível superior do Quadro Geral, além da incorporação proporcional ao tempo de exercício, das gratificações, como vantagem pessoal, aos vencimentos dos funcionários públicos.

Procurou-se agilizar os processos, principalmente do Magistério, reduzindo, neste caso, de forma significativa o tempo de exame e de concessão da aposentadoria de seis para três meses, não obstante o acréscimo considerável de processos, decorrente da Emenda Constitucional nº 18, que beneficiou o Magistério quanto ao tempo de serviço para aposentadoria.

Na área dos transportes oficiais do Estado, atendendo à política de austeridade imprimida na atual Administração, além da desativação de 715 veículos, obteve-se uma economia de 10.442.726 litros de combustível e 8.106.690kg de "fuel-oil", num valor de Cr\$ 4,786 bilhões, a preços correntes.

Por outro lado, disciplinou-se o uso de carros locados e procurou-se conscientizar o público em geral da necessidade de sua participação na fiscalização dos carros oficiais, para maior eficiência no controle dos veículos do Estado.

10 - S C P

A participação da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos no alcance dos objetivos do Programa de Governo foi de grande importância, uma vez que voltou-se mais para a melhoria e preparação do nível técnico e profissional do pessoal da Administração Direta e Indireta. Foram treinadas 7.127 pessoas, representando um aumento de 100% sobre os treinandos previstos. Registra-se também que houve um aumento de 83,75% no número de treinados da Administração Direta.

No que se refere aos serviços gráficos, a CORAG teve o melhor desempenho de sua história. Os resultados econômico-financeiros ultrapassaram as metas previstas, *tomando-se como referência, entre outros indicadores, o seu índice de liquidez corrente* que foi de 7,3, ao término do ano. A CORAG, durante o exercício de 1983, além de editar e imprimir o Diário Oficial e o da Assembléia Legislativa, e de imprimir outros informativos exclusivamente do setor público, editou livros e material instrucional, para atender os Ministérios da Saúde e da Educação, e forneceu 100 mil cadernos para distribuição gratuita a alunos carentes.

No campo da Previdência e Assistência Social, o Instituto de Previdência do Estado imprimiu uma nova orientação que beneficiou os funcionários de baixa renda, possibilitando o acesso a serviços, tais como: empréstimos pessoais, odontológicos, funerários e complementares de assistência médica. Foram beneficiados 28.157 segurados, atingindo um montante de Cr\$ 1,700 milhões.

*Para os pensionistas foi tomada medida de caráter inédito e de grande relevância, uma vez que o valor mínimo da pensão nunca será inferior ao do padrão inicial da tabela do Quadro Geral dos Funcionários Públicos Civis do Estado.*

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Administração

### OBJETIVO

*Formular, executar e coordenar a política de Administração de Pessoal do Estado, bem como examinar, registrar e publicar atos relativos ao Pessoal da Administração Direta.*

### REALIZAÇÕES:

- nomeações e/ou transferências de funcionários estatutários; 33.560 funcionários
- exame de 8.600 processos de aposentadoria e de diferença, revisão e/ou fixação de proventos, assim distribuídos:
  - concessão de aposentadoria de funcionários; 3.782 aposentadorias
  - diferença, revisão ou fixação de proventos; 1.008 processos
  - processos em diligência ou para concessão de vantagens; 2.810 processos



- nomeação de servidores estabilizados pela Lei nº 7.133/78;  
542 servidores
- concessão de vantagens estatutárias aos funcionários da Administração Centralizada;  
38.450 vantagens
- análise e promoção de funcionários do Quadro Geral, Policiais e Magistério;  
17.618 funcionários
- publicação de atos relativos a pessoal da Administração Centralizada.  
199.800 atos

#### OBJETIVO

*Manter o cadastro quantitativo e qualitativo dos servidores civis da Administração Direta.*

#### REALIZAÇÃO:

- onze quadros de Funcionários Estatutários, do Pessoal Contratado, das Gratificações de Função de Diretor e Vice-Diretor das Unidades Escolares e Atribuição de Gratificação equivalente à Função Gratificada.

#### OBJETIVO

*Reativar a atividade setorial do Sistema de Pessoal, descentralizando os procedimentos burocráticos.*

#### REALIZAÇÕES:

- realização de várias reuniões com os representantes Setoriais do Sistema de Pessoal, com vistas ao fortalecimento dos Núcleos de Pessoal das diversas Secretarias;
- elaboração de Manual de Instruções para a Concessão de Aposentadoria.  
1 manual

#### OBJETIVO

*Racionalizar e sistematizar as informações de pessoal no âmbito da Administração Direta e Indireta procedendo a continuação da implantação e da expansão do Banco de Dados de Pessoal.*

#### REALIZAÇÕES:

- conferência, revisão e validação dos dados do cadastro de Pessoal do Estado;  
30.000 servidores
- cadastramento e/ou recadastramento de servidores nomeados ou contratados, especialmente magistério;  
15.000 servidores
- transações efetuadas para a manutenção e consolidação dos dados no computador, via terminais, relativos a 180.000 matrículas;  
2.745.142 transações

- *eliminação de fichas manuais referentes a assentamentos e lançamentos de dados funcionais diversos;* 20.000 fichas
- *registro, assentamento e conferência de dados funcionais, constantes das publicações no D.O.* 193.800 atos

**OBJETIVO**

*Estudar e emitir pareceres sobre processos de infornunística, medicina ocupacional e de readaptação.*

**REALIZAÇÕES:**

- *exame de processos de concessão de gratificação especial de risco de vida e saúde aos servidores estatutários e de adicional de insalubridade e periculosidade aos celetistas da Administração Direta e Indireta;* 3.882 processos
- *pareceres relativos a acidentes do trabalho e concessão de pensões;* 213 pareceres
- *realização de vistorias periciais de incidência de insalubridade e periculosidade dos locais de trabalho na Administração Direta e Indireta;* 29 laudos
- *exames de processos de tempo ficto previsto na Lei nº 2.455/54;* 436 processos
- *exame de processos de readaptações.* 51 processos

**OBJETIVO**

*Executar as ações de recrutamento e seleção de pessoal para a Administração Direta e Indireta.*

**REALIZAÇÕES:**

- *concursos, em andamento;* 15 concursos
- *abertura de Concursos Públicos;* 10 concursos
- *conclusão de Concursos Públicos;* 4 concursos
- *Provas de Habilitação;* 1 prova
- *abertura de provas de seleção para Autarquias e Empresas de Economia Mista, correspondendo a 77 categorias funcionais;* 13 provas

- provas de seleção concluídas, correspondendo a 57 categorias.

II provas

## OBJETIVO

Racionalizar os procedimentos de recrutamento e ingresso de pessoal.

## REALIZAÇÕES

- redução do número de documentos apresentáveis na fase de inscrição de Concursos e Provas de Seleção;
- utilização da computação como elemento auxiliar no processo de seleção.

## OBJETIVO

Promover a justiça salarial, pela diminuição das disparidades de remuneração ora existentes e estimular a profissionalização do servidor, respeitadas as peculiaridades dos diferentes órgãos.

## REALIZAÇÕES:

- melhoria de vencimentos aos funcionários do Quadro Geral, buscando, assim, uma equiparação com os demais Quadros;
- incorporação de gratificações;
- regime de carga horária de 44 horas aos funcionários de nível superior do Quadro Geral;
- estudo de enquadramento dos servidores estáveis em categorias funcionais e definição dos respectivos cargos no Quadro Geral, Fazendário e do Magistério, para efeito de efetivação, culminando com a Lei nº 7.833 de 09.12.83;  
1.453 cargos
- estudo dos Quadros de Pessoal das Autarquias para fornecer subsídios à Comissão designada para apresentar propostas de reestruturação do regime remuneratório dos mesmos — Comissão Intersecretarial.

## OBJETIVO

Colaborar com os governos municipais em assuntos de atribuições correspondentes à Secretaria.

## REALIZAÇÕES:

- assistência técnica na execução de trabalhos relativos à classificação de cargos e funções, estatutos dos funcionários e à reorganização administrativa a sete municípios: São Nicolau, Palmeira das Missões, Bossoroca, Capão da Canoa, Rosário do Sul, Redentora e Torres;

18 trabalhos

- realização de Concurso Público para o Magistério, Área 1, da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves.

1 concurso

**OBJETIVO**

Reorganizar a SEA visando à desburocratização de fluxos/rotinas, e eliminar documentos desnecessários, de modo a racionalizar a complexidade de processos administrativos.

**REALIZAÇÃO:**

— levantamento e análise de fluxos e rotinas.

33 análises

### **SUPERINTENDÊNCIA DOS TRANSPORTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SUTERGS)**

A Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul (SUTERGS), tem por finalidade executar, sistematizar, orientar, fiscalizar e estabelecer normas com vistas à Política Oficial dos Transportes.

Nesse sentido, aliada ao espírito de austeridade da atual Administração, a SUTERGS tem dado cumprimento às Ordens de Serviço do Governador, dirigidas às suas áreas específicas de atividade. Assim, obteve-se uma redução no consumo de combustível num total de 10.442.726 litros e de 8.106.690 kg de "fuel-oil", num montante total de Cr\$ 4,786 bilhões.

Durante o exercício de 1983, foram desativados 715 veículos e incorporados 319. Em decorrência das desativações promovidas, foram incorporados à frota da SUTERGS quinze veículos, que permanecem à disposição para eventuais necessidades de órgãos da Administração Estadual.

As bombas da SUTERGS abasteceram de gasolina veículos de 30 órgãos da Administração Pública, registrando um decréscimo de 19,48% em relação ao exercício de 1982. Todavia, verificou-se um aumento no abastecimento de álcool e óleo diesel no mesmo período; o álcool em 85,98%, atendendo 11 órgãos, e o óleo diesel atendendo oito órgãos, teve um acréscimo de 319,96%. Esses acréscimos se devem à aquisição de maior número de veículos a álcool e a óleo diesel, em decorrência da desativação de veículos movidos a gasolina.

Atualmente, com a implantação de sistema eletrônico de cadastramento, os veículos da Administração Direta e Indireta, num total de 5.389, estão controlados pelo computador.

Com vistas à aprovação do Sistema de Transporte Oficial do Estado (SISTRAN), a SUTERGS emitiu 52 pareceres sobre aquisições, locações e sistema "leasing" de veículos.

A SUTERGS examinou, ainda, dez processos de sindicância sobre ocorrências de acidentes envolvendo veículos do Estado pertencentes a vários órgãos.

Realizou-se a transferência das instalações da Garagem Central, da Rua dos Andradas para o Centro Administrativo do Estado, e iniciou-se a implantação da Sede de Abastecimento da SUTERGS, obra em fase inicial, na Avenida Ipiranga, com capacidade de 80.000l.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Administração

## OBJETIVO

*Executar, sistematizar, orientar, fiscalizar e estabelecer normas com vistas à política oficial dos Transportes da Administração Estadual.*

## REALIZAÇÕES:

- controle da frota de veículos, quanto à incorporação: 319 veículos
- controle da frota de veículos, quanto a desativações: 715 veículos
- controle da frota total dos veículos: 5.380 veículos
- economia de gasolina, com um consumo de 11.329.000l, em relação a uma cota estimada de 14.132.000l; 2.803.000l
- economia de álcool, com um consumo de 974.729l, em relação a uma cota estimada de 1.119.000l; 144.271l
- economia de óleo diesel, com um consumo de 31.576.545l, em relação a uma cota estimada de 39.072.000l; 7.495.455l
- economia de "fuel-oil", com um consumo de 5.809.310 kg, em relação a uma cota estimada de 13.916.000kg; 8.106.690kg
- abastecimento de gasolina nas bombas da SUTERGS; 801.471l
- abastecimento de álcool nas bombas da SUTERGS; 121.230l
- abastecimento de óleo diesel nas bombas da SUTERGS; 83.761l

## OBJETIVO

*Construção de uma estação de abastecimento de combustível na Avenida Ipiranga, com capacidade de 80.000 litros.*

## REALIZAÇÃO:

- cercamento e início do canteiro de obras.



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, em 1983, deu continuidade às suas atribuições tradicionais de prestação de benefícios previdenciários e serviços assistenciais.

A preocupação do IPERGS voltou-se, eminentemente, para a maior abrangência de acesso de beneficiários aos diferentes sistemas. Isso significou favorecer os grupos de menor renda, oferecendo-lhes a possibilidade de, facilmente, adquirirem serviços *nem sempre acessíveis*.

É o caso da reabertura da Carteira de Empréstimos, tanto pessoais como escolares, odontológicos, funerários e complementares de assistência médica. Instituiu-se ainda as "operações casadas", que são os empréstimos dados aos mutuários em atraso com as prestações habitacionais. Os empréstimos de pequeno valor representaram a imensa maioria dos casos, a tal ponto que se atingiu, no total, a mais de 28.000 segurados, distribuindo-se a soma de Cr\$ 1,7 bilhões.

Da mesma forma, criou-se o financiamento da casa própria, terrenos e apartamentos, com recursos próprios da Autarquia até o limite de 2.500 UPCs. A verba fixada para esse fim foi de Cr\$ 800 milhões. Caracteriza-se, assim, a facilidade de acesso: juros de 6 a 9% ao ano, taxa de abertura de crédito na base de 5%, reajuste das prestações na mesma proporção do aumento concedido ao funcionalismo, a vigorar depois de sessenta dias dessa correção salarial.

A atenção dada aos grupos de pequena renda estendeu-se aos pensionistas; através da Lei nº 7.810, de 06/9/83, o valor da menor pensão passou a ser igual ao do salário básico do padrão inicial da tabela de vencimentos do quadro geral do funcionalismo.

Os pensionistas receberam, ainda, uma reclassificação para fins de participação no custeio dos serviços complementares de assistência médica, reduzindo-lhes as franquias. O mesmo tipo de reclassificação foi feito para o quadro de segurados, visando a beneficiar os de menor renda.

O IPERGS elaborou um plano complementar de pensões, facultativo, nos moldes de outros sistemas já existentes, como os de pecúlios e assistência médica. Mediante contribuições adicionais, os segurados adquirem o direito de legar pensões em valores superiores aos instituídos pelo sistema normal.

Essas medidas objetivas destinaram-se a atingir e oferecer renovadas vantagens aos beneficiários. Houve, também, uma série de iniciativas de caráter administrativo, visando a dinamizar a atividade das operações. O auxílio-natalidade era concedido dentro de um prazo de 15 dias. Um ajustamento nos trâmites, reduziu esse prazo para 6 ou 8 dias, no máximo. Foram adotadas medidas para corrigir os constantes atrasos (de até seis meses) que ocorriam no pagamento dos honorários profissionais dos médicos credenciados. A regularização tornou mensais esses pagamentos.

A assistência médica foi motivo de grande atenção. Reformulou-se todo o sistema de controle, desde consultas médicas, serviços complementares e atendimentos hospitalares, procurando aumentar a eficiência dos serviços com sensível redução de custos.

A atividade do IPERGS, inspirada nesses termos, pretende dar plena satisfação a todos os que nela estão envolvidos, em especial àqueles que são motivo da existência da Autarquia: seus quase seiscentos mil beneficiários.

#### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Administração Financeira

#### OBJETIVO

Oferecer aos segurados da Capital e Interior do Estado, apoio financeiro através de empréstimos simples, escolar, complementar e odontológico.

#### REALIZAÇÃO:

- concessão de empréstimos pessoais, complementares, odontológicos e escolares a segurados da Autarquia na Capital e Interior do Estado.

28.157 segurados

Programa: Saúde

#### OBJETIVO

Prestar assistência médica e hospitalar aos servidores do Estado, da Administração Direta e Indireta, além de assistência a municípios através de convênios.

#### REALIZAÇÕES:

- atendimento médico a segurados e dependentes, na Capital e Interior do Estado;

1.712.830 atendimentos

- exames complementares a segurados e dependentes, na Capital e Interior do Estado;

1.205.824 exames

- assistência hospitalar a segurados da Capital e Interior do Estado;

125.871 atendimentos

- atendimento médico de emergência a segurados da Capital e Interior do Estado.

103.237 atendimentos

Programa: Assistência

#### OBJETIVO

Patrocinar atendimento aos segurados, mediante aquisição de medicamentos, atingindo principalmente aos de menor renda, na Capital e Interior do Estado.

#### REALIZAÇÃO

- atendimento a segurados, através da comercialização de produtos farmacêuticos.

1.764.877 atendimentos

Programa: Previdência

#### OBJETIVO:

Divulgar e ampliar a atuação do Instituto quanto à concessão e pagamento de benefício, pensões ou complementações, na Capital e Interior do Estado.

**REALIZAÇÕES:**

- manutenção de pensões mensais, na Capital e Interior do Estado; 19.600 pensões
- concessão de pecúlio "post mortem"; 1.927 pecúlios
- concessão de auxílio-natalidade; 10.050 auxílios
- concessão de pecúlio facultativo. 3.151 pecúlios

**COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)**

A Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), no exercício de 1983, teve um desempenho muito bom. O resultado operacional, quer industrial, quer financeiro, foi de crescimento real, ultrapassando as metas previstas para o exercício de 1983. As despesas mantiveram-se aquém das previstas e as receitas tiveram um aumento real acima das estimadas. Fiel às diretrizes do Governo do Estado, a Companhia está, única e exclusivamente, voltada para a prestação de serviços aos órgãos governamentais da Administração Direta e Indireta do Estado, como também a federais, como os Ministérios da Saúde, de Telecomunicações e da Educação, com largos aportes financeiros trazidos pela CORAG para o Estado.

Há que se frizar que a CORAG já está produzindo livros didáticos para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), industrializando livros de inglês e matemática financeira, na ordem de trinta mil volumes.

Sob o aspecto econômico-financeiro, a Companhia é uma empresa saudável, gozando de bom conceito junto aos seus credores. Suas contas estão rigorosamente em dia e o grau de endividamento é o corrente, portanto, aquele decorrente de operações normais. Não há dívidas a longo prazo, quer em moeda nacional, quer em estrangeira. Foram expressivos os benefícios advindos da centralização das compras da Companhia no DECAM. Da mesma forma, o encaminhamento direto à CORAG dos serviços gráficos dos órgãos públicos, pelo mesmo, vieram ao encontro dos interesses de ambas as partes.

Embora obedecendo às diretrizes existentes para Entidades Oficiais, a Empresa é dirigida dentro de critérios de empresa privada, tornando-a mais flexível e dinâmica, trabalhando praticamente três turnos para poder atender a demanda. Mister se torna manter viva a motivação do quadro funcional, quer sob o aspecto social, ambiental e salarial.

No exercício de 1983, o quadro funcional manteve-se praticamente estável, não tendo havido nenhuma admissão, nem para substituir aqueles que se desligaram da empresa, quer por aposentadoria, quer por outras razões. Da mesma forma, além dos serviços de conservação e melhoria, não foram executadas obras expressivas, a não ser o Posto de Atendimento no Centro Administrativo. Alguns equipamentos dentro do parque gráfico foram substituídos por outros por não apresentarem mais condições operacionais, por desgaste e obsolescência.



O bom desempenho da Companhia, em grande parte se deve à política de contenção e controle de custos, bem como ao incremento da receita operacional. São ilustrativos dados como: crescimento real (83/82) de 14% da receita total, em ORTNs; decréscimo real dos custos de 29% em ORTNs, no mesmo período; a relação custos operacionais e receita operacional de 64% no exercício; a liquidez corrente de 7,3:1; o grau de endividamento de 12,3%.

O Capital Social da Companhia passará de Cr\$ 1,169 bilhão para Cr\$ 3,0 bilhões, na próxima Assembléia Geral Ordinária.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Administração

#### OBJETIVO

Atender às necessidades do ramo gráfico na esfera da Administração Pública Direta e Indireta do Estado.

#### REALIZAÇÕES:

— tiragem do Diário Oficial do Estado;	2.078 mil exemplares
— tiragem do Diário da Assembléia Legislativa;	266 mil exemplares
— tiragem de jornais e informativos;	1.412 mil exemplares
— tiragem de Separatas de Deputados;	342 mil exemplares
— tiragem de Revistas;	322 mil exemplares
— tiragem de livros;	197 mil exemplares
— tiragem de impressos em geral;	41.233 mil exemplares
— tiragem de cadernos escolares.	100 mil exemplares

### FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A FDRH, coerente com o Programa do atual Governo, que coloca o homem como princípio e o fim do processo de desenvolvimento, desenvolveu sua programação, em 1983, centrando as suas preocupações na melhoria e preparação do nível técnico e profissional do elemento humano, componente dos quadros da Administração Direta e Indireta do Estado.

Uma rápida análise da origem dos treinandos das atividades de desenvolvimento dos recursos humanos da Fundação, em 1983, segundo a área de atuação, mostra que 83,75% pertenciam à Administração Pública Estadual, 6,68% à Administração Pública Municipal, 0,84% à Federal, 3,79% ao Setor Privado, 0,34% a outros países e 4,60% a outros.

É interessante ressaltar que a clientela atendida nas atividades acima referidas procedia em 54,38% da Região Metropolitana de Porto Alegre e 43,58% do interior do Estado, cumprindo assim a intenção claramente manifesta pelo atual Governo, de interiorizar cada vez mais as ações governamentais.

A FDRH, cumprindo suas atribuições estatutárias, propôs-se a auxiliar na implantação dos sistemas de desenvolvimento de recursos humanos em todos os órgãos da Administração Pública e privada do Estado, ajustando-se às estruturas existentes. Propõe-se também ao preparo do pessoal especializado para impulsioná-los, assim como a estimular o fortalecimento de todos os demais sistemas da Administração Pública.

Para tanto, durante 1983, desenvolveu o Programa de Formação de Núcleos de Recursos Humanos na Administração Pública Estadual, o qual motivou a criação e a reativação de núcleos de desenvolvimento de recursos humanos em diversas Secretarias e órgãos da Administração Indireta.

A FDRH, consciente de que não se pode cingir a política de desenvolvimento de recursos humanos do Estado exclusivamente ao setor público, considera o Rio Grande do Sul como um grande "campus", onde todas as inteligências devem ser incentivadas e apoiadas por facilidades dadas pelo Estado, para participarem nas soluções de nossos desafios.

Assim, durante o ano de 1983, oportunizou a realização de atividades de cooperação em importantes segmentos do desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Sul, tais como:

- curso de técnicas legislativas para Prefeitos, Vereadores e Secretários de municípios do Rio Grande do Sul, atividade que contou com a colaboração das lideranças políticas da Assembleia Legislativa e dos municípios do Estado;
- seminários de estudos sobre liderança, para estudantes participantes de agremiações estudantis das escolas de 1º e 2º graus do Sistema Estadual de Ensino, com a colaboração da Secretaria da Educação e Cultura do Estado (SEC) e das Delegacias de Ensino;
- assistência técnico-gerencial visando ao desenvolvimento das empresas privadas participantes do Sistema Agroindustrial do Estado;
- assistência tecnológica visando ao desenvolvimento das empresas privadas componentes do Setor Petroquímico do Estado;
- programas de capacitação gerencial desde os níveis estratégicos até os níveis operacionais das empresas do setor privado, visando a criar condições para o desenvolvimento das mesmas;

- implantação de programas que objetivam difundir as formas de utilização das potencialidades da informática, através de ações específicas de treinamento que abranjam as áreas de processamento, manutenção e uso da informação, contando com a colaboração da PROCERGS.

Visando a esclarecer, conscientizar e sensibilizar os Recursos Humanos do Estado da importância das medidas de austeridade emanadas do Poder Executivo, objetivando uma administração eficaz em período de recessão, a FDRH, através do seu veículo de divulgação, a Revista Executivo, apresentou com destaque em encarte especial as 30 primeiras Ordens de Serviço, pretendendo também torná-las conhecidas e úteis em outras esferas de Governo do país.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Ensino Supletivo

### OBJETIVO

Realizar a capacitação, profissionalização e desenvolvimento de Recursos Humanos.

### REALIZAÇÕES:

- treinamento envolvendo 7.904 horas/aula; 7.127 treinandos
- consultorias; 10.789 horas
- pesquisa; 2.454 horas/técnicas
- previsão de realização de 5.000 horas/técnicas de atividades de apoio tecnológico e de outras atividades;
- atividades de apoio tecnológico e outras. 40.906 horas/técnicas



**SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS**

## **SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS (SDO)**

A interiorização do desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população sul-rio-grandense são os objetivos primordiais que foram perseguidos no exercício de 1983. Com a preocupação de dar objetividade às ações, foi intensificada a integração entre os órgãos da estrutura da Secretaria e das entidades a ela vinculadas. A atuação nas diversas frentes — desenvolvimento regional e urbano, saneamento básico, assistência técnico-administrativa aos municípios e a construção, manutenção, recuperação e restauração de prédios públicos — foi orientada por uma unidade de propósito e pelo esforço permanente em superar, através da inovação metodológica e da adequação das técnicas às condições de nossa realidade, a escassez de recursos e a pressão de uma demanda que, em parte, é inadiável e que no todo cresce a um ritmo bem maior que o crescimento dos recursos financeiros disponíveis.

Ao elenco de atribuições tradicionalmente exercidas pela SDO, vieram somar-se a responsabilidade do apoio às funções de saneamento ambiental e de transporte urbano de massa.

A SDO procurou organizar-se para atender às diretrizes governamentais para as atividades pertinentes à variada e ampla gama de atribuições, adequando sua estrutura técnico-administrativa, coordenando os esforços dos seus diversos órgãos e buscando articular-se, ainda, com outros órgãos da Administração Estadual através de programas integrados. Também pela modificação tecnológica procurou-se romper a barreira da limitação de recursos, identificando novas opções de desenvolvimento regional e urbano e da política de edificações públicas coerentes com as novas diretrizes governamentais.

*A ocorrência de fatores climáticos adversos, como vendavais e enchentes, proporcionaram o desenvolvimento de ações expeditas e objetivas na recuperação de prédios públicos e no saneamento básico. A partir do evento dos sinistros, em 14 dias estavam concluídos os levantamentos com quantificação de custos dos prédios escolares e, em 30 dias, havia a Secretaria recuperado 50% dos prédios sinistrados e em 60 dias 90%.*

Em relação ao abastecimento de água potável, através da CORSAN, foram realizadas ampliações na rede estadual que resultaram em 60 mil novas ligações, beneficiando diretamente mais 200 mil rio-grandenses.

Os convênios que a SDO mantém com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), tiveram prosseguimento através da segunda fase do projeto de Proteção contra as Cheias do Rio dos Sinos, o de Defesa de Porto Alegre Contra Inundações e a da Drenagem das Lagoas do Litoral Norte.

A estas atividades se somam as ações da Companhia Riograndense de Saneamento, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU), do Conselho para o Desenvolvimento Integrado do Litoral (CODEL) e da Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), órgão de apoio aos Conselhos Deliberativos e Consultivo da Área Metropolitana de Porto Alegre.

### REALIZAÇÕES 1983

Programa: Administração

#### OBJETIVO

Implementar uma nova política de construção, recuperação, restauração e manutenção de prédios públicos da Administração Direta adequada à atual realidade econômico-financeira do Estado, adotando processos expeditos calcados, principalmente, na inovação e na criatividade.

#### REALIZAÇÕES:

- projetos arquitetônicos para 5 prédios novos; 2.701 m<sup>2</sup>
- projetos referentes a ampliações de 16 prédios escolares; 6.839 m<sup>2</sup>
- projetos decorrentes da adaptação de 14 prédios públicos a funções específicas; 14.611 m<sup>2</sup>
- implantações de projetos arquitetônicos de 13 prédios; 5.920 m<sup>2</sup>
- plano geral de projetos arquitetônicos com área total de 1.400 m<sup>2</sup>; 2 planos
- anteprojetos que atingem 10.395 m<sup>2</sup> de área; 2 anteprojetos
- pareceres técnicos; 7 pareceres
- projetos de instalações elétricas e hidráulicas para obras que totalizam 54.149 m<sup>2</sup>; 36 projetos
- projetos de concreto — cálculo; 32 projetos
- orçamentos realizados; 23 orçamentos
- laudos, perícias e avaliações; 28 casos
- fiscalização e/ou administração de construções; 1.095 casos

- obras do Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul:
- execução das formas, armadura e concretagem das alas Norte, Centro e Sul da 22.ª lage;
  - colocação das esquadrias nas alas Norte e Sul do 10.º, 11.º, 12.º e 13.º pavimentos;
  - execução das faixas de assentamento (contrapiso) 11.º e 12.º pavimentos;
  - montagem e colocação de esquadrias de alumínio, ala Norte e Sul, do 14.º e 17.º pavimentos;
  - montagem e colocação de esquadrias do Núcleo Central do 10.º ao 12.º pavimento;
  - colocação de paviflex com adesivo e cimento no 11.º pavimento;
  - colocação de basalto no piso de circulação e banheiros no 11.º e 12.º pavimentos;
  - instalação hidrossanitária e colocação de louças no 11.º e 12.º pavimentos;
  - colocação de vidros no 11.º, 12.º e 13.º pavimentos;
  - execução de faixas de saneamento (contrapiso) 10.º e 13.º pavimentos;
  - montagem e colocação de esquadrias de alumínio, ala Norte e Sul do 18.º ao 21.º pavimentos.
  - montagem e colocação de esquadrias do Núcleo Central do 13.º ao 21.º pavimento.

#### OBJETIVO

*Implementar o projeto de cadastro técnico dos prédios do Estado.*

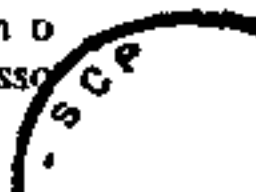
#### REALIZAÇÕES:

- execução das fichas-cadastro de prédios públicos, classificadas e arquivadas em disquete; 5.000 unidades
- cadastros de firmas — licitações; 517 certidões
- editais, súmulas, atãs e avisos sobre licitações. 216 documentos

**Programa: Planejamento Governamental**

#### OBJETIVO

*Estimular e consolidar o desenvolvimento econômico e social do Estado com o fortalecimento e melhor adequação na integração dos municípios dentro do processo*



*de desenvolvimento global e harmônico do Estado e a participação da comunidade rio-grandense.*

#### **REALIZAÇÕES:**

- elaboração, conclusão e entrega de códigos tributários para os municípios de Constantina, Bom Princípio, Santa Vitória do Palmar, Nova Bréscia, Nonoai e Charqueadas; 6 códigos
- emissão de pareceres jurídicos para municípios; 76 pareceres
- entrega de modelos de Lei Orgânica a municípios; 20 municípios
- elaboração, conclusão de planos de classificação de cargos para os municípios de Nova Bréscia, São Leopoldo e Jaguari; 3 planos
- implantação de Reforma Administrativa em 26 municípios; 26 municípios
- assessoramento à instalação de novos municípios: Jóia, Bom Princípio, Cotiporã, Charqueadas, Parobé, Capão da Canoa, Fortaleza dos Valos, Capão do Leão, Teutônia, Tavares, Salto do Jacuí, Palmares do Sul. 12 municípios

#### **Programa: Proteção Ambiental**

##### **OBJETIVO**

*Definir e implantar programas de controle das águas superficiais a nível regional no tocante ao saneamento e segurança das áreas urbanas e à infra-estrutura regional, como também fiscalizar a execução de barragens por particulares, visando não só à preservação dos mananciais hídricos do Estado como à sua melhor utilização.*

##### **REALIZAÇÕES:**

- exame dos projetos e expedição de alvarás de licença para a construção de barragens por particulares de acordo com a Lei nº 2.434/54;
- execução de obras pertinentes aos convênios com o DNOS, adiante detalhados, entre os quais destacam-se:
  - início da construção do Polder V — ilhas e arroios do Polder V e desapropriações na Região de São Leopoldo;
  - construção da Casa de Bombas nº 5;
  - estudos finais e projetos das eclusas das lagoas do litoral norte;
  - dragagens na Bacia do Rio Tramandaí;
  - dragagens no Rio Cornélio;



- obras de canalização do arroio Cavalhada, do arroio Passo Fundo e operações de manutenção e limpeza do Sistema Contra Inundações de Porto Alegre.

**Programa: Programas Integrados**

#### **OBJETIVO**

*Promover o melhor aproveitamento das potencialidades de cada microrregião.*

#### **REALIZAÇÃO:**

- elaboração do Plano Regulador do Uso do Solo, na região do Pólo Petroquímico;

**Programa: Urbanismo**

#### **OBJETIVO**

*Promover o desenvolvimento dos municípios através de apoio técnico, melhorando sua capacidade administrativa e instrumentando-os para exercer controle sobre a ocupação e uso do solo urbano.*

#### **REALIZAÇÕES:**

- prestação de consultoria técnica às equipes municipais para a elaboração de Planos Diretores para Santa Bárbara, Passo Fundo, Vera Cruz, execução parcial para Uruguaiana e Rio Pardo;
  - revisão da Lei de Uso do Solo Urbano de Bagé;
  - prestação de assistência técnica para a implantação do Plano Diretor em São Sebastião do Cai, Venâncio Aires, Santa Vitória do Palmar, Itaqui e Três Coroas;
  - elaboração de Legislação Urbanística Básica para os municípios de Bom Princípio, Fortaleza dos Valos, Jóia, Palmares, Salto do Jacuí, Ivoti, Cruzeiro do Sul, Não-Me-Toque, São Vicente do Sul e Barão do Cotegipe, além de outros em atendimento;
  - elaboração de Planos Viários para a Vila Garibaldina em Garibaldi, e execução parcial para a vila XV de Novembro, em Ibimba;
  - assessoramento a municípios através da emissão de pareceres técnicos sobre problemas urbanísticos;
- 10 municípios**
- elaboração de projetos de paisagismo para Encantado, Serafina Corrêa, Canguçu, Planalto, Palmares do Sul e Santiago, além de execução parcial em outros três municípios;
  - execução de levantamentos topográficos em Fortaleza dos Valos e Rodeio Bonito;
  - execução do projeto de canalização do arroio em Barão do Cotegipe;

- elaboração de projeto de reforma administrativa para São Leopoldo, implantação do processo de planejamento em Esteio e implantação de sistema de lançamento de impostos em Estância Velha (em convênio com a METROPLAN);
- execução de projetos de reforma administrativa para Ilópolis, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Jaguari, Crissiumal, São José do Ouro e Canguçu, e, ainda, elaboração, em andamento, para 18 outros municípios;
- elaboração de Código Tributário para Constantina, Bom Princípio, Sta. Vitória do Palmar, Nova Bréscia, Nonoai e Charqueadas;

6 códigos

- elaboração de Modelo de Lei Orgânica para Santo Augusto, Sta. Vitória do Palmar, Nova Bréscia, Candelária, Capão do Leão, Butiá, Fortaleza dos Valos, Arroio dos Ratos e para os 13 municípios da Associação de Municípios Celeiro do Rio Grande do Sul;
- elaboração do Regimento Interno da Câmara de Porto Xavier;
- elaboração do Plano de Carreira para o Magistério de Nova Bréscia, São Leopoldo e Jaguari;
- realização do Congresso para Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos em 1982;
- prestação de assistência contábil em nove municípios;
- assessoramento à implantação da reforma administrativa em 59 municípios;
- outros serviços técnicos diversos prestados ao executivo e ao legislativo dos municípios;
- implantados 44 Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente;
- estudos e atividades visando à preservação do meio ambiente e à defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Científico;
- realização de 27 cursos e seminários, na capital e interior, para funcionários municipais, para funcionários de Câmaras, Prefeitos, Assessores e Vereadores, versando sobre assuntos de administração de material, de administração de pessoal, problemas urbanísticos, relacionamento entre os poderes, contabilidade, cadastro, orçamento-programa e outros temas de interesse das administrações locais.

A SDO representa o Estado em três convênios firmados com o DNOS que objetivam a proteção dos núcleos urbanos da RMPA contra as inundações, além da recuperação de terras e controle dos recursos hídricos do litoral. O vulto dos investimentos se justifica pela importância social e economia dos três projetos a seguir descritos:

- Proteção contra as cheias do Rio dos Sinos:

Obras contra as cheias que periodicamente afetam área de 33 mil hectares da região metropolitana, especialmente a zona urbana de São Leopoldo.

Face o grande porte do Projeto — dividido em seis polderes — foram eleitos prioritários os polderes IV e V por envolver a área junto à cidade de São Leopoldo. A primeira fase relativa ao polder IV já foi concluída, constando de diques com extensão de 7.000m, três casas de bomba com capacidade total de 30m<sup>3</sup>/s, coletores pluviais e elevação da ponte sobre o rio, na rua Caxias do Sul, permitindo que a margem esquerda do rio, na área urbana e suburbana, ficasse protegida integralmente. O investimento realizado nesta fase alcançou a 370,7 milhões de cruzeiros. A segunda fase, iniciada em 1983, abrange essencialmente o polder V, situado na margem direita do rio, constando de cinco diques, duas casas de bombas, valas de drenagem e duas pontes sobre o canal de desvio do Rio dos Sinos, da canalização do Arroio Preto, num montante de cerca de 4,5 bilhões de cruzeiros, e visa a atender enorme parcela da população de baixa renda que se aloja junto àquela margem. Esta etapa conta com financiamento de empréstimo alemão de 10,9 milhões de marcos.

#### — Defesa de Porto Alegre contra inundações:

A conclusão de um sistema de proteção contra as inundações da cidade de Porto Alegre representa um conjunto de obras que evitarão a repetição de flagelos como os que causaram as cheias anteriores. Consiste de um sistema de diques de proteção delimitando sete polderes: Sarandi, Aeroporto, Navegantes, Mauá, Praia de Belas — duas margens do arroio Dilúvio, e Cristal. São 42.796m de diques, 15 casas de bombas com capacidade total de 138,6m<sup>3</sup>/s, 50km de valas, 32km de arroios, 19km de coletores gerais que, além da defesa contra inundações e melhoria das condições de saneamento ambiental, trouxeram benefícios como os sistemas viários sobre os diques, a própria Avenida Castelo Branco e Avenida Ipiranga. Em 1983 foram realizadas obras nos diques Sarandi, Praia de Belas, canalização do Bairro Anchieta e Arroio Cascatinha. O dique da Praia de Belas constituir-se-á, em breve, numa importante via de ligação entre o Centro e a Zona Sul da cidade. Nestas obras foram investidos mais de 1 bilhão de cruzeiros até o presente, assim distribuídos: DNOS 50%, Estado 30% e Prefeitura 20%.

#### — Drenagem das lagoas do litoral norte:

Obras de um programa integrado para a regularização das descargas das lagoas Tramandaí, Quadros e Itapeva, situadas no litoral norte do Estado, visam ao desenvolvimento sócio-econômico da região de menor renda per capita do Estado. Através de obras reguladoras de níveis de descarga, com dragagem e retificação do Rio Cornélius, dragagem e proteção da barra do Rio Tramandaí, objetiva-se, fundamentalmente, a recuperação de áreas alagáveis, a manutenção de níveis mínimos e máximos das lagoas, adequados às necessidades locais e do impedimento de penetração de água salina, por ocasião de fortes estiagens, como as previstas para o verão 1984 de molde a proteger o imenso manancial existente e, ainda, permitir a navegabilidade de lazer e pesca artesanal ao longo da bacia do Rio Tramandaí. A fixação da Barra dará condições de abrigo a embarcações, como alternativa de Torres a Rio Grande.

As obras, até o presente, alcançam cerca de 650.200 milhões de cruzeiros, com participação do Estado e do MINTER, com 50% cada um. Em 1983, foi iniciada a redragagem do Rio Cornélius e concluído o Projeto referente à construção da eclusa. Atualmente, estão sendo efetuados serviços de redragagem do mesmo entre as lagoas dos Quadros e Itapeva, à altura da praia de Arroio Teixeira.

## COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

No decorrer do ano de 1983, a CORSAN deu continuidade ao programa de saneamento básico, de acordo com as metas da atual Administração Estadual de ampliar o atendimento e promover a melhoria das condições de vida da população urbana.

Os esforços empreendidos neste sentido resultaram em significativa evolução no atendimento da referida população, quer no abastecimento com água potável, quer no serviço de coleta e tratamento de esgotos. A população abastecida foi acrescida, em termos absolutos, de 252.000 habitantes, ou seja, 8,0% a mais, em termos percentuais. A população urbana do Estado atendida com água tratada, pela CORSAN e outros Órgãos Municipais, é de 87%. Por sua vez, no mesmo período, a população atendida com serviços de coleta de esgotos teve um crescimento absoluto de 20.000 habitantes, ou 7,9%, em termos relativos.

Outrossim, foi considerável o aumento da extensão da rede de distribuição de água, tendo a mesma passado de 11.029km em dezembro de 82, para cerca de 11.550km em dezembro de 83. No decorrer deste período, a rede coletora de esgotos passou de 432km, para aproximadamente 460km. Com respeito ao Programa ÁGUA, neste mesmo exercício foram incluídos mais dois sistemas entre aqueles administrados pela Companhia. Isso se deve à conclusão das obras de implantação dos sistemas de Cristal e Garibaldi. Passaram ainda à administração direta os sistemas de Caiçara e Alecrim, já pertencentes à CORSAN, mas administrados até então pelas respectivas prefeituras municipais. Em Bagé, a Companhia passou a fornecer água tratada, após a conclusão da nova ETA de 440 l/s, ficando a distribuição da mesma a cargo da Companhia local, a DAEB.

Dentre as grandes localidades, apenas *Portão* não é abastecida com água tratada. Há, entretanto, projeto para sua inclusão, com previsão do início das obras em 84. Quanto às doze pequenas localidades tornadas municípios em 1982, apenas quatro — Cotiporã, Fortaleza dos Valos, Jóia e Tavares ainda não possuem sistema de abastecimento de água.

No que se refere ao Programa ESGOTO, foi dada continuidade às obras relativas à implantação dos sistemas de Canoas e Novo Hamburgo, e a ampliação dos sistemas de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Torres.

Quanto aos projetos considerados ESTRATÉGICOS, de alto significado sócio-econômico, ao encerrar-se o ano as principais obras encontravam-se em fase de conclusão e recebimento, com a finalização do Sistema de Abastecimento do Distrito Industrial de Rio Grande, e o prosseguimento das obras do sistema de tratamento e disposição final do efluente industrial e cloacal do Pólo Petroquímico, em fase de acabamento.

Foi dada continuidade às obras relativas à implantação do Projeto Rio Guaíba, com a finalidade de recuperar e preservar a qualidade das águas do principal rio do Estado, conforme convênio firmado entre DMAE, CORSAN e BNH. Por sua vez, pelo Projeto PROMORAR, foram executados cerca de 61km de rede de distribuição de água em 24 localidades, e aproximadamente 31km de rede coletora de esgotos em 20 localidades.

Para a execução de tais obras foi aplicada a quantia de Cr\$ 29.451.808, a qual supera em 148% aquela investida em 1982, o que representa um significativo acréscimo, mesmo considerando a taxa de inflação. Deste valor, foram investidos cerca de Cr\$ 795.780.000, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDDI), aplicados em treinamento, conclusão do V Plano de Micromedição, aquisição de veículos e equipamentos, equipamento de laboratório, obras do Laboratório Central e macromedição.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Saneamento

### OBJETIVO

Expandir o abastecimento de água potável para a maior parte da população urbana, nas localidades administradas pela Companhia.

### REALIZAÇÕES:

- |  |                      |
|--|----------------------|
| — aumento da população abastecida;                     | 252.000 habitantes   |
| — acréscimo de economias atendidas;                    | 72.000 economias     |
| — incremento da capacidade de reservação;              | 11.000m <sup>3</sup> |
| — ampliação da rede cadastrada;                        | 523km                |
| — hidrômetros instalados;                              | 39.000 hidrômetros   |
| — poços perfurados;                                    | 62 poços             |
| — poços montados;                                      | 14 poços             |
| — barragens construídas;                               | 3 barragens          |
| — ETAs construídas e ampliadas;                        | 5 estações           |
| — aumento da capacidade de produção;                   | 2.575m <sup>3</sup>  |
| — reservatórios construídos;                           | 19 reservatórios     |
| — localidades com rede ampliada pelo Projeto Promorar; | 24 localidades       |
| — rede executada pelo Projeto Promorar;                | 61km                 |

**OBJETIVO**

*Expandir a coleta, tratamento e destino final de esgotos sanitários à maior parte da população urbana e executar um programa integrado de saneamento básico, visando à recuperação e à preservação da qualidade da água do Rio Guaíba, tendo em vista a necessidade de garantir a qualidade da água, especialmente junto às fontes de captação.*

**REALIZAÇÕES:**

- aumento da população atendida; 20.000 habitantes
- novas economias atendidas; 6.000 economias
- ampliação da rede cadastrada; 28km
- localidades com obras de implantação; 2 localidades
- localidades com obras de ampliação; 3 localidades
- localidades com rede ampliada pelo Projeto Promorar; 20 localidades
- rede executada pelo Projeto Promorar; 31km
- rede executada pelo projeto Rio Guaíba. 28km

**OBJETIVO**

*Dotar os principais pólos industriais do Estado com sistemas de abastecimento de água e sistemas de tratamento de esgotos sanitários e industriais.*

**REALIZAÇÕES:**

- conclusão das obras de implantação do tratamento terciário e de disposição final dos efluentes do III Pólo Petroquímico;
- conclusão de lagoas de estabilização; 8 lagoas
- conclusão da implantação do sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Rio Grande.

**FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)**

*Sem perder de vista as atribuições conferidas pela Lei Complementar 14 e pela legislação estadual pertinente, a Fundação Metropolitana de Planejamento ampliou significativamente suas atividades e competência no exercício.*

Acrescendo aos seus objetivos nucleares, a instituição implementou programas e ações decorrentes de delegações recebidas do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana e que se materializaram no suporte técnico à Secretaria Extraordinária da Grande Porto Alegre.

No que concerne à sua política de atuação, a METROPLAN caracterizou-se, durante o ano de 1983, por um lado, pela busca de uma integração ampla e plena à estratégia de desenvolvimento do governo formulada para o período 1983/87 e, por outro, por sucessivas tentativas para operacionalizar os objetivos básicos decorrentes desta estratégia via programas e projetos.

O desenvolvimento do Homem metropolitano e a busca de seu bem-estar, bem como da sua comunidade, devem ser considerados como as grandes linhas orientadoras do desempenho político da METROPLAN. Estrategicamente, os esforços foram concentrados nos bens e serviços prioritários, destacando-se a Habitação, o Saneamento Básico, o Meio Ambiente e o Transporte, visando, fundamentalmente, ao aprimoramento físico e cultural da comunidade metropolitana. Esta atuação não foi, como poderia parecer, isolada em cada um dos bens e serviços, mas buscou-se sempre atuar, quer internamente, quer nas gestões externas, de forma integrada e compatibilizada, reduzindo ao máximo o desperdício de recursos físicos, financeiros e humanos, de acordo com o princípio de austeridade que norteia toda a administração estadual.

A forma com que foram enfocados as ações e os serviços prioritários na Região Metropolitana de Porto Alegre, pode ser atestada através do atendimento realizado às populações de vilas irregulares (habitação, saneamento básico, meio ambiente e transporte) e da delimitação de áreas com melhores condições físicas, econômicas e sociais para programas habitacionais para a população de baixa renda.

Esta forma de atuar na busca do desenvolvimento pleno da população da Região Metropolitana, caracterizou-se, também, nas gestões realizadas no processo de implantação do Trem Metropolitano, em especial nos programas para a elaboração de estudos complementares ao mesmo e na busca de formas de concretização de obras complementares e indispensáveis à integração do trem no contexto urbano municipal e regional. A própria avaliação das estruturas urbanas, dos seus planos e programas, tentando compatibilizar de forma ampla e plena o transporte com o uso do solo, atesta a preocupação com um trabalho que procura integrar e compatibilizar os diferentes aspectos deste complexo processo de desenvolvimento metropolitano.

A preocupação que a METROPLAN tem demonstrado de integrar, via gestão e programas a nível metropolitano, os problemas de água potável, de esgoto sanitário e de resíduos sólidos, com a distribuição das atividades sociais e econômicas no espaço da Região Metropolitana, é justificada pela importância conferida, nas Diretrizes de Ação do Governo, a um ambiente físico sadio, saneado, ao desenvolvimento físico e cultural da população, no caso, da população da Região Metropolitana de Porto Alegre.

## **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Regiões Metropolitanas**

**OBJETIVO**

Elaborar programas e projetos de alcance mais imediato buscando também a captação de recursos para investimentos que visem à consecução das políticas setoriais contidas nas Diretrizes de Ação do Governo do Estado, e da Política Urbana Federal para a RMPA.

**REALIZAÇÕES:**

- definição de alternativas para os problemas de limpeza urbana em Cachoeirinha; 90%
- estudo de cicloviás para o município de Sapiranga visando a estabelecer um Plano de Cicloviás na área urbana do município; 40%
- elaboração de programas não convencionais de saneamento, confiáveis e de baixo custo, através de uma ação conjunta CORSAN/DMAE/METROPLAN;
- reavaliação dos planos diretores de Sapucaia do Sul, (20%), de Campo Bom (50%) e de Esteio (30%); 3 planos
- regularização de vilas irregulares através da articulação com órgãos estaduais e municipais, especialmente com a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre;
- elaboração do Programa Metropolitano de Habitação buscando a compatibilização da Ação Pública, a utilização eficaz dos investimentos, a ocupação adequada do solo metropolitano e a adoção de programas especiais para o atendimento das necessidades básicas da população de baixa renda; 70%
- estudos complementares ao TRENURB compreendendo um programa de ação dos transportes urbanos que visa a aumentar a eficiência e o conforto e reduzir o tempo de deslocamento da população:
  - estudos de linhas de ônibus;
  - cadastro do entorno das estações e sugestões sobre uso do solo;
  - estudo sobre estímulo à transferência dos usuários ao transporte coletivo;
  - ante-projeto de áreas de estacionamento;
  - estudo de tarifas de transporte coletivo;
- abertura de valas para a rede de abastecimento de água potável para comunidades de baixa renda, dos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Estância Velha, Gravataí e Viamão, através de convênio com a CORSAN; 12,7km



- **pavimentação de vias urbanas em zonas de baixa renda com serviço de transporte coletivo;**  
15.779m
- **execução da drenagem de águas pluviais e os meios-fios em vias urbanas de baixa renda;**  
15.778,4m
- **elaboração dos Procedimentos de Integração com Órgãos Setoriais de Diferentes Níveis buscando definir formas operacionais de atuação externa da METROPLAN;**  
50%
- **localização e implantação de Pontos de Venda de Produtos Hortigranjeiros;**  
59 pontos de venda
- **Programa Participação, visando a impulsionar a melhoria de qualidade de vida e o desenvolvimento local da RMPA, através da instrumentalização da participação da população devidamente organizada, no planejamento e na administração local;**  
100%
- **identificação e dimensionamento de variáveis de acompanhamento da realidade sócio-econômica;**  
50%
- **execução da rede de referência plani-altimétrica objetivando a implantação do Cadastro Imobiliário Metropolitano;**  
80%
- **zoneamento rural de Sapiranga com vistas ao disciplinamento do uso do solo rural;**  
90%
- **drenagem pluvial de uma área de 30 ha situada na zona norte de Porto Alegre, próxima à Av. Assis Brasil, beneficiando uma população de aproximadamente 6.000 pessoas, implantando 440m de rede pluvial.**  
50%

#### **OBJETIVO**

*Estudar as transformações que vêm ocorrendo na RMPA, visando a subsidiar as decisões, elaborar o planejamento de novas ações, além de propor instrumentos adequados à aplicação da estratégia e objetivos definidos nas Diretrizes de Ação do Governo do Estado.*

#### **REALIZAÇÕES:**

- **proposição para Solução de Forma Integrada do Lixo Hospitalar visando a construção de usina de incineração na RMPA;** proposição
- **elaboração de minuta de projeto de lei para o estabelecimento do Zoneamento Industrial na Região Metropolitana de Porto Alegre;** minuta



- elaboração de Plano de compatibilização da mineração com outras atividades, prevenindo agressões ao meio ambiente rural e urbano; 1 plano
- divulgação das propostas do Estudo TRENSURB junto aos órgãos municipais e setoriais com atividade na área de influência do trem, implementando-as a nível de formulação de projetos;
- organização sistemática dos registros de informações gráficas (Painel de Informações Metropolitanas);
- estabelecimento, consolidação e detalhamento de normas para o controle do uso do solo metropolitano, tendo em vista os preceitos da Lei Federal nº 6.766/79;
- estudos com base qualitativa e quantitativa sobre migrações na Região Metropolitana de Porto Alegre visando ao conhecimento das tendências do fenômeno migratório;
- proposição de um modelo de código de obras às prefeituras, visando orientar a execução de projetos e edificações;
- montagem de uma matriz de dados sobre infra-estrutura, uso do solo e área ocupada, referenciada ao Sistema Cartográfico metropolitano;
- seleção, atualização e análise de um conjunto de indicadores que expressem as condições de vida da população e das atividades econômicas da RMPA;
- elaboração de modelo computacional de simulação da expansão urbana;
- avaliação dos reflexos da implantação dos projetos CURA nos municípios de Cachoeirinha, Campo Bom e Sapiranga, em termos de endividamento das Prefeituras dos referidos municípios;
- elaboração do Plano Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a RMPA;
- elaboração de estudos de caráter permanente, com vistas a subsidiar as políticas de uso do solo, de infra-estrutura básica, de transportes coletivos, além da operacionalização de um sistema de informações técnicas, sociais e financeiras.

## **OBJETIVO**

*Atender os programas especiais a cargo do Conselho Deliberativo da RMPA.*

## **REALIZAÇÕES:**

- aplicação de recursos sob a forma de auxílios, doação de materiais e prestação de serviços às populações de baixa renda;

**Cr\$ 50,911 milhões**

- aplicação de recursos para o atendimento de populações de baixa renda atingidas pelas últimas cheias, através de doações ou transferências às Prefeituras Municipais da RMPA; Cr\$ 30,750 milhões
- aplicação de recursos para o atendimento de populações de baixa renda atingidas por cheias, granizos e outras calamidades; Cr\$ 13,049 milhões

### **CONSELHO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO LITORAL (CODEL)**

As atividades do CODEL no exercício de 1983 foram centralizadas na elaboração do Plano Base na área do Litoral que abrange os Municípios de Mostardas, Osório, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Capão da Canoa, São José do Norte, Santo Antônio da Patrulha, Torres, Tramandai, Palmares do Sul e Tavares.

O "Plano para o Desenvolvimento Integrado", lançado pelo Governador do Estado em janeiro de 1984, na cidade de Tramandai, objetiva atender prioridades que foram destacadas no Plano Base, às quais serão agregadas programações de cada Secretaria de Estado — órgãos executores dos planos setoriais. Para atender as prioridades foram destacados como relevantes os seguintes programas: Ordenamento da Utilização do Potencial Hídrico da Bacia do Rio Tramandai, cujo objetivo é o aproveitamento racional e a preservação do amplo potencial físico ambiental, ecológico e turístico da área, mediante aprovação de Área de Proteção Ambiental; Programa de Recursos Hídricos, objetivando preservar da erosão, contaminação e salinização visando apoio à pesca, ao controle da irrigação, ao abastecimento humano, ao turismo, ao controle ambiental, ao aproveitamento das potencialidades econômicas e outros; Circulação e Transporte, visando a superar as deficiências dos meios de circulação — hidrovias, rodovias, ferrovias, aerovias — e suas nocivas conseqüências que impedem a racionalização de atividades básicas ao equilíbrio da área; Função Produtora do Litoral, cujo objetivo é a redução da importação e ampliação da produção hortifrutigranjeira, ampliação do florestamento, racionalização da pesca e outros; Disciplina do Uso do Solo e Promoção do Desenvolvimento Urbano, visando ao desenvolvimento urbano integrado adequado à disciplina do parcelamento do solo, promoção e desenvolvimento do turismo, habitação — com o incremento de indústrias locais de materiais de construção e outras, com utilização de mão-de-obra local.

### **CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CEDU)**

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU) tem como objetivo principal a formulação da Política de Desenvolvimento Urbano do Estado, bem como dos mecanismos e ações para sua implementação e acompanhamento. Cabe à Secretaria Executiva do CEDU a elaboração das propostas a serem aprovadas pelo Colegiado.

Durante o exercício de 1983, o trabalho da SE/CEDU centrou-se no detalhamento das Diretrizes de Ação do atual Governo referentes ao meio urbano, consubstanciado em proposta de Resolução a ser submetida ao CEDU. Esta define a estratégia de desenvolvimento urbano para o Estado, no período administrativo, diretrizes de caráter mais operacional e recomendações de ações a serem desencadeadas por órgãos da Administração Estadual.

Referenciado à Política proposta, foi elaborado o Programa de Trabalho da SE/CEDU, também sob a forma de Resolução a ser levada ao Conselho, que incorpora os programas que vinham sendo desenvolvidos e propõe a realização de outros, objetivando a operacionalização das diretrizes.

Visando a atingir o objetivo de “promover a desconcentração econômica e populacional da Região Metropolitana de Porto Alegre, através da dinamização de centros regionais alternativos e do controle do uso do solo na Região Perimetropolitana”, houve continuidade no desenvolvimento de dois programas: o Programa de Apoio aos Centros Regionais e o Programa Especial Cidades de Porte Médio/Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (CPM/BIRD). Com relação ao primeiro foram elaborados estudos sobre a Região Vinicultora de Caxias do Sul, tendo sido incluídos os seguintes: diagnóstico do setor primário e da agroindústria; análise do setor industrial; análise da evolução do sistema de transporte; relatório de análise, diagnóstico e prognóstico nas áreas de estruturação administrativa, finanças públicas e cadastro fiscal; caracterização das cidades de Bento Gonçalves, Farroupilha, São Marcos, Carlos Barbosa, Flores da Cunha e Antônio Prado. Em fase de conclusão: metodologia para formular ações de desenvolvimento social e econômico da região; caracterização da Região de Caxias do Sul; metodologia para institucionalizar o sistema regional de planejamento; caracterização das cidades de Garibaldi e Veranópolis.

O Programa Especial Cidades de Porte Médio está subdividido em dois subprogramas: Pelotas e Aglomerado Urbano de Caxias do Sul/Farroupilha e Flores da Cunha. No exercício de 1983, foram desenvolvidas as seguintes atividades, no subprograma Pelotas: Assinatura do Convênio COHAB — Prefeitura de Pelotas, referente ao Componente B.60 — Implantação de Lotes Urbanizados, das áreas do Obelisco e Guaibiroba; reprogramação do Componente A.30 — Assistência Técnica-Gerencial a Microempresas, sob a responsabilidade do Centro de Assistência Gerencial do Rio Grande do Sul (CEAG) e Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS); conclusão do Projeto Executivo da Abertura do Canal de Acesso, Aprofundamento do Remanso e Construção do Molhe, integrante do Componente A.41 — Apoio à Colônia de Pesca, pelo DEPRC; elaboração do Projeto Executivo do Componente B.71 — Implantação de Postos de Saúde, sob a responsabilidade da SSMA.

Com relação ao subprograma Aglomerado Urbano de Caxias do Sul/Farroupilha e Flores da Cunha as atividades realizadas foram: conclusão do Perfil da Cidade; elaboração da Estratégia de Planejamento; montagem das fichas de componentes dos projetos.

Visando a atingir o objetivo de “estabelecer, através da atividade básica de articulação intersetorial, mecanismos e uma prática constante de coordenação entre a ação dos organismos que têm alguma atuação sobre o meio urbano, de forma a obter o máximo rendimento e a correta aplicação de recursos de investimento”, a SE/CEDU através do Programa de Articulação Setorial, elaborou minuta de Resolução com as Diretrizes para a Formulação da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano; minuta de Resolução com diretrizes de ação dos órgãos estaduais que atuam no problema das submoradias.

Através do Programa de Assistência Técnica e Articulação Municipal foi elaborada minuta de Resolução com diretrizes para a ação dos órgãos estaduais envolvidos na prestação de assistência técnica aos municípios.

Através do Programa de Transporte Urbano, subdividido em dois subprogramas: Transportes Urbano e Pavimentação de Baixo Custo em Áreas Urbanas de População de Baixa Renda (PROPAV), as atividades realizadas foram: conclusão dos estudos de transporte urbanos nas cidades de Bagé, Erechim, Passo Fundo, Rio Grande, Santo Ângelo e Uruguaiana; elaboração de estudos sobre transportes urbanos nas cidades de Santa Maria e Cruz Alta; contatos iniciais para a programação de estudos de transportes urbanos nas cidades de Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Estrela, Ijuí e Lageado; montagem de proposta de convênio com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT); montagem de proposta de convênio com a EBTU para a gestão do PROPAV; assessoramento e montagem de projeto para a cidade de Passo Fundo.

## **GABINETE DO GOVERNADOR**

**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**

## **SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)**

A Secretaria de Coordenação e Planejamento, no decorrer de 1983, desenvolveu suas atividades no sentido de maior dinamização do processo de planejamento no Estado do Rio Grande do Sul, procurando atingir maiores índices de eficiência, eficácia e efetividade com a organização e o funcionamento do Sistema Estadual de Planejamento (SEP/RS).

O SEP/RS efetivou a elaboração do "Programa de Governo 1983-1987", a partir do documento "Diretrizes de Ação" do Governo Jair Soares, com a efetiva participação das Agências Setoriais de Planejamento na definição de objetivos setoriais, consentâneos com as reais necessidades, potencialidades e possibilidades de cada setor sócio-econômico do Estado. O Programa de Governo 1983-1987 constitui-se, ainda, num valioso instrumento para a articulação da Agência Central de Planejamento — a Secretaria de Coordenação e Planejamento — com as Agências Setoriais de Planejamento — as Assessorias de Planejamento de cada Secretaria de Estado — visto ser esta atividade uma diretriz de alto destaque da estratégia do Planejamento Governamental do Estado do Rio Grande do Sul.

O Sistema Estadual de Planejamento continuou sua atuação através da operacionalização dos subsistemas que o integram.

O Subsistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFI), que tem como principal objetivo a agregação dos projetos e subprojetos de investimentos do Setor Público Estadual num único sistema, encontra-se no momento desenvolvendo sua quarta fase de aperfeiçoamento. O SAFFI III, versão ainda vigente, possui uma periodicidade trimestral, ocorrendo uma defasagem na divulgação dos dados de aproximadamente 45 dias. Para corrigir esta deficiência, está sendo implantado o SAFFI IV, com periodicidade mensal, acompanhamento físico-financeiro por fase a nível de município e sistema de processamento de dados "on line", tendo por finalidade fornecer informações mais detalhadas e atualizadas aos centros de tomada de decisões.

O SAFFI organizou e realizou em 1983, o III Encontro Nacional do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos, no mês de outubro, com o objetivo de apresentar e debater as principais alterações a serem introduzidas no SAFFI IV. Desse encontro foram evidenciadas as seguintes conclusões:

- uniformização do sistema a nível nacional, visando a facilitar a disseminação dos resultados entre os diversos Estados da Federação que adotam a metodologia do SAFFI;



- manutenção, entre os Estados, de um fluxo de informações referentes a problemas, limitações, necessidades, aperfeiçoamentos e alterações gerais do Sistema;
- preenchimento de um formulário único pelos Estados que utilizam o SAFFI, para fins de intercâmbio;
- a centralização e divulgação das informações atinentes ao Sistema, ficarão a cargo do SAFFI/RS.

O Subsistema de Estudos Espaciais (SEE), objetiva produzir conhecimentos necessários para que o Governo do Estado se instrumente para uma efetiva ação regionalizada e intervenção sobre os fatores de desequilíbrio que se verificam na Região Metropolitana de Porto Alegre. Paralelamente ao esforço de manter-se a par de pesquisas e estudos sobre fatores regionais, o SEE tem desenvolvido contatos visando à sistematização de atividades de planificação espacial.

O SEE efetuou, também, análises comparativas das condições regionais em relação a variáveis sociais (*evasão, repetência, mortalidade peri-natal e incidência de crimes*), para conhecer as regiões mais carentes em equipamentos e serviços, e promover a espacialização das análises setoriais e o aprofundamento desses estudos nas Agências Setoriais em busca das causas da situação constatada. Da análise efetuada, tendo por base as regionalizações específicas, passou-se a realizar, com as mesmas variáveis, a análise, também segundo as regiões de programação (critério de interação), para tentar o cruzamento entre as diferentes variáveis sobre uma base geográfica comum.

Foram elaborados estudos básicos sobre distribuição da população segundo as regiões de programação, considerando-se a condição de residência (urbana, rural), as faixas etárias de interesse para o estudo da educação e da saúde, bem como as taxas de crescimento na última década, com os dados do censo demográfico de 1980.

O SEE procurou, ainda, conhecer e avaliar as atividades de outros órgãos com atividades ligadas ao planejamento regional e urbano, bem como a análise de diagnósticos e pesquisas realizadas sobre desigualdades regionais.

O Subsistema Técnico de Programas e Projetos (SUTEP), tem por finalidade prestar assistência técnica aos órgãos públicos estaduais na elaboração, análise e avaliação de programas e projetos. Compatibiliza os programas setoriais a nível estadual com vistas à programação anual do Governo. O SUTEP coordenou, em 1983, atendendo à Ordem de Serviço nº 07/83, as programações setoriais que subsidiaram a elaboração do Programa de Governo para o período 1983-87.

O Subsistema de Acompanhamento de Recursos Humanos (SARH), desenvolveu suas atividades com vistas a acompanhar o treinamento do servidor público. Desenvolveu também atividades relativas ao Sistema Estadual de Ensino, participando do grupo operacional intersecretarial para elaborar subsídios visando à implantação de quadros de pessoal por escola, em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento, na área do planejamento e programação do Setor Público, buscando efetivar a articulação da Agência Central de Planejamento com as Agências Setoriais de Planejamento, ressalta a atuação de seus técnicos na função de Setorialistas, isto é, os técnicos com a função específica de realizar a

integração da Secretaria de Coordenação e Planejamento com as demais Secretarias de Estado e seus respectivos órgãos vinculados, tendo em vista a execução do Planejamento Governamental no Estado do Rio Grande do Sul.

No âmbito do desenvolvimento organizacional, a Secretaria de Coordenação e Planejamento vem realizando suas atividades dentro de três áreas: estruturas, recursos humanos e racionalização administrativa.

A área atinente às estruturas tem por objetivo acompanhar e analisar os processos de criação, fusão, extinção, incorporação ou transformação dos entes estatais, bem como a análise de regimentos internos. A organização e atualização da documentação referente à legislação e estrutura dos órgãos da Administração Estadual também estão afetas a esta área.

Na área de recursos humanos, de acordo com a Ordem de Serviço nº 30/83, é de competência da SCP acompanhar, orientar e controlar o ingresso de pessoal na Administração Pública Estadual, compatibilizando-o às necessidades organizacionais. Para atingir este objetivo são realizados estudos e emitidos pareceres sobre o Programa de Necessidades de Recursos Humanos, controles mensais de movimentação de pessoal, mapeamentos mensais das cedências e análises e pareceres sobre os Planos de Cargos e Funções.

Com o Decreto nº 31.202/83, ficou sob a responsabilidade da SCP, também, a definição de metas e programas, bem como a fixação do número de estagiários segundo recursos disponíveis em cada Órgão da Administração Pública Estadual. Neste sentido, realizou-se o mapeamento geral de estagiários no Estado. Foi elaborado um estudo sobre as necessidades e dimensionamento dos cursos promovidos pela Escola de Polícia. Este estudo teve como finalidade desenvolver esforços no sentido de fazer valer uma política de capacitação, para que os recursos humanos da Polícia Civil estejam sempre habilitados ao pleno exercício de suas atribuições e seja evitada a obsolescência das habilidades e conhecimentos de seus recursos humanos.

A área de racionalização administrativa tem por objetivo orientar, coordenar e supervisionar o processo de simplificação, modernização e agilização dos serviços de atendimento ao público. Dentro desta perspectiva, a Central de Atendimento ao Público e o Sistema de Racionalização dos Protocolos dos Órgãos do Estado vêm apresentando resultados significativos.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento, no decorrer de 1983, com o objetivo de acompanhar e prestar orientação às organizações descentralizadas, colheu as informações e elaborou o calendário dos dissídios e reajustes de salários de todos os entes da Administração Indireta. Para tanto, realizou o cadastramento de todos os órgãos da Administração Pública Estadual Indireta, ou seja, cadastrou nove Autarquias, 13 Fundações, 20 Sociedades de Economia Mista, totalizando 56 entidades cadastradas. Além da montagem do cadastro, estabeleceu a rotina para sua atualização, toda vez que ocorram alterações de direção, composição acionária, encerramento de balanços, análises financeiras e análises da gestão. Ainda no âmbito da avaliação do desempenho das estatais, a SCP procedeu à análise dos balanços referentes aos exercícios de 1979, 1980, 1981 e 1982, à elaboração de uma "Representação Gráfica Patrimonial", relativa também ao último quadriênio e ao cálculo, para cada uma das Empresas de Economia Mista e das Empresas Subsidiárias, dos indicadores de liquidez corrente, liquidez seca, rentabilidade, grande endividamento e grau de imobilização. Elaborou-se,



também, uma proposta para o Programa de Produtividade da Administração Pública Estadual Indireta, a ser lançado em 1984.

No que concerne ao controle da expansão de recursos humanos da administração pública estadual, a SCP participou de grupos de trabalho intersecretariais, do que resultou: proposta de reestruturação do Regime Remuneratório dos Quadros de Pessoal das Autarquias Estaduais que ainda não tenham se reorganizado de acordo com o disposto na Lei nº 7.357/70; proposta de reestruturação do Regime Remuneratório do Quadro da Caixa Econômica Estadual; proposta de integração dos servidores celetistas da Administração Pública Estadual no regime estatutário; estudos relativos à repercussão financeira da conta "INATIVOS", no Tesouro do Estado e indicação de recursos alternativos para fazer frente à mencionada despesa.

Quanto ao acompanhamento das Ordens de Serviço do Governador, merecem destaque as atividades desenvolvidas pela Comissão Intersecretarial criada pelo Governador para examinar a situação dos órgãos da Administração Pública Estadual e propor alternativas com vistas à adoção de eficientes e efetivas medidas de controle, tendentes a *reduzir-lhes os gastos e aumentar-lhes o rendimento. O primeiro resultado obtido com o funcionamento desta Comissão materializou-se na publicação da Ordem de Serviço nº 25/83, que dispõe sobre a contenção de despesas e procedimentos nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado. O atendimento à Ordem de Serviço nº 25/83 determinou: a elaboração de relatório sobre as medidas implantadas, a nível de órgão; o confronto entre as informações prestadas pelas entidades descentralizadas e o levantamento, efetuado em 1981, sobre os procedimentos existentes nos órgãos da Administração Indireta sobre a realização de despesas; a elaboração de relatório sobre os resultados obtidos com a aplicação das medidas por ela preconizadas; a elaboração parcial sobre a quantificação financeira da redução da despesa obtida em sua função, bem como da implantação de outras medidas de austeridade.*

A Secretaria de Coordenação e Planejamento desenvolveu atividades relativas à execução do Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS), que tem como objetivo financiar e subsidiar investimentos ou serviços que visem ao desenvolvimento da Região Metropolitana, bem como obras de infra-estrutura urbana nos Municípios do Estado. No decorrer de 1983 foram concedidos pelo FUNDURBANO/RS, 267 financiamentos e auxílios, no valor de Cr\$ 1,500 bilhão destinados, essencialmente, para o sistema viário, especialmente no que tange à pavimentação, obras em pontos de estrangulamento, sinalização de ruas, abrigos em paradas de ônibus e iluminação pública; para saneamento; para espaços verdes; para cultura e esportes.

O Serviço de Auxílios, vinculado à Secretaria Executiva do FUNDURBANO/RS atendeu ao projeto "Contribuição para Projetos Municipais e Comunitários", concedendo 229 auxílios que beneficiaram 145 Municípios, num valor global de Cr\$ 718,2 milhões destinados a suprir necessidades dos municípios no que respeita ao sistema viário, telecomunicações, saúde e obras em geral. Atendeu, também, a atividades "Concessão de Auxílios a Exposição, Feiras, Congressos e outros Eventos", tendo distribuído a importância de Cr\$ 6,800 milhões, propiciando a realização de eventos dessa natureza em quatro Municípios. Dessa forma, o Estado buscou preencher lacunas, em função dos escassos recursos financeiros de que dispõem os Municípios, diminuindo as dificuldades administrativas com que se defrontam.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento vem, ainda, desenvolvendo atividades concernentes à elaboração de contratos, acordos, convênios e pareceres jurídicos.

tendo em vista emprestar maior dinamicidade aos serviços públicos nos quais ela se insere como órgão ativamente participante.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Planejamento Governamental

### OBJETIVO

*Consolidar o Sistema Estadual de Planejamento, visando a uma maior eficácia na promoção e coordenação das atividades de planejamento.*

### REALIZAÇÕES:

- elaboração, impressão e divulgação do “Programa de Governo 1983-1987”;  
1 programa
- cadastramento e acompanhamento trimestral dos projetos e subprojetos de investimentos da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundações;  
3.750 projetos
- elaboração do documento “Análise de Investimentos do Setor Público Estadual — 1982”;  
1 documento
- organização e realização do III Encontro Nacional do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos, nos dias 13 e 14 de outubro com a participação de técnicos da administração estadual do Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina, Paraná, Pará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, Goiás e Bahia;  
1 encontro
- estudos para a implementação da quarta versão do Subsistema SAFFI;  
1 estudo
- reformulação do programa de computação para ampliar a capacidade de armazenamento do cadastro de informações do Executivo Estadual;  
1 programa
- cadastramento dos objetivos do Plano de Governo;  
66 órgãos
- definição de roteiro e especificação de critérios para a elaboração dos Programas Setoriais com vistas ao Plano de Governo;  
1 roteiro
- coordenação e elaboração de Programas Setoriais, atendendo à Ordem de Serviço n.º 07/83;  
17 programas
- análise, com dados de 1980, correspondente às variáveis de educação (evasão e repetência);  
1 análise

- **consolidação dos dados de relatórios trimestrais sobre os investimentos do Estado por regiões e segundo os setores de aplicação e o total dos investimentos com indicação de localização, referente a 1982;**  
1 estudo
- **estudo sobre os procedimentos e metodologia adequada para a definição de diretrizes de organização espacial e a elaboração da estratégia com vistas à atuação futura e à progressiva implantação de práticas de planejamento espacial;**  
2 documentos
- **coleta, seleção, análise estatística, arquivamento e divulgação de indicadores, com vistas a análises de estatísticas específicas para o planejamento, (caráter global da economia do Estado);**  
1 estudo
- **análise do desempenho econômico-social e pesquisas sobre indicadores de desempenho do Setor Público;**  
23 indicadores
- **elaboração do Manual de Instruções do SURREI;**  
1 manual
- **coleta de informações fixas dos dados mensais, por município;**  
30 informações
- **coleta, tratamento e difusão diária de informações provenientes de periódicos;**
- **promoção da articulação das atividades desenvolvidas pelos diversos Subsistemas de Planejamento e da Agência Central de Planejamento com as Agências Setoriais de Planejamento;**  
22 órgãos
- **consolidação da Programação Bimestral do Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público;**  
1 programação
- **divulgação das publicações e realizações do Sistema Estadual de Planejamento (SEP/RS);**  
12 publicações
- **coleta de dados junto aos órgãos da Administração Pública Estadual (distribuição do material de instruções e formulários, correspondência e assessoramento quanto ao preenchimento dos formulários);**  
66 órgãos
- **recebimento, revisão e correção dos formulários;**  
66 formulários
- **compatibilização dos relatórios de conferência emitidos pelo Poly 101 com os formulários originais;**  
66 relatórios

- elaboração de relatórios de saída no Poly 101 (tabelas com dados por órgão e totais do Estado);  
9 relatórios
- acompanhamento das atividades referentes ao ensino formal no Estado;  
1 sistema
- participação em grupo operacional intersecretarial para a elaboração de subsídios visando à implantação de quadros de pessoal por escola no Estado.

### OBJETIVO

Estabelecer diretrizes e ações para o desenvolvimento organizacional de órgãos e sistemas da Administração Pública Estadual, bem como orientar e coordenar a organização estrutural e funcional dos mesmos.

### REALIZAÇÕES:

- análise de propostas de organização estrutural de órgãos do Estado (criação ou extinção de órgãos) e de seus regimentos internos;  
10 processos
- elaboração do Programa de Ciência e Tecnologia;  
1 programa
- elaboração da proposta para a criação do Programa Estadual de Defesa ao Consumidor (PRODECON);  
1 programa
- atualização dos volumes da "Organização Estrutural do Estado do Rio Grande do Sul";  
15 volumes
- controle mensal da movimentação de pessoal;  
715 boletins
- controle da Ordem de Serviço nº 30/83, mediante a análise de processos de Pessoal, de Planos de Cargos e Funções e de Programas de Necessidades de Recursos Humanos;  
1 estudo
- pesquisa salarial sobre os cargos da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul, solicitada pela Secretaria dos Recursos Humanos do Estado do Paraná;  
1 pesquisa
- estudo sobre as necessidades e dimensionamento dos cursos promovidos pela Escola de Polícia;  
1 estudo
- análise de Quadros de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;  
2 processos
- coordenação da Central de Atendimento ao Público, através do controle das informações;  
4.265 informações

- coordenação do Sistema de Racionalização dos protocolos;  
1 sistema
- estudo para o prosseguimento da implantação do Banco de Dados de Pessoal, criado pelo Decreto nº 30.024, de 27.01.81, que tem como objetivo fundamental a eliminação do paralelismo de funções, atividades e cadastros de pessoal;  
13 reuniões
- acompanhamento e controle do andamento de projetos apoiados técnica e financeiramente por órgãos federais, tais como Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM) e Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq).  
19 projetos

## OBJETIVO

Assegurar um maior controle e racionalização da despesa pública efetuada pelos diversos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, de modo a contribuir positivamente para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio Grande do Sul.

## REALIZAÇÕES:

- cadastramento das entidades da Administração Pública Estadual Indireta;  
56 entidades
- elaboração do calendário dos dissídios e reajustes de salários de todos os entes da Administração Pública Estadual Indireta;  
56 calendários
- cálculo para todas as Empresas de Economia Mista e das Empresas subsidiárias, de indicadores relativos aos seus gastos, através da análise dos seus balanços, no período de 1979 a 1982;  
34 entidades
- elaboração de proposta para o Programa de Produtividade da Administração Pública Estadual Indireta;  
1 proposta
- elaboração de propostas de reestruturação do Regime Remuneratório dos Quadros de Pessoal das Autarquias Estaduais que ainda não se organizaram conforme o disposto na Lei nº 7.357/70;  
2 propostas
- proposta de integração dos servidores celetistas da Administração Pública Estadual Direta no regime estatutário;  
1 proposta
- estudo relativo à recuperação financeira da conta "INATIVOS", do Tesouro do Estado, com indicação de fontes de recursos alternativos;  
1 estudo
- elaboração de relatório sobre as medidas implantadas e os resultados obtidos, a nível de órgão, em cumprimento às determinações da Ordem de Serviço nº 25/83;  
2 relatórios

- elaboração de relatório parcial sobre a quantificação financeira da redução de despesas, decorrente da aplicação das medidas da Ordem de Serviço nº 25/83 e de outras medidas de austeridade implantadas.

1 relatório

**OBJETIVO**

*Dar suporte financeiro, através do FUNDURBANO/RS, à elaboração de planos e projetos, e à execução de obras de infra-estrutura e bem-estar social nos centros urbanos e Região Metropolitana do Estado, mediante operações com recursos próprios ou de terceiros.*

**REALIZAÇÕES:**

- elaboração de Contratos de Financiamento pelo FUNDURBANO/RS;  
167 contratos
- elaboração de contratos de auxílio pelo FUNDURBANO/RS;  
100 contratos
- acompanhamento de contratos-auxílios e financiamentos, e liberação de parcela de contratos assinados com o FUNDURBANO/RS;  
840 unidades
- acompanhamento de contratos-vistorias em obras contratadas com o FUNDURBANO/RS;  
841 unidades
- orientação prévia, análise de projetos, elaboração do objeto de contrato referentes a obras realizadas pelas Prefeituras Municipais com recursos repassados pelo FUNDURBANO/RS;  
283 contratos
- ratificação e realização de vistorias em obras realizadas com recursos do FUNDURBANO/RS;  
213 vistorias

**OBJETIVO**

*Fortalecer as finanças municipais visando a promover a infra-estrutura econômico-social dos diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.*

**REALIZAÇÕES:**

- auxílios-contribuição a projetos municipais e comunitários, visando ao atendimento do sistema viário (estradas, pontes, aquisição de máquinas rodoviárias) em vários municípios;  
169 projetos
- auxílios-contribuição a projetos municipais e comunitários visando ao atendimento de telefonia e eletrificação rural em diversos municípios;  
23 projetos
- auxílios-contribuição a projetos municipais e comunitários visando ao atendimento à área de saúde (reformas, ampliação e construção de hospitais, ambulatórios ou postos de saúde) em vários municípios;  
8 projetos



- auxílios-contribuição a projetos municipais e comunitários visando ao atendimento de diversas obras (ginásios e praças de esportes, escolas, poços artesianos) em diversos municípios; 28 projetos
- auxílios-contribuição a exposições, feiras, congressos e outros eventos. 4 projetos.

#### OBJETIVO

*Promover, operar e co-participar de procedimentos técnico-administrativos que apórtem crescente coordenação de ações do Setor Público visando a permanentes acréscimos na eficácia e efetividade das organizações estatais.*

#### REALIZAÇÕES:

- coordenação da elaboração de propostas de órgãos setoriais do Estado, como interlocutor junto ao FINSOCIAL/BNDES, objetivando a transferência de recursos para ressarcimento de prejuízos causados pelas enchentes de julho de 1983; 2 convênios
- elaboração de convênios com órgãos da União (BNDES) e Organismos Internacionais (IICA-OEA) objetivando a formulação de Programas de ação destinados ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado. 3 convênios

#### OBJETIVO

*Realizar estudos e pesquisas para aprofundar o conhecimento estrutural e conjuntural da realidade rio-grandense visando a gerar subsídios conducentes à determinação de programas e prioridades governamentais.*

#### REALIZAÇÕES:

- atualização do conhecimento relativo à situação econômico-financeira e dos equipamentos urbanos dos municípios; 244 municípios
- proposições relativas a mecanismos de estímulo ao desenvolvimento de empresas industriais e comerciais estabelecidas no Estado e ao incremento da arrecadação do ICM, através da participação em Grupo de Trabalho Intersecretarial (Fazenda, Indústria e Comércio, Coordenação e Planejamento). 1 relatório

### FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE)

A Fundação de Economia e Estatística (FEE), durante o ano de 1983, deu continuidade à elaboração de estudos e pesquisas de caráter estrutural e conjuntural sobre a realidade sócio-econômica do Rio Grande do Sul, à coleta e divulgação de dados estatísticos e informações técnicas, à realização de pesquisas específicas visando a proporcionar subsídios aos tomadores de decisão tanto na esfera pública como privada, e à organização de seminários, objetivando, principalmente, a discussão de aspectos ligados à economia gaúcha.

Seus objetivos foram materializados na publicação de nove periódicos, com um total de 41 edições anuais e de seis estudos; na reedição de dois trabalhos e na impressão de 18 edições de trabalhos realizados por outros órgãos. Além desses, encontram-se em andamento 26 estudos, bem como a preparação dos periódicos correntemente publicados pela Instituição.

Foram editados trabalhos sobre a análise da economia gaúcha, seus movimentos e tendências e sua inserção na economia nacional; sobre a evolução da atuação estatal no período 1930-64 nos setores de educação, emprego, renda, habitação, saúde e previdência social. Foi também publicado um estudo do segmento moderno do cooperativismo agrícola do Rio Grande do Sul, reeditada uma pesquisa sobre a teoria da renda da terra nas obras dos economistas clássicos (Série Teses), bem como uma análise da política habitacional. Foram ainda dados a público periódicos que têm por objetivo a divulgação de trabalhos, ensaios e artigos de caráter técnico da área da economia e demais ciências sociais, e o acompanhamento sistemático da evolução conjuntural de segmentos industriais ou da economia como um todo.

No que se refere a periódicos mensais, destacam-se os com informações estatísticas de curto prazo sobre todos os setores da economia e, especificamente, sobre as vendas do comércio logista de Porto Alegre. Publicou-se, também, uma síntese anual das principais informações sobre o Estado, uma revista constituída de artigos e reportagens sobre temas específicos tais como: Interiorização do Ensino Superior, Assistência Médica e Habitação, que atua como veículo de integração entre os órgãos que compõem o Sistema Estadual de Informações Técnicas e Estatísticas (SEITE) e o documento que descreve o programa que está sendo desenvolvido com o objetivo de servir de apoio ao Sistema de Planejamento Estadual, contribuindo com subsídios para o aprimoramento dos instrumentos de ação governamental no que se refere ao meio ambiente.

Foram concluídos durante 1983, mas ainda não publicados, quatro estudos da série "Teses", analisando: o processo de expansão da soja no Rio Grande do Sul; o comportamento dos preços da alimentação através da construção de um índice de preços da alimentação no atacado; a evolução das disparidades de renda entre as microrregiões homogêneas no Rio Grande do Sul; e o desenvolvimento de recursos humanos para administrar por co-gestão. Estão também concluídos o anuário que reúne dados e informações estatísticas sobre a economia em geral, a nível de microrregiões homogêneas e municípios, e um cadastro para a cidade de Santo Ângelo.

Foram realizadas pesquisas de campo objetivando: mensurar a comercialização e o consumo de materiais de construção selecionados — segundo a origem da produção (dentro ou fora do RS); determinar a necessidade de equipamentos urbanos e/ou comunitários em sedes municipais; estabelecer a qualidade do ensino junto a Associação Santanense Pró-Ensino Superior (ASPES).

Encontram-se em elaboração seis estudos sobre o setor secundário incluindo análises específicas sobre a indústria de calçados, indústria de bens de capital e construção civil; cinco trabalhos sobre o setor primário, compreendendo análises rurais, agroindústria e formação de mercados para produtos agrícolas. No que se refere ao sistema de contas regionais encontram-se em andamento o cálculo do valor agregado, a balança comercial e a matriz insumo-produto interindustrial. Além, desses, estão sendo elaboradas análises sócio-econômicas sobre o emprego e o mercado de trabalho, as condições de vida na Grande Porto Alegre e as relações estado e empresariado gaúcho. No que diz respeito à moeda, crédito e política financeira, acham-se em andamento três estudos. Outras pesquisas em realização referem-se ao cooperativismo, à elaboração de um manual bibliográfico sobre a história econômica do RS, e a montagem de um índice de custo de vida para a cidade de Bagé. Encontram-se também em execução: análise sobre a indústria visando à formulação de uma estratégia industrial; estudo sobre a política salarial e o nível de investimentos do setor produtivo estatal, resenha dos efei-

tos do investimento público sobre o emprego; pesquisa de campo sobre a oferta de 43 materiais de construção selecionados no RS; pesquisa bibliográfica referente ao meio ambiente; montagem de índices específicos para cada um dos grandes grupos de obras públicas que vêm sendo realizadas visando ao reajuste dos contratos do Estado com as empreiteiras de obras públicas.

Como órgão de assessoramento técnico ao planejamento estadual, a FEE, através de estudos específicos, vem procurando fornecer subsídios à formulação de políticas e à tomada de decisões por parte dos setores público e privado.

Foram assinados vários contratos com outras instituições, propiciando uma maior integração com órgãos públicos e privados, destacando-se com a Secretaria da Indústria e Comércio, através do Conselho Estadual da Indústria da Construção (CEICO-RS), e com o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e com o Banco Nacional da Habitação (BNH). Para o CEICO-RS foi prevista a realização de três estudos: evolução das empresas de construção civil, montagem de um sistema estadual de índices de preços para serviços e obras públicas de engenharia (ainda em execução) e análise semestral, em 1983, do desempenho da indústria da construção civil no Rio Grande do Sul (já editada a análise do primeiro semestre de 1983).

Como fruto do contrato com o CODESUL foram publicados dois trabalhos realizados pela Secretaria da Fazenda: Exportações do Rio Grande do Sul — Benefícios Fiscais do ICM, e Relatório de Estatísticas Econômico-Fiscais, e um por aquela entidade (Resoluções CODESUL II). Está em andamento um estudo sobre o emprego e o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul.

Deverá estar concluída em 1984 a pesquisa sobre oferta de materiais de construção civil, que consta de uma ampla pesquisa de campo junto aos produtores, resultado do contrato assinado com o Banco Nacional da Habitação (BNH).

Como órgão operacional do SEITE, a FEE vem procurando aumentar seu acervo de dados, não só com o objetivo de suprir-se de informações básicas como, também, de atender à demanda das mais variadas origens e, principalmente, dos órgãos integrantes do Sistema. Como resultado de termos de cooperação técnica com entidades do interior do Estado, cabe mencionar a realização da Pesquisa do Cesto de Produtos Básicos de Bagé, com a Faculdade Unidas de Bagé (FUNBA); o Levantamento Cadastral da Indústria e Comércio de Santo Ângelo, com a Fundação Missioneira de Ensino Superior (FUNDAMES); o Levantamento Cadastral da Indústria e Comércio, de Santana do Livramento; e uma pesquisa sobre a Qualidade de Ensino da Associação Santanense Pró-Ensino Superior (ASPES), em cooperação com essa entidade. Foi realizada, também, a Pesquisa de Equipamentos Públicos Urbanos da Sede dos Municípios, por solicitação da SCP. Além da realização de estudos, pesquisas e da coleta e divulgação de dados, a FEE vem discutindo a conjuntura econômica nacional e estadual através de seminários para públicos específicos, cabendo destaque à realização anual do Seminário de Informação Econômica para Jornalistas e ao Seminário sobre a Questão Regional.

Afora as atividades típicas da FEE, a mesma vem se constituindo em órgão aglutinador de vários programas governamentais, tais como o Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Sul (CONPETRO), Comissão Estadual de Energia (CENERGS), Equilíbrio Ecológico e Conselho para o Desenvolvimento Integrado do Litoral.

**REALIZAÇÕES 1983**

Programa: Planejamento Governamental

**OBJETIVO**

*Estruturar e operar o sistema de contas regionais, elaborar indicadores econômico-sociais, realizar estudos e pesquisas de caráter estrutural e conjuntural sobre a realidade sócio-econômica.*

**REALIZAÇÕES:**

— estudos e periódicos publicados:

- **A Produção Gaúcha na Economia Nacional: uma análise da concorrência intercapitalista (2 tomos);**  
1 publicação
- **A Política Social Brasileira 1930-64. Evolução Institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul;**  
1 publicação
- **Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul: 1957-80 (Tese);**  
1 publicação
- **A Categoria Econômica Renda da Terra (Tese) — reedição;**  
1 publicação
- **Ensaio FEE;**  
2 publicações
- **Indicadores Econômicos RS;**  
4 publicações
- **Sondagem Conjuntural da Indústria da Transformação;**  
4 publicações
- **Desempenho da Economia do Rio Grande do Sul;**  
1 publicação
- **Desempenho Recente da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul;**  
1 publicação
- **Vária Sócio-Econômica.**  
1 publicação

— trabalhos concluídos e não publicados:

- **A expansão da Soja no Rio Grande do Sul de 1950 a 1975;**  
1 estudo
- **A Participação da Alimentação na Inflação Brasileira nos Anos 70 (Tese);**  
1 estudo

- **Evolução das Desigualdades Inter-regionais de Renda Interna no Rio Grande do Sul: 1939/70 (Tese);** 1 estudo
- **Participação e Manipulação: um estudo de caso (Tese);** 1 estudo
- **Crítica e Contribuição à Política Habitacional Brasileira.** 1 estudo

### **OBJETIVO**

*Colaborar na elaboração e/ou co-participar na execução de programas ou projetos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, realizar pesquisas de interesse dos setores econômicos.*

### **REALIZAÇÕES:**

- **trabalhos publicados:**
  - **Programas de Estudos de Política e Economia do Meio Ambiente.** 1 publicação
- **trabalhos concluídos e não publicados:**
  - **Pesquisa sobre Consumo de Materiais de Construção para Habitações na Região Metropolitana de Porto Alegre;** 1 pesquisa
  - **Pesquisa de Equipamentos Públicos Urbanos da Sede dos Municípios;** 1 pesquisa
  - **Qualidade do Ensino no CESU/ASPES.** 1 pesquisa

### **OBJETIVO**

*Coletar, processar, classificar, selecionar, avaliar e divulgar dados estatísticos e informações técnicas.*

### **REALIZAÇÕES:**

- **trabalhos publicados:**
  - **Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense;** 12 publicações
  - **Termômetro de Vendas;** 12 publicações
  - **Resenha Estatística do Rio Grande do Sul;** 1 publicação
  - **Revista do SEITE.** 4 publicações
- **trabalhos concluídos e não publicados:**

- *Anuário Estatístico do RS;*

1 estudo

- *Levantamento Cadastral do Comércio, Indústria e Alguns Serviços de Santo Ângelo.*

1 pesquisa

— visitas realizadas no Rio Grande do Sul — SEITE;

2.643 visitas

— dados fornecidos aos usuários do SEITE.

1.245.461 dados

### **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)**

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), aplicou em 1983 recursos em 123 Projetos de Pesquisa, sendo as áreas com maior número de projetos, respectivamente: biologia, ciências exatas e da terra, profissões agroindustriais, ciências humanas e sociais, engenharia, profissões da saúde e profissões sociais.

Esses projetos foram deferidos em função das credenciais do pesquisador e de estudo detalhado da pesquisa a ser realizada, considerando sua importância e eficaz repercussão para o desenvolvimento do Estado e apoio a programas que beneficiarão os setores prioritários do Governo.

As pesquisas em desenvolvimento têm possibilitado avanços consideráveis na tecnologia agrícola e no melhor conhecimento das técnicas de combate a pragas que causam vultosos prejuízos à agropecuária. Possibilitaram, também, avanços na área da saúde, dos recursos minerais e na formação de recursos humanos. Atuou também a FAPERGS no reforço da área de pesquisa científica básica, indispensável ao desenvolvimento tecnológico.

O avanço tecnológico a que se propõe o Estado, seja na área industrial, seja na área agropecuária, depende, fundamentalmente, de pessoal científico altamente especializado nos campos de desenvolvimento propostos pela política governamental. O sistema adotado pela Fundação na distribuição de bolsas de aperfeiçoamento, pós-graduação, pesquisa e estágios, revelou promissores resultados na capacitação de pessoal técnico e científico das instituições de pesquisa existentes.

Objetivando a aplicação de recursos externos às fontes do Tesouro Estadual no desenvolvimento científico e tecnológico, foram realizados 12 contratos e convênios com diversas entidades.

A FAPERGS aplicou recursos no desenvolvimento de Projetos Especiais visando à integração de recursos humanos, materiais e institucionais na solução de problemas rio-grandenses que, por sua complexidade, necessitavam de uma ação conjunta e multidisciplinar.

Foram desenvolvidos projetos de pesquisa em:

- Ciências Biológicas: avanço do conhecimento em aspectos diretamente relacionados com a saúde, alimentação e o bem-estar do homem; melhor conhe-

- cimento dos peixes e da fauna bentônica; estudos ecológicos sobre bioindicadores de poluição do ar; estudos de genética humana e imunologia; Programas de biotecnologia, e construção de um plasmídeo derivado do PBR322;
- Saúde: projetos na área da cirurgia; combate ao câncer; e aspectos epidemiológicos de infecção por rota vírus;
  - Ciências Exatas e da Terra: projetos nas subáreas de química, física, matemática, geologia e paleontologia; na subárea de física tem-se apoiado pesquisas em energia, especialmente energia solar;
  - Engenharia, Civil, Elétrica e Química: vem sendo dada ênfase à construção civil; conservação de energia em prédios; a elaboração de um novo transformador rural e desenvolvimento de novo processo de curtimento de couro;
  - Ciências Humanas e Sociais: projetos nas subáreas de: educação, desenvolvimento de um trabalho sobre diferentes abordagens do treinamento de professores; arqueologia e antropologia, estudo das culturas pré-históricas do RS; sociologia rural, identificação dos problemas vividos e sentidos pelos agricultores em suas atividades agrícolas; economia, desenvolvimento de um modelo nacional de análise integrada da produção, distribuição e consumo de combustíveis biorrenováveis;
  - Profissões Sociais: projetos no setor da Administração Pública, visando ao treinamento de pessoal e à formulação de estratégias para atender a demanda de pessoal qualificado; no setor da Informática foi dado apoio à atualização do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos; na área da Arquitetura, foi elaborado um Manual de Ventilação Natural dos Edifícios;
  - Profissões Agroindustriais: na agricultura, pesquisas abrangendo uma grande variedade de produtos possibilitaram a execução de projetos de melhoramento genético, reprodução, fitossanidade, introdução de novas variedades, tecnologia de plantio, avaliação de cultivares, tecnologia agrônômica de oleaginosas com possibilidades energéticas, melhoria de fertilidade do solo, conservação do solo e obtenção de enzimas provenientes de microorganismos capazes de transformar madeira em subproduto de álcool; na pecuária, foram desenvolvidos projetos na utilização do resíduo seco da indústria de suco de uva para alimentação de caprinos e ovinos, reprodução em ovinos (sêmen e níveis hormonais), qualidade de carcaça de novilhos charoleses e azebuados, citogenética de bovinos, uso de antibióticos em frangos, e estudos de problemas que envolvem o cartapato, cisto hidático, dermatóbia e outros parasitos animais.

Como Secretaria-Executiva do Sistema Estadual de Pesquisa Científica e Tecnológica a FAPERGS iniciou, a partir de setembro, esforço na ampliação dos participantes do Sistema, integrando as universidades, bem como a Empresa Privada — inicialmente através da Federação das Indústrias — consoante as diretrizes do Programa de Governo 1983/1987.

## REALIZAÇÕES 1983

Programa: Ciência e Tecnologia

**OBJETIVO**

*Desenvolver a pesquisa científica e tecnológica em áreas prioritárias do Estado.*

**REALIZAÇÕES:**

- projetos de pesquisa em Ciências Biológicas; 39 projetos
- projetos de pesquisa na área da Saúde; 8 projetos
- projetos de pesquisa em Ciências Exatas e da Terra; 10 projetos
- projetos de pesquisa em Engenharia Civil, Elétrica e Química; 10 projetos
- projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais; 13 projetos
- projetos de pesquisa em Profissões Sociais; 6 projetos
- projetos de pesquisa em Profissões Agroindustriais. 21 projetos

**OBJETIVO**

*Estimular a política sócio-econômica do Governo Estadual, aplicando recursos no desenvolvimento de Projetos Especiais, visando à integração de recursos humanos, materiais e institucionais na solução de problemas rio-grandenses que por sua complexidade necessitam de uma ação conjunta e multidisciplinar.*

**REALIZAÇÃO:**

- desenvolvimento de Projetos Especiais, em andamento e novos. 10 projetos

**OBJETIVO**

*Promover a formação de recursos humanos para a pesquisa científica e tecnológica.*

**REALIZAÇÃO:**

- concessão de bolsas de aperfeiçoamento; 15 bolsas
- concessão de bolsas de mestrado; 16 bolsas
- concessão de bolsas de pesquisa; 12 bolsas
- concessão de bolsas de estágio; 26 bolsas



- criação do Programa de Administração em Ciência e Tecnologia (PROACT/RS), para treinamento de docentes e pesquisadores universitários;

52 treinandos

- elaboração de novos projetos através do Programa de Administração em Ciência e Tecnologia.

38 projetos

**OBJETIVO**

Coordenar a elaboração do Programa Estadual de Ciência e Tecnologia do RS.

**REALIZAÇÃO:**

- colaboração na formulação das Políticas Gerais de Ciência e Tecnologia, constantes do Plano de Governo 1983/87.

**OBJETIVO**

Acionar o Sistema Estadual de Pesquisa Científica e Tecnológica.

**REALIZAÇÕES:**

- convênio com as Universidades de Caxias do Sul e Passo Fundo, integrando-as ao Sistema;

2 convênios

- acionamento do subsistema de Informações Científicas e Tecnológicas do Estado;

1 ação

**OBJETIVO**

Promover a avaliação e o planejamento da pesquisa do Estado.

**REALIZAÇÃO:**

- preparação de seminários, encontros, debates, reuniões.

### **COMISSÃO ESTADUAL DE COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ARTICULAÇÃO COM A INDÚSTRIA (CECNAI)**

A Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria (CECNAI), tem o objetivo de promover o controle e a contenção progressiva das importações dos Órgãos Estatais, de desenvolver ações paralelas de amparo à indústria nacional, e de aperfeiçoamento de seus padrões tecnológicos, tendo em vista a nacionalização gradual dos bens demandados pelo Setor Público no mercado externo.

Para alcançar estes objetivos a CECNAI utiliza três instrumentos de ação: a Programação Anual de Importações do Estado, o Levantamento das Importações Internas e o Balcão de Tecnologia.

A Programação Anual de Importações do Estado consiste no levantamento completo e detalhado da pauta de importações do Setor Público para cada exercício, e na fixação de níveis máximos anuais para as operações que levem ao dispêndio de divisas, tais como importações, compra de bens importados, locações e arrendamentos de bens de origem externa, e contratação de serviços de consultoria.

A Programação de Importações, para o exercício de 1983, sofreu um decréscimo de 6,65% em relação à de 1982, enquanto que até o momento, pela análise das propostas oriundas dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, constatou-se um acréscimo de 97,14% na Programação de 1984 em relação à de 1983. Isto deve-se ao fato de que a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) teve um acréscimo de 189% em sua pauta; a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), de 392%; a Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) de 1.363%; a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), de 168% e a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, de 24%. Por outro lado, a pauta da Secretaria da Agricultura sofreu um decréscimo da ordem de 70%; a da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), de 45% e da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), de 6%, faltando ainda serem analisadas as propostas dos órgãos vinculados à Secretaria da Educação e Cultura e à Secretaria da Fazenda.

No exercício de 1983, através da divulgação da pauta aprovada, foram recebidas propostas de substituição de importações, por fabricantes nacionais, no valor de US\$ 1,153 milhão, correspondentes nesta data a Cr\$ 1,101 bilhão, sendo de 1,24% do valor total programado para o exercício.

Os fatores que influem na obtenção de melhores resultados são a falta de escala econômica de alguns itens, a alta complexidade tecnológica de outros e a incompressibilidade do segmento da pauta financiado por créditos externos.

Durante o ano de 1983 foram liberados recursos para importação, através da CECNAI—CACEX, no valor de US\$ 14,357 milhões correspondentes a Cr\$ 13,711 bilhões.

O Levantamento das Importações Internas é realizado através de listagens das compras efetuadas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, que são feitas em outros Estados da Federação, tendo em vista a economia de meios do Setor Público Estadual, o desenvolvimento industrial do Estado e os conseqüentes benefícios no setor econômico e social.

O levantamento atingiu a cifra de Cr\$ 22,202 milhões aproximadamente. Este resultado é aproximado devido ao grande volume de compras que são feitas no Rio Grande do Sul, mas que provêm de fabricantes de outros Estados.

O Balcão de Tecnologia é um sistema de informações tecnológicas dos setores primário e secundário que destina-se a promover o encontro da demanda e da oferta de tecnologia no RS. O projeto está pronto para o levantamento de campo, o que não foi feito durante este exercício devido à falta de pessoal especializado para o acompanhamento técnico.

Ainda, durante o exercício de 1983, a CECNAI participou da MULTIFEIRA, juntamente com a Secretaria da Indústria e Comércio, CRT, CEE, CIENTEC, PROCERGS, BADESUL e BRDE, com o objetivo de chamar a atenção do empresário gaúcho sobre substituições de importações, sejam do exterior ou de outros Estados da Federação.



## CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS (CONRHIRGS)

O Conselho de Recursos Hídricos, seguindo a filosofia que orientou a sua criação, teve sua atuação em 1983 voltada para a integração das atividades governamentais visando ao uso múltiplo dos recursos hídricos e a elaboração e projetos que busquem soluções para problemas específicos, sempre de conformidade com suas respectivas resoluções.

Objetivando o estabelecimento das bases da política estadual relativa aos recursos hídricos, conforme as aspirações e necessidades das comunidades, foram promovidas reuniões do Conselho da Comissão Consultiva dos Comitês da Bacia Hidrográfica e Comitês Consultivos.

Dentre outras atividades desenvolvidas destacam-se: a continuidade do aproveitamento das vazões excedentes do Canal Adutor de Rio Grande, ampliando-se de 400 para 500 ha de arroz irrigados; acordo operacional com a ELETROSUL visando à utilização de parte das águas armazenadas na barragem do Rio Passo Fundo para irrigação de culturas de sequeiro; convênio com o Ministério de Minas e Energia visando à *integração de atividades com o DNAEE no sentido de programação de uso e administração dos recursos hídricos no Estado*; Projeto Avaliação de Qualidade da Água envolvendo as barragens do Ouro (Camaquã) e Ernestina (Passo Fundo), com a realização de coleta de amostras de água, sedimento e peixes na primeira delas; Projeto e Previsão de Cheias no Rio Uruguai, estudo conjunto com IPH/UFRGS visando, principalmente, ao zoneamento urbano das cidades ribeirinhas em função da probabilidade de ocorrência de situações hidrológicas críticas e, em sua segunda fase, montagem de um sistema de alerta, seguindo-se o estabelecimento de uma rede telemétrica de avaliações; Projeto de Pesquisa da Lagoa dos Patos, constante de nove subprojetos, dos quais apenas um foi iniciado em 1983, visando a geração de conhecimento nas áreas de hidrodinâmica, biologia, ecologia, geologia, e atividades econômicas.

Além das atividades citadas, cabe mencionar os trabalhos com estudos em andamento tais como: Rio Jacuí, visando à harmonização do uso das águas para a geração de energia elétrica, irrigação, transporte, abastecimento urbano e meio ambiente; administração de recursos hídricos, com a intensão de montar um esquema administrativo piloto na bacia do rio Gravataí; diagnóstico a nível de bacia hidrográfica, avaliando os estudos realizados, compatibilizando informações e identificando a necessidade de dados adicionais.

## SISTEMA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS (SEPED)

O Sistema Estadual de Processamento Eletrônico de Dados (SEPED), criado pelo Decreto nº 29.474, de 02 de janeiro de 1980, desenvolveu suas atividades, ao longo de 1983, voltando-se para duas frentes de trabalho. Em primeiro lugar tornava-se necessário dar prosseguimento às tarefas que vinham sendo postas em prática desde o início desta década. Era indispensável que a emissão de pareceres sobre a utilização de equipamentos não sofresse solução de continuidade. Em segundo lugar, com a instalação do novo Governo e, conseqüentemente, com a emissão das "Diretrizes de Ação" e, posteriormente, com o "Programa de Governo 1983—1987" o setor de processamento de dados recebe destaque especial na medida em que se espera que o SEPED "procure compatibilizar os serviços com as necessidades essenciais da Administração, não apenas no que se refere à sua expansão como, inclusive, no que respeite a programas já implantados".

Durante o exercício de 1983, a equipe do SEPED concentrou os seus esforços nas seguintes atividades:

- Avaliação de processos: esta atividade foi expandida em relação à administração anterior. Atualmente, além de se pronunciar sobre a aquisição e o aluguel de equipamentos, o SEPED deve emitir parecer sobre a contratação de serviços e recursos. Durante 1983 tramitaram pela Secretaria Executiva processos da Secretaria da Educação (aquisição de um microcomputador para utilização no Ensino Supletivo de 1.º e 2.º grau); da Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) (aquisição de um CPU, computador B-6900 da BURROUGHS Eletrônica, expansão para implantação de novos projetos e substituição do computador B-6700 da BURROUGHS) da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) (aquisição de microcomputadores para apoio às atividades de ensino); da Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) (contratação de software de Folha de Pagamento e Contabilidade para processamento no computador da METROPLAN Poly-101, da Polymax); da BANRISUL S.A — Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (aluguel da expansão do computador LABO 8038, para atender à crescente demanda de operações com títulos de renda fixa); da Cia. Riograndense de Telecomunicações (CRT) (expansão da memória da Unidade Central de Telecomunicações IBM 3705 e conexão com os dois computadores IBM 4341, para intensificar a utilização de teleprocessamento); da BANRISUL — Processamento de Dados (expansão de serviços e equipamentos para informação bancária, implantação de um banco de expansão de equipamentos softwares com vistas à automação parcial dos serviços do Banco); da Cia. União de Seguros Gerais (aquisição de um computador B-6910 da BURROUGHS Eletrônica para atender à atual demanda de serviços prevista pela empresa).
- Concepção de metodologia para a elaboração de um diagnóstico sobre a Oferta de Serviços no Setor Público. Durante o ano de 1983 foram elaborados os questionários que se encontram com os membros da Comissão de Coordenação para crítica e sugestões. A aplicação do questionário permitirá que se obtenham os seguintes produtos: Catálogo de Sistemas (Softwares); inventário de equipamentos (Hardwares); estudo sobre custos; diagnóstico do setor.

Com os resultados alcançados através da metodologia, pretende-se criar um modelo de acompanhamento do setor, bem como elaborar uma política de informática para o Estado do Rio Grande do Sul.

**SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA  
ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE**



## **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE (SEAGP)**

A Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre iniciou sua atividade na presente gestão administrativa e teve como aspectos relevantes de sua atuação a promoção de medidas no sentido de possibilitar a execução integrada do Programa de Governo, bem como seu ajustamento às exigências de mudanças impostas pela realidade social visando à implementação de programas e projetos de assistência e promoção social.

As ações da Secretaria, voltadas para quase 30% da população do Estado, concentrada em uma área equivalente a 2,3% de sua área total e onde a velocidade do crescimento populacional alcança o índice de 1,7% do crescimento do Estado, constituem uma das metas prioritárias do Governo para atingir o "objetivo primordial do processo de desenvolvimento que deve ser centralizado no HOMEM, seu bem-estar e o pleno atingimento de suas potencialidades", segundo as Diretrizes de Ação estabelecidas. A adequação das ações governamentais, na Região, não só contribuiu significativamente para seu desenvolvimento, como também permitiu o alcance de índices mais elevados de racionalidade na aplicação dos recursos.

No decorrer deste primeiro ano de funcionamento, a Secretaria Extraordinária desenvolveu diversos programas, inclusive de cunho assistencial emergencial, indo desde o fornecimento de refeições a trabalhadores desempregados e suas famílias, até o atendimento de outros trabalhadores desempregados, através da formação de "mutirões", cujo pagamento pelo trabalho realizado está sendo feito com gêneros alimentícios.

Dentro da filosofia de trabalho da Secretaria Extraordinária estão incluídas ações que objetivam a regularização de áreas onde se localizam comunidades de baixa renda, trabalho este que vem sendo desenvolvido em ação conjunta com as Procuradorias Geral do Estado e da Justiça, atingindo, até o presente momento, o total de 16 áreas.

A partir da vinculação do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana ao Secretário Extraordinário, que atualmente ocupa o cargo de Secretário-Geral do referido Conselho, as obras, cuja execução depende de recursos financeiros, estão sendo custeadas com verbas daquele órgão.

Trabalhos de reconstrução de casas, melhorias de infra-estrutura nas vilas e de promoção social vêm sendo executados em ação integrada com os demais Órgãos Públicos e entidades privadas, procurando dar cumprimento ao objetivo que busca a integração das ações do Poder Público.

A Secretaria Extraordinária, como agente do Sistema Estadual de Defesa Civil na Região Metropolitana, atuou frente às enchentes que assolaram o Estado, destinando equipes de plantão permanente para atendimento direto aos flagelados durante o período crítico das cheias, repassando gêneros alimentícios e agasalhos à população atingida e, posteriormente, repassando recursos financeiros, da Defesa Civil, às Prefeituras dos municípios atingidos, no valor de Cr\$ 49,750 milhões, objetivando a reconstrução das habitações danificadas.

### **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Assistência**

#### **OBJETIVO**

*Propiciar, às famílias de baixa renda das vilas periféricas da Grande Porto Alegre, a aquisição de produtos alimentares essenciais a baixo custo e de boa qualidade.*

#### **REALIZAÇÃO:**

- encaminhamento de estudo preliminar à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, para exame do aspecto técnico e da viabilidade de execução com subsídios federais.

1 estudo

#### **OBJETIVO**

*Atender às necessidades emergenciais surgidas.*

#### **REALIZAÇÕES:**

- repasse de recursos para obras de reassentamento dos moradores da Vila Vargas, Sapucaia do Sul, em decorrência do Trem Metropolitano de Porto Alegre (TRENSURB);  
Cr\$ 23,736 milhões
- repasse de recursos para a canalização do valão da Vila Nova Brasília, Porto Alegre;  
Cr\$ 6.456,555 milhões
- distribuição de gêneros alimentícios aos flagelados;  
70.004kg
- distribuição de agasalhos aos flagelados;  
25.631kg
- atendimento de deficientes físicos;  
15 cadeiras de roda
- transporte de migrantes, com seus pertences, ao interior do Estado;  
130 pessoas
- visitas domiciliares a famílias carentes;  
115 visitas
- repasse de recursos para Associações Comunitárias.  
Cr\$ 3,264 milhões

**OBJETIVO**

*Institucionalizar, sob a responsabilidade do Estado, as atividades do Mercado Informal de Trabalho, composto pela mão-de-obra não absorvida pelo mercado formal.*

**REALIZAÇÃO:**

- encaminhamento de estudo à Secretaria do Trabalho e Ação Social.

1 estudo

**OBJETIVO**

*Dotar de infra-estrutura urbana áreas de subabitação da Região Metropolitana de Porto Alegre.*

**REALIZAÇÕES:**

- encaminhamento de sugestão ao Governador do Estado;

1 sugestão

- projeto de vias de liberação de recursos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

1 projeto

**OBJETIVO**

*Utilizar terras ociosas, de propriedade do Estado, visando a torná-las produtivas.*

**REALIZAÇÕES:**

- identificação da área

60ha

- execução dos serviços de aração das terras;

23ha

- plantio das primeiras sementes nas terras já preparadas;

- construção de pavilhão para alojamento dos serviços de administração, de pavilhão para cozinha e de armazém para sementes, insumos e maquinário.

361,12m<sup>2</sup>**OBJETIVO**

*Reduzir a dependência da Região Metropolitana no que se refere a hortigranjeiros de outros Estados.*

**REALIZAÇÕES:**

- identificação de culturas com escassez de oferta no mercado, com a participação da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER);

1 estudo

- plantio de tomate, pimentão, melão, abóbora, moranga, repolho, couve-flor e milho verde;

- fixação de canais de comercialização para o escoamento das safras.

1 acordo





**OBJETIVO**

Gerar ocupação à população desempregada da Região Metropolitana, especialmente quanto aos migrantes de zonas rurais, que permanecem fora do mercado formal de trabalho.

**REALIZAÇÕES:**

- identificação de desempregados nas vilas de Canoas, com tradição no trato com a terra;

359 pessoas

- seleção de famílias que demonstram desejo de participar do Programa Piloto, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

80 famílias

**OBJETIVO**

Prestar atendimento alimentar, através da destinação de rancho com 19kg de alimentos, aos participantes dos mutirões, em troca de 21 h de trabalho.

**REALIZAÇÃO:**

- distribuição de ranchos.

10.000 ranchos

**OBJETIVO**

Formar mutirões comunitários para a execução de obras de melhorias na própria vila de origem dos inscritos.

**REALIZAÇÕES:**

- formação de mutirões comunitários;

298 mutirões

- execução de obras de infra-estrutura.

diversas

**OBJETIVO**

Prestar assessoria aos moradores de vilas irregulares.

**REALIZAÇÃO:**

- orientação e assistência para a regularização de lotes.

16 vilas

**OBJETIVO**

Incentivar o aumento da produtividade de áreas caracterizadas pela presença do pequeno agricultor.

**REALIZAÇÕES:**

- fornecimento de serviços de transporte (caminhão) para o escoamento dos produtos dos pequenos agricultores do município de Viamão;

32 viagens

- colocação de produtos na CEASA e "Mercadões";

64 t

- repasse de sementes aos pequenos agricultores de Viamão e Guaíba.

62,5kg

**OBJETIVO**

*Prestar assistência às comunidades de baixa renda da Região Metropolitana.*

**REALIZAÇÕES:**

- reforma de casas;

60 casas

- patrolamento de ruas;

100 ruas

- execução de serviços de terraplenagem;

20 obras

- construção de lixeiras públicas;

50 lixeiras

- construção de creches;

3 creches

- colocação de saibro nas ruas;

1.000 metros

- extensão de rede de água;

2.350 metros

- canalização de esgotos.

5.000 metros

**OBJETIVO**

*Dotar comunidades carentes de Postos Policiais ou reativar os já existentes, através do fornecimento de mobiliário.*

**REALIZAÇÃO:**

- fornecimento de mobiliário para a instalação de três Postos Policiais; birôs (8), mesa p/máquinas (4), cadeiras (10) e máquinas de escrever (3)

25 unidades

**OBJETIVO**

*Dotar o distrito de Morretes, Canoas, de um Posto de Saúde.*

**REALIZAÇÕES:**

- cedência, pela Prefeitura Municipal de Canoas, de um terreno para a construção do Posto de Saúde;

50m<sup>2</sup>

- destinação, pela Secretaria Extraordinária, do material necessário à construção do Posto de Saúde.

Cr\$ 1,900 milhões

**OBJETIVO**

Fornecer refeição, diariamente, a trabalhadores e suas famílias.

**REALIZAÇÕES:**

- fornecimento diário de refeições; 8.690 porções
- repasse de recursos financeiros para a compra do material necessário à sopa. Cr\$ 2,889 milhões

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE)**

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), integrante do Gabinete do Governador, contém os órgãos centrais dos sistemas de Assistência Jurídica e Judiciária e de Defesa Judicial do Estado.

No ano de 1983, entre outras atividades, várias propostas de desapropriação movimentaram os serviços da Procuradoria, inclusive algumas ações relativas a imóveis localizados no interior do Estado, como as relativas ao Parque da Guarita (Torres) e ao Pólo Petroquímico (Montenegro e Triunfo). Na área da Capital e arredores merecem destaque as relativas à ampliação do Aeroporto Salgado Filho, ao Parque de Itapuã e ao Conjunto Habitacional da Fazenda Guajuviras (Canoas).

No que tange ao patrimônio sanitário e ambiental, a Procuradoria tem tido significativa atuação na defesa da chamada Lei dos Agrotóxicos e das medidas administrativas referentes à sua execução.

A assistência jurídica aos Municípios foi prestada principalmente sob a forma de Consultoria, mediante emissão de pareceres escritos, atendendo a consultas, igualmente escritas, formuladas por Prefeitos e Câmaras de Vereadores.

O entrosamento com a Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM), órgão da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, e com a Federação das Associações de Municípios (FAMURS), igualmente contribuíram para a divulgação dos serviços da Procuradoria aos Municípios.

A Procuradoria Geral do Estado, no período de 15 de março até o fim do ano de 1983, constituiu diversas Comissões ou Grupos de Trabalho destinados a tarefas específicas internas, e tem participado de outros Grupos ou Comissões constituídos por determinação Governamental.

Entre esses últimos são de destacar: grupo destinado a estudar formas de parificação do pessoal das Autarquias, em geral, ao Quadro Geral; grupo destinado a estudar a forma de parificar o pessoal da Autarquia Caixa Econômica Estadual ao Quadro Geral; grupo destinado a estudar formas de promover a passagem do pessoal empregado do Estado ao regime estatutário; grupo destinado a examinar alternativas para a fixação dos valores das custas judiciais; comissão para levantar as desapropriações, promovidas pelo Estado, em andamento.

Ademais, por portaria conjunta com a titular da Secretaria da Administração, foi constituída uma Comissão com a finalidade de preparar um Projeto de Regulamento para o Pessoal Empregado do Estado.

A prestação de assistência judiciária aos necessitados é realizada por duas Unidades: a Unidade de Assistência Judiciária, em Porto Alegre e arredores, e a Unidade para Assuntos do Interior. No Interior do Estado o Serviço é prestado em 94 sedes de comarcas, para onde afluem ainda clientes de 56 outros municípios por elas jurisdicionadas, totalizando 150 municípios. O número de Escritórios no Interior foi acrescido em nove, no curso de 1983. A Unidade de Assistência Judiciária atende, além da Capital, a 7 municípios da Região Metropolitana.

Entre as atividades importantes desenvolvidas através do Instituto de Informática Jurídica merece destaque a organização de dois "Fórum de Debates" para Procuradores do Estado.

Dos assuntos de pessoal discutidos em juízo os de maior importância foram: parcela autônoma correspondente às antigas diárias de policiamento da Polícia Civil e da Brigada Militar; equiparação de ferroviários inativos aos servidores da Rede Ferroviária Federal S.A.; extensão da GIA para os servidores contratados; limite de idade para ingresso no serviço público.

Dos assuntos fiscais discutidos pela PGE merecem destaque: O Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) sobre frutas frescas da Argentina, que resultou na revogação da isenção que beneficiava a importação de frutas secas; o ICM sobre carne e o ICM nas vendas a crédito.

## **REALIZAÇÕES 1983**

**Programa: Processo Judiciário**

### **OBJETIVO**

Prestar assistência jurídica ao Governador do Estado, aos órgãos da Administração Estadual e aos Municípios.

### **REALIZAÇÕES:**

- pronunciamento, a pedido da Casa Civil, sobre Projetos de Emenda Constitucional;
 

2 projetos
- pronunciamento, a pedido da Casa Civil, sobre Projetos de Lei, de iniciativa de Deputados;
 

30 projetos
- representação judicial perante ações que envolvam o Estado referentes a danos resultantes de ocorrência no trânsito de veículos;
- representação judicial perante ações que visam a obter indenização do Estado por prejuízos resultantes de falsificações de documentos no Arquivo Público;
- atendimento a prefeituras pela Unidade de Assistência Jurídica a Municípios;

277 consultas

— pareceres escritos expedidos pela Unidade de Assistência Jurídica a Municípios;	129 pareceres
— ações ajuizadas pela Unidade para Assuntos do Interior;	623 ações
— sessões realizadas pelo Conselho Superior;	31 sessões
— pareceres emitidos pelo Conselho Superior;	65 pareceres
— atendimento a necessitados da capital e interior;	320.000 pessoas
— ações ajuizadas através da assistência judiciária a necessitados;	21.000 ações
— acordos judiciais e extrajudiciais celebrados através da assistência judiciária a necessitados;	10.000 acordos
— pareceres sobre assuntos de pessoal;	208 pareceres
— ações ajuizadas sobre assuntos fiscais;	156 ações
— recursos interpostos referentes a assuntos fiscais;	37 recursos
— proposições de execuções fiscais visando à cobrança.	525 execuções

#### OBJETIVO

*Realizar processos administrativo-disciplinares nos casos previstos em lei, emitindo parecer nos que forem encaminhados à decisão final do chefe do Poder Executivo.*

#### REALIZAÇÕES:

— processos administrativos realizados;	54 processos
— sindicâncias realizadas.	12 sindicâncias

#### OBJETIVO

*Desenvolver a pesquisa avançada no setor do conhecimento jurídico, habilitando pessoal e constituindo acervo de material informativo.*

#### REALIZAÇÕES:

— pesquisas sobre as matérias jurídicas;	63 pesquisas
--	--------------

- levantamento estatístico dos processos julgados nos Tribunais Superiores;  
7 processos
- levantamento estatístico de representações provocadas pelo Estado perante o Supremo Tribunal Federal;  
7 representações
- informações processuais prestadas.  
33.231 informações

### **PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA (PGJ)**

Registrou a Procuradoria Geral da Justiça, no período, um excelente relacionamento entre o Ministério Público e o Poder Judiciário, em todos os níveis.

A atividade do Ministério Público na Primeira Instância em Matéria Criminal, destaca a atuação em 42.299 inquéritos policiais, tendo sido oferecidas 25.788 denúncias, assistidas 72.339 audiências e realizados 14.877 debates orais, além de 55.441 outras providências inerentes às funções do Ministério Público, incluindo 19 habeas-corpus impetrados e 1.146 requisições diversas. Registrou, ainda, a absolvição de 14.819 réus e a condenação de 9.808, bem como a interposição de 1.390 recursos e oferecimento de 2.989 contra-razões.

Em Matéria Cível, registrou-se a atuação das Curadorias de Família e Sucessões em 105.955 processos; Massas Falidas em 1.247, além de 7.351 outras providências, incluindo habilitações e verificações de créditos, restituições de bens, reclamações trabalhistas contra a massa, etc.; Curadorias junto às Varas Cíveis em 19.546 processos, interposição de 314 Recursos e Pareceres em 1.413 recursos das partes: Acidentes do Trabalho com 764 atuações diversas; Fazenda Pública Municipal com 498 atuações diversas; Menores com 15.108 promoções diversas, destacando-se processos especiais contra menores, alvarás de autorização para o trabalho, adoções simples e plenas e guarda e responsabilidade de menores, além de 717 procedimentos de iniciativa do Ministério Público. Na Justiça do Trabalho foi prestada assistência a empregados, em 9.018 rescisões de contratos e ajuizadas 28 reclamatórias trabalhistas pelo Ministério Público. Manifestou-se, também, o Ministério Público, em 40 ações penais junto à Justiça Eleitoral, alcançando a 160 o número de intervenções diversas. Na Vara de Registros Públicos, atuou em 11.447 promoções diversas, sendo 6.846 na área do Registro Civil, 4.384 relativamente ao Registro de Imóveis e 217 promoções diversas quanto ao Registro de Títulos e Documentos.

Foram assistidas 16.951 audiências e atendidas 101.536 pessoas.

A representação do Ministério Público na Fazenda Pública Estadual registrou a atuação em 36 processos de execução, num total de Cr\$ 2.651 milhões de débitos ajuizados e Cr\$ 2,151 milhões de débitos cobrados. Da mesma forma, na Fazenda Pública Federal, registrou o movimento de 4.641 processos, com Cr\$ 2.756 bilhões de débitos ajuizados e Cr\$ 309,612 milhões cobrados.

A Coordenadoria das Promotorias Cíveis de Porto Alegre atuou em 371 processos, destacando-se alvarás, tutelas, interdições, requerimentos em autos de interdições, de alvarás e de tutelas, além de 179 outras atuações e 4.016 atendimentos a pessoas.

A Promotoria junto à Vara de Execuções Criminais atuou em 3.187 processos, registrando, ainda, a apresentação de 80 recursos e 761 outras atividades.

Junto à Justiça Militar, ocorreu a intervenção em 461 processos, além de 2.137 outras intervenções, destacando-se Requisições (art. 47, CPP), assistência em 1.104 audiências, 263 debates orais e 153 alegações finais. Foram absolvidos 247 réus e condenados 121; interpostos 20 recursos e 72 contra-razões do Ministério Público.

A Procuradoria de Fundações desenvolveu suas atividades de fiscalização às Fundações, no que concerne à destinação de seus patrimônios e às alterações institucionais, tendo em vista a observância da fidelidade operacional dessas entidades aos objetivos de seus instituidores.

Foram recebidos, no período, 110 processos de prestação de contas, sendo analisadas 88 e procedidas 76 diligências. Entre outras atividades, destacam-se, ainda, a emissão de 88 pareceres contábeis, 47 pareceres jurídicos e 109 portarias.

A Coordenadoria das Promotorias Criminais, no período de 6.6 a 5.12.83, entre outras atividades, apresentou o seguinte movimento: atendimento a 1.161 pessoas, registro de 400 ocorrências, formação de 319 expedientes, expedição de 356 intimações e 528 ofícios, oitiva de 41 partes, acompanhamento de 52 inquéritos, apresentação de 45 contra-razões de recursos, pedidos de arquivamento de 979 processos de delitos de trânsito.

No que concerne ao atendimento a promotorias, destaca-se a localização de 16 partes e testemunhas, cobrança de 35 inquéritos às Delegacias e promoções em 104 inquéritos, *situando-se, nestes itens, os casos atinentes a prisões ilegais, espancamentos, requisições de inquéritos referentes aos delitos praticados contra a economia popular, saúde pública e ecologia.*

Objetivando o aperfeiçoamento das atividades do Ministério Público na área criminal, a Coordenadoria adotou um sistema de cobrança de todos os inquéritos baixados em diligência, criando-se, também, o atendimento e localização de parte e testemunhas.

Foram atendidas 279 consultas doutrinárias e legislativas, verificando-se um acréscimo de 49,1% nesta atividade em relação ao ano anterior.

O reaparelhamento administrativo do Ministério Público prosseguiu durante o período, tanto no que diz respeito à substituição de material obsoleto, como na ampliação da capacidade instalada, tendo-se adquirido móveis, máquinas e outros materiais permanentes.

No período, foi instalada no prédio desta Procuradoria, em caráter definitivo, a Coordenadoria de Promotorias Criminais, que até então funcionava em instalações precárias junto ao Palácio da Justiça. Também o Setor de Concursos do Ministério Público, Assessoria de Imprensa e Procuradoria de Fundações foram instalados em dependências do 1º andar, locadas recentemente ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS).

#### **REALIZAÇÕES 1983:**

Programa: Processo Judiciário

**OBJETIVO**

Propor a ação penal, fiscalizar a aplicação da lei, defender em juízo os interesses dos ausentes, da família, dos incapazes e de quantos a lei determinar, e proporcionar apoio administrativo às atividades do Ministério Público.

**REALIZAÇÃO:**

- atuação em efeitos judiciais cíveis e criminais em primeira e segunda instâncias, promovendo a fiscalização, execução da lei no Estado e apoio administrativo ao Ministério Público.

100%

**OBJETIVO**

Dotar o Ministério Público de infra-estrutura material condizente com suas funções.

**REALIZAÇÃO:**

- aquisição e reposição de equipamento e material permanente destinados à Procuradoria-Geral da Justiça e Promotorias de Justiça do Interior do Estado.

314 peças

**COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL (CEDEC)**

No ano de 1983, o Rio Grande do Sul foi assolado por duas precipitações de granizo, dois vendavais e quatro enchentes.

Esses eventos adversos atingiram 191 municípios e causaram, além de enormes dificuldades à vida de apreciável parte da comunidade gaúcha, prejuízos imediatos e danos a médio e longo prazos à economia gaúcha, cujo montante é muito difícil de avaliar com exatidão.

O Governo do Estado sempre se fez presente no atendimento de emergência e na assistência às comunidades atingidas através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), com o apoio integral e decidido das Secretarias de Estado e demais organismos estaduais que atuam nas regiões e municípios afetados.

Nessa situação de calamidade devem ser ressaltados o apoio e a participação do Governo Federal, especialmente por parte do Ministério do Interior, através da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, culminando com a visita do Presidente da República ao Estado para definir a liberação de auxílios.

Igualmente importante e decisiva foi a participação do III Exército, 5º Distrito Naval e V Comando Aéreo nos momentos mais críticos vividos pelo povo gaúcho.

Cabe ressaltar, também, o trabalho relevante da Brigada Militar, realizado através das Unidades de Policiamento Ostensivo e do Corpo de Bombeiros.

O Conselho de Entidades Não-Governamentais (CENG), da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, mobilizou, também, a comunidade gaúcha num grande movimento denominado "Corrente da Solidariedade", visando à participação e cooperação de todos no auxílio à população atingida.



Esta campanha, amplamente divulgada pelos veículos de comunicação de massa, *que desempenharam um papel fundamental na mobilização da comunidade, ultrapassou as fronteiras do Rio Grande; de todas as partes acorreram auxílios em alimentos, roupas e dinheiro. Foram atendidos sessenta e sete mil desabrigados, distribuídos em 191 municípios do Estado.*

Após o encerramento da "Corrente da Solidariedade" foi nomeada uma Comissão de Reconstrução. Esta Comissão executou um trabalho de avaliação dos danos, procedeu ao levantamento de meios e orientou o Grupo de Trabalho Especial constituído para operacionalizar as providências planejadas. O GTE coordenou a reconstrução e recuperação das habitações de pessoas de baixa renda atingidas pelos fatores adversos. A supervisão dos trabalhos do Grupo ficou a cargo da Subchefia de Defesa Civil.

O valor recebido da comunidade em auxílio aos flagelados alcançou a soma de Cr\$ 407,858 milhões. Deste valor, 76% foi destinado à reconstrução e à recuperação de *moradias de pessoas de baixa renda, tendo sido estimado o valor de Cr\$ 200.000 para a reconstrução de cada unidade destruída e de Cr\$ 30.000 para a recuperação das danificadas.*

Como medida preventiva foi recomendada a localização de áreas não vulneráveis a enchentes para a reconstrução das casas destruídas, o que contou com o apoio da infra-estrutura dos municípios. Nos municípios da Grande Porto Alegre, as ações foram coordenadas pela Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre, que contou com 25% da verba destinada para este fim.

Num segundo momento, procurou-se auxiliar os municípios na recuperação do Sistema Viário, Eletrificação Rural e Prédios Públicos, num total de Cr\$ 75.345.637, sendo o Sistema Viário o maior problema enfrentado pelos municípios.

Ao longo do trabalho e em contato com as comunidades, chegou-se à conclusão de que outro problema sério enfrentado pelos agricultores seria abrigar as colheitas, principalmente na área minifundiária. Após estudos com a Secretaria da Agricultura, através da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), chegou-se à conclusão de que a construção de paióis de tela para abrigar as colheitas seria a solução.

A EMATER/RS se propôs a construir, com o auxílio das Prefeituras escolhidas (22 municípios com maior número de minifúndios e mais atingidos pelas enchentes), no mínimo 100 paióis, para o que foram repassados Cr\$ 11.000.000.

Para bem desempenhar os seus encargos o GTE visitou mais de 50 municípios, *com o objetivo de avaliar, no próprio local, os prejuízos sofridos. No entanto, não foi possível fazer uma avaliação final para a verificação da aplicação dos recursos, porque muitos prefeitos tiveram dificuldades em viabilizar a aplicação dos mesmos, em razão de problemas relacionados com o recebimento dos auxílios e a inexistência de terreno próprio do município, obrigando a iniciativa de promover a desapropriação de bens, que notoriamente se constitui num procedimento demorado.*

Em função dos relatórios e da ação pessoal do Governador do Estado, o Governo Federal destinou ao Rio Grande do Sul a importância de Cr\$ 13,995 bilhões sendo que Cr\$ 5,4 bilhões foram para a realização de obras a cargo do Governo Federal. Desse

montante, o Estado, através da CEDEC, até o presente momento, recebeu somente Cr\$ 1,750 bilhões, oriundos do Ministério do Interior. Esta verba foi liberada parceladamente e coube ao GTE a viabilização do repasse aos municípios.

É necessário ressaltar que municípios como Itaquí, São Borja, Uruguaiana, Porto Xavier e Porto Lucena, foram contemplados com recursos do BNH, através da COHAB, para a aquisição de áreas de terra destinadas ao reassentamento dos desabrigados.

O total repassado pelo MINTER ao Estado, já somados os recursos originários do Fundo para Calamidades Públicas, como auxílio para a recuperação dos prejuízos determinados pelas cheias, atinge a dois bilhões e seiscentos e setenta milhões de cruzeiros.

O Governo do Estado, além de colocar toda sua estrutura administrativa para *minimizar os efeitos das enchentes e vendavais*, concedeu auxílios financeiros aos municípios no valor de Cr\$ 26.100.000. Estes auxílios referem-se apenas às verbas orçamentárias da Casa Militar, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

### **COMISSÕES MUNICIPAIS DE DEFESA (COMDEC)**

A atividade de criação, organização e dinamização das COMDEC teve um razoável desempenho no ano de 1983. Apesar de já existirem, no início do exercício, as 231 Comissões Criadas não estavam, em sua grande maioria, organizadas. Este fato foi constatado por ocasião dos eventos calamitosos.

A posse dos Prefeitos Municipais poucos meses antes das enchentes não permitiu um trabalho sistêmico, cedendo lugar a procedimentos emergenciais nem sempre aproveitáveis como fonte de experiência. No decorrer do evento adverso é que os Prefeitos, em sua maioria, procuraram orientação junto à CEDEC. Foi grande a diferença positiva do trabalho naqueles municípios onde havia um mínimo de estrutura na COMDEC.

Por outro lado, devido ao pouco conhecimento e à precariedade de tempo para a conscientização sobre o assunto, ainda é indispensável um trabalho intenso e de base junto ao poder público e à comunidade de cada município. Como a base da estrutura da Defesa Civil está no município e por ser sua comunidade a primeira a sofrer o impacto do evento adverso e seus efeitos, é importante que a COMDEC esteja estruturada e em funcionamento.

A experiência tem mostrado que a palestra a prefeitos, secretariado e mesmo lideranças em geral, produzem efeitos residuais diminutos, pois falta a continuidade e o acompanhamento requeridos para a efetiva implantação das COMDEC.

Mesmo assim, os relatórios de danos apresentados pelos municípios alimentaram o sistema de computação de dados instalado na Coordenadoria e serviram de base para os expedientes que o Governador do Estado encaminhou ao Governo Federal e para o atendimento equitativo e proporcional às reais necessidades de cada município.

## ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação Social, órgão integrante do Gabinete do Governador do Estado, com as suas áreas de Imprensa e Publicidade e Relações Públicas, preocupou-se, dentre suas múltiplas atribuições, em divulgar as atividades oficiais do Governador, no ano de 1983, tornando pública suas reais ações, campanhas e programas desencadeados no período.

Integrada na filosofia do atual Governo, na sua política de ação, realizou cobertura e divulgação de todos os atos oficiais, levando as decisões a todos os veículos de comunicação do Estado e por conseguinte, às comunidades rio-grandense, nacional e internacional, ratificando a proposta de administrar de "portas abertas", confirmando os ideais democráticos do Governo.

Dessa forma, instalou no Palácio Piratini uma "Sala de Imprensa", localizada em recanto do Salão Negrinho do Pastoreio, com equipamento material e humano adequados para a classe dos jornalistas credenciados e para os que eventualmente aparecerem. Nesta, fizeram-se presentes 447 repórteres de jornais; 43 fotógrafos; 296 repórteres de TV e 741 cinegrafistas para documentarem diversos atos do Governador.

Através de programas de computação eletrônica elaborados pela PROCERGS, esta Assessoria controlou a alocação de recursos de divulgação por parte dos órgãos da Administração Direta e Indireta; examinou 448 processos encaminhados por diversos órgãos da Administração Estadual, versando sobre proposições de promoção e publicidade e supervisionou peças promocionais de responsabilidade do Gabinete do Governador.

Um total de 2.089 notícias, distribuídas a quatro jornais da Capital, dez emissoras de rádio, seis de Televisão e cinco sucursais de veículos nacionais instalados na Capital, foram produzidas. Ainda 26.371, cópias fotográficas distribuídas a jornais da Capital, interior e nacionais, documentaram audiências concedidas a autoridades, prefeitos, vereadores e pessoas recebidas, no ano transcorrido.

O uso de tecnologias disponíveis na área de comunicação auxiliou e foi suporte para a intensa atividade desenvolvida. Assim 2.520 notícias distribuídas por telex, malote e linhas telefônicas, fizeram-se chegar a 158 jornais, a 147 emissoras de rádio e a nove emissoras de TV do interior do Estado; ainda, dois mil "tapes", distribuídos a seis emissoras de TV da Capital, cobriram as ações do Governo.

Produziram-se 22 edições do "Informe Piratini", documentando e ilustrando diversos assuntos, ações, diretrizes, declarações e realizações do Governo.

Foram compiladas e distribuídas 190 "sinopses" de notícias radiofônicas, 2.925 gravações de declarações, além de entrevistas e atos do Governador.

Não menos de 261 edições do programa "O Rio Grande em sua Casa", gerados pela Rádio Guaíba e retransmitidos por cento e vinte emissoras do interior, aproximaram as ações do Governo à comunidade sul-rio-grandense.

A Elaboração do Calendário de Eventos Especiais, em 1983, subsidiou, sob a forma de roteiro, a supervisão das diversas pastas. Finalmente, desenvolveram-se contatos,

palestras, fornecimento e encaminhamento de informações, pesquisa, seleção e ordenação das informações, além do apoio a campanhas promovidas pelo Gabinete da Primeira Dama e Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.

### **GABINETE DA PRIMEIRA DAMA DO ESTADO**

O Gabinete da Primeira Dama do Estado se propõe ao atendimento de menores na faixa de zero a seis anos, de excepcionais e de idosos, atuando como instrumento de agilização, conscientização e motivação, promovendo a integração de esforços, sem a superposição de ações, motivado pelo slogan do Governador "O Rio Grande Somos Nós. Faça a Sua Parte".

A realização de Encontros Regionais objetivando interiorizar o trabalho desenvolvido pelo Gabinete oferece à mulher da sociedade rio-grandense oportunidades para uma participação de apoio aos eventos e atividades, e uma integração através de cursos.

Os Encontros contaram com a participação de 101 municípios e envolveram as regiões: Centro Sul, Celeiro, Encosta Superior do Nordeste, Vale do Jaguari, Turismo, Serra, Mar e Vale do Taquari. Os cursos de Extensão e Integração Cultural tiveram como objetivo integrar e oportunizar conhecimentos do "Governo Jair Soares" às esposas do Vice-Governador, dos Secretários de Estado, dos Procuradores, dos Chefes das Casas Civil e Militar e do Comandante da Brigada Militar.

Foram realizados os eventos "Semana do Excepcional" e "Semana do Idoso". O primeiro efetuou-se em conjunto com a FAERS, em forma de campanha publicitária, sem ônus para o Estado, de prevenção à excepcionalidade, pela mobilização das Primeiras Damas Municipais, para elaboração do Programa para a Semana do Excepcional. Ainda com relação ao excepcional foi publicado, no Diário Oficial do dia 23.12.83, a ementa da Lei nº 7.868, encaminhada pelo executivo à Assembléia Legislativa, cujo ante-projeto foi elaborado pelo Gabinete da Primeira Dama e que assegura o direito, às servidoras públicas mães de excepcionais, com carga horária de 44 horas semanais, trabalhar meio turno. A "Semana do Idoso" foi assinalada com palestra do Dr. Luiz Ruiz, Consultor da Organização Mundial da Saúde, "show" folclórico (co-promoção do CTG 35) e Culto Ecumênico em conjunto com o Conselho de Entidades Assistenciais.

O setor de Promoções continua atendendo o Banco de Alimentos, porém a distribuição é executada pelo Gabinete mediante pesquisa e avaliação das situações atingindo maior número de Entidades. A "Campanha do Agasalho" promovida de maio a agosto de 1983, atendeu grande área flagelada, beneficiando aproximadamente 1.000 pessoas. Houve a contribuição do Gabinete para a realização da "ARCA" 83, com a montagem do restaurante e sua manutenção com a colaboração da Casa Militar, bem como a montagem da tenda e venda de produtos.

As solicitações de atendimento a excepcionais, menores carentes, idosos e as relacionadas com as áreas de alimentos e agasalhos, totalizaram 4.494 atendimentos estudados individualmente. Os referentes a agasalhos foram atendidos pelo Banco de Agasalhos, criado na atual Administração pelo Gabinete da Primeira Dama do Estado.

Foram executados os projetos "Criança Participante" e "Natal é Amor", cujos resultados podem ser avaliados como excelentes. "Natal é Amor" penetrou nos lares

gaúchos, através de mensagem da Primeira Dama do Estado, sugerindo às Primeiras Damas dos Municípios atividades para serem desenvolvidas no sentido de mobilizar e incentivar a integração das comunidades para a comemoração de um Natal mais fraterno.

Destacam-se ainda as seguintes atividades do Gabinete da Primeira Dama do Estado:

- análise das solicitações de auxílio das entidades e prefeituras;
- orientações técnicas;
- participação em grupos de trabalhos;
- representações;
- soluções e encaminhamentos para órgãos competentes;
- visitas para constatação da necessidade de professores a serem cedidos às Creches, pela Secretaria da Educação e Cultura;
- visitas para diagnóstico das Entidades, num total de 106 atividades.